



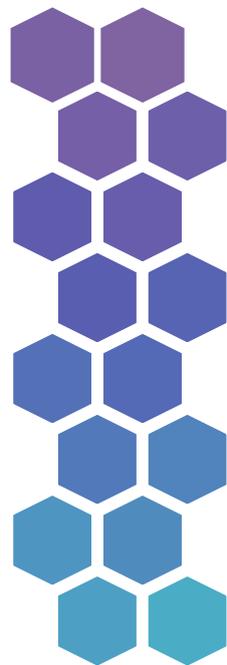
SOCIEDADE PERNAMBUCANA DE CULTURA E ENSINO FACULDADE  
DE CIÊNCIAS HUMANAS DE PERNAMBUCO

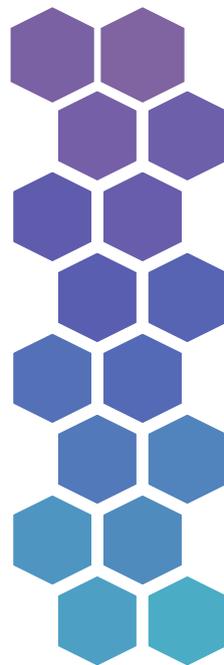
## CURSO DE BACHARELADO EM DIREITO

PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO

ATO REGULATÓRIO DE RENOVAÇÃO DE RECONHECIMENTO

Recife, 2021





---

## IDENTIFICAÇÃO

MANTENEDORA - Sociedade Pernambucana de Educação e Cultura  
CNPJ (MF) nº 08.141.582/0001-38.  
Endereço - Avenida João de Barros, n. 561, Boa Vista,  
Recife - PE, CEP: 50.100-020

MANTIDA - Faculdade de Ciências Humanas de Pernambuco (FCHPE)  
Endereço - Avenida João de Barros, n. 561, Boa Vista,  
Recife - PE, CEP: 50.100-020

### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Direito.  
Faculdade de Ciências Humanas de Pernambuco - FCHPE: Recife (PE),  
2021.

134; p. : il.

1. FCHPE; 2. PPC; 3. Bacharelado em Direito; 4. Anexos.

## APRESENTAÇÃO

A Faculdade de Ciências Humanas de Pernambuco (Código e-MEC 760) apresenta a comunidade acadêmica e não acadêmica (mercado, de forma geral) o projeto pedagógico do Curso de Bacharelado em Direito. Os Cursos de Bacharelado em Administração, Ciências Contábeis e Direito são tradicionais dentro da Instituição, cujos funcionamentos remontam ao credenciamento institucional.

A larga experiência de mais de trinta e cinco anos oferecendo Cursos Superiores na oferta de bacharelados em ciências humanas e sociais revela uma contribuição social efetiva, já que a Instituição colocou no mercado milhares de bacharéis que diretamente atuam no mercado de trabalho atestando diariamente que os conhecimentos obtidos são verdadeiros diferenciais competitivos.

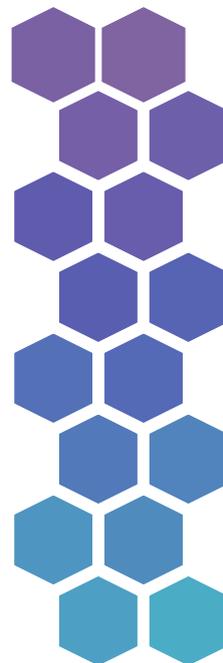
A Instituição aposta na sua tradição na oferta de cursos superiores sem que isso descuide da preocupação constante com investimentos na área de tecnologia, permitindo que os alunos possam perceber as demandas do mercado e se preparar para resolvê-las com ética e cidadania.

Para apresentar este projeto, a Instituição dividiu o documento em duas partes didaticamente exposta, embora vinculadas. Na primeira parte traz os aspectos institucionais, evidenciando o perfil da instituição (Capítulo 1), a organização administrativa (Capítulo 2), as relações com a mantenedora (Capítulo 3) e a política de atendimento aos discentes (Capítulo 4). Na segunda parte, a Instituição apresenta evidências de funcionamento do curso em específico, dividindo as informações em três capítulos: Capítulo 1 (Organização Didático - Pedagógica), Capítulo 2 (Corpo Docente e Tutorial) e Capítulo 3 (Infraestrutura).

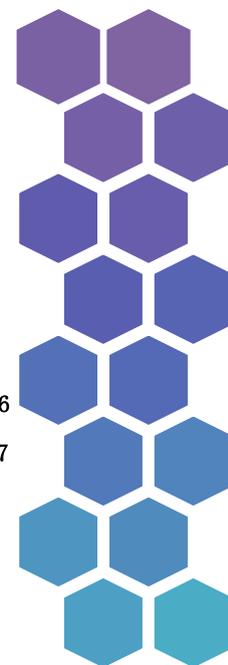
Boa leitura!

Sociedade Pernambucana de Educação e  
Cultura Presidência | Mantenedora

Faculdade de Ciências Humanas de Pernambuco  
Direção Geral | Mantida



# SUMÁRIO

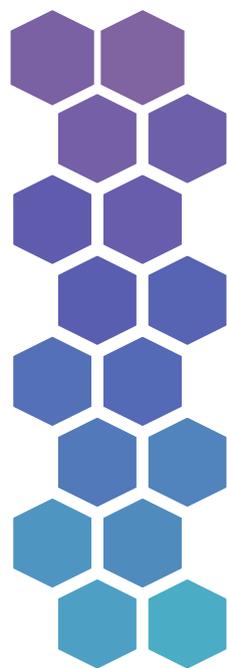


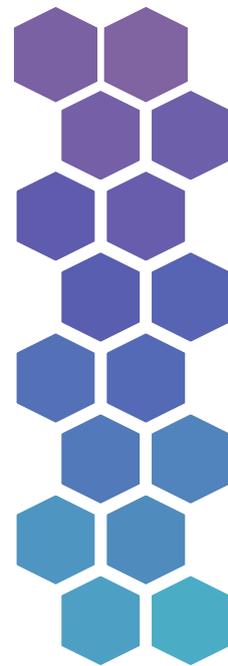
|  |           |
|--|-----------|
| <b>PARTE I: ASPECTOS INSTITUCIONAIS</b> .....  | <b>6</b>  |
| <b>Capítulo 1: Perfil Institucional</b> .....  | <b>7</b>  |
| 1. Breve Histórico da Instituição. ....  | 7         |
| 2. Missão, Objetivos e Metas Institucionais. ....  | 9         |
| 3. Área(s) de atuação acadêmica. ....  | 14        |
| 4. Inserção Regional e Mecanismos de Inserção regional.....  | 15        |
| 5. Visão do mundo contemporâneo e o papel da educação superior em face da nova conjuntura globalizada e tecnológica. ....              | 23        |
| 6. Princípios filosóficos e teórico- metodológicos gerais que norteiam as práticas acadêmicas da instituição. ....                     | 23        |
| 7. Responsabilidade Social da IES, enfatizando a contribuição à inclusão social e ao desenvolvimento econômico e social da região..... | 26        |
| <b>Capítulo 2: Organização Administrativa</b> .....  | <b>29</b> |
| 1. Estrutura Organizacional .....  | 29        |
| 2. Instâncias de decisão. ....   | 31        |
| 3. Organograma Institucional e Acadêmico.....  | 32        |
| 4. Órgãos Colegiados: competências e composição.....   | 34        |
| 4.1Competências do Conselho Superior. ....   | 34        |
| 4.2Competências do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE).....   | 36        |
| 4.3Competências do Núcleo Docente Estruturante.....  | 37        |
| 4.4Competências do Colegiado de Curso.....   | 39        |
| 4.5Competências da Comissão Própria de Avaliação.....  | 40        |
| 4.6Competências da Diretoria .....   | 42        |
| 4.7Competências das Coordenações de Curso.....   | 45        |
| 4.8Competências dos órgãos de apoio. ....  | 49        |
| <b>Capítulo 3: Relação da Instituição com a Mantenedora</b> .....  | <b>64</b> |
| <b>Capítulo 4: Política de Atendimento aos discentes</b> .....   | <b>65</b> |
| 1. Programas de apoio pedagógico e financeiro.....   | 65        |
| 2. Estímulos à permanência (programas de nivelamento, atendimento psicopedagógico) .   | 67        |
| 3. Organização estudantil: espaço para participação e convivência.....   | 68        |
| 4. Acompanhamento dos egressos .....   | 69        |
| <b>PARTE II: ASPECTOS DO CURSO</b> .....   | <b>71</b> |
| <b>Capítulo 1 – Organização Didático-Pedagógica</b> .....  | <b>72</b> |



|   |            |
|---|------------|
| 1.1. Políticas institucionais no âmbito do curso. ....  | 72         |
| 1.2Objetivos do curso. ....   | 76         |
| 1.3Perfil profissional do egresso. ....   | 78         |
| 1.4Estrutura curricular. ....   | 83         |
| 1.5Conteúdos curriculares. ....   | 88         |
| 1.6Metodologia ....   | 90         |
| 1.7Estágio Curricular Supervisionado. ....  | 93         |
| 1.8Atividades Complementares. ....  | 95         |
| 1.9Trabalho de Conclusão de Curso. ....   | 96         |
| 1.10Apoio ao discente ....  | 97         |
| 1.11Gestão do curso e os processos de avaliação interna e externa.....                              | 101        |
| 1.12Tecnologia de informação e comunicação no processo ensino e de aprendizagem..                   | 102        |
| 1.13 Procedimentos de acompanhamento e de avaliação dos processos de ensino e de aprendizagem ..... | 104        |
| 1.14Número de vagas. ....   | 106        |
| <b>Capítulo 2 - Corpo Docente e Tutorial .....</b>  | <b>107</b> |
| 2.1Núcleo Docente Estruturante - NDE. ....  | 107        |
| 2.2Atuação da coordenadora .....  | 109        |
| 2.3Regime de trabalho do coordenador de curso.....  | 112        |
| 2.4Corpo docente: titulação. ....   | 113        |
| 2.5Regime de trabalho do corpo docente do curso.....  | 115        |
| 2.6Experiência profissional do docente.....   | 117        |
| 2.7Experiência no exercício da docência superior.....   | 119        |
| 2.9Atuação do colegiado de curso ou equivalente.....  | 121        |
| 2.10Produção científica, cultural, artística ou tecnológica. ....                                   | 123        |
| <b>Capítulo 3 - Infraestrutura .....</b>  | <b>123</b> |
| 3.1Espaço de trabalho para docentes em tempo integral.....  | 123        |
| 3.2Espaço de trabalho para o coordenador.....   | 124        |
| 3.3Sala coletiva de professores. ....   | 125        |
| 3.4Salas de aula .....  | 125        |
| 3.5Acesso dos alunos aos equipamentos de informática.....   | 126        |
| 3.6Bibliografia por Unidade Curricular (UC): básica e complementar.....                             | 127        |
| 3.7Laboratórios didáticos de formação básica.....   | 127        |
| 3.8Núcleo de Práticas Jurídicas. ....   | 128        |

## PARTE I: ASPECTOS INSTITUCIONAIS





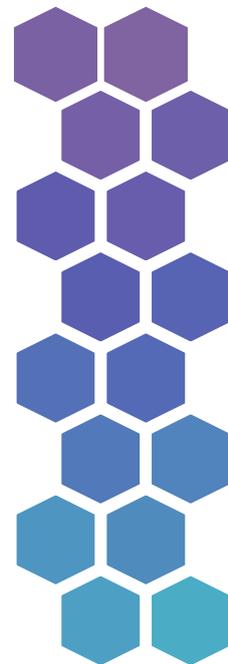
## Capítulo 1: Perfil Institucional

### 1. Breve Histórico da Instituição.

A Sociedade Pernambucana de Cultura e Ensino Ltda - SOPECE foi registrada em 14 de abril de 1982, como sociedade sem fins lucrativos, tendo se transformado em sociedade com fins lucrativos em 17 de julho de 1998. Como Instituição de Ensino Superior (IES), a Faculdade de Ciências Humanas de Pernambuco iniciou as suas atividades em 1988, com o Curso de Administração, com habilitação Geral, sendo credenciada pelo Governo Federal através do Decreto nº 95.320, de 02 de dezembro de 1987, publicada no Diário Oficial da União em 03 de dezembro de 1987.

O Curso de Administração (16720), habilitação geral, obteve também a sua autorização, através do Decreto nº 95.320, de 02 de dezembro de 1987, com 100 vagas totais, anuais, sendo 50 vagas, no turno diurno e 50 vagas, no turno noturno. Em 1992, o Curso de Administração foi reconhecido pela Portaria nº 1.065 de 13 de julho de 1992, publicada no Diário Oficial da União em 15 de julho de 1992, com 100 vagas totais/ano, 50 vagas pela manhã e 50 vagas pela noite, de acordo com o Parecer de Reconhecimento nº 314/92, aprovado em 07 de maio de 1992 (Processo de Reconhecimento nº 23023.001602/90-14), relator Conselheiro José Luitgard de Moura Figueiredo.

Entre os anos 1993 a 1996, a IES encaminhou, junto à antiga Delegacia do Ministério da Educação de Pernambuco (DEMEC/PE), solicitação ao Conselho Nacional de Educação (CNE) para a ampliação de 25% (vinte e cinco por cento) das vagas totais anuais. O pleito foi com protocolado com base no aumento da demanda de inscrições existente na época, nos Processos Seletivos (Vestibulares) do Curso de Administração, sendo acolhido pelo CNE. A referida solicitação resultou na ampliação para 125 vagas anuais no Curso de Administração, sendo as ditas vagas distribuídas da seguinte forma: 50 vagas no turno diurno e 75 vagas no turno noturno. Deste período até a presente data, o número de vagas anuais, do Curso permaneceu inalterado, com 125 vagas totais.

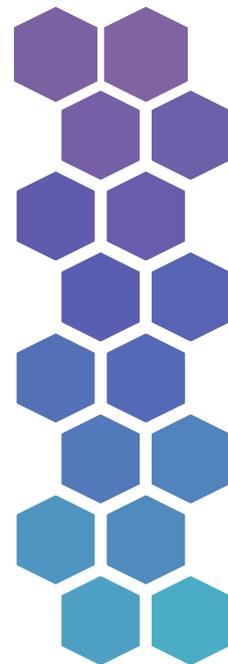


O Curso de Administração oferece Cursos de Pós-Graduação em Administração desde o ano de 1996, em nível de especialização, como Gestão Empresarial e em Marketing Estratégico com versão internacional e no ano de 1998 foi implantado o Curso de Especialização em Administração Hospitalar. Em maio de 2012, o Curso de Administração retomou seus Cursos de Pós-Graduação lato sensu oferecendo Gestão Pública. No ano de 2013, a IES obteve nova renovação de reconhecimento de Curso, Portaria nº 703, de 18 de dezembro de 2013, publicada no Diário Oficial da União de 19 de dezembro de 2013. Em 2017, o Curso de Administração obteve mais uma vez a sua renovação de reconhecimento, através da Portaria nº 267, de 3 de abril de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 04 de abril de 2017. Atualmente o Curso se encontra renovado por meio da Portaria nº 206/2020 (DOU 07/07/2020), duração em quatro anos, 3000h de carga horária.

No ano de 1996, a Instituição de Ensino Superior implantou o Curso de Bacharelado em Direito (16721), com duração de 5 (cinco) anos, sendo oferecidas 120 vagas anuais: 60 vagas no turno diurno e 60 vagas no turno noturno. O Curso de Direito foi autorizado em 04 de janeiro de 1996 pela Portaria do Presidente da República n.º 1.734 e iniciou suas atividades em 26 de março de 1996, sendo reconhecido no ano de 2000, pela Portaria nº 382 de 22 de março de 2000, publicada no Diário Oficial da União de 24 de março de 2000. Em abril de 2011, iniciaram-se os cursos de pós-graduação lato sensu como vem ocorrendo até a presente data.

No ano de 2013, o Curso de Direito, bacharelado da IES obteve a sua renovação de reconhecimento, através da Portaria nº 608, de 19 de novembro de 2013, publicada no Diário Oficial da União de 20 de novembro de 2013. Atualmente, o Curso de Direito se encontra avaliado com CPC 3, funcionando por meio da Portaria de Renovação nº 206/2020 (DOU 07/07/2020).

O Curso de Ciências Bacharelado em Contábeis (18202) foi autorizado em 1998, pela Portaria n.º 221, de 06.03.98, DOU, de 10.03.98; iniciou suas atividades no ano de 1999, com 80 vagas anuais, 40 no turno diurno e 40 no turno noturno. O Curso de



Ciências Contábeis. Em dezembro de 2004, o Curso foi reconhecido pela Portaria n.º 4.091 de 13 de dezembro de 2004, publicada no Diário Oficial da União de 14 de dezembro de 2004 e renovado o reconhecimento pela Portaria 312/2011 (DOU 02/08/2011), encontrando-se atualmente sob efeito do Despacho n.º 60/2020 (DOU 06.05.2020) e aguardando avaliação in loco.

| <b>Quadro resumo dos atos regulatórios</b>                                |  |
|---|--|
| Recredenciamento Institucional  | Portaria n.º 1.143, de 01/11/2018 (DOU 05/11/2018) |
| Renovação de Reconhecimento do Curso de Bacharelado em Administração      | Portaria n.º 206, de 25/06/2020 (DOU 07/07/2020)   |
| Renovação de Reconhecimento do Curso de Bacharelado em Direito            | Portaria n.º 206, de 25/06/2020 (DOU 07/07/2020)   |
| Renovação de Reconhecimento do Curso de Bacharelado em Ciências Contábeis | Despacho n.º 60, de 05/05/2020 (DOU 06/05/2020)    |

9

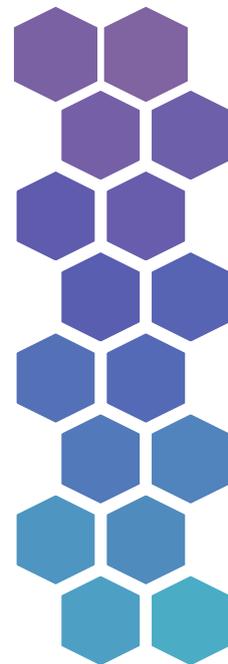
## **2. Missão, Objetivos e Metas Institucionais.**

A Instituição de Ensino Superior tem como Missão:

I - a formação de diplomados nas diferentes áreas de conhecimentos proporcionando aptidões em setores profissionais, participando no desenvolvimento da sociedade brasileira;

II - a realização do trabalho de pesquisa e investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da criação cultural, promovendo a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos;

III - a extensão do ensino e da pesquisa à comunidade, mediante a promoção de aperfeiçoamento cultural profissional e da prestação de serviços especializados;



IV- estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;

V - promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;

VI- promover a acessibilidade e estimular as políticas de inclusão social, adotando medidas que incitem o desenvolvimento igualitário de alunos, de professores, de funcionários e, quando possível, da comunidade externa;

VII- promover a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana e indígena e direitos humanos;

VIII- implementar as políticas de educação ambiental no âmbito do desenvolvimento das atividades acadêmicas e administrativas.

A IES tem como missão promover a educação ambiental de maneira integrada aos programas educacionais que desenvolve.

Objetivos são:

Formar Egressos que atendam com competência para atender às necessidades e expectativas do mercado de trabalho;

Proporcionar uma interação da Instituição de Ensino Superior com as empresas, órgãos públicos, entidades privadas e escritórios dentro das respectivas áreas de conhecimentos;

Incentivar e articular o ensino, pesquisa e extensão que estejam comprometidos com a realidade e com as peculiaridades regionais;

Manter intercâmbio permanente de informação científica com outras Instituições de Ensino Superior;

Planejar e executar Projetos de Pesquisas na comunidade local e científica;

Contribuir com o aprimoramento da formação do egresso como cidadão e profissional, para que colabore na elevação das condições de vida em sociedade;

Integrar um processo de avaliação mais ampla e continuada dos seus Cursos incentivando ações voltadas à melhoria da qualidade de ensino;

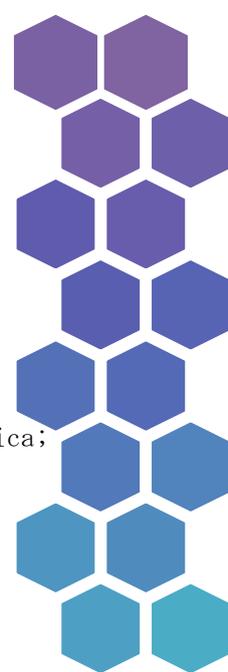
Contribuir para que os seus Cursos garantam aos seus graduados a posse de formação generalista-humanística de habilidades e conhecimentos técnicos gerais e específicos;

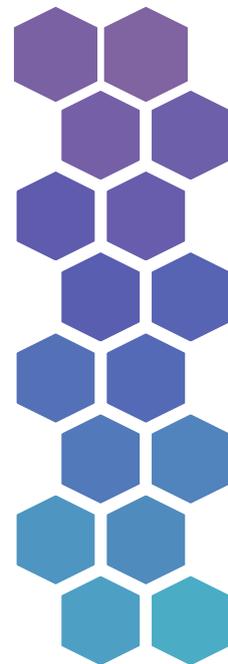
E,

Subsidiar o estabelecimento de novos parâmetros e redirecionamento contínuo do processo de ensino e aprendizagem.

São metas da Instituição:

1. A IES, dentro de seu atual contexto, volta-se a contratação ou a qualificação do corpo docente, com titulação em *Stricto Sensu* (Doutores) para atingir os níveis 4 e 5 nas avaliações do MEC;
2. O estudo de viabilidade para abertura de Cursos de Ensino a Distância (EAD) na IES para atender a demanda das novas gerações e a nova realidade de mercado de trabalho;



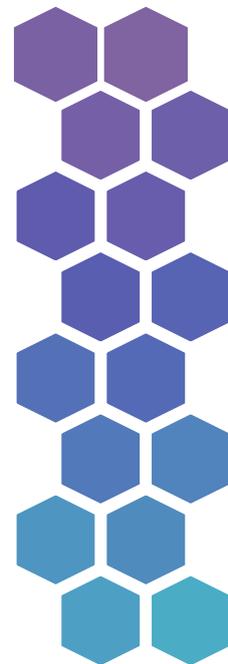


3. A abertura de novos cursos de graduação, pós-graduação lato sensu e/ou sequenciais, preferentemente, com aproveitamento dos turnos matutino (manhã) e vespertino (tarde), além do turno noturno na estrutura da IES;
4. A abertura de cursos de extensão, preferentemente, com o aproveitamento dos docentes da IES, voltado às demandas do mercado local e regional;
5. A modificação do regime seriado anual para seriado semestral, com adaptações no Regimento Geral da IES, na estrutura física e na estrutura administrativa para melhorar a competitividade da Entidade Educacional, junto ao mercado educacional;
6. A criação de uma rubrica no plano de contas para o estudo da viabilidade técnica e financeira para construção de Estacionamento para os Corpos Docente e Técnico-Administrativo e de salas de aulas para ampliação e modernização da infraestrutura da IES.

1

As metas estabelecidas para Educação Ambiental na IES estão previstas no Plano de Desenvolvimento de Política Ambiental, que basicamente são as seguintes: 1 - Manual de Boas Práticas Sustentáveis; 2 - Treinamento e sensibilização da equipe de funcionários; 3 - Treinamento e sensibilização dos alunos; 4 - Controle do uso da energia - eficiência energética; 5 - Controle de consumo e reuso da água; 6 - Sistemas de Saúde e Segurança; 7 - Parcerias com outras IES e/ou entidades para desenvolver a questão ambiental; 8 - Organização de eventos na área ambiental; 9 - Construções e reformas na instituição seguindo padrões sustentáveis; 10 - Desenvolvimento de Projetos de Pesquisa/Iniciação Científica na IES; 11 - Disseminação de Projetos dentro da Instituição; e 12 - Plano de ação para melhoria contínua.

A Instituição cultiva valores, tais como:



Ética: conduta necessária a quem se propõe a dirigir uma Instituição de educação e que implica respeito aos direitos dos outros, na lisura no trato dos recursos/bens, na transparência dos atos administrativos e acadêmicos;

Democracia: como o melhor caminho para uma instituição em que a opinião é quase sempre produto da reflexão pela representação de seus pares;

Pluralismo: aceitação de pontos de vista e de modos diferentes de abordar o real, a convivência entre contrários, a polêmica e o diálogo como exercício da crítica;

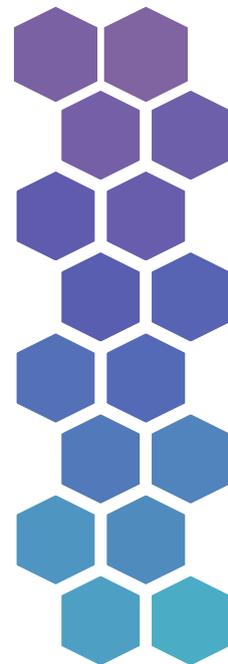
Autonomia: consolidação do caráter comunitário preservando a necessária autonomia no exercício de sua Missão;

Solidariedade: concepção de educação com especial responsabilidade na construção de um homem mais solidário e um mundo mais humano, compreendendo o Homem como primeira finalidade das estruturas econômicas, sociais, políticas e jurídicas;

Há sério comprometimento da IES com a responsabilidade social, ambiental, cultural, política e dos direitos humanos, com a comunidade em que está inserida, por meio de ações educacionais, desenvolvendo com seus estudantes o desempenho crítico e eficaz da cidadania, formando cidadãos responsáveis, capazes de exercer a liderança de grupos sociais dos quais participem, priorizando soluções éticas, criativas e democráticas capazes de superar os problemas com os quais venham a se defrontar para a melhoria e o progresso do Brasil.

Há preservação dos interesses coletivos prevalecendo sempre sobre os interesses individuais.

Neste contexto, a IES estabeleceu os seguintes objetivos específicos para os cursos:



1) contratação ou a qualificação do corpo docente, com titulação em *Stricto Sensu* (Doutores) para atingir os níveis 4 e 5, previsto até 2024;

2) estudo de viabilidade para abertura de Cursos de Ensino a Distância (EAD) na IES, até 2023;

3) abertura de novos cursos de graduação, pós-graduação *lato sensu* e/ou sequenciais, preferentemente, com aproveitamento dos turnos matutino (manhã) e vespertino (tarde), além do turno noturno na estrutura da IES, até 2023;

4) abertura de cursos de extensão, preferentemente, com o aproveitamento dos docentes da IES, voltado às demandas do mercado local e regional, até 2023;

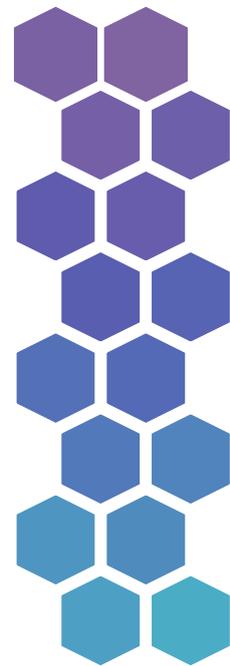
6) modificação do regime seriado anual para seriado semestral, com adaptações:

no Regimento Geral da IES, na estrutura física e na estrutura administrativa, até 2022.

### **3. Área(s) de atuação acadêmica.**

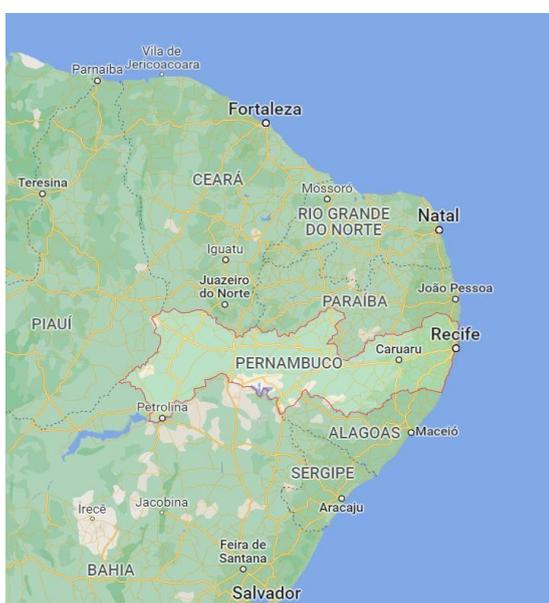
Com relação às áreas de atuação acadêmica dos Cursos, a IES procura desenvolver objetivos estratégicos, táticos e operacionais para atingir um nível de excelência na prestação dos serviços educacionais oferecidos, tendo como meta principal à implementação de estratégias administrativas, contábeis, jurídicas, didáticas, teóricas e práticas para atender a demanda do mercado de trabalho local e regional possibilitando a formação, a capacitação e a inserção de profissionais no mercado de trabalho.

Dentro deste contexto, objetiva-se a formação de profissionais com uma estrutura teórica ampla e densa, com valores humanísticos voltados à realidade social, com conhecimentos instrumentais indispensáveis à sua atuação técnica cotidiana, com capacidade de exercerem as mais diversas funções como profissionais liberais ou não, atuando no setor público ou privado.



#### 4. Inserção Regional e Mecanismos de Inserção regional.

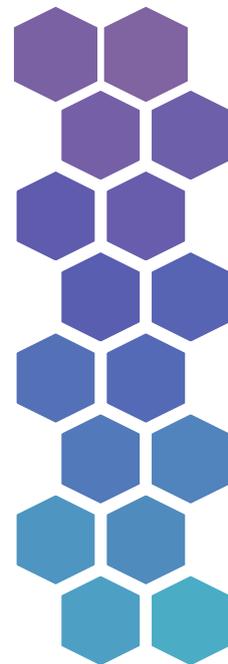
Pernambuco é um dos 26 estados brasileiros, e se encontra situado no centro-leste da Região Nordeste, com uma área de 98.311,6 km<sup>2</sup>, um relevo de planície litorânea, com várzeas e lagos, planalto no centro e depressões a oeste e a leste. O estado faz limite com a Paraíba, Ceará, Alagoas, Bahia e Piauí e tem sua costa banhada pelo Oceano Atlântico. Também faz parte do território pernambucano, o arquipélago de Fernando de Noronha, a 542 km da costa.



[Fonte: Google Mapas (2022)].

Nas últimas três décadas Pernambuco mudou o seu perfil econômico deixando de ser agrícola e se transformou em um importante centro de serviços, comércio, turismo e informática. Desde o Século XVI, a cana-de-açúcar tem papel relevante na economia, mas começa a dar lugar a plantações de flores na Zona da Mata e a fruticultura irrigada, sobretudo na região de Petrolina, onde se cultiva uva, manga e melancia.

Na última década, consolidam-se os setores de ponta da economia pernambucana, sobretudo aqueles atrelados ao setor de serviços (turismo, informática, medicina) e estabelece-se uma tendência constante de modernização da administração



pública. Grandes investimentos previstos em setores como o petroquímico, o biotecnológico, o farmacêutico e o automotivo devem impulsionar ainda mais a economia do estado, que vem crescendo acima da média nacional. O PIB pernambucano se expandiu 15,78% em 2010.

Em 1999, foi concluída a primeira etapa do Complexo Industrial e Portuário de Suape e continua a sua expansão em 2014. O Complexo Industrial e Portuário de Suape tem potencial para triplicar o PIB pernambucano até 2030. Pernambuco tem um dos principais polos de desenvolvimento de softwares do Brasil, criado em 2000, conhecido como Porto Digital. O polo é localizado na ilha que deu

origem à cidade do Recife, situado no bairro do Recife e resultou da implementação de políticas públicas em parceria com a iniciativa privada, universidades e órgãos de fomento.



Atualmente, Pernambuco é o segundo polo industrial da região, só ficando atrás da Bahia. No atual contexto, o estado de Pernambuco é governado por três poderes: o executivo, representado pelo Governador do Estado; o legislativo, representado pela Assembleia Legislativa de Pernambuco; e o judiciário, representado pelo Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco. Também é permitida a participação popular nas decisões do governo através de referendos e plebiscitos.

A atual Constituição do estado de Pernambuco foi promulgada em 5 de outubro de 1989, acrescida das alterações resultantes de posteriores emendas constitucionais.



O Poder Executivo pernambucano está centralizado no Governador do Estado que é eleito em sufrágio universal e voto direto e secreto, pela população, para mandato de quatro anos de duração, podendo ser reeleito para mais um mandato por igual período.

Sua sede é o Palácio do Campo das Princesas, construído em 1841 pelo engenheiro Morais Âncora a mando do então Governador Francisco do Rego Barros.

O Poder Legislativo pernambucano é unicameral, constituído pela Assembleia Legislativa de Pernambuco, localizado no bairro de Boa Vista, na cidade do Recife. Ela é constituída por 49 deputados, que são eleitos a cada quatro anos. No

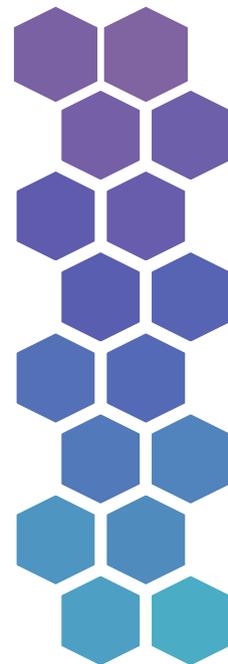
Congresso Nacional, a representação pernambucana é de três senadores e 25 deputados federais.

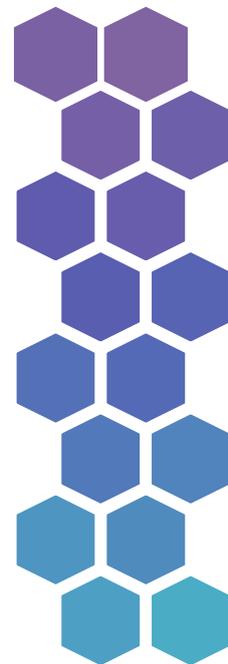
O Poder Judiciário é exercido pelos juizes e possui a capacidade e a prerrogativa de julgar, de acordo com as regras constitucionais e leis criadas pelo poder legislativo.

Pernambuco tem forte tradição política: em 2012, por exemplo, foi a segunda unidade da federação com maior número de parlamentares influentes no Congresso Nacional, superada apenas

por São Paulo. Segundo dados levantados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pernambuco (2019) conta com 185 municípios e uma população de

9.534.510 (nove milhões, quinhentos e trinta e quatro mil, quinhentos e dez) habitantes (est. 2019), sendo que deste total, a cidade do Recife, sua capital, tem a maior população com 1.637.834 (hum milhão, seiscentos e trinta e sete mil, oitocentos e trinta e quatro) habitantes (2018), seguida das cidades do Jaboatão dos Guararapes, com 697.636 (seiscentos e noventa e sete mil, seiscentos e trinta e seis) habitantes (2018), de Olinda, com 391.835 (trezentos e noventa e um mil, oitocentos e trinta e cinco) habitantes (2018), de Caruaru, com 356.872 (trezentos e cinquenta e seis mil, oitocentos e setenta e seis) habitantes, de Petrolina, com 343.865 (trezentos e quarenta e três mil, oitocentos e sessenta e cinco) habitantes, de Paulista, com 329.117 (trezentos e vinte e nove mil, cento e dezessete) habitantes, do Cabo de Santo Agostinho, com 205.112 (duzentos e cinco mil,





cento e doze) habitantes, de Camaragibe, com 156.736 (cento e cinquenta e seis mil, setecentos e trinta e seis) habitantes, de Garanhuns, com 138.983 (cento e trinta e oito mil, novecentos e oitenta e três) habitantes e de Vitória de Santo Antão, com 137.915 (cento e trinta e sete mil, novecentos e quinze) habitantes.<sup>1</sup>

A Região Metropolitana do Recife (RMR), criada em 1973, reúne 15 municípios (1. Jaboatão dos Guararapes; 2. Olinda; 3. Paulista; 4. Igarassu; 5. Abreu e Lima; 6. Camaragibe; 7. Cabo de Santo Agostinho; 8. São Lourenço da Mata; 9. Araçoiaba; 10. Ilha de Itamaracá; 11. Ipojuca; 12. Moreno; 13. Itapissuma; 14. Goiana; 15. Recife), é a nona mais populosa entre as capitais, com 4.054.866 milhões de pessoas, de acordo com o IBGE (2018). Cerca de 80,2% dos habitantes do estado moram em zonas urbanas. A densidade demográfica estadual é de 89,5 hab./km<sup>2</sup>. A composição étnica da população pernambucana é constituída por pardos (53,3%), brancos (40,4%), negros (4,9%) e índios (0,5%), de acordo com o Censo 2010 do IBGE. (www.pe.gov.br).

Nos últimos 15 anos, tem-se observado no Estado de Pernambuco, um grande incremento na área de Informática, surgindo também, paralelamente, um próspero setor de propaganda e apresentando um grande crescimento no setor de serviços, além de possuir um expressivo polo Médico no cenário nacional e uma vocação natural para o turismo, sendo considerado um dos maiores centros turísticos do País. Segundo pesquisa da Embratur de 2008, entre as capitais nordestinas, a cidade do Recife, está entre as cidades brasileiras mais visitadas por estrangeiros.



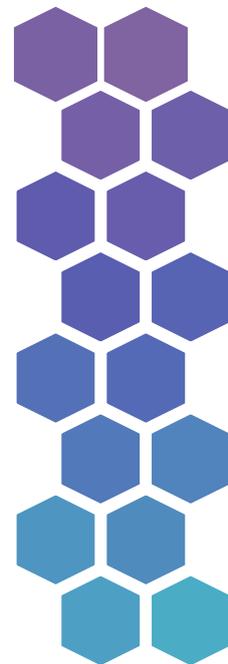
Ao lado destes setores, o Estado desde o surgimento do Complexo Industrial e Portuário de Suape, abrangendo as cidades do Cabo de Santo Agostinho e de Ipojuca, na

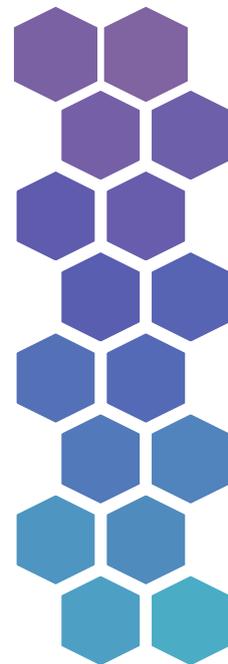
<sup>1</sup> INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **População e projeção**. Disponível em [https://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/e], Acesso em 18 de novembro de 2018.

Região Metropolitana do Recife, conta, em volta deste Polo, com um crescente florescimento de Indústrias, de Comércio e de serviços. O Complexo Industrial e Portuário de Suape é considerado um dos principais investimentos do país. O Complexo possui uma área de 13.500 hectares distribuída em zonas Portuária, Industrial, Administrativa e Serviços, de Preservação Ecológica e de Preservação Cultural. Suape possui infraestrutura terrestre própria, com ferrovias e rodovias e, além disso, o Complexo conta ainda com fornecimento de gás natural, energia elétrica, água bruta e água tratada. O Porto apresenta uma estrutura moderna, com profundidade entre 15,5m e 20,0m e enorme potencial de expansão. Já são mais de 100 empresas em operação, responsáveis por mais de 25 mil empregos diretos e outras 50 empresas em implantação, tais como indústrias de produtos químicos, metal mecânico, naval e logístico, que vão fortalecer os polos de geração de energia, graneis líquidos e gases, alimentos e energia eólica, além de abrir espaços em outros segmentos como metal mecânico, grãos e logística. Tudo isso somado supera 40 bilhões de reais em investimentos, gera 15 mil novos empregos e mais de 40 mil empregos na construção civil.

No Complexo Industrial e Portuário de Suape está localizado o Estaleiro Atlântico Sul, com capacidade de processamento de 160 mil toneladas de aço/ano, 1 milhão e 620 mil metros quadrados de terreno, área industrial coberta de 130 mil metros quadrados e um dique seco de 400 metros de extensão, 73 metros de largura e 12 metros de profundidade. O dique é servido por dois pórticos Goliaths de 1.500 toneladas/cada, dois guindastes de 50 toneladas/cada e dois de 35 toneladas/cada.

O Estaleiro Atlântico Sul possui também um cais de acabamento com 730 metros de extensão, equipado com dois guindastes de 35 toneladas. Outros 680 metros de cais são utilizados para a construção de plataformas offshore; sua infraestrutura, tecnologia e porte dos equipamentos permitem reduzir o tempo de edificação, posicionando o Estaleiro no seleto time das plantas navais de quarta geração, juntamente ao lado dos estaleiros asiáticos, considerados a vanguarda da construção naval mundial. É o único estaleiro brasileiro a figurar nesta classificação.





No Complexo Industrial e Portuário de Suape se constrói a Refinaria de Petróleo Abreu e Lima, que acarretará um investimento inicial na ordem de 4 bilhões de dólares, com início das obras de terraplanagem em 2007 e a nova previsão operacional de conclusão da obra para junho de 2018, do primeiro conjunto de Refino (conhecido como primeiro trem), em operação parcial desde novembro de 2014 e a conclusão do projeto do segundo conjunto de Refino, prevista para os próximos anos. A refinaria terá capacidade para processar 230 mil barris diários de petróleo e abastecerá toda a Região Nordeste. O empreendimento tem potencial para

geração de 240 mil postos de trabalho, considerando os diretos, indiretos e os gerados pelo efeito renda, nos quatro anos de implantação e recolherá impostos estaduais e municipais na ordem de 970 milhões de dólares



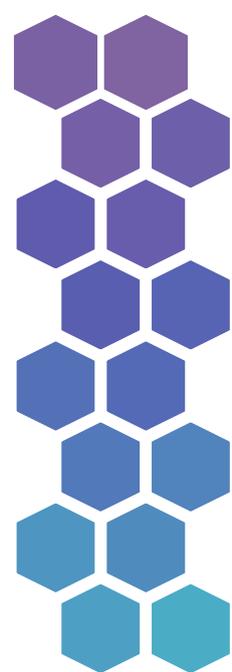
anualmente. Após o início de operação haverá uma grande necessidade de profissionais em diversas áreas, aptos para atuarem nas áreas, que surgirão em torno do Complexo Industrial e Portuário de Suape.

# 2

Identificou-se no Estado, um aumento significativo de Instituições de Ensino Superior, o que acarretará uma grande necessidade de profissionais habilitados em diversas áreas, aptos para atuarem também neste segmento de mercado.

Os Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC) da IES contemplam o respeito às diferenças e a diversidade humana. A diversidade se impõe como uma condição para o alcance da universalidade e da indivisibilidade dos Direitos Humanos. A fundamentação filosófica da educação inclusiva defende que as pessoas precisam ser tratadas da mesma forma, respeitando-se a limitação de cada uma.

A IES possui implantada uma Comissão local de Acompanhamento e de Controle Social do Programa Universidade Para Todos - PROUNI, com função preponderante de acompanhamento, averiguação e fiscalização da implementação local do PROUNI, com Regimento Interno próprio, aprovado pelo Conselho Superior da IES.



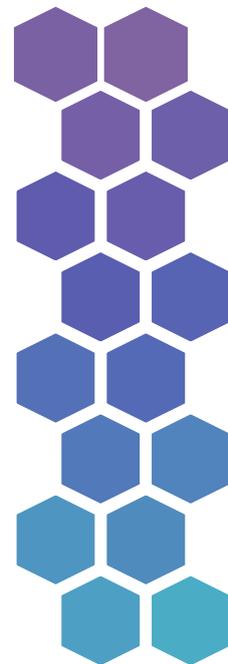
A IES inclui, em seus documentos normativos e de planejamento, o Regulamento do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas com objetivos explícitos de combate ao racismo e às discriminações e de reconhecimento, valorização e respeito das histórias e culturas afro-brasileira e africana, assim como procedimentos para sua consecução.

A IES, com base na legislação ambiental e em práticas comprometidas com a construção de uma sociedade justa e sustentável, fundamentada nos valores da liberdade, igualdade, solidariedade, democracia, justiça social, responsabilidade, sustentabilidade e educação como direito de todos e todas, tem se posicionado como espaço educador sustentável, incluindo em sua proposta curricular dos seus cursos com a existência de componentes curriculares na área de educação ambiental. A IES possui uma Comissão de Sustentabilidade Ambiental - CSA responsável pela implementação da “Política Ambiental na IES” objetivando implementar um espaço educador sustentável, com uma gestão democrática, responsável também por “acompanhar a disponibilidade de novos produtos e equipamentos, para a necessidade da IES, que sejam menos prejudiciais ao meio ambiente”, além de opinar ainda, pela realização de “construções e reformas na instituição seguindo padrões sustentáveis” para tornar a IES uma referência de sustentabilidade socioambiental.

2

A Gestão da IES é orientada, em torno da Lei nº 9.795/1999, do Decreto nº 4.281/2002 e da Resolução CNE/CP nº 2/2012, que tratam da Educação Ambiental e orienta os objetivos e princípios da Educação Ambiental, sendo a Comissão de Sustentabilidade Ambiental - CSA responsável pela sua implementação na IES. A Educação Ambiental permeia todo o planejamento e as ações da IES, inclusive construções e reformas na instituição seguindo padrões sustentáveis.

A IES, por meio de seus Cursos, considera a Educação em Direitos Humanos (EDH) de forma transversal, no PPC/PPI, no Regimento da IES, no modelo de ensino, pesquisa e extensão, no modelo de gestão e nos diferentes processos de avaliação.

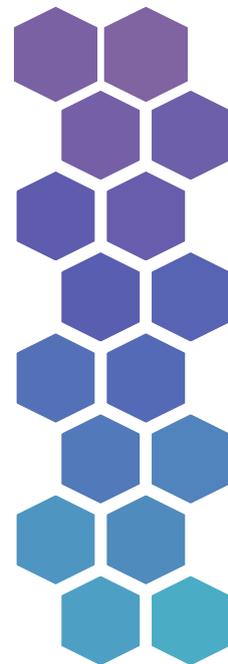


A IES tem como objetivo promover a Educação em Direitos Humanos nas áreas dos cursos que ministra, conforme determina o art. 2º, inciso VII do seu novo Regimento Geral. Há comprovação com documentação nos registros de aulas das atividades realizadas, nas disciplinas relativas ao tema ministradas conforme previsto no Projeto Pedagógico dos Cursos. As propostas e práticas institucionais são coerentes com os princípios da Educação em Direitos Humanos (dignidade humana, igualdade de direitos; reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades; laicidade do Estado; democracia na educação, e sustentabilidade socioambiental). Os direitos humanos estão incorporados na cultura e gestão organizacional, no modo de mediação de conflitos, na forma de lidar e reparar processos de violações através de ouvidorias e comissões de direitos humanos, na representação institucional e intervenção social junto às esferas públicas de cidadania.

Neste contexto é que se encontram inseridos os cursos que objetivam a formação de profissionais habilitados nas suas respectivas áreas de formação, com uma base generalista, dotados de competências e habilidades, que permitam suprir as necessidades desses mercados.

Como mecanismos de inserção regional, a IES sugere aos seus docentes a verificação da realidade e sua adequação aos seus conteúdos programáticos, de acordo com a viabilidade e a possibilidade de suas disciplinas, bem como que sejam selecionados temas atuais e emergentes dentro da realidade local e regional, aproveitando a flexibilidade existente na grade curricular e, dentro do possível, que sejam lecionados também nas disciplinas eletivas, temas atuais e relevantes permitindo-se aos discentes verificarem o que se passam nos diferentes contextos da sociedade e de suas organizações.

Neste contexto de inserção regional, promove-se a integração da pesquisa e da extensão com o ensino para adequação e preparação do corpo discente ao mercado de trabalho que os espera, além de planejar futuros cursos de extensão e de Pós-Graduação focados em temas ligados ao Petróleo, à informática, à gestão hospitalar e ao meio



ambiente, haja vista a criação de novos postos de trabalho e a necessidade de capacitação técnica de pessoal nestes setores.

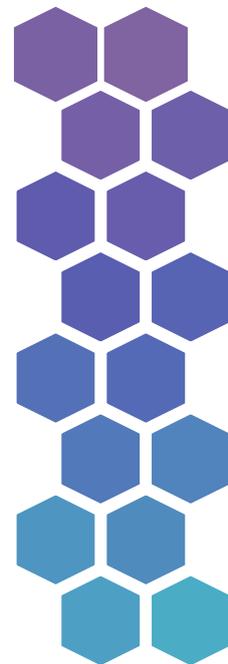
## **5. Visão do mundo contemporâneo e o papel da educação superior em face da nova conjuntura globalizada e tecnológica.**

Dentro de uma sociedade contemporânea que vivencia um processo econômico e social que estabelece uma integração entre os mais diferentes países e pessoas do mundo, onde as pessoas, os governos e as empresas trocam ideias, realizam transações financeiras e comerciais e espalham aspectos culturais pelos quatros cantos do planeta através de uma rede de conexões, que deixam as distâncias cada vez mais curtas, facilitando as relações culturais e econômicas de forma rápida e eficiente, a globalização extrapola as relações comerciais e financeiras e alcança à Educação Superior, que também faz parte deste processo, cabendo a ela o compromisso de gerar o saber, que está relacionado com a verdade, a justiça e a igualdade.

Para acompanhar as constantes transformações políticas, sociais e econômicas em acontecimento, a educação superior se utiliza de ferramentas de ensino a Internet e os softwares, como apoio às atividades presenciais, por apresentar uma grande quantidade e diversidade de informações no mundo atual, objetivando a formação dos seus discentes nas constantes mudanças do mercado de trabalho e como uma etapa final para sua formação cultural e profissional como cidadão, além de encaminhá-lo para as funções de investigação científica, produção e difusão do conhecimento.

## **6. Princípios filosóficos e teórico- metodológicos gerais que norteiam as práticas acadêmicas da instituição.**

A finalidade da educação está em guiar o homem no desenvolvimento dinâmico no curso do qual se constituirá como pessoa humana, dotada das armas do conhecimento, do poder de julgar e das virtudes morais, transmitindo-lhe ao mesmo tempo o patrimônio espiritual da nação e da civilização às quais pertence e conservando a herança secular das gerações.



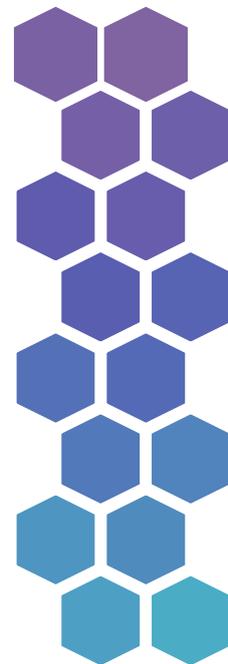
Desta forma, as Entidades Educacionais têm um elevado sentido e uma grande missão a cumprir na sociedade brasileira, desde que sejam voltados para o ensino, a pesquisa, a extensão, a formação cultural, a tecnológica e o treinamento profissional.

No Brasil, uma série de iniciativas tem sido realizadas visando a promover a participação plena das pessoas com deficiência em todos os aspectos da vida, evidenciando a necessidade de tornar o ambiente acadêmico acessível a toda população e à necessidade de serem desenvolvidos espaços que contemplem a diversidade humana e considerem as especificidades das pessoas com deficiência. A filosofia da educação inclusiva tem seus princípios baseados na Declaração Universal dos Direitos Humanos. A ideia de uma sociedade inclusiva se fundamenta numa filosofia que reconhece e valoriza a diversidade como característica inerente à constituição de qualquer sociedade. Partindo desse princípio e tendo como horizonte o cenário ético dos Direitos Humanos, sinaliza-se a necessidade de se garantir o acesso e a participação de todos, a todas as oportunidades, independentemente das peculiaridades de cada indivíduo e/ou grupo social.

2

Para cumprir a sua vocação, desenvolver a sua missão e atingir suas metas, a IES deverá se voltar para os padrões de qualidade do ensino, procurar ampliar a titulação do corpo docente dos seus cursos com a contratação de docentes com mestrado ou doutorado, implementar a organização didático-pedagógico através dos seus coordenadores, estabelecer cronogramas de implementação de seus projetos pedagógicos, do plano de desenvolvimento institucional e ainda, viabilizar a modernização de sua infraestrutura física.

Os Coordenadores dos Cursos são peças fundamentais na implementação e condução dos Projetos Pedagógicos dos seus respectivos cursos, pois cabem a estes a responsabilidade de articular, conduzir e executar a construção de todo um processo de ensino-aprendizagem do corpo discente, bem como de cumprir e zelar pelas Diretrizes Curriculares estabelecidas para os seus Cursos e seus respectivos Padrões de Qualidade.



Dentro do processo de ensino e aprendizagem, o docente trabalha o conteúdo através da abordagem cognitivista, partindo de um conhecimento gradual de noções e operações possibilitando que o aluno cresça tanto intelectualmente como emocionalmente em cada nível de conhecimento alcançado. O docente procura situações de desequilíbrio para o aluno, por meio de simulações da realidade, de modo que permita o ensaio, possibilite o erro, incentive à pesquisa e à investigação para que o mesmo busque conhecer e compreender a solução dos problemas apresentados.

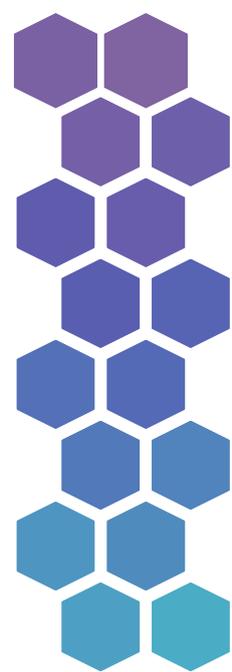
O docente construirá o conhecimento em seus diversos níveis, articulados com valores humanísticos, como um modo de inserir o discente com a realidade social e interagir com o mundo. Objetiva-se com o trabalho do conteúdo programático e interdisciplinar, proporcionar ao discente o entendimento da matéria estudada, para que este amplie e desenvolva o seu próprio conhecimento sobre a disciplina. Vale salientar que ao assegurar que as experiências de estágio sejam voltadas à compreensão dos temas teóricos com a realidade prática, ele se torna um instrumento privilegiado de consolidação do papel do futuro profissional.

2

A Instituição aponta como metodologia de ensino aos seus docentes para serem aplicados junto ao corpo discente dos seus cursos o seguinte:

Verificação da importância social dos conteúdos no período da seleção dos mesmos e a sua aderência com a Ementa e as Diretrizes Curriculares de cada Curso, editadas pelo MEC.

Os conteúdos compatíveis com a carga horária destinada a cada curso e o docente deverá observar a Portaria específica, publicada pelo MEC, que dispõe sobre os objetivos do Exame Nacional de Desempenho do Estudante (ENADE) do respectivo Curso de Graduação da Instituição.



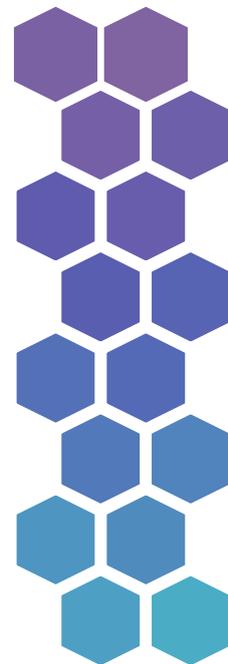
## **7. Responsabilidade Social da IES, enfatizando a contribuição à inclusão social e ao desenvolvimento econômico e social da região.**

A IES busca a compreensão das reais necessidades e potencialidades da região e busca os caminhos para que seu desenvolvimento econômico ocorra, onde os projetos de responsabilidade social na graduação devem, prioritariamente, atuar em áreas temáticas de Comunicação, da Cultura, da Educação, da Saúde, dos Direitos Humanos, do Meio Ambiente e da Tecnologia e do Trabalho.

Neste objetivo, a Entidade Educacional através das suas Coordenações de Curso orienta os seus docentes para que desenvolvam os conteúdos das disciplinas voltados aos aspectos relacionados à responsabilidade social, o desenvolvimento econômico regional e do País.

Neste item, é observada a contribuição social que o conteúdo programático fornece ao aluno para a sua formação profissional como cidadão e a sua responsabilidade com a sociedade nos âmbitos local, regional e nacional, além de que se deve confrontar o conteúdo programático, permanentemente, com a realidade econômica-política-cultural dos alunos e com o Perfil Profissiográfico pretendido pelo curso objetivando internalizar no egresso: inclusão social, defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural, bem como a formação de cidadãos éticos, comprometidos com a construção da paz, da defesa dos direitos humanos e dos valores da democracia.

Convém registrar que uma instituição de educação superior socialmente responsável é aquela que: 1. Identifica as potencialidades e vulnerabilidades sociais, econômicas e culturais, de sua realidade local e global a fim de promover a inclusão plena; 2. estabelece metas e organiza estratégias para o enfrentamento e superação das fragilidades constatadas; 3. Pratica a intersetorialidade e a transversalidade da educação especial; 4. Reconhece a necessidade de mudança cultural e investe no desenvolvimento



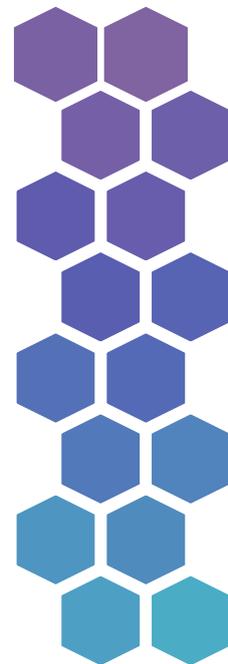
de ações de formação continuada para inclusão, envolvendo os professores e toda a comunidade acadêmica; e 5. Promove acessibilidade, em seu sentido pleno, não só aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades, mas aos professores, funcionários e a população que frequenta a instituição e se beneficia de alguma forma de seus serviços.

A Faculdade de Ciências Humanas de Pernambuco promove a acessibilidade não somente aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades, com a participação dos seus corpos docente e técnico-administrativo, mas com a população que frequenta a instituição e se beneficia de alguma forma de seus serviços desenvolvendo atividades educacionais de nível superior condizentes com o que se espera de uma Instituição, que permitam responder com prontidão e eficiência aos muitos desafios de uma sociedade em constantes transformações.

A responsabilidade social é uma diretriz relevante na missão social da IES e dos seus cursos. Em suas relações com a comunidade, este vínculo se materializa na forma de empresas, órgãos públicos, associações de classe, organizações sem fins lucrativos, onde a IES tem como responsabilidade atuar junto com escolas e entidades carentes, ministrando cursos sem qualquer remuneração financeira e identificar necessidades não satisfeitas no mercado e viabilizá-las em cursos de extensão e de aperfeiçoamento, além de possibilitar a oportunidade para a Comunidade Acadêmica exercitar a responsabilidade social e de projetar a imagem da IES na Sociedade.

Esse intercâmbio com a comunidade contribui para o desenvolvimento da região gerando empregos, capacitando profissionais para atender às necessidades das empresas e da comunidade em geral e formando cidadãos dotados de princípios éticos e de responsabilidade social.

Assim, as atividades de extensão, cuja finalidade básica, dentre outras, consiste em propiciar à comunidade o estabelecimento de uma relação de reciprocidade com a instituição, são integradas dentro do perfil curricular, tornando-se fontes enriquecedoras e



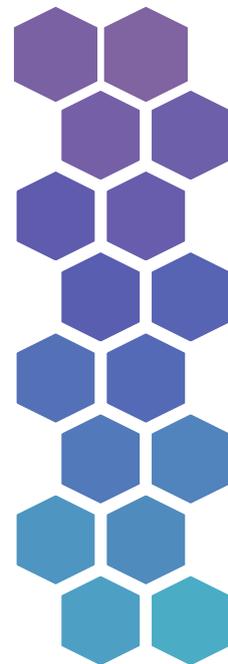
implementadoras do próprio perfil do formando, sem que se confundam com Estágio Curricular ou com Trabalho de Curso (TC) ou com as Atividades Complementares. As atividades de extensão devem ser promovidas de forma permanente, proporcionando um efetivo envolvimento de seus docentes e discentes com a comunidade, tais como em programas de assessoria, atividades de formação continuada e eventos extracurriculares periódicos.

Desta forma, a IES tem procurado realizar ações e programas que concretizem e integrem as diretrizes curriculares com os setores sociais e produtivos, como a parceria firmada com a Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco - FIEPE, através do projeto “Nossa Escola”, desenvolvendo trabalhos na área de extensão de Educação, de Direitos Humanos e de Tecnologia (inclusão digital), onde já qualificou e capacitou os alunos do 2º grau, da Escola Landelino Rocha para o mercado de trabalho.

Na área de inclusão digital a IES disponibiliza os seus Laboratórios de Informática e seus docentes para cursos de capacitação junto à comunidade carente para obter conhecimentos de Informática objetivando o engajamento no mercado de trabalho.

No ano de 2015 foi renovado o Convênio com a Associação Beneficente Criança Cidadã - Projeto Vila. Em 2016 foi firmado Convênio com a Defensoria Pública do Estado de Pernambuco (Atendimento a Comunidade). No ano de 2017 foi renovado o Convênio com a Secretaria de Justiça e Direitos Humanos - SDH/PE (Órgão Executor/PROCON/PE), bem como firmado convênio com a Secretaria da Mulher, para citar alguns exemplos que desencadearam ações de natureza extensionista.

Com o mercado de trabalho, a IES tem firmado diversos convênios, tais como: IEL (Instituto Euvaldo Lodi), CIEE (Centro de Integração Empresa Escola), CEDEP (Centro de Desenvolvimento Profissional), ASSESPRO (Associações das Empresas Brasileiras de Tecnologia da Informação Software e Internet), CREMEPE (Conselho Regional de Medicina do Estado de Pernambuco), Sempre Humana Desenvolvimento Humano e Tecnológico Ltda, Elevadores Atlas S.A, NUDEP (Núcleo de Desenvolvimento Profissional Ltda.), NUBE



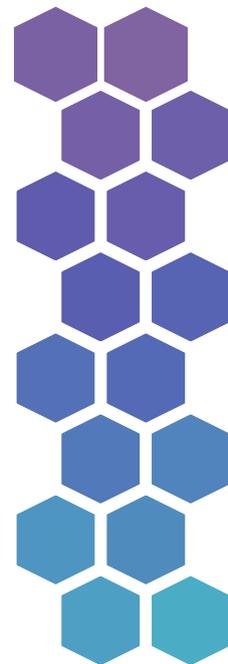
(Núcleo Brasileiro de Estágio), Comisist (Computações e Sistemas Ltda.), ABRE (Agência Brasileira de Estágio), L.S. da Silva Marcenaria, Contax S.A, Blokit Engenharia Ltda, J.A.S Chateaubriand Filho - ME, Recasa Engenharia e Construções Ltda., Monte Hotéis S.A - Recife Monte Hotel, SEI - Sociedade de Empreendimentos Ltda. - ME, Sênior Contadores e Consultores S/S Ltda, além de convênios com Órgãos Públicos, como a Justiça Federal de Primeiro Grau da 5ª Região - Seção Judiciária de Pernambuco, Secretaria de Agricultura e Reforma Agrária (PRORURAL), Secretaria de Defesa Social - SDS, Ministério Público Federal (Procuradoria Regional da República na 5ª Região), Ministério Público do Estado de Pernambuco (MP/PE), Tribunal Regional Federal da 5ª Região (TRF 5ª Região), Tribunal Regional Eleitoral (TRE de Pernambuco), etc., engajando os discentes dos Cursos da IES, de acordo com as suas necessidades e demandas das empresas/Órgãos públicos.

## Capítulo 2: Organização Administrativa

### 1. Estrutura Organizacional.

A Sociedade Pernambucana de Cultura e Ensino Ltda - SOPECE tem a seguinte estrutura organizacional ao nível de Mantenedora, composta por um sócio administrador, seu Diretor-Presidente. Já ao nível de mantida são os seguintes os Órgãos da Faculdade: I

- Órgãos Deliberativos: a) Conselho Superior; b) Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CEPE; c) Núcleo Docente Estruturante - NDE; Colegiado de Curso de Graduação - CCG e e) Comissão Própria de Avaliação - CPA; II - Órgãos Executivos: a) Diretoria; e b) Coordenação de Curso; III - Órgãos de apoio e consultivos das Coordenações de Cursos da IES: a) Depositário do Acervo Acadêmico - DAA; b) Comissão de Sustentabilidade Ambiental - CSA; c) Núcleo de Acessibilidade, Inclusão e Direitos Humanos - NAID; d) Comissão Local de Acompanhamento e de Controle Social do Programa Universidade Para Todos - PROUNI - COLAPS; Comissão Permanente de Supervisão e Acompanhamento - CPSA; Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas - NEABI e Setor de Apoio Psicopedagógico - SAP; IV - Órgãos de Apoio: a) Secretaria Acadêmica; e b) Tesouraria e Financeiro; e V - Órgãos Suplementares: a) Biblioteca; b) Laboratórios; e c) Ouvidoria.

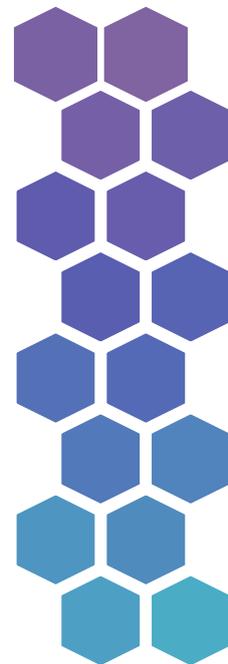


O Conselho Superior (Órgão Colegiado Superior da IES ou a Instância de Decisão Superior), órgão máximo de natureza deliberativa, normativa e consultiva. A integração entre a Gestão Administrativa dos Cursos de Graduação da Instituição e o Conselho Superior é realizada através da apresentação da proposta, pela Diretoria, pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE), pelos Núcleos Docentes Estruturantes - NDEs de cada Curso, pelos Colegiados de Curso de Graduação - CCG, pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) e/ou pelos discentes e/ou pelo Corpo Técnico-Administrativo, onde há a discussão e a aprovação da proposta pelo Conselho Superior, com a participação de até 1/5 de representantes estudantis, de acordo com a sistemática da Legislação Educacional em vigor.

Há o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE), órgão técnico de coordenação e assessoramento em matéria de ensino, pesquisa e extensão. O Núcleo Docente Estruturante (NDE) constitui-se de um grupo de docentes do curso, com atribuições acadêmicas de acompanhar o processo de concepção, consolidação e contínua atualização do Projeto Pedagógico do Curso em colaboração com o Colegiado de Curso.

Há em cada Curso, um Núcleo Docente Estruturante (NDE), constituído de um grupo de docentes do curso, com atribuições acadêmicas de acompanhar o processo de concepção, consolidação e contínua atualização do Projeto Pedagógico do Curso em colaboração com o Colegiado de Curso, exercendo liderança acadêmica no âmbito dos seus respectivos cursos, percebida na produção de conhecimentos na área, no desenvolvimento do ensino, e em outras dimensões entendidas como importantes pela Instituição, e atuando sobre o desenvolvimento dos Cursos da Entidade.

Já o Colegiado de Curso é um órgão de caráter deliberativo e técnico-consultivo, no âmbito do respectivo curso de graduação dos cursos superiores, em matérias técnico-científicas e didático-pedagógicas.



A Comissão Própria de Avaliação tem como objetivos cumprir a legislação em vigor e promover um processo contínuo de auto avaliação da IES. A CPA atua com autonomia com relação a conselhos e demais órgãos colegiados existentes na Instituição de Ensino Superior, observando as diretrizes previstas na legislação pertinente, com Regimento próprio.

A Diretoria é órgão executivo superior de Coordenação e fiscalização das atividades da Faculdade para os cursos mantidos, sendo exercida por um Diretor e em sua ausência e impedimentos, será substituído pelo Vice-Diretor.

A Coordenação de curso é integrada por 01 (um) coordenador de curso, específico para cada curso oferecido pela IES, e, ainda, por coordenações de apoio, previstas nos Projetos Pedagógicos dos Cursos oferecidos pela IES. A Coordenação de curso exerce a função deliberativa e tarefas executivas, cabendo-lhe a responsabilidade das atribuições da Coordenação, distribuição das tarefas entre os membros das demais coordenações de apoio e supervisão de suas execuções, cabendo-lhe ainda, quando for o caso, a palavra final, submetendo sempre as decisões ao Diretor da IES.

Desta forma, para viabilizar os Projetos Pedagógicos dos Cursos, criaram-se Coordenações de Curso, objetivando a concretização das propostas pedagógicas e também de apoio as atividades acadêmicas, específicas para lhe auxiliar, previstas nos Projetos Pedagógicos dos Cursos.

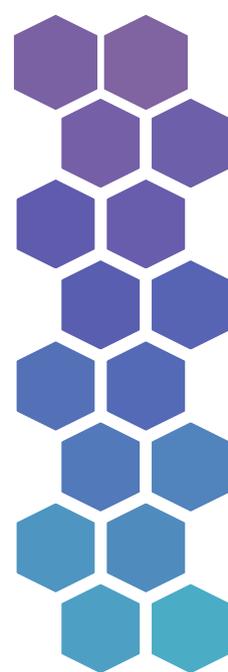
## **2. Instâncias de decisão.**

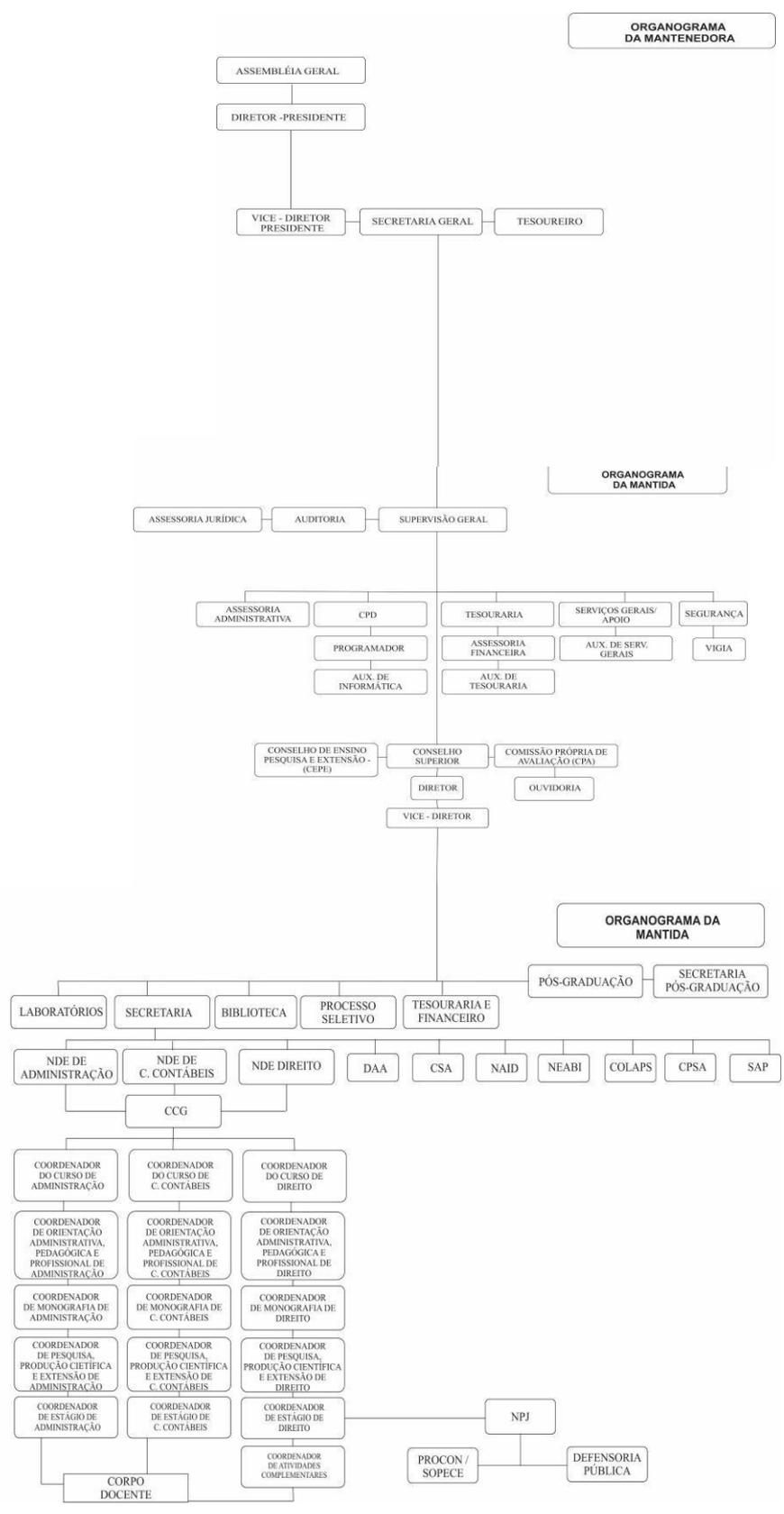
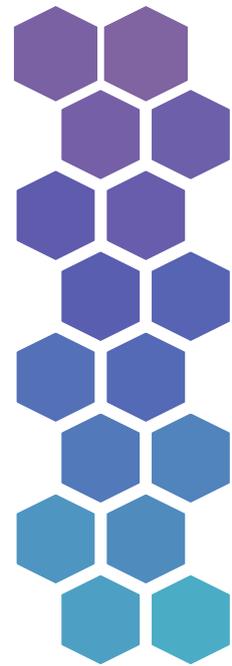
O órgão colegiado superior ou a instância de decisão superior é o Conselho Superior, composto pelo Diretor da Faculdade, seu presidente, pelo Vice-Diretor da Faculdade, por um professor de cada coordenação de cursos; por um representante da CPA; por um professor dos cursos de graduação, representante de seus pares; por até 1/5 da representação estudantil e por um representante da comunidade convidado pelo Diretor da Faculdade, além de docentes e Corpo Técnico-Administrativo realizando

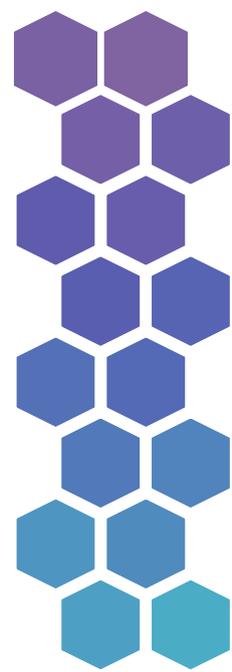
sugestões e participando de suas decisões para serem discutidas e votadas pelo Conselho Superior, inclusive para a implementação de políticas institucionais internas e as relativas à auto avaliação.

A integração entre a Gestão Administrativa dos Cursos de Graduação da Instituição e o Conselho Superior é realizada através da apresentação da proposta, pela Diretoria, pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE), pelos Núcleos Docentes Estruturantes - NDEs de cada Curso, pelos Colegiados de Curso de Graduação - CCG, pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) e/ou pelos discentes e/ou pelo Corpo Técnico- Administrativo, onde há a discussão e a aprovação da proposta pelo Conselho Superior, com a participação de até 1/5 de representantes estudantis, de acordo com a sistemática da Legislação Educacional em vigor.

### **3. Organograma Institucional e Acadêmico.**







## 4. Órgãos Colegiados: competências e composição.

### 4.1 Competências do Conselho Superior.

A IES tem um Conselho Superior, com as seguintes competências:

I - apreciar e aprovar o Regimento da Faculdade e suas alterações, submetendo-os ao órgão federal competente nos termos da legislação vigente;

II- aprovar o plano anual de Atividades da Faculdade, observado o Projeto Pedagógico de Curso (PPC);

III - aprovar a realização de cursos de aperfeiçoamento, especialização, extensão, mestrado e doutorado, mediante, quando for o caso, de prévia autorização do órgão federal competente nos termos da legislação vigente, bem como também aprovar os seus respectivos planos;

IV - apreciar o Curriculum Vitae dos professores para contratação pela Mantenedora;

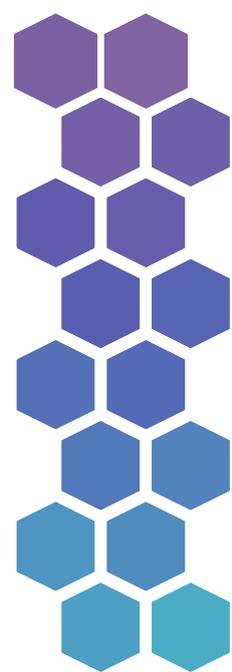
V - decidir os recursos interpostos de decisões dos demais órgãos, em matéria didático-científica e disciplinar;

VI- apreciar o relatório anual da Diretoria: sugerir medidas que visem ao aperfeiçoamento e desenvolvimento das atividades da Faculdade, bem como opinar sobre assuntos pertinentes que lhe sejam submetidos pela Direção da Faculdade;

VIII - decidir sobre a concessão de dignidades

acadêmicas; IX - organizar, anualmente, o calendário

escolar;



X - normatizar, anualmente, a realização do Processo Seletivo;

XI- elaborar e aprovar o currículo pleno de cada curso de graduação e de pós-graduação, segundo as diretrizes curriculares fixadas pelo Poder Público, bem como suas modificações para vigência, após aprovação do órgão federal competente nos termos da legislação vigente;

XII - decidir sobre pedidos de transferências e aproveitamento de estudos, quando for o caso;

XIII - aprovar as normas de funcionamento dos estágios curriculares e das monitorias;

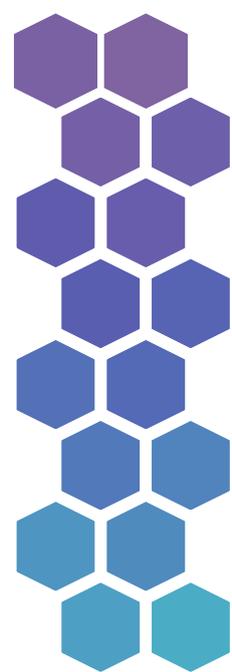
XIV - aprovar a proposta de orçamento anual e o plano de aplicação dos recursos orçamentários apresentados pelo Diretor;

XV - submeter à apreciação da Mantenedora, acordos e convênios com entidades nacionais ou estrangeiras, que envolvam o interesse da Faculdade;

XVI - representar a Mantenedora contra qualquer Diretor, por abuso, omissão, com vistas ao seu afastamento, ou contra a Mantenedora pelas mesmas razões;

XVII- homologar o Regimento das Diretorias e suas alterações;

XVIII - Apurar responsabilidade dos Coordenadores e outros, quando por omissão ou tolerância, permitirem ou favorecerem o não cumprimento da legislação, deste Regimento, de regulamentos ou de outras normas internas complementares;



XIX - exercer as demais atribuições que lhe sejam previstas em Lei e neste Regimento.

O Conselho Superior é composto pelo Diretor da Faculdade, seu Presidente, pelo Vice-Diretor da Faculdade; por um professor de cada Coordenação de Cursos; por um representante da CPA; por um professor dos cursos de graduação, representante de seus pares; por até 1/5 da representação estudantil e por um representante da comunidade convidado pelo Diretor da Faculdade, além de docentes e Corpo Técnico-Administrativo realizando sugestões e participando de suas decisões para serem discutidas e votadas pelo Conselho Superior, inclusive para a implementação de políticas institucionais internas e as relativas à autoavaliação.

#### **4.2 Competências do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE).**

O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) tem as seguintes competências:

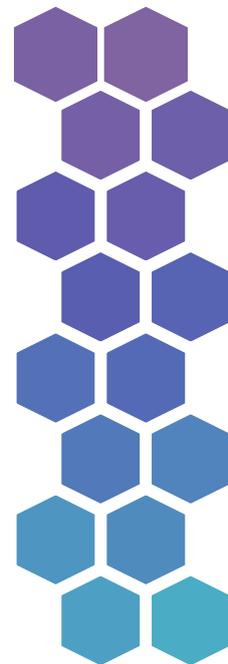
36

I - deliberar sobre o projeto pedagógico institucional da Faculdade e sobre os projetos pedagógicos dos cursos de graduação, pós-graduação, aperfeiçoamento, extensão, sequencial e a distância;

II - emitir parecer nos processos sobre a criação de cursos de graduação, pós-graduação, aperfeiçoamento, extensão, atualização, sequencial e a distância e de fixação das vagas iniciais;

III - emitir parecer sobre toda a matéria didático-científica, além de aprovar medidas para a melhoria da qualidade de ensino, da pesquisa e da extensão;

IV - fixar normas para ingresso, promoção, premiação e sanção de professores;



V - regulamentar o desenvolvimento de estágios supervisionados, trabalhos monográficos de graduação e atividades complementares;

VI - regulamentar as atividades de pesquisa e de extensão e deliberar sobre projetos e programas que lhes forem submetidos pelo Diretor, com parecer da Coordenadoria do curso respectivo;

VII- fixar normas para avaliação de desempenho e aproveitamento de estudos;

VIII - emitir parecer nos assuntos que lhes sejam submetidos pelo Diretor.

O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) é composto pelo Diretor da Faculdade, seu presidente nato, por um (01) Coordenador de Curso, indicado pela Diretoria, por dois (02) professores, indicados pelos seus pares e por um (01) representante do corpo discente, indicado pelo órgão de representante estudantil, que esteja regularmente matriculado.

3

#### **4.3 Competências do Núcleo Docente Estruturante.**

As Competências do Núcleo Docente Estruturante (NDE) dos Cursos:

I- contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso dos Cursos de Graduação;

II- zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes na estrutura curricular;

III- indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de Investigação científica e extensão, oriundas das necessidades da

graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento dos cursos;

IV- zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais.

O NDE dos Cursos tem atribuições acadêmicas de acompanhamento, atuante nos processos de concepção, consolidação e continua atualização dos projetos pedagógicos de cada curso, exercendo liderança acadêmica no âmbito dos seus respectivos cursos, percebida na produção de conhecimentos na área, no desenvolvimento do ensino, e em outras dimensões entendidas como importantes pela Instituição, e atuando sobre o desenvolvimento dos Cursos da Entidade.

A composição do NDE de cada Curso deve ser constituída por ato do Presidente da Mantenedora da IES, atendendo, no mínimo, os seguintes requisitos:

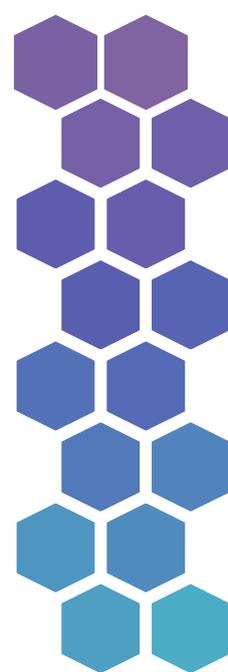
a) ser constituído, por um mínimo, de 05 (cinco) professores pertencentes ao corpo docente do curso;

b) ter, pelo menos, 60% de seus membros com titulação acadêmica obtida em programas de pós-graduação stricto sensu;

c) ter todos os membros em regime de trabalho de tempo parcial ou integral, sendo pelo menos 20% em tempo integral;

d) assegurar estratégia de renovação parcial dos integrantes do NDE de modo a assegurar continuidade no processo de acompanhamento no processo de acompanhamento do Curso.

A renovação total ou parcial do NDE do Curso da IES será realizada a cada 03 (três) anos, por ato da Presidência da Mantenedora, mediante avaliação de cada



integrante, conforme as atribuições existentes no Contrato de Trabalho dos seus integrantes.

#### 4.4 Competências do Colegiado de Curso.

O Colegiado do Curso possui as seguintes atribuições:

I- fixar o perfil do curso e as diretrizes gerais das disciplinas, com suas ementas e respectivos programas;

II- elaborar o currículo do curso e suas alterações com a indicação das disciplinas e respectiva carga horária, de acordo com as diretrizes curriculares emanadas do poder Público;

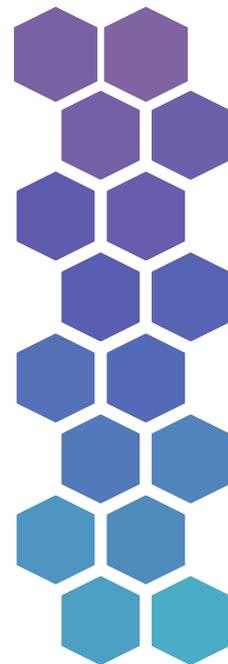
III - promover a avaliação do curso;

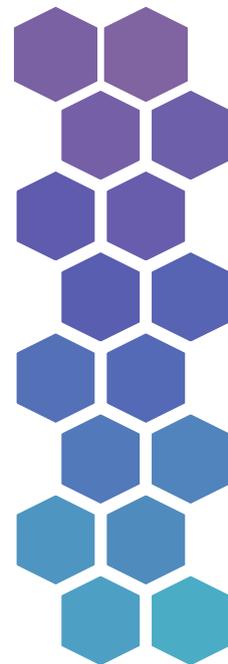
IV - decidir sobre aproveitamento de estudos e de adaptações, mediante requerimento dos interessados;

V - colaborar com os demais órgãos acadêmicos no âmbito de sua atuação;

VI - exercer outras atribuições de sua competência ou que lhe forem delegadas pelos demais órgãos colegiados.

O Colegiado do Curso é composto pelos professores que estejam no exercício do magistério no respectivo curso de graduação e das disciplinas afins dos cursos sequenciais e por um representante discente, eleito pelos pares, nos termos da legislação vigente, com mandato de 02 (dois) anos, quando não houver definição diversa no Regimento Geral, podendo ser reconduzidos.

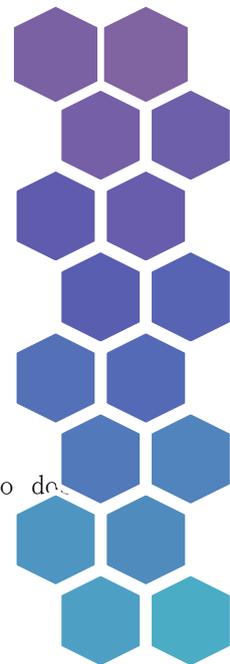




#### 4.5 Competências da Comissão Própria de Avaliação.

A Comissão Própria de Avaliação (CPA) é responsável pelas seguintes competências:

- I
- realização de reuniões ou debates de sensibilização;
  - II- sistematização de demandas/ideias/sugestões oriundas destas reuniões;
  - III - realização de seminários internos para: apresentação do SINAES, apresentação de proposta do processo de avaliação interna da IES, discussões internas e apresentação das sistematizações dos resultados e outros;
  - IV - definição da composição dos grupos de trabalho, atendendo aos principais segmentos da comunidade acadêmica (avaliação de egressos e/ou dos docentes; estudos de evasão, etc.);
  - V - definição das condições materiais para o desenvolvimento do trabalho: espaço físico, docentes e técnicos com horas de trabalho dedicadas a esta tarefa e outros;
  - VI - coordenar e articular o processo de auto avaliação institucional;
  - VII - acompanhar o processo de Avaliação Interna dos Cursos; VIII - elaborar os relatórios dos processos de Avaliação;



IX- divulgar os resultados consolidados da avaliação institucional, anualmente, por diversos meios e obrigatoriamente na página eletrônica da IES;

X - conhecer os relatórios da Comissão Externa de Avaliação dos Cursos;

XI - examinar os resultados de desempenho dos alunos nas avaliações externas;

XII - avaliar a implantação do Projeto Pedagógico de Curso (PPC)

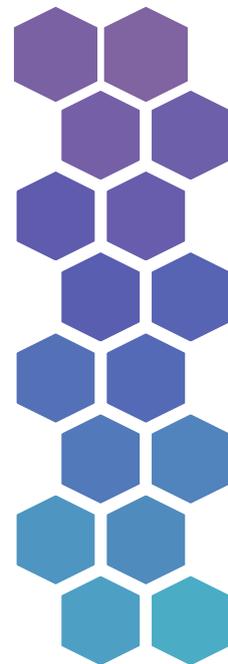
XIII- extrair indicativos para tomada de decisão nas diversas instâncias da Faculdade;

XIV - apresentar Plano de ação de melhoria, em decorrência dos resultados da avaliação institucional, e acompanhar sua implementação pelos segmentos envolvidos;

XV - divulgar as ações implantadas de melhorias institucionais decorrentes da avaliação, pelo menos uma vez por ano, aos diversos públicos envolvidos;

XVI - organização e discussão dos resultados com a comunidade acadêmica e publicação das experiências.

A IES possui Comissão Própria de Avaliação implantada que atua com autonomia com relação a conselhos e demais órgãos colegiados existentes na Instituição de Ensino Superior, observando as diretrizes previstas na legislação pertinente, bem como com Regimento próprio de acordo com os termos da legislação vigente.



A Comissão Própria de Avaliação acompanhou a adequação dos mecanismos de avaliação das suas condições de funcionamento ao disposto no parecer CNE/CP nº 3/2004, com a inclusão nos formulários de itens relativos a currículo, atendimento aos alunos, projeto pedagógico, plano institucional de quesitos que contemplam as orientações e exigências nele formuladas.

A constituição dos membros da CPA é feita por ato do dirigente máximo da Mantenedora, assegurando a participação de todos os segmentos da comunidade acadêmica e da sociedade civil, sendo vedada a composição que privilegie a maioria absoluta de um dos segmentos. A CPA é composta por representantes de todos os segmentos da comunidade acadêmica (docente, técnico-administrativo e discente) e da sociedade civil organizada, através de ato do Diretor da Faculdade de Ciências Humanas de Pernambuco, sendo vedada a composição que privilegie a maioria absoluta de um dos segmentos. Neste contexto, a composição da CPA na IES é a seguinte: 01 (um) Representante do Corpo Docente, que é o Coordenador da CPA, 01 (um) Representante do Corpo Discente, 01 (um) Representante do Corpo Técnico-Administrativo e 01 (um) Representante da sociedade civil organizada.

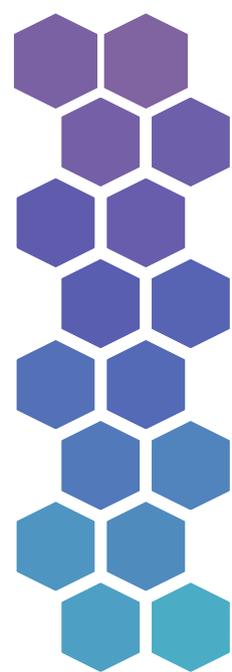
4

A CPA é regida por Regimento próprio de acordo com os termos da legislação vigente e aprovado pelo Conselho Superior. A duração do mandato dos membros da CPA será de 2 (dois) anos, contado a partir do primeiro ato existente na IES designando a CPA e realizado pelo Dirigente máximo da Instituição permitindo-se a recondução dos seus integrantes, por novo ato de designação de CPA e realizado pelo Dirigente máximo da Instituição.

#### **4.6 Competências da Diretoria.**

A Diretoria tem como competência:

- I- elaborar o plano anual de atividades da Faculdade, juntamente com os Coordenadores de Cursos;



II- preparar o relatório anual de atividades da Faculdade e encaminhá-los aos órgãos competentes do Ministério da Educação, depois de apreciado pelo Conselho Superior;

III - recomendar as publicações, sempre que estas envolvam responsabilidades ou divulgação das atividades da Faculdade;

IV - Autorizar a contratação de pessoal docente e técnico-administrativo, ouvidos os respectivos órgãos e a Mantenedora;

V - cumprir e fazer cumprir as disposições deste Regimento e demais normas pertinentes;

VI - escolher e designar os Coordenadores de cada Curso, os demais Coordenadores previstos nos Projetos Pedagógicos dos Cursos e selecionar os Monitores;

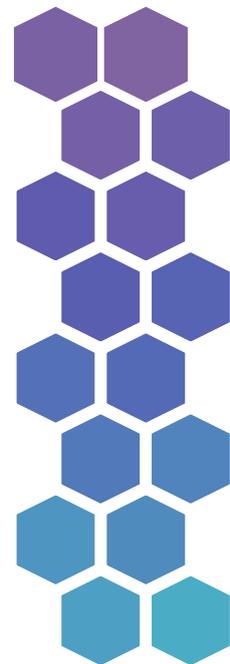
VII - Aprovar o calendário escolar;

VIII - resolver os casos omissos neste Regimento “ad referendum” do Conselho Superior;

IX- exercer as demais atribuições que lhe sejam previstas em Lei e neste Regimento.

A Diretoria é composta pelo Diretor e nas suas ausências e impedimentos pelo Vice-Diretor.

O Diretor tem mandato de 4 (quatro) anos, designado pelo Presidente da Entidade Mantenedora, e tem como atribuições:



I - representar a Faculdade junto às pessoas ou instituições públicas ou privadas, bem como em eventos de qualquer natureza;

II - convocar e presidir as reuniões do Conselho Superior;

III- manter o Conselho Superior informado sobre as atividades da Faculdade;

IV - elaborar o Plano Anual de Atividades da Faculdade e submetê-lo à apreciação do Conselho Superior, inclusive o Calendário Escolar para o exercício;

V - elaborar e submeter ao Conselho Superior, a proposta orçamentária anual e o plano de aplicação de recursos a serem encaminhados à Mantenedora;

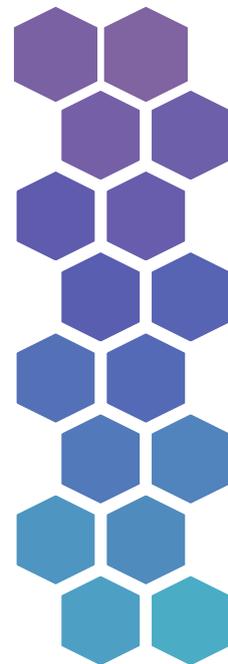
VI - elaborar o relatório anual das atividades da Faculdade e encaminhá-lo ao Conselho Superior;

VII - conferir grau, assinar diplomas, títulos, certificados escolares;

VIII - programar, supervisionar e fazer cumprir as atividades pedagógicas e científicas da Faculdade;

IX - zelar pela manutenção da ordem e da disciplina no âmbito da Faculdade, respondendo por abusos ou omissão;

X - propor à entidade Mantenedora a contratação de pessoal docente e técnico-administrativo;



XI- aprovar os planos de ensino e os programas das disciplinas ministradas nos diversos cursos da Faculdade, juntamente com os Coordenadores de Cursos;

XII- supervisionar o ensino e acompanhar o aproveitamento dos diversos cursos ministrados pela Faculdade;

XIII- definir o valor e exercer fiscalização sobre o pagamento das mensalidades e taxas escolares nos diversos cursos mantidos;

XIV - elaborar a programação dos estágios, das monitorias e cursos livres ministrados ou conveniados pela Faculdade;

XV - coordenar o financiamento de mensalidades, bolsas escolares, através de instituições públicas ou privadas, bem como controlar o recebimento das prestações e a compensação dos valores liberados, por cada programa de crédito;

XVI - zelar pelo negócio da Faculdade e dar cumprimento à sua missão e visão;

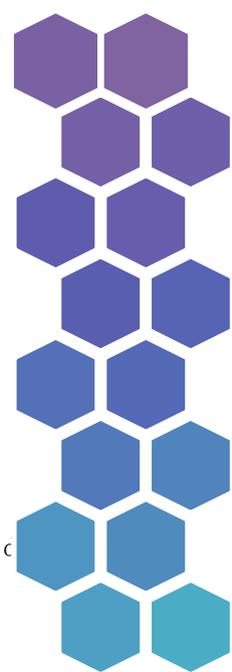
XVII - firmar acordos, contratos e convênios com instituições, órgãos, empresas públicas ou privadas, para a manutenção e o funcionamento de cursos superiores e de pós-graduação, atividades de investigação científica, extensão e socioeducativas culturais.

45

#### **4.7 Competências das Coordenações de Curso.**

As Coordenações de Cursos têm as seguintes competências:

I- manter articulação permanente com as coordenações de apoio corresponsáveis pelo curso;



II- distribuir encargos de ensino, pesquisa e extensão entre seus professores, respeitadas as especialidades e coordenar o desenvolvimento das atividades;

III - aprovar os programas e planos de ensino das suas c

IV - emitir parecer sobre os projetos de ensino, de pesquisa e extensão que lhes forem apresentados, encaminhando-os para a decisão final do CEPE;

V - elaborar a estrutura curricular de cada curso de graduação, bem como suas modificações e fixar as matérias/disciplinas para vigência após observância das diretrizes curriculares nacionais emanadas do Poder Público e aprovação do Conselho Superior;

VI- ser responsável pela inscrição de alunos regulares e irregulares nas Avaliações Nacionais, como ENADE e outras aplicáveis pelo nível do programa, nos termos legais;

VII- pronunciar-se sobre aproveitamento de estudos de alunos transferidos e diplomados;

VIII - opinar sobre admissão, promoção e afastamento de seu pessoal docente.

A Coordenação de curso é integrada por 01 (um) coordenador de curso, específico para cada curso oferecido pela IES, e, ainda, por coordenações de apoio, previstas nos Projetos Pedagógicos dos Cursos oferecidos pela IES.

O Coordenador de curso e as coordenações de apoio serão exercidas por professores do próprio curso oferecido pela IES, sendo escolhidos e designados pelo Diretor da Faculdade, com mandato de 2 (dois) anos, podendo ser reconduzidos por mais de uma vez. Os Coordenadores de curso deverão ser portadores, de no mínimo, do título de especialista na área ou áreas afins e suas funções desempenhadas de 4 (quatro) horas, por dia.

Os Coordenadores têm as seguintes atribuições:

I- superintender todas as atividades da Coordenação de curso, representando-a junto às autoridades e órgãos da Faculdade;

II- convocar e presidir as reuniões da Coordenação de Curso;

III - atualizar o projeto pedagógico, sugerir e aprovar livros para a biblioteca;

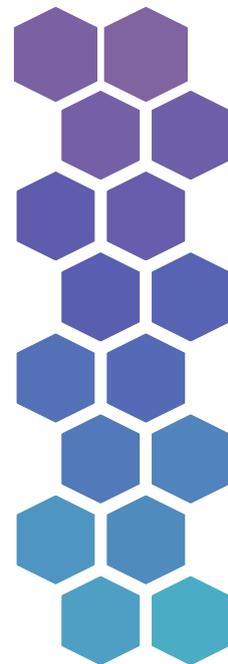
IV- manter articulação permanente com as demais coordenações de apoio corresponsáveis pelo curso;

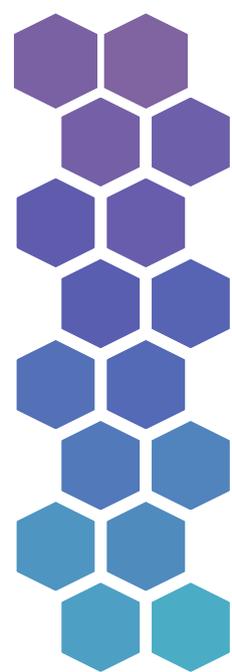
V - acompanhar e avaliar a execução curricular;

VI- encaminhar ao Conselho Superior propostas de alterações do currículo do curso;

VII- propor as demais coordenações de apoio alterações dos programas das matérias/disciplinas, objetivando compatibilizá-los;

VIII - elaborar, mediante entendimentos com as demais coordenações de apoio, a oferta de matéria/disciplina para cada ano letivo, submetendo-a ao Conselho Superior;





IX- exercer a coordenação de matrículas no âmbito do curso em articulação com a Secretaria;

X - acompanhar e avaliar a execução curricular, bem como o registro de aulas nas cadernetas;

XI- providenciar o lançamento de notas das avaliações nas fichas do Corpo Docente e no setor de informática;

XII - fiscalizar a frequência do Corpo Docente, exigindo a reposição de aulas;

XIII - esclarecer e solucionar problemas entre o Corpo Docente e Discente;

XIV - providenciar e solicitar programas e bibliografia do Corpo Docente;

XV - relacionar os diplomados, dependentes, repetentes, com abandono, com trancamento e enviar ao setor de informática, mantendo cadastro atualizado;

XVI - dispensar o Corpo Discente das aulas, por ausência de professor;

XVII- analisar e providenciar os documentos necessários na pasta do Corpo Docente e Discente;

XVIII - acompanhar todas as fases do registro de diplomas;

XIX - supervisionar, através do acompanhamento, análise, execução, avaliação do calendário de aulas e provas do Corpo Docente, bem como transferências, trancamento, cancelamento de matrícula, matrícula de diplomados e dependência do Corpo Discente;

XX - presidir e compor os integrantes da Comissão de Processo Administrativo;

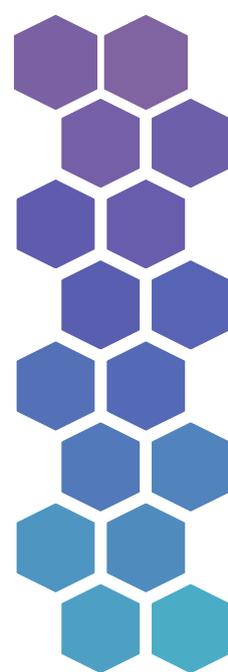
XXI - responsabilizar-se pelo planejamento pedagógico do curso e acompanhamento psicológico do Corpo Discente.

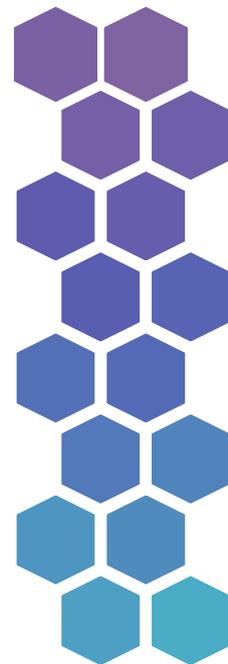
#### 4.8 Competências dos órgãos de apoio.

Registre-se que, para viabilizar os Projetos Pedagógicos dos Cursos, criaram-se Coordenações específicas para cada Curso, objetivando a concretização das suas propostas pedagógicas, como a Coordenação de Pesquisa, Produção Científica e Extensão, a Coordenação de Monografia, a Coordenação de Orientação Administrativa, Pedagógica e Profissional, as Coordenações de Graduação de Curso, além da Coordenação de Atividades Complementares.

As atribuições dos Coordenadores dos Cursos de Graduação e das Coordenações específicas para cada Curso da Instituição são as constantes no PDI.

**Depositário do Acervo Acadêmico - DAA.** Considera-se como Acervo Acadêmico o conjunto de documentos produzidos e recebidos por instituições públicas ou privadas que ofertam educação superior, pertencentes ao sistema federal de ensino, referentes à vida acadêmica dos estudantes e necessários para comprovar seus estudos, cuja estrutura foi definida na Portaria MEC nº 315/2018. A Política de Manutenção e Guarda do Acervo Acadêmico da Faculdade de Ciências Humanas de Pernambuco visa à guarda e à manutenção do Acervo Acadêmico, documentos de arquivo relativos às atividades-fim da Instituição, cuja gestão de documentos garantirá o cumprimento do





previsto nos prazos de guarda, destinações finais e observações previstas na legislação vigente. O dirigente da IES e o representante legal da Mantenedora são pessoalmente responsáveis pela guarda e manutenção do respectivo acervo acadêmico, que deve ser mantido permanentemente organizado e em condições adequadas de conservação, fácil acesso e pronta consulta. Neste contexto, a IES designou um funcionário responsável pela organização, guarda e conservação do Acervo Acadêmico ou Depositário do Acervo Acadêmico (DAA), desde 2014 (Portaria nº 07/2014, de 02 de janeiro de 2014, inclusive com Ofício nº 07/2014, de 31 de março de 2014, com A.R, e Portaria nº 56, de 30 de dezembro de 2016 da IES). A gestão de documentos de arquivo da Faculdade de Ciências Humanas de Pernambuco engloba o conjunto de medidas e rotinas que visam à racionalização e à eficácia na criação, tramitação, classificação, uso, avaliação e arquivamento dos documentos em fase corrente e intermediária, visando o recolhimento para guarda permanente ou eliminação/destinação final.

**Comissão de Sustentabilidade Ambiental - CSA** é responsável pela implementação da “Política Ambiental na IES” objetivando implementar um espaço educador sustentável, com uma gestão democrática. Os princípios da Política Ambiental da IES são as seguintes:

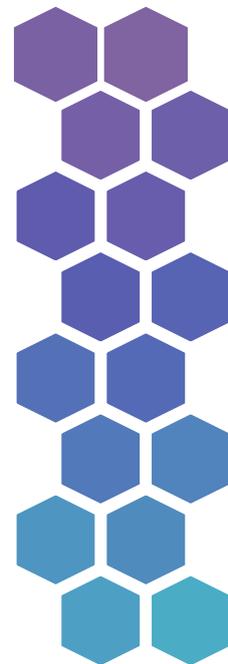
5

I- Atender a legislação, resoluções e regulamentos ambientais aplicáveis as características da IES;

II- Implementar um sistema de gestão ambiental

(SGA); III - Racionalizar o uso de água e a energia;

IV - Coleta de águas pluviais para aproveitamento na limpeza da Infraestrutura;



IV - Acompanhar a disponibilidade de novos produtos e equipamentos, para a necessidade da instituição, que sejam menos prejudiciais ao meio ambiente; e

V - Preservar a natureza existente na área

física da IES. Já os objetivos da Política Ambiental da

IES são:

I - Integrar o desenvolvimento econômico e tecnológico com a preservação do meio ambiente;

II - Prevenir a poluição e preservar o ambiente em todas as atividades e colaborar, quando possível, para preservar o ambiente em nível municipal, regional e estadual;

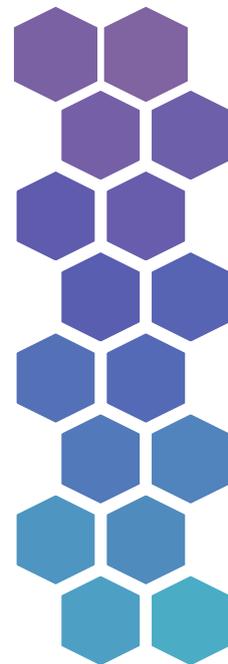
III - Atender as expectativas ambientais da comunidade acadêmica e da sociedade em geral;

IV - Colaborar para um ambiente saudável para todos;

V - Diminuir ao máximo os impactos ambientais causados internamente; e

VI - Viabilizar a inserção da Educação Ambiental na Instituição, articulando-a com a realidade, com os compromissos sociais e com as ações concretas que realiza, solidificando um vínculo direto com a estrutura administrativa da IES.

No tocante aos Instrumentos da Política Ambiental da IES têm-se como meios:



I - Conscientizar e capacitar os funcionários para que esses possam agir de acordo com os procedimentos ambientais corretos;

II- Firmar parceria e convênios com outras IES e/ou órgão para desenvolver e trocar experiência em questões ambientais;

III - Estabelecer e implantar um sistema de gestão ambiental - SGA;

IV - Acompanhar, ampliar e, sempre que necessário, modificar as metas, os objetivos e as diretrizes ambientais; e

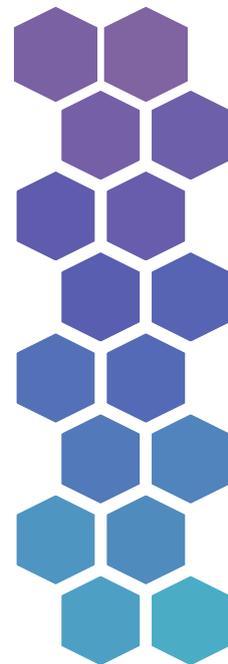
V - Estabelecer padrões de qualidade ambiental.

Desta forma às IES, por serem disseminadoras de conhecimento e formadoras de opinião têm também a responsabilidade pela proteção e qualidade do meio ambiente onde estão inseridas.

5

**Núcleo de Acessibilidade, Inclusão e Direitos Humanos - (NAID).** O Núcleo de Acessibilidade, Inclusão e Direitos Humanos (NAID) tem por objetivo propor, avaliar e fiscalizar as demandas e providências inerentes ao processo de inclusão, permanência e acessibilidade das pessoas com deficiência na IES. O NAID funcionará também como órgão consultivo e deliberativo responsável pela concepção e definição dos procedimentos de acessibilidade, inclusão e Direitos Humanos de alunos, professores, funcionários, corpo técnico administrativo e comunidade externa e tem como finalidade primordial a implantação, o acompanhamento e a avaliação das políticas institucionais para tais fins.

São atribuições do NAID:



a) Implementar e desenvolver as políticas institucionais sugeridas no Plano de Garantia de Acessibilidade da IES e os processos de acessibilidade, inclusão e Direitos Humanos da IES;

b) tratar da implementação de tais políticas e dos processos de acessibilidade, inclusão e Direitos Humanos delas decorrentes;

c) conduzir os trabalhos de implantação das medidas necessárias e da destinação de recursos junto à Mantenedora, com vistas à efetivação das políticas institucionais definidas;

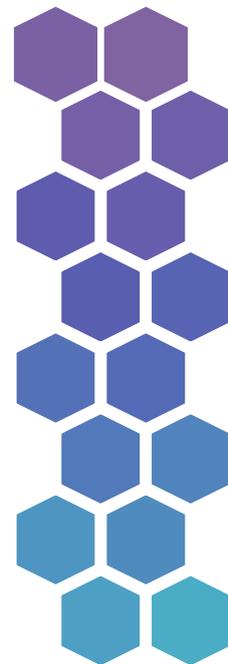
d) providenciar os espaços, ferramentas e insumos para a implementação de tais políticas e indicar formas de incentivo para a adesão às mesmas por parte dos interessados;

e) apresentar as referidas políticas aos Núcleos Docentes Estruturantes dos Cursos (NDEs) e ao Conselho Superior e, a partir de tais apresentações, levantar sugestões para seu aprimoramento;

f) elaborar relatórios semestrais das atividades realizadas pelo Núcleo e apresentar aos membros do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE);

g) apresentar, anualmente, a Diretoria da IES o seu plano de trabalho e o cronograma de execução;

h) garantir o atendimento ao Estudante com Deficiências, limitações, superdotações e com Transtorno do Espectro Autista, prevendo o desenvolvimento de ações voltadas para o acesso, para a permanência e para qualidade do ensino oferecidos aos estudantes matriculados na Instituição e aos seus colaboradores;



i) garantir que a infraestrutura da instituição esteja adequada para permitir a locomoção para pessoas com mobilidade reduzida, adaptação de sanitários, bebedouros e sinalização tátil e em braile compatível para pessoas com deficiência visual, de forma que o estudante, professores e demais funcionários tenham acesso a todos os espaços institucionais;

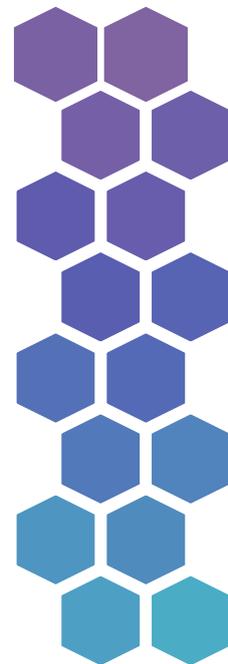
j) garantir que a proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, nos termos legais, sejam completamente atendidos, bem como que caso haja necessidade, o NAID designará profissional para acompanhar o estudante portador da síndrome nas atividades acadêmicas;

k) promover ações de difusão dos Direitos Humanos, como processo dinâmico, multidimensional, que envolva toda a comunidade acadêmica e que dissemine a necessidade de igualdade e de defesa da dignidade humana;

l) analisar solicitações e documentos apensados na justificativa do estudante e emitir parecer sobre a solicitação da prorrogação de prazo além do tempo máximo de integralização, estabelecido no Projeto Pedagógico de Curso, para conclusão do curso;

m) supervisionar as políticas de direitos humanos, desenvolvidas nos cursos, que tratam da equidade e diversidade de gênero e do combate à violência contra a mulher (Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006);

n) aprovação pelo NAID de todas as obras efetuadas pela IES, seja de ampliação ou de reforma, nos aspectos referentes exclusivamente a acessibilidade e inclusão.



A escolha e/ou indicação dos docentes para comporem o NAID será feita por Portaria emanado pelo Diretor da IES, para um mandato de 2 (dois) anos, com possibilidade de recondução dos referidos membros, por iguais períodos, bem como o NAID tem Regimento próprio. O NAID será constituído pelo Diretor, pelo Coordenador da CPA, por um representante dos Coordenadores ou por um representante de uma das coordenações de apoio dos cursos e por um representante do corpo técnico- administrativo.

**Comissão Local de Acompanhamento e de Controle Social do Programa Universidade Para Todos - PROUNI - COLAPS.** A Comissão Local de Acompanhamento e de Controle Social do Programa Universidade Para Todos - PROUNI - COLAPS é Órgão colegiado, de natureza consultiva instituídos na Instituição de Ensino Superior - IES participante do PROUNI, com função preponderante de acompanhamento, averiguação e fiscalização da implementação local do Programa Universidade para Todos - PROUNI nas IES, devendo promover também a articulação entre a CONAP e a comunidade acadêmica das IES participantes do programa, com vistas ao seu constante aperfeiçoamento.

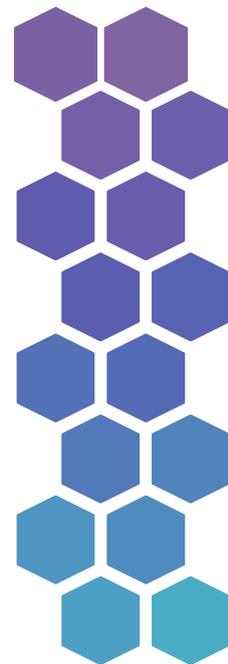
5

A COLAPS tem as seguintes atribuições:

I - exercer o acompanhamento, averiguação e fiscalização da implementação do PROUNI nas Instituições de Ensino Superior (IES) participantes do Programa;

II- interagir com a comunidade acadêmica e com as organizações da sociedade civil, recebendo reclamações, denúncias, críticas e sugestões para apresentação, se for o caso, à Comissão Nacional de Acompanhamento e Controle Social do PROUNI - CONAP;

III - emitir, a cada processo seletivo, relatório de acompanhamento do PROUNI;



IV- fornecer informações sobre o PROUNI à

CONAP. A COLAPS tem a seguinte composição:

I - 1 (um) representante do corpo discente das instituições privadas de ensino superior, que deve ser bolsista PROUNI;

II- 1 (um) representante do corpo docente das instituições privadas de ensino superior, que deve ser professor em regime de dedicação mínima de 20 (vinte) horas semanais;

III - 1 (um) representante da direção das instituições privadas de ensino superior, que deve ser o coordenador ou um dos representantes do PROUNI na IES;

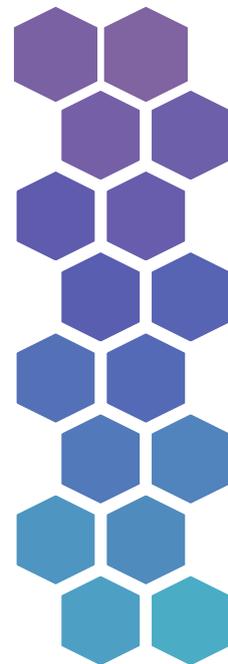
IV- 1 (um) representante da sociedade civil.

**Comissão Permanente de Supervisão e Acompanhamento - CPSA.** A Comissão Permanente de Supervisão e Acompanhamento (CPSA) é responsável pela validação das informações prestadas pelo estudante no ato da inscrição, bem como dar início ao processo de aditamento de renovação dos contratos de financiamento do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior - FIES, nos termos da legislação vigente.

A CPSA tem como atribuições:

I- tornar públicas as normas que disciplinam o FIES em todos os locais de oferta de cursos da instituição;

II- permitir a divulgação, inclusive via internet, dos nomes e do endereço eletrônico dos membros da CPSA;



III - analisar e validar a pertinência e a veracidade das informações prestados pelo aluno no módulo de inscrição do SisFIES, bem como da documentação por este apresentada para habilitação ao financiamento estudantil, nos termos da legislação vigente e demais normas que regulamentam o FIES;

IV - emitir, por meio do sistema, Documento de Regularidade de Inscrição (DRI) do estudante;

V - avaliar, a cada período letivo, o aproveitamento acadêmico dos estudantes financiados, tendo em vista o desempenho necessário a continuidade do financiamento;

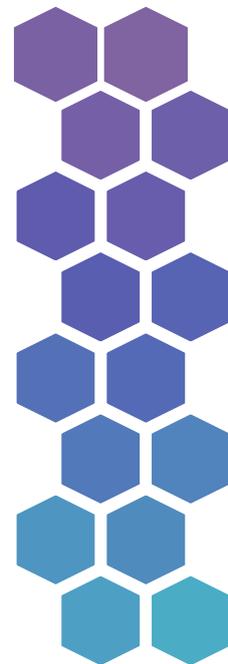
VI - adotar as providências necessárias ao aditamento dos contratos de financiamento, mediante a emissão, ao término de cada semestre letivo, do Documento de Regularidade de Matrícula (DRM);

VII - zelar pelo cumprimento da legislação vigente e demais normas que regulamentam o FIES.

A Comissão será composta por cinco membros, sendo dois representantes da instituição de ensino, dois representantes da entidade máxima de representação estudantil da instituição de ensino e um representante do corpo docente da instituição de ensino. Os representantes da Comissão deverão integrar o corpo docente, discente e administrativo do local de oferta de cursos.

Os membros das Comissões Permanentes de Supervisão e Acompanhamento terão mandato de 02 (dois) anos e exercerão função não remunerada (caráter voluntário).

**Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas - NEABI.** O Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI) tem a finalidade de regulamentar as ações referentes

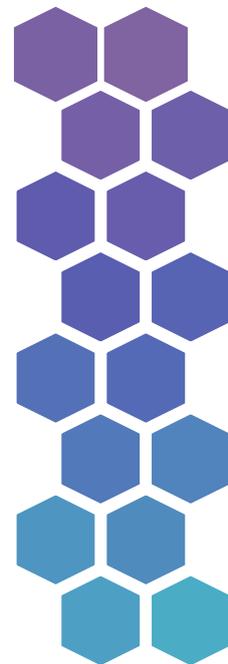


à implementação definida na legislação vigente, que instituem a obrigatoriedade de incluir no currículo oficial da rede de ensino a temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. O NEABI é um núcleo de promoção, planejamento e execução de políticas inclusivas pautado na construção da cidadania por meio da valorização da identidade étnico-racial, do respeito às diferenças e à igualdade de oportunidades, que venha a eliminar as barreiras atitudinais.

Ao NEABI desenvolve ações de implantação e implementação das políticas afirmativas, conforme as demandas existentes no âmbito institucional e as diretrizes do Ministério da Educação. O NEABI organiza atividades que contemplem os diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira.

O NEABI tem as seguintes atribuições:

- I. Articular os diversos setores da instituição nas diversas atividades relativas às políticas afirmativas ligadas à questões étnicas;
- II. Promover parcerias com instituições públicas e privadas, associações e cooperativas, ONG´s e órgãos representativos;
- III. Divulgar informações sobre os Programas de Inclusão relativos ao núcleo, buscando garantir o acesso e a permanência na instituição;
- IV. Representar o NEABI em ocasiões necessárias;
- V. Propor, elaborar, executar e avaliar ações educativas que concretizem a promoção do conhecimento e da valorização da história dos povos africanos e indígenas e de suas culturas;
- VI. Divulgar as informações e eventos relacionados à temática;



VII. Convocar as reuniões e coordená-las;

VIII. Programar e difundir à comunidade acadêmica as deliberações do NEABI e solicitar posições com relação a assuntos de interesse geral, quando se fizer necessário;

IX. Elaborar e participar de projetos que visem fomentar as ações inclusivas voltadas às questões étnico-raciais na Faculdade de Ciências Humanas de Pernambuco visando a indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão;

X. Colaborar em ações que levem à constituição de um acervo bibliográfico relacionado à educação pluriétnica em parceria com as Coordenações de Cursos da IES.

Os membros do NEABI serão designados por Portaria do Diretor da Faculdade de Ciências Humanas de Pernambuco e terá a seguinte composição:

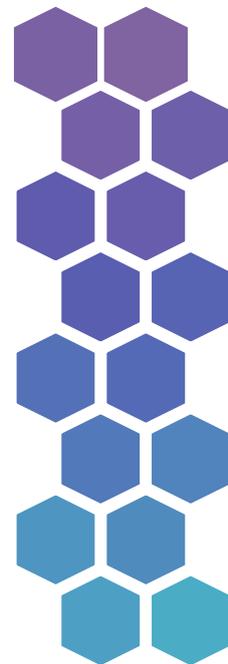
5

I. Coordenadores de Pesquisa, Produção Científica e Extensão dos cursos de graduação da IES.

II. De Representante Docente: deverá exercer a docência em algum dos cursos de graduação da IES.

III. De Representante Discente: deverá estar devidamente matriculado em um dos cursos de graduação da IES.

A Coordenação do NEABI ficará a cargo de um dos Coordenadores de Pesquisa, Produção Científica e Extensão da IES, eleito pelos seus pares e nomeado por Portaria pelo Diretor da Faculdade de Ciências Humanas de Pernambuco.



A organização do trabalho do NEABI será feita por meio de reuniões mensais, devidamente documentada em ata e arquivada na Secretaria.

**Setor de Apoio Psicopedagógico - SAP.** O Setor de Apoio Psicopedagógico (SAP) tem por finalidade apoiar os docentes e discentes da Faculdade em sua atuação e/ou qualificação didático - pedagógica, tendo em vista a qualidade de ensino, assim como a otimização do ensino desenvolvido pela IES no cumprimento de sua missão institucional. O SAP funcionará como apoio educativo, com autonomia técnica e dever de confidencialidade.

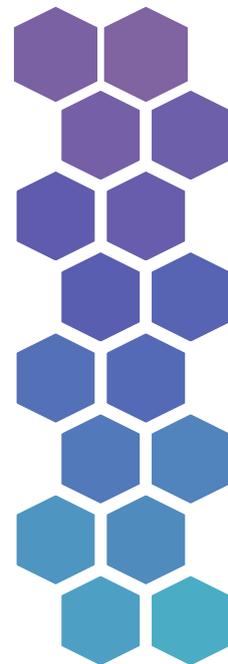
O SAP terá como objetivos gerais:

I - auxiliar acadêmicos na integração destes ao contexto educacional;

II- realizar orientação ao aluno, no que se refere às dificuldades acadêmicas, proporcionando a identificação dos principais fatores envolvidos nas situações problemas e estratégias de enfrentamento pessoais e institucionais;

III - acompanhar acadêmicos que apresentem dificuldades de aprendizagem, visando o desenvolvimento de competências e habilidades acadêmicas, acompanhando o desempenho acadêmico, a evasão escolar, índices de aproveitamento e de frequência às aulas e demais atividades acadêmicas;

IV - auxiliar na avaliação acadêmica de alunos ingressantes, buscando identificar as dificuldades de aprendizagem e auxiliar no planejamento de cursos de nivelamento, bem como orientar os acadêmicos que apresentarem dificuldades específicas de aprendizagem.



O SAP terá as seguintes áreas de intervenção:

I- orientação aos casos relativos às dificuldades de aprendizagem e estudo;

II- encaminhamento para profissionais e serviços especializados dependendo da situação apresentada;

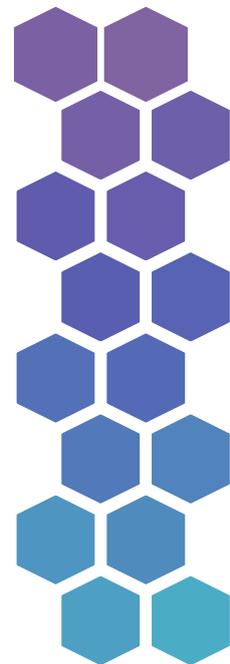
III - orientação relativa às dificuldades de relacionamento interpessoal que ofereçam dificuldades de adaptação e motivação na dimensão acadêmica e profissional;

IV - orientação aos encaminhamentos da direção, coordenação de curso, coordenação de estágios, corpo docente e Comissão Própria de Avaliação (CPA);

V - orientação às demandas relacionadas à profissão e à formação profissional.

As atividades desenvolvidas têm como alvo, problemáticas de desenvolvimentos, dificuldades de aprendizagem e de realização escolar, problemas sociais ou de comportamento, educação especial, etc. O apoio será dado diretamente ao aluno ou através da colaboração com professores e outros profissionais. O profissional do SAP será designado por Portaria do Diretor da Faculdade de Ciências Humanas de Pernambuco e deverá ser profissional da área de Psicologia, sendo a sua área de influência todos os Cursos existentes na Faculdade de Ciências Humanas de Pernambuco - FCHPE.

**Secretaria Acadêmica.** O Secretário da Faculdade de Ciências Humanas de Pernambuco tem como atribuições:



I - organizar os serviços da Secretaria, concentrando nela a escrituração do estabelecimento, a qual deverá ser mantida rigorosamente atualizada e conferida;

II- organizar o arquivo de modo a se assegurar a preservação dos documentos escolares e atender, prontamente a qualquer pedido de informação ou esclarecimento de interessados ou da Diretoria;

III

- cumprir os despachos legais pertinentes da Diretoria;

IV- superintender e fiscalizar os serviços da Secretaria Acadêmica ou Postos de Atendimento, fazendo distribuição equitativa dos trabalhos pelos auxiliares;

V - redigir e fazer expedir toda correspondência oficial do estabelecimento;

VI- redigir e subscrever os editais de processos seletivos, chamada para exame e matrículas, os quais serão publicados de ordem da Diretoria;

VII - manter atualizada a coleção de leis, regulamentos, regimentos, instruções, despachos, ordens de serviços e livros de escrituração;

VIII - apresentar à Diretoria, em tempo hábil, todos os documentos que devem ser visados ou assinados;

IX- subscrever e publicar, ao final de cada período letivo, o quadro de notas de aproveitamento, de provas e exames, e relações de faltas e frequências para conhecimento dos alunos;



X - organizar e manter atualizado o prontuário dos professores;

XI - ter sob sua responsabilidade o setor de arquivo de documentação acadêmica dos docentes, pesquisadores e extensionistas, e os processos relativos às respectivas promoções funcionais;

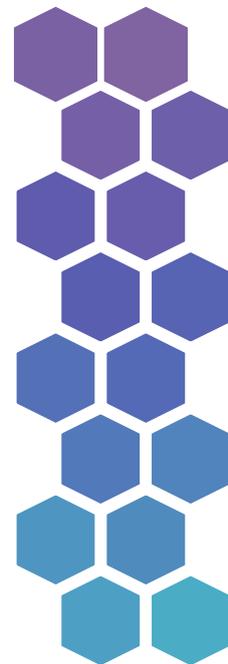
XII- comunicar à Tesouraria, para fins de registro e governo, imediatamente após a escrituração, as séries, bem como o número de matrícula atribuído aos alunos que sejam matriculados;

XIII - exercer as demais atribuições que lhe sejam previstas em Lei e neste Regimento.

O Secretário da Faculdade de Ciências Humanas de Pernambuco será designado pelo Diretor da Faculdade, nos termos do Regimento Geral.

**Tesouraria e do Financeiro.** Os encargos de Tesouraria e de Contadoria são exercidos através da Entidade Mantenedora, a quem compete a arrecadação dos rendimentos financeiros das atividades desenvolvidas e a cobertura das despesas realizadas, de acordo com o orçamento institucional aprovado para determinado exercício financeiro. As taxas e contribuições, mensalidades ou anuidades escolares serão definidas pela Entidade Mantenedora e publicadas em ato específico pelo Diretor, respeitados os termos do contrato de prestação de serviços educacionais segundo a legislação.

A Tesouraria oferece atendimento de pendências de mensalidades; pagamentos; contracheques; liberação de verbas; planilhas de mensalidades; contrato de prestação de serviços educacionais; carnês de pagamento de mensalidades escolares; pendências relativas à parte contábil, financeira e de pessoal dos Corpos Docente, Discente e Técnico Administrativo, entre outras atribuições.



### Capítulo 3: Relação da Instituição com a Mantenedora.

A mantida, Faculdade de Ciências Humanas de Pernambuco e a mantenedora, Sociedade Pernambucana de Educação e Cultura possuem relação jurídica previstas na Lei e nos regulamentos internos. No Regimento da Faculdade de Ciências Humanas Pernambuco, o regramento dessa relação se encontra prevista da seguinte forma:

Art. 131. A Entidade Mantenedora é responsável, perante as autoridades públicas e o público em geral, pela Faculdade, incumbindo-lhe tomar as medidas necessárias ao seu bom funcionamento, respeitados os limites da Lei e deste Regimento, a liberdade acadêmica dos Corpos Docente e Discente e a autoridade própria de seus órgãos deliberativos e executivos.

Art. 132. Compete principalmente à Mantenedora promover adequadas condições de funcionamento das atividades da Faculdade, colocando-lhe à disposição os bens imóveis e móveis necessários, de seu patrimônio ou de terceiros a ela cedidos, assegurando-lhes os suficientes recursos financeiros de custeio.

§ 1º A Mantenedora reserva-se a administração orçamentária e financeira da Faculdade, podendo delegá-la no todo ou em parte ao Diretor.

§ 2º Dependem de aprovação da Mantenedora as decisões dos órgãos colegiados e da Direção da Faculdade que importem em aumento de despesa.

§ 3º A Faculdade mantida goza de autonomia nos assuntos didático pedagógicos, para o seu bom desempenho.

§ 4º Os convênios interinstitucionais e contratos de prestação de serviços educacionais firmados entre os alunos e a instituição, serão assinados pelo representante da Entidade Mantenedora ou pelo Diretor, por delegação de competência.

§ 5º A Entidade Mantenedora designa o responsável pela guarda e conservação do Acervo Acadêmico da Faculdade.

Além dessas atribuições, o Regimento Geral da Faculdade de Ciências Humanas de Pernambuco determina que os docentes sejam contratados diretamente pela

mantenedora, embora tenham que respeitar a hierarquia da mantida, inclusive se submetendo aos rigores dos deveres institucionais previstos.

## Capítulo 4: Política de Atendimento aos discentes.

### 1. Programas de apoio pedagógico e financeiro

Cada curso possui uma coordenação que uma das suas atribuições é orientar o discente com problemas psicopedagógicos que dificultem a sua aprendizagem, orientar o corpo docente na realização do seu trabalho pedagógico.

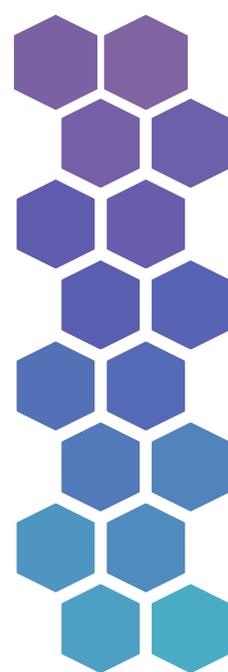
Neste contexto, os coordenadores oferecem aos alunos com dificuldades subsídios para uma melhora no seu desempenho acadêmico, com serviços de aconselhamento, encaminhamento profissional, realização de palestras de motivação, com o objetivo de produzir uma maior interação entre aluno e professor e entre aluno e aluno para a elaboração de simulados diagnósticos para identificar possíveis deficiências no ensino-aprendizagem do curso e promover a qualidade da aprendizagem, inclusive solicitando a realização de aulas de nivelamento, além de possuir salas específicas para atendimento.

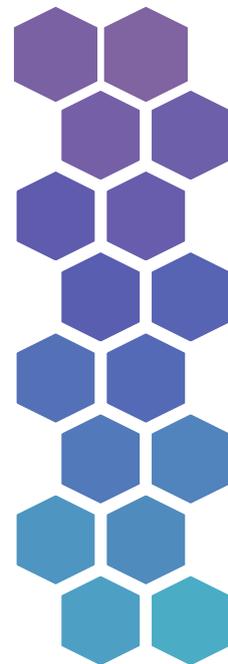
Quanto aos programas de apoio financeiro (bolsas), a Instituição dispõe de:

I - Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES)  
- com até 100% de financiamento na anuidade do curso selecionado;

II- Programa Universidade para Todos (PROUNI/Federal) - com bolsas de 50% a 100% e Programa Universidade para Todos (PROUNI/RECIFE), com bolsas de 100%

III- Os cursos da IES disponibilizam bolsas acadêmicas para a monitoria, a iniciação científica e, eventualmente, a pesquisa.





Os alunos aprovados nos Concursos de Monitoria recebem bolsas que variam de acordo com o Edital, tanto quanto ao tempo quanto ao valor da bolsa, podendo ocorrer a vinculação voluntária, a depender da decisão da Mantenedora. Ao final, o estudante recebe certificado de que participou do Programa para fins de atividades complementares.

Já no Programa de Iniciação Científica e a Pesquisa, o aluno participante de projeto de iniciação científica e da pesquisa aprovado pela Coordenação de Pesquisa, Produção Científica e Extensão, fará jus a Bolsa de Estudo da Instituição, na forma de desconto no valor da mensalidade do curso, cujo valor ou percentual será estipulado conforme Edital. A bolsa de iniciação científica fica restrita ao período indicado no Edital, não incluindo período eventual de prorrogação da pesquisa.

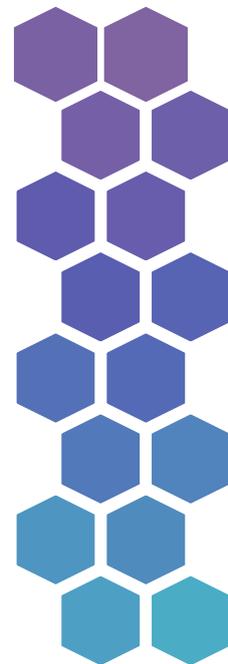
Não é possível a acumulação de bolsa de pesquisa em iniciação científica com qualquer outra concedida pela Instituição. Convém salientar que a IES também concede outras bolsas de estudo, além das existentes para a monitoria, e iniciação científica e a pesquisa, em forma de descontos nas mensalidades escolares para aqueles discentes, que efetivamente comprovem suas necessidades financeiras.

6

Outras formas de auxílio financeiro:

I - Descontos nas mensalidades escolares mediante requerimento e comprovação da situação financeira do discente, que oscilam entre 0,95% (zero vírgula noventa e cinco por cento) a 100,00% (cem por cento);

II- O apoio à participação, em eventos solicitados pelo Corpo Discente, com o auxílio em promoções de Seminários, Feiras de Empreendedores, solicitação de equipamentos, solicitação do Auditório, confecção de Certificados e eventualmente, participação em competições esportivas, com apoio financeiro para material esportivo;



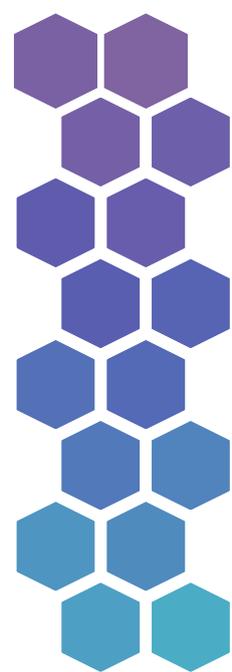
III - O Programa de atendimento aos ingressantes (PAI) - tem por objetivo atender aos estudantes ingressantes no primeiro ano, regularmente matriculados nos cursos de graduação presencial da Faculdade de Ciências Humanas de Pernambuco - FCHPE, que apresentem comprovadamente situações de vulnerabilidade econômica. O Edital indicando datas da seleção e o número de vagas será aberto no início de cada ano letivo em data a ser divulgado na página eletrônica da IES (o Edital é disponibilizado durante o período de inscrições).

Em caso de aprovação os alunos ingressantes receberão bolsas de iniciação científica no valor de 30% de descontos nas mensalidades, durante 12 meses, bem como haverá acompanhamento, supervisão e orientação aos alunos ingressantes durante o transcorrer do ano, por meio de docente selecionado pela IES. Não há descontos cumulativos nas bolsas concedidas na IES.

## **2. Estímulos à permanência (programas de nivelamento, atendimento psicopedagógico).**

O **programa de nivelamento** é realizado da seguinte forma: as coordenações se articulam com os seus corpos docentes para a elaboração de “Avaliações Diagnósticas” contendo questões de Exames Nacionais, objetivando identificar possíveis deficiências no ensino-aprendizagem dos Cursos e, assim, promover a qualidade da aprendizagem. Verificada a necessidade de suprir deficiências no ensino-aprendizagem dos discentes, as Coordenações constroem planos de ação específicos para sanar as dificuldades encontradas.

Com relação ao ingresso de estudantes estrangeiros, estes serão mediante transferência de outra IES credenciada no sistema federal de ensino, com a devida documentação ou a existência de Convênio Cultural, que ocorrerá com base em Acordos ou Convênios celebrados com outras Instituições, firmados por Protocolo, na forma do Regimento da IES, aprovado pelo MEC, no qual serão definidos número de vagas, critérios e condições, inclusive da necessidade de aulas de nivelamento no curso determinado pela Coordenação de Orientação Administrativa Pedagógica e Profissional do Curso.



Há na IES um **Setor de Apoio Psicopedagógico – SAP**, no qual os estudantes que necessitam de atendimento especial participam de programa de apoio discente, tanto quanto os demais estudantes.

Eventualmente, na hipótese de se verificar situações de uso de drogas e álcool junto ao corpo discente ou conforme a gravidade da situação verificada, o Setor de Apoio Psicopedagógico solicitará a Direção o encaminhamento do(s) discente(s) para um atendimento mais especializado.

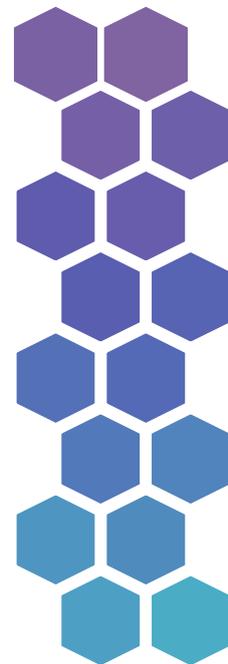
O **Núcleo de Acessibilidade, Inclusão e Direitos Humanos (NAID)** responde pela organização de ações institucionais que garantam a inclusão de pessoas com deficiência à vida acadêmica, eliminando barreiras pedagógicas, arquitetônicas e na comunicação e informação, promovendo o cumprimento dos requisitos legais de acessibilidade e políticas de Direitos Humanos contribuindo para a organização da política Inclusiva da IES, em todas as ações/atividades institucionais (sejam elas de ensino, pesquisa ou extensão) referentes a pessoas com deficiência ou acessibilidade e políticas de Direitos Humanos, incluindo também a extensão e a pós-graduação, onde todas as informações relativas a pessoas com deficiência devem ser mapeadas e informadas ao NAID, constituindo um acervo de informações.

6

### **3. Organização estudantil: espaço para participação e convivência.**

Os cursos são estimulados a constituir seu próprio Diretório Acadêmico, sendo destinado espaço físico para suas atividades.

A IES possui uma área de convivência com 147,63m<sup>2</sup>, Wi-Fi, televisão, mesas, cadeiras, além de uma quadra descoberta de futebol, jogos de mesa e tabuleiro para o corpo discente proporcionando de forma satisfatória a prática de esportes, a recreação e o desenvolvimento cultural do corpo discente da IES.



#### 4. Acompanhamento dos egressos.

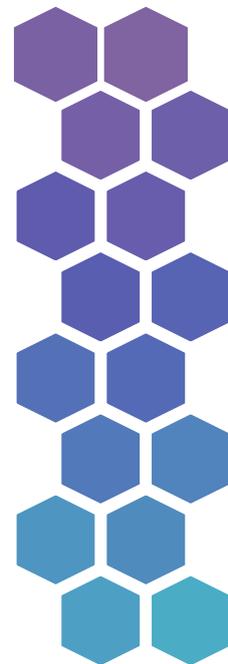
A Entidade Educacional tem como mecanismo de relacionamento com os seus egressos um Questionário de Acompanhamento de Egressos disponibilizado na sua página eletrônica, de modo que na medida em que os egressos vão respondendo o referido questionário há formação de arquivo com as respostas apuradas.

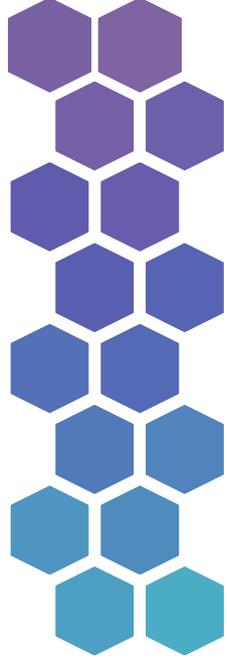
No Questionário de Acompanhamento de Egressos se procura averiguar se a formação acadêmica que recebeu na IES foi adequada para o mercado de trabalho, sugestões para aperfeiçoamento do processo de formação, qual o tipo de seminário, evento, curso de curta duração ou de especialização que os egressos gostariam que a IES realizasse, além de sugestões do empregador do egresso para aperfeiçoamento dos conteúdos programáticos do Curso.

Nas respostas quanto à formação acadêmica recebida na IES e sua adequação ao mercado de trabalho, as sugestões para aperfeiçoamento do processo de formação e as sugestões do empregador do egresso para aperfeiçoamento dos conteúdos programáticos do Curso são apuradas pelo Centro de Processamento de Dados (CPD) e encaminhadas ao Coordenador de Orientação Administrativa, Pedagógica e Profissional do curso, em que o egresso estava vinculado na graduação, que as analisa e encaminha ao Coordenador do respectivo Curso para verificar a possibilidade de aperfeiçoamento do processo de formação e de adequação do currículo, ad referendum do Conselho Superior.

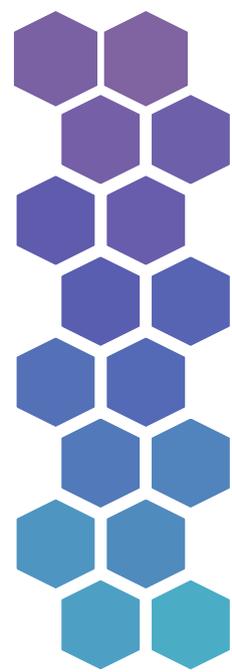
Já as respostas relacionadas quanto ao o tipo de seminário, evento, curso de curta duração ou de especialização que os egressos gostariam que a IES realizasse são apuradas pelo Centro de Processamento de Dados (CPD) e encaminhadas ao Coordenador de Pesquisa, Produção Científica e Extensão, em que o egresso estava vinculado na graduação, que as analisa e encaminha ao Coordenador do respectivo Curso para a inserção na programação de educação continuada voltados para o egresso nos eventos previstos durante o transcorrer do ano letivo.

Com base nestas informações as Coordenações de Cursos juntamente com as Coordenações de Pesquisa, Produção Científica e Extensão realizam a programação de educação continuada voltados para o egresso.





## PARTE II: ASPECTOS DO CURSO



## Capítulo 1 – Organização Didático-Pedagógica

### 1.1. Políticas institucionais no âmbito do curso.

Os coordenadores de cursos promovem a integração do ensino, da pesquisa e da extensão.

As Coordenações organizam os Projetos Pedagógicos através da oferta curricular, alinhando conteúdos que revelem inter-relações com a realidade nacional e internacional, segundo uma perspectiva histórica e contextualizada de sua aplicabilidade no âmbito das organizações e do meio através da utilização de tecnologias inovadoras. Para atingir este contexto, as Coordenações se reúnem com os docentes das disciplinas por Campos de Estudos/Eixos de Formação e em grupos da mesma matéria, verificando o plano de ensino de cada uma. Objetiva-se a abordagem da teoria possibilitando que o discente vislumbre as dimensões práticas que delas decorrem, determinando casos hipotéticos em avaliações (questões práticas em provas de avaliação) e interagindo com a realização de atividades eminentemente práticas (estudos de caso, elaborações de documentos em consonância com o conteúdo ministrado na disciplina teórica).

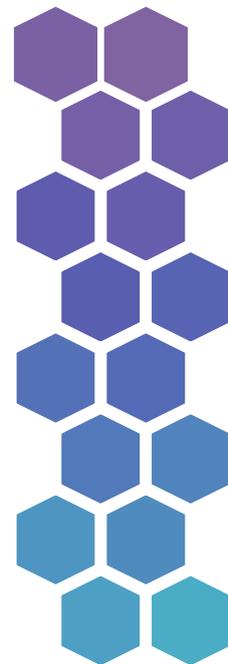
7

A Organização de Ensino possui sete etapas:

1° ) coleta de informações, sobre o Perfil Profissiográfico de cada Curso de Graduação da Faculdade de Ciências Humanas de Pernambuco, onde serão ministradas as suas aulas. Este dado contribui para que o docente prepare seu Plano de Curso adequando-o aos interesses e às necessidades dos alunos;

2° ) elaboração dos objetivos, é o que se objetiva atingir em termos de aprendizagem do aluno;

3° ) a seleção dos conteúdos: o docente indica o que há de mais recente na área e a produção histórica do que foi produzido, observando o plano de ensino.



4° ) definição das atividades de ensino, que são as formas de trabalhar o conteúdo em sala de aula e extraclasse, como aula expositiva, estudo de caso, dinâmica de grupo, fórum de debate, etc.;

5° ) seleção de material, o docente deve observar na Faculdade de Ciências Humanas de Pernambuco;

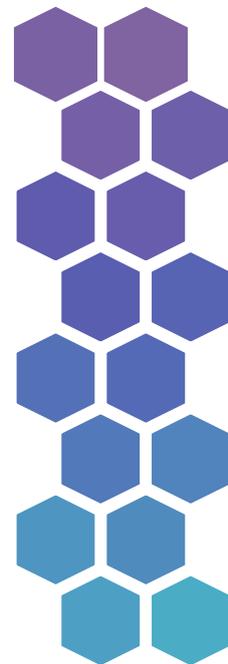
6° ) avaliação, deve abranger toda a ação docente e refletir os objetivos estabelecidos no planejamento, pois é pela avaliação que o docente revisará, ampliará e reorganizará a sua ação, com a finalidade de melhorar a sua qualidade de ensino.

7° ) Levantamento de Referências (Indicação do Marco Teórico), quando o docente indicar obras como fontes de referências de sua disciplina.

Convém salientar também, no tocante as referências, que o docente deve atentar-se a adequação da bibliografia indicada e a abordagem de seus componentes curriculares a temas relacionados às políticas de Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena, de Educação Ambiental, de Desenvolvimento Nacional Sustentável, de Educação em Direitos Humanos e, ainda, com ênfase a realidade local e regional.

Tudo precisa estar debatido e recomendando pelo NDE.

Na atual sistemática educacional, não se pode deixar de orientar que, nos processos de avaliação de cursos, há de se estimular à participação dos discentes no acompanhamento e na avaliação dos PPCs, onde o corpo discente não se limita a fazer parte do processo educativo, mas tomar parte desse processo, resultando numa atuação efetiva realizada dia a dia ao longo do curso, mediante postura crítica, reflexiva e questionadora diante das diversas situações vivenciadas resultando, num espaço de reflexão e construção coletiva dos Projetos Pedagógicos dos Cursos.



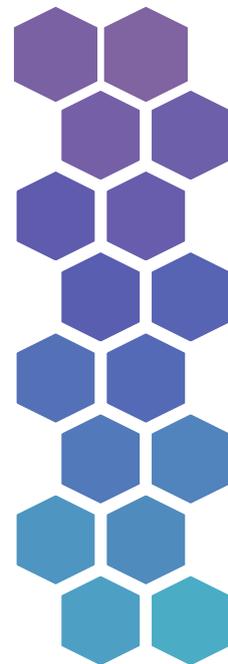
O docente deverá ter em mente, que a entrega e a atualização do Plano de Ensino contendo a referência constará da página eletrônica da Instituição, que ficará disponível para consulta e avaliação pelo Ministério da Educação (MEC), bem como serve como fonte de consulta pelo Corpo Discente, por pessoas interessadas e pelas Comissões de Avaliações de Cursos, além de refletir o grau de organização e atualização do docente em sua disciplina.

Há política de extensão na IES: os programas de extensão nos Cursos da Entidade contam com o suporte das Coordenações e com o Núcleo de Prática Jurídica (NPJ) para divulgar as atividades de Extensão dos Cursos da Instituição e a existência de Professores Pesquisadores responsáveis e encarregados de viabilizarem e acompanharem os programas de extensão como atividades permanentes e institucionalizadas dos cursos. A extensão tem por finalidade propiciar à comunidade o estabelecimento de uma relação de reciprocidade com a instituição; ela deve ser promovida de forma permanente, proporcionando um efetivo envolvimento de seus docentes e discentes com a comunidade, tais como programas de assessoria administrativa, contábil, jurídica, convênios, atividades de formação continuada (cursos de extensão ou atualização) e eventos extracurriculares periódicos.

7

Vale salientar que as atividades de extensão são diversas daquelas previstas no âmbito do Estágio Supervisionado, bem como do Estágio de Prática Jurídica do NPJ. A IES busca a compreensão das reais necessidades e potencialidades da região e busca os caminhos para que seu desenvolvimento econômico ocorra, onde os projetos de responsabilidade social na graduação devem, prioritariamente, atuar em áreas temáticas de Comunicação, da Cultura, da Educação, da Saúde, dos Direitos Humanos, do Meio Ambiente e da Tecnologia e do Trabalho.

Em suas relações com a comunidade, este vínculo se materializa na forma de empresas, órgãos públicos, associações de classe, organizações sem fins lucrativos, etc, onde a IES tem como responsabilidade: atuar junto com escolas e entidades carentes, ministrando cursos sem qualquer remuneração financeira e identificar necessidades não



satisfeitas no mercado e viabilizá-las em cursos de extensão e de aperfeiçoamento, além de projetar a imagem da IES na Sociedade.

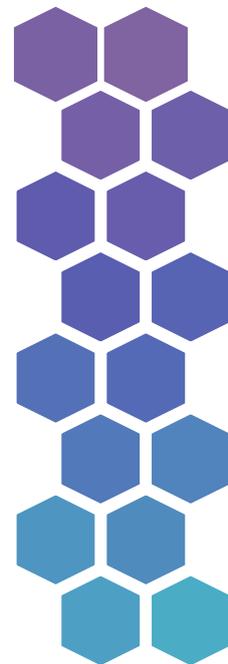
A IES fomenta atividades de extensão em Direitos Humanos, atendendo não apenas à necessidade formativa como também de intervenção por meio da aproximação com os segmentos sociais em situação de exclusão social e violação de direitos, assim como os movimentos sociais e a gestão pública.

Objetiva assim, a Faculdade de Ciências Humanas de Pernambuco, promover a acessibilidade não só aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades, com a participação dos seus corpos docente e técnico-administrativo, mas com a população que frequenta a instituição e se beneficia de alguma forma de seus serviços desenvolvendo atividades educacionais de nível superior condizentes com o que se espera de uma Instituição, que permitam responder com prontidão e eficiência aos muitos desafios de uma sociedade em constantes transformações.

Dentro deste contexto, os Professores viabilizam programas para a assessoria direta à comunidade, mantendo convênios com entidades para atuação orientada dos discentes em atividades de extensão, existência de atividades de formação continuada abertas à comunidade, realização de atividades continuadas (cursos de extensão ou atualização) e eventos extracurriculares periódicos.

A Instituição faz sua oferta em semestres. Nas matrizes curriculares dessa modalidade, encontram-se as disciplinas de **Prática de Extensão** com carga horária própria. O funcionamento dessa atividade curricular observa o Projeto Pedagógico do Curso, contemplando o mínimo de dez por cento da carga horária do curso.

Embora não haja previsibilidade de uma política de pesquisa em Faculdades, na vigência do atual DPI, a IES tem trabalhado, por meio das Coordenações em um projeto piloto de pesquisa, para possível implementação na vigência do presente PPC.



Neste contexto, a IES designou uma Comissão de Iniciação Científica composta de docentes dos seus três Cursos, onde são reservadas 02 (duas) vagas, com bolsas, na seleção de iniciação científica, para temas nas áreas de sustentabilidade socioambiental, bem como também são reservadas mais 02 (duas) vagas, com bolsas, para temática da Educação em Direitos Humanos e, ainda, são reservadas 02 (duas) vagas, com bolsas, para temas na área afro-brasileiros e indígenas objetivando incentivar pesquisas sobre processos educativos orientados por valores, visões de mundo, conhecimentos afro-brasileiros e indígenas.

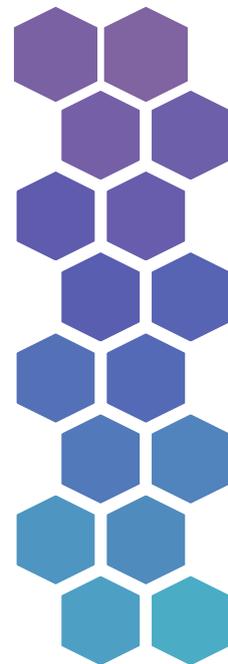
Portanto, o curso possui compromisso firmado pela Instituição em seu PDI, devendo se apropriar de projetos de extensão e de pesquisa, além de atuar no ensino conforme as diretrizes constantes nas normas internas.

## **1.2 Objetivos do curso.**

O Curso de Bacharelado em Direito possui como objetivos gerais a compreensão que o egresso precisa ter a respeito da sociedade, de seus conflitos, da complexidade das relações e das formas de solução de controvérsias.

Ao lado dos objetivos gerais, o curso possui objetivos específicos ligados à construção de competências e de habilidades que integrarão o perfil do egresso. Para tanto, o curso deverá assegurar uma sólida formação geral e humanística, aguçando a capacidade de análise, de domínio de conceitos e da terminologia jurídica; ao lado da capacidade de argumentação, de interpretação e de valorização dos fenômenos jurídicos e sociais, além do domínio das formas consensuais de composição de conflitos, aliado a uma postura reflexiva e de visão crítica que fomente a capacidade e a aptidão para a aprendizagem, autônoma e dinâmica, indispensável ao exercício do Direito, a prestação da justiça e ao desenvolvimento da cidadania.

A construção das competências e das habilidades necessárias ao egresso (bacharel em Direito) é realizada por meio da estrutura curricular. O itinerário de formação é evidenciado por períodos, no qual um componente curricular se associa dentro do



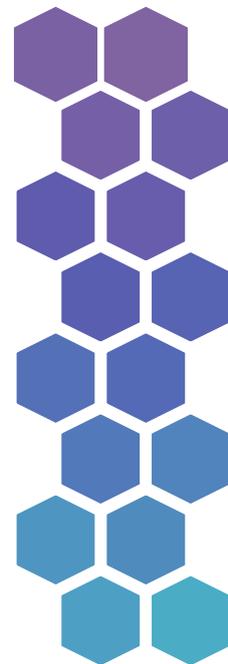
semestre concatenando uma série de habilidades construídas. Quando as habilidades são construídas, mensuradas consoante as avaliações periódicas, o estudante avança para o período seguinte, verticalizando o conhecimento, sem se esquecer de a especialização através do afunilamento de ideias que se segue. No total, o perfil profissional do egresso vai sendo construído dentro de cada período, e período a período.

As características locais e regionais são consideradas, notadamente porque a Instituição observa os movimentos históricos relacionados ao Direito e as contribuições locais em relação a formação do jurista. A tradição de Recife e de Pernambuco precisa ser analisada como contribuição para o desenvolvimento da história do direito nacional, a final aqui existiram inúmeros movimentos com ideais jurídicos, desde a invasão holandesa e passando pela Revolução Pernambucana (1817). A Escola do Recife e os demais movimentos surgidos na Faculdade de Direito do Recife faz com que juristas como Tobias Barreto, Paula Batista, Tomaz de Aquino, Clóvis Beviláqua, Teixeira de Freitas, Nelson Saldanha, Pinto Ferreira, João Maurício Adeodato sejam reconhecidos nacional e internacionalmente como ícones de ideias e teorias jurídicas inovadoras.

7

O curso possui perfil teórico e prático, voltado para as demandas sociais e as exigências do mundo do trabalho. Os egressos poderão atuar em empresas, departamento jurídicos, escritórios de advocacia, atuar como autônomos ou enfrentar concursos públicos para cargos e funções públicas como a magistratura, membro do ministério público, procuradorias, defensorias públicas, delegados de polícia entre outras relevantes funções.

Com isso, percebe-se que os objetivos do curso estão previstos neste documento e foram construídos a partir do perfil profissional do egresso (subcapítulo 1.3), a estrutura curricular (subcapítulo 1.4), o contexto educacional institucional e as características locais e regionais (Parte I deste PPC).



### 1.3 Perfil profissional do egresso.

O Curso requerido oferece um itinerário formativo capaz de construir competências nos alunos, assim entendidas como a força para mobilizar, articular, integrar e colocar em ação conhecimentos, habilidades, atitudes, valores e emoções que permitam responder intencionalmente, com suficiente autonomia intelectual e consciência crítica os desafios do mundo do trabalho.

Para tanto, o egresso deverá:

I- interpretar e aplicar as normas (princípios e regras) do sistema jurídico nacional, observando a experiência estrangeira e comparada, quando couber, articulando o conhecimento teórico com a resolução de problemas;

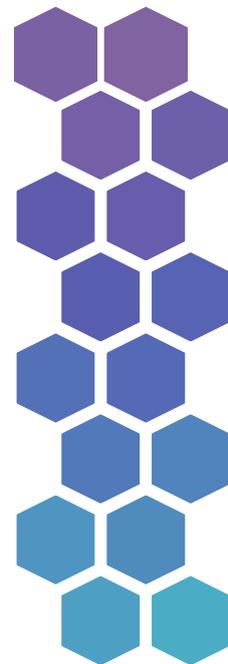
II- demonstrar competência na leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos, de caráter negocial, processual ou normativo, bem como a devida utilização das normas técnico-jurídicas;

III - demonstrar capacidade para comunicar-se com precisão;

IV - dominar instrumentos da metodologia jurídica, sendo capaz de compreender e aplicar conceitos, estruturas e racionalidades fundamentais ao exercício do Direito;

V - adquirir capacidade para desenvolver técnicas de raciocínio e de argumentação jurídicas com objetivo de propor soluções e decidir questões no âmbito do Direito;

VI- desenvolver a cultura do diálogo e o uso de meios consensuais de solução de conflitos;



VII- compreender a hermenêutica e os métodos interpretativos, com a necessária capacidade de pesquisa e de utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito;

VIII - atuar em diferentes instâncias extrajudiciais, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos;

IX- utilizar corretamente a terminologia e as categorias

jurídicas; X - aceitar a diversidade e o pluralismo

cultural;

XI- compreender o impacto das novas tecnologias na área jurídica;

XII - possuir o domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito;

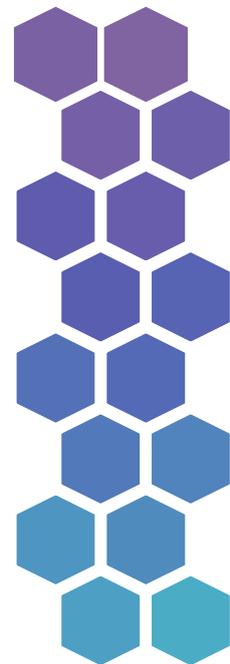
XIII - desenvolver a capacidade de trabalhar em grupos formados por profissionais do Direito ou de caráter interdisciplinar; e

XIV - apreender conceitos deontológico-profissionais e desenvolver perspectivas transversais sobre direitos humanos.

Esse perfil será construído conforme itinerário formativo proposto, de sorte que do conjunto de unidades e da reunião de saberes adquiridos (saber-ser, saber-fazer, saber-agir) se verificará o andamento da formação. Dessa forma, os egressos utilizarão o conhecimento intermediário e final em diversos locais, tais como em empresas estágios dentro de fora da instituição, em escritórios de advocacia ou em instituições públicas.

Para construir esse perfil Profissiográfico de profissionais na área do Curso defendido, a Instituição procurou enfatizar a interação aluno-docente-conhecimento, buscando em torno dos conteúdos básicos dos Planos de Ensino

materializar a ação pedagógica, por meio de aulas expositivas, fórum de debates, dinâmica de grupo,



seminários, estudos de casos e confecção de resenhas críticas, em suma, metodologias tradicionais e metodologias ativas capazes de permitir que os docentes mantenham os discentes atualizados sobre o que se passa nos diferentes contextos da sociedade e das organizações.

Cada período ofertado possui 360h, e se encontra formatado com cinco disciplinas com 60h, 80h ou 100h, com cargas horárias específicas de práticas extensionistas.

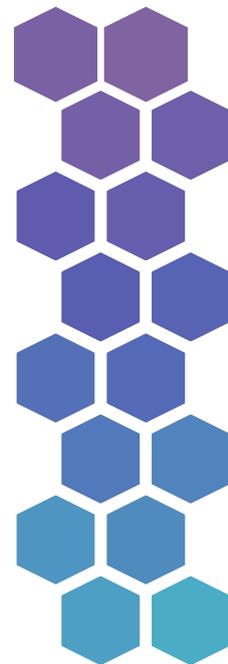
a) Primeiro período: Gerenciamento e Aprendizagem (80h), Ser Humano e Cultura (80h), Interpretação e Produção de Textos (80h), Fundamentos do Direito (60h), Estado e Política (60h).

b) Segundo período: Comportamento e Liderança (80h), Economia e Sociedade (80h), Teoria do Crime (60h), Teoria da Constituição e Direitos Fundamentais (80h), Pessoas, Bens e Fatos no Direito Civil (60h).

c) Terceiro período: Letramento Digital e Ferramentas Tecnológicas (80h), Teoria do Processo (80h), Teoria das Penas (80h), Obrigações (60h), Organização Política Brasileira (60h).

d) Quarto período: Criatividade e Empreendedorismo (80h), Processo de Conhecimento (80h), Crimes em Espécie I (80h), Contratos (60h), Ordens Econômica e Social (60h).

e) Quinto período: Prática de Extensão I (80h), Decisões Judiciais e Impugnações (80h), Crimes em Espécie II (80h), Direito das Coisas (60h) e Fundamentos da Administração Pública (60h).



f) Sexto período: Prática de Extensão II (80h), Cumprimento de Decisões e Execuções (80h), Processo Penal I (80h), Família e Sucessões (60h), Contratação Pública e Desapropriação (60h).

g) Sétimo período: Eletiva de Grupo I (80h), Sistema Tributário Nacional (60h), Processo Penal II (60h), Empresarial (60h) e Orientação de Estágio I (100).

h) Oitavo período: Eletiva de Grupo II (80h), Tributos em Espécie (60h), Relações do Trabalho (60h), Títulos de Crédito e Recuperação Judicial (60h), Orientação de Estágio II (100h).

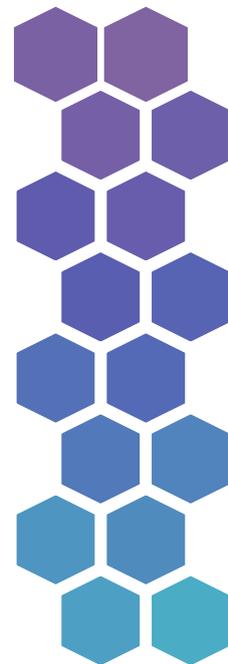
i) Nono período: Eletiva de Curso I (80h), Processo do Trabalho (60h), Trabalho de Curso (60h), Direito Internacional (60h), Orientação de Estágio III (100h).

j) Décimo período: Eletiva de Curso II (80h), Direito Ambiental (60h), Processo Administrativo e Tributário (60h), Ética e Legislação Profissional (60h), Orientação de Estágio IV (100h).

8

O Curso se encontra projetado com 3700 (três mil e setecentas) horas distribuídas por unidades curriculares, além de 100 (cem) horas destinadas às atividades complementares. O gráfico de formação retrata a distribuição da carga horária dentro dos conteúdos.

A Instituição possui avaliações diagnósticas que são aplicadas preliminarmente em cada unidade curricular, com vistas a detectar conhecimentos e experiências anteriores, permitindo o reconhecimento formal de saberes. Desde o início do curso o aluno aprende a aprender; através dos conteúdos articulados nas unidades curriculares da disciplina de “Gerenciamento da Aprendizagem”, os alunos recebem orientações sobre como estudar, como definir metas intermediárias e metas finais, como construir suas próprias metas (S.M.A.R.T), como otimizar tempo, como criar hábitos, e como construir sua trilha do saber a partir da identificação pessoal do perfil cinestésico, auditivo ou visionário.



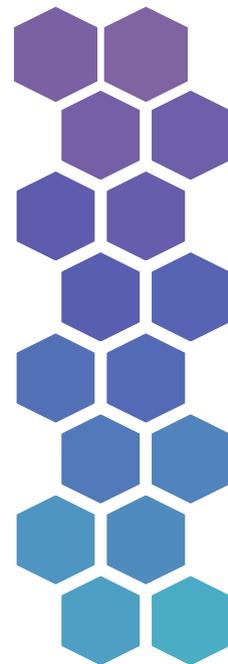
Com a “Interpretação e Produção de Texto”, os alunos aprenderão a se comunicar melhor, utilizando técnicas formais no manuseio da palavra escrita ou oral. As regras científicas serão abordadas, e o estudante se tornará capaz de construir textos simples e textos científicos, a depender de suas metas pessoais.

As unidades curriculares que integram a disciplina de “Comportamento e Liderança” objetivarão identificar habilidades pessoais e inatas. A partir dessas habilidades será possível verificar o perfil de liderança que existe em cada indivíduo, uma vez que alguns lideram pela capacidade processual, outros pela capacidade mediadora, outros pela capacidade gerencial e outros pela influência que exercer sobre os outros. Com a aplicação prática e real da teoria DISC será possível não apenas identificar como cultivar as melhores habilidades inatas de cada estudante.

Com o “Letramento Digital e Ferramentas Tecnológicas” os estudantes poderão conhecer ferramentas que ajudam no ingresso no mundo digital em sentido mais amplo. Ferramentas e tecnologia ainda que em curso de tecnologia não se restringem aos aspectos formais das técnicas, considerando a existência de redes sociais, meios de comunicação tecnológica, interação e conectividades como mecanismos da nova sociedade digital.

O aluno terá contato com a “Criatividade e Empreendedorismo”, quando será colocado em situações-problemas-limite a fim de construir soluções, obrigando-lhe a ser criativo, alternativo e inovador. O aluno também poderá entender mecanismos de empreendedorismo, como definir nichos e subnichos de mercado, promover recortes profissionais e desenvolver a capacidade para fazer leituras sobre as necessidades do mercado local, regional e internacional, podendo lançar-se como alternativa para resolução de uma ou de diversos problemas-reais.

O Curso oferecerá a oportunidade para debates sobre as relações étnico-raciais, a língua brasileira de sinais (LIBRAS), as relações étnico-raciais, a história afrodescendente e indígena, o estudo dos direitos humanos, que serão ofertados dentro dos componentes



curriculares, nas atividades complementares ou na eletiva. Dessa forma, os estudantes poderão usufruir do contato com alunos de outros cursos, promovendo a interação, a interdisciplinariedade e a transdisciplinariedade.

O Curso promoverá a experiência extensionista, dedicando 380h (trezentas e oitenta horas), distribuídas do segundo ao décimo período.

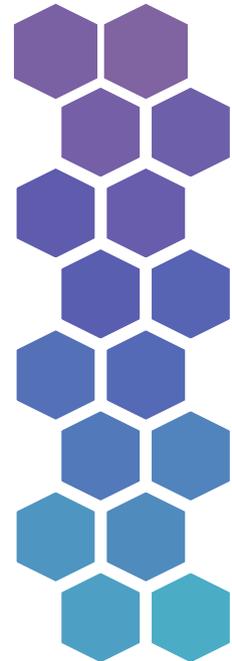
Dentro dos itinerários de formação, as disciplinas Eletivas de Curso I e II têm a função de explorar a capacidade dos alunos que, uma vez colocados em situação problema (problema social ou privado), deverão utilizar as habilidades construídas até aquele momento da trilha de aprendizagem para buscar soluções criativas, dentro de sua área de formação. O professor atuará como mediador de equipes, com a finalidade de manter o direcionamento das ações, filtrando as situações-problemas, acompanhando as construções apresentadas e avaliando as soluções encontradas.

#### **1.4 Estrutura curricular.**

A Estrutura Curricular do Curso de Bacharelado em Direito foi construída para ser cursada em dez períodos/semestres ou cinco anos (3700h). O curso atende a uma realidade dinâmica típica da natureza do curso, além de flexível, propiciando a integração entre a teoria e a prática, o diálogo entre as diferentes ciências e saberes, e as atividades facilitadoras da construção de competências.

O curso se encontra projetado para uma oferta de 50 (cinquenta) disciplinas (entre conteúdos básicos, transversais, interdisciplinares e específicos), totalizando 3600 horas relógio, com aulas de 60 minutos de duração. As disciplinas estão dispostas em dez períodos.

Cada disciplina possui carga horária de 60h, 80h ou 100h, a depender de sua construção e interferência no curso. O curso se encontra previsto para oferecer 100h de

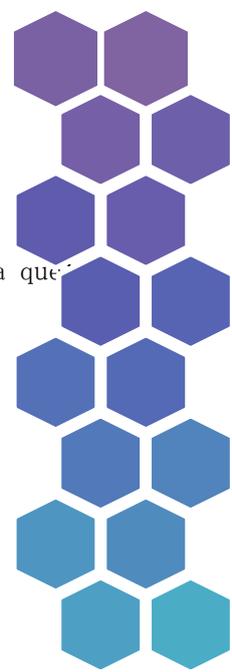


atividades complementares, com importância fundamental para a formação do egresso. A disposição das disciplinas pode ser visualizada da seguinte maneira:

| Curso | Disciplinas                                   | Carga Horária | Disciplinas                          | Carga Horária | Disciplinas                          | Carga Horária | Disciplinas                               | Carga Horária | Disciplinas                                    | Carga Horária |                       |     |
|-------|---|---------------|--------------------------------------|---------------|--------------------------------------|---------------|---|---------------|--|---------------|-----------------------|-----|
| 10    | Eletiva de Curso II                           | 80            | Direito Ambiental                    | 60            | Processo Administrativo e Tributário | 60            | Ética e Legislação Profissional           | 60            | Orientação de Estágio IV                       | 100           | Prática Extensionista | 20  |
|       | 360   |               |                                      |               |                                      |               |   |               |  |               |                       |     |
| 9     | Eletiva de Curso I                            | 80            | Processo do Trabalho                 | 60            | Trabalho de Curso                    | 60            | Direito Internacional                     | 60            | Orientação de Estágio III                      | 100           |                       | 20  |
|       | 360   |               |                                      |               |                                      |               |   |               |  |               |                       |     |
| 8     | Eletiva de Grupo II                           | 80            | Tributos em Espécie                  | 60            | Relações do Trabalho                 | 60            | Títulos de Crédito e Recuperação Judicial | 60            | Orientação de Estágio II                       | 100           |                       | 20  |
|       | 360   |               |                                      |               |                                      |               |   |               |  |               |                       |     |
| 7     | Eletiva de Grupo I                            | 80            | Sistema Tributário Nacional (tribut) | 60            | Processo Penal II (pp)               | 60            | Empresarial (empres)                      | 60            | Orientação de Estágio I                        | 100           |                       | 20  |
|       | 360   |               |                                      |               |                                      |               |   |               |  |               |                       |     |
| 6     | Prática de Extensão II                        | 80            | Cumprimento de Decisões e Execuções  | 80            | Processo Penal I                     | 60            | Família e Sucessões                       | 80            | Contratação Pública e Desapropriação           | 60            |                       | 80  |
|       | 360   |               |                                      |               |                                      |               |   |               |  |               |                       |     |
| 5     | Prática de Extensão I                         | 80            | Decisões Judiciais e Impugnações     | 80            | Crimes em Espécie II                 | 80            | Direito das Coisas                        | 60            | Fundamentos da Administração Pública           | 60            |                       | 100 |
|       | 360   |               |                                      |               |                                      |               |   |               |  |               |                       |     |
| 4     | Criatividade e Empreendedorismo               | 80            | Processo de Conhecimento             | 80            | Crimes em Espécie I (penal)          | 80            | Contratos (civil)                         | 60            | Ordens Social e Econômica                      | 60            |                       | 40  |
|       | 360   |               |                                      |               |                                      |               |   |               |  |               |                       |     |
| 3     | Letramento Digital e Ferramentas Tecnológicas | 80            | Teoria do Processo                   | 80            | Teoria das Penas                     | 80            | Obrigações (civil)                        | 60            | Organização Política Brasileira                | 60            |                       | 40  |
|       | 360   |               |                                      |               |                                      |               |   |               |  |               |                       |     |
| 2     | Comportamento & Liderança                     | 80            | Economia & Sociedade                 | 80            | Teoria do Crime                      | 60            | Pessoas, Bens e Fatos no Direito          | 60            | Teoria da Constituição e Direitos Fundamentais | 80            |                       | 40  |
|       | 360   |               |                                      |               |                                      |               |   |               |  |               |                       |     |
| 1     | Gerenciamento de Aprendizagem                 | 80            | Ser Humano e Cultura                 | 80            | Interpretação e Produção de Textos   | 80            | Fundamentos do Direito                    | 60            | Estado e Política                              | 60            |                       | 0   |
|       | 360   |               |                                      |               |                                      |               |   |               |  |               |                       |     |

Disciplinas Comuns ( Não podem ser alteradas)

Carga Horária da Prática de Extensão



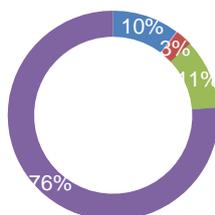
O quadro de distribuição das disciplinas em relação à carga horária revela que

| Resumo de Carga Horária | Categoria                 | Status | Mínimo Legal | Percentual |
|-------------------------|---------------------------|--------|--------------|------------|
|                         | Prática Extensão          | 380    | 370          | 10,270%    |
|                         | Atividades Complementares | 100    | 80           | 2,703%     |
|                         | Orientação de Estágio     | 400    | 300          | 10,811%    |
|                         | Disciplinas               | 2820   |              | 76,216%    |
|                         | Total C.H Curso           | 3700   | 3700         | 100,000%   |

Graficamente,

### Perfil do Egresso

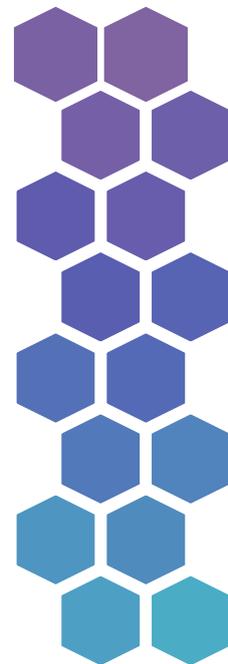
- Prática Extensão
- Atividades Complementares
- Orientação de Estágio
- Disciplinas



85

A prática extensionista se encontra distribuída em nove períodos, da seguinte forma :

| Período | Carga Horária | Prática Extensionista |
|---------|---------------|-----------------------|
| 10      | 360           | 20                    |
| 9       | 360           | 20                    |
| 8       | 360           | 20                    |
| 7       | 360           | 20                    |
| 6       | 360           | 80                    |
| 5       | 360           | 100                   |
| 4       | 360           | 40                    |
| 3       | 360           | 40                    |
| 2       | 360           | 40                    |
| 1       | 360           | 0                     |



Destarte, as disciplinas do eixo comum interdisciplinar evidenciam a experiência exitosa e inovadora de conjugar conteúdos que possuem interesse de mais de um curso:

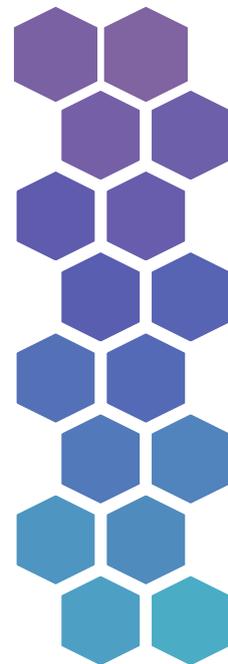
|          |   |                      |                                    |                        |
|----------|---|----------------------|------------------------------------|------------------------|
| <b>8</b> | Eletiva de Grupo II                           |                      |                                    |                        |
| 360      | 80  |                      |                                    |                        |
| <b>7</b> | Eletiva de Grupo I                            |                      |                                    |                        |
| 360      | 80  |                      |                                    |                        |
| <b>6</b> | Prática de Extensão II                        |                      |                                    |                        |
| 360      | 80  |                      |                                    |                        |
| <b>5</b> | Prática de Extensão I                         |                      |                                    |                        |
| 360      | 80  |                      |                                    |                        |
| <b>4</b> | Criatividade e Empreendedorismo               |                      |                                    |                        |
| 360      | 80  |                      |                                    |                        |
| <b>3</b> | Letramento Digital e Ferramentas Tecnológicas |                      |                                    |                        |
| 360      | 80  |                      |                                    |                        |
| <b>2</b> | Comportamento & Liderança                     | Economia & Sociedade |                                    |                        |
| 360      | 80  | 80                   |                                    |                        |
| <b>1</b> | Gerenciamento de Aprendizagem                 | Ser Humano e Cultura | Interpretação e Produção de Textos | Fundamentos do Direito |
| 360      | 80  | 80                   | 80                                 | 60                     |

86

O curso se encontra projetado para que possa vincular a prática com a teoria de forma eficiente e cotidiana. Algumas disciplinas desempenham papel integrador, e seus conteúdos se vinculam na formação humanística e mercadológica projetada.

Com a “Interpretação e Produção de Texto”, os alunos aprenderão a se comunicar melhor, utilizando técnicas formais no manuseio da palavra escrita ou oral. As regras científicas serão abordadas, e o estudante se tornará capaz de construir textos simples e textos científicos, a depender de suas metas pessoais.

As unidades curriculares que integram a disciplina de “Comportamento e Liderança” objetivarão identificar habilidades pessoais e inatas. A partir dessas habilidades será possível verificar o perfil de liderança que existe em cada indivíduo, uma vez que alguns lideram pela capacidade processual, outros pela capacidade mediadora, outros pela capacidade gerencial e outros pela influência que exercer sobre os outros. Com a



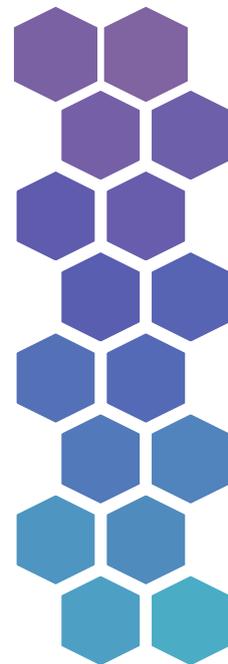
aplicação prática e real da teoria DISC será possível não apenas identificar como cultivar as melhores habilidades inatas de cada estudante.

Com o “Letramento Digital e Ferramentas Tecnológicas” os estudantes poderão conhecer ferramentas que ajudam no ingresso no mundo digital em sentido mais amplo. Ferramentas e tecnologia ainda que em curso de tecnologia não se restringem aos aspectos formais das técnicas, considerando a existência de redes sociais, meios de comunicação tecnológica, interação e conectividades como mecanismos da nova sociedade digital.

O aluno terá contato com a “Criatividade e Empreendedorismo”, quando será colocado em situações-problemas-limite a fim de construir soluções, obrigando-lhe a ser criativo, alternativo e inovador. O aluno também poderá entender mecanismos de empreendedorismo, como definir nichos e subnichos de mercado, promover recortes profissionais e desenvolver a capacidade para fazer leituras sobre as necessidades do mercado local, regional e internacional, podendo lançar-se como alternativa para resolução de uma ou de diversos problemas-reais.

|                          | <b>Opções</b>                                 |
|--------------------------|---|
| <b>Eletivas de Grupo</b> | Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)          |
|                          | História e Cultura Afrodescendente e Indígena |
|                          | Relações Étnico Raciais                       |
|                          | Direito Ambiental e Direitos Humanos          |

|                          | <b>Opções</b>                           |
|--------------------------|---|
| <b>Eletivas de Curso</b> | Tópicos Especiais em Direito Público    |
|                          | Tópicos Especiais em Direito Privado    |
|                          | Tópicos Especiais em Direito Processual |



As eletivas de curso podem ser alteradas e acrescentadas conforme recomendação do Núcleo Docente Estruturante, seja a partir de avaliações diagnósticas capazes de identificar problemas identificados na construção do perfil do egresso, seja para incremento de conhecimento decorrente de inovações legislativas ou jurisprudenciais.

O Curso oferecerá a oportunidade para debates sobre as relações étnico-raciais, a língua brasileira de sinais (LIBRAS), as relações étnico-raciais, a história afrodescendente e indígena, o estudo dos direitos humanos, que serão ofertados dentro dos componentes curriculares, nas atividades complementares ou na eletiva. Dessa forma, os estudantes poderão usufruir do contato com alunos de outros cursos, promovendo a interação, a interdisciplinariedade e a transdisciplinariedade.

A flexibilidade e a interdisciplinariedade se tornam mecanismos de garantia de inovação na medida em que se pretende a construção de habilidades e de competências técnicas, sem descuidar dos aspectos humanistas e mercadológicos que permeiam a preocupação institucional.

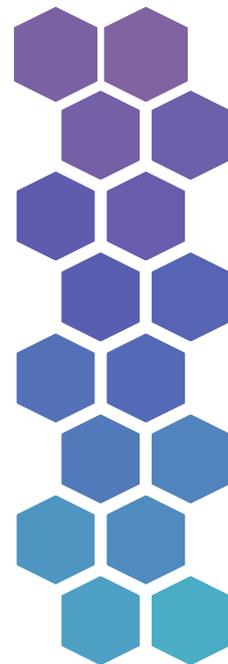
88

### **1.5 Conteúdos curriculares.**

Os conteúdos curriculares estão previstos no anexo deste Projeto Pedagógico, como planos de ensino.

As disciplinas se encontram estruturadas com ementa, objetivos, metodologia de ensino e de aprendizagem, metodologia de avaliação, referências básicas e complementares.

Cada disciplina possui a indicação de referências básicas e complementares. As referências são compostas por 03 básicas e 03 complementares, discutidas entre os membros do NDE do Curso. As disciplinas possuem carga horária que será aproveitada entre carga horária teórica e carga horária prática, conforme dispuser o docente responsável, de modo que o estudante, na medida em que vai conhecendo os conteúdos teóricos, avança com a prática nos diversos níveis de estudo.



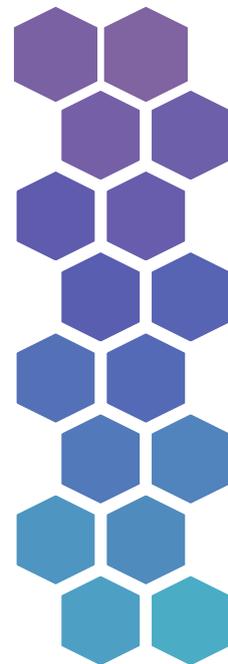
As cargas horárias das disciplinas são todas elas previstas em horas-relógio. Todas as disciplinas possuem carga horária de 60h, 80h ou 100h, as quais observam a Resolução CNE/CES nº 02, de 18 de junho de 2007, a Resolução CNE/CES nº 03, de 02 de julho de 2007.

A interdisciplinaridade é garantida pelo diálogo entre as disciplinas curriculares que possuem conteúdos comuns, ao lado dos projetos transversais institucionais (Gerenciamento da Aprendizagem, Ser Humano e Cultura, Interpretação e Produção de Textos, Fundamentos do Direito, Comportamento e Liderança, Economia e Sociedade, Letramento Digital e Ferramentas Tecnológicas, Criatividade e Empreendedorismo, Prática de Extensão I e II, e Eletiva de Grupo I e II) com enfoque na regionalidade em que se encontra a Faculdade de Ciências Humanas de Pernambuco. Isso faz com que a formação do egresso seja construída paulatinamente.

A acessibilidade é a condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, de diferentes condições. Os conteúdos curriculares a serem abordados no Curso de Bacharelado em Direito se encontram organizados de modo a se constituírem elementos que possibilitem o desenvolvimento do perfil profissional do egresso, considerando suas características, visando assim à acessibilidade pedagógica por meio de atitudes, metodologias, comunicação interpessoal e virtual, bem como instrumentos, métodos e técnicas de ensino e aprendizagem e de avaliação diversificados, de modo a propiciar a inclusão educacional dos estudantes.

Os livros são físicos e digitais.

O conteúdo das disciplinas é atualizado pelo NDE, que deverá propô-las sempre que necessário, executadas depois de aprovadas pelo colegiado do curso. As referências recomendadas, tanto a básica quanto da complementar são definidas à luz de critérios como: adequação ao perfil do profissional em formação, considerando os diferentes contextos e atualização das produções científicas, priorizando as publicações mais



atualizadas, incluindo livros e periódicos, enriquecidos com sites específicos rigorosamente selecionados, sem desprezar a contribuição dos clássicos.

## **1.6 Metodologia.**

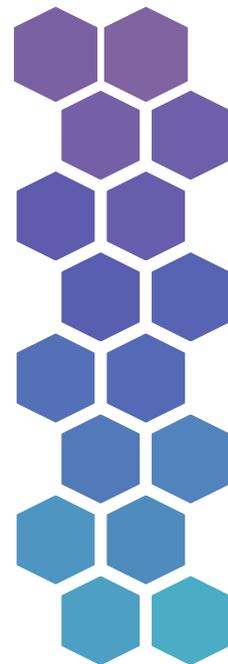
A metodologia a ser seguida para concretização dos objetivos do curso se baseia em alguns pontos: na necessidade de contextualizar o conteúdo programático, inclusive de maneira interdisciplinar e em tornar o aluno o centro do processo de ensino que passa a mirar mais na aprendizagem que exatamente na entrega do conteúdo pelo professor.

Para tanto atingir esses objetivos, a Instituição estabelece como meta a inserção do contexto interdisciplinar na apresentação de cada componente curricular, além de conceder opções metodológicas aos professores após diagnóstico da turma. Na prática, o professor recebe conhecimento adequado para sondar as necessidades de cada turma, no início dos semestres. A partir dessa informação, o professor traça a melhor metodologia para atingir os objetivos da disciplina em termos de construção de habilidades.

O Corpo Docente da Faculdade é capacitado através de oficinas semestrais e algumas de fluxo contínuo através das quais há treinamento para que os professores utilizem metodologias ativas, além das aulas expositivas. As metodologias ativas trazem como diferenciais a possibilidade de estrategicamente deixar o estudante no centro da atividade de aprendizagem. As metodologias ativas seguem princípios como a problematização da realidade, o trabalho em equipe, a inovação através da utilização de ferramentas de tecnologia, informação e comunicação (TICs), a mediação docente na qual o professor assume uma posição facilitadora atuando como ponto de equilíbrio para o alcance do conhecimento, a autonomia do estudante e a reflexão crítica, problematizadora do próprio conhecimento.

São exemplos de metodologias ativas utilizadas institucionalmente: a) Gamificação (jogos), b) Problem Basead Learning (PBL), c) Team Basead Learning (TBL), d) Sala de Aula Invertida (SAI), e) Peer Instruction (PI), f) Storyteeling (S). As ferramentas de tecnologia, informação e comunicação

contribuem de maneira efetiva para a utilização das



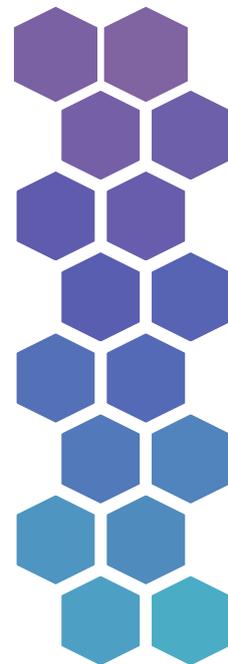
metodologias. A Instituição é conveniada ao Google for Education e com a Microsoft o que lhe permite o uso da plataforma Suite G e Teams para execução de diversas tarefas.

O caminho a ser seguido pelo aluno, auxiliado pelo professor, possui variadas alternativas e se revela inovador na medida em que esse caminho é construído para cada turma de alunos, a depender das facilidades e dificuldades que o grupo de estudante revele ao docente. A Instituição entende que promove acessibilidade metodológica considerando o vasto número de possibilidades pedagógicas que utiliza.

As práticas pedagógicas inovadoras contam com o apoio institucional. As práticas inovadoras se sedimentam em incitação, provocação, problematização, no estímulo à pesquisa, principalmente evidenciando o contexto e o processo de tomada de decisões.

Em um mundo em rápida mutação, a IES percebe a necessidade de uma nova visão em um paradigma diferenciado da educação que tenha seu interesse centrado no estudante. Isso requer uma reforma profunda e mudança de suas políticas de acesso e permanência na instituição, de modo a incluir categorias cada vez mais diversificadas de pessoas, de novos conteúdos, métodos, práticas e meios de difusão de conhecimento, baseados, por sua vez, em novos tipos de vínculos e parceiros com a comunidade e com os mais amplos setores da sociedade. É preciso educar os estudantes para que sejam cidadãos bem informados e profundamente motivados, capazes de pensar criticamente e de analisar os problemas da sociedade, de procurar soluções aos problemas da sociedade e de aceitar responsabilidades sociais.

Para alcançar estes objetivos, haverá a necessidade de problematizar constantemente os currículos, com a utilização de novos e apropriados métodos que permitam ir além do domínio cognitivo das disciplinas. Novas aproximações didáticas e pedagógicas devem ser acessíveis e promovidas, a fim de facilitar a aquisição de conhecimentos práticos, competências e habilidades para a comunicação, análise criativa e crítica, a reflexão independente e o trabalho em equipe em contextos multiculturais, onde a criatividade também envolva a combinação entre o saber tradicional e o

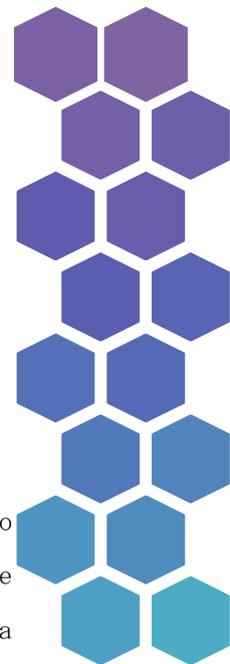


conhecimento aplicado da ciência avançada e da tecnologia. Os currículos reformados devem levar em conta a questão do gênero e o contexto cultural, histórico e econômico específico da região.

Os novos métodos pedagógicos também devem pressupor caminhos didáticos, que precisam estar associados às metodologias contemporâneas de exame. As metodologias de avaliação devem colocar à prova não somente a memória, mas também as faculdades de compreensão, a habilidade para o trabalho prático e a criatividade. A instituição promoverá medidas de concretização do pilar pedagógico da inovação, materializada não apenas com o uso de tecnologias, mas também aprimorando caminhos metodológicos que permitam a frequente postura crítica. As rápidas inovações, por meio das tecnologias de informação e comunicação, mudarão ainda mais o modo como o conhecimento é desenvolvido, adquirido e transmitido.

As novas tecnologias oferecem oportunidades de renovar o conteúdo dos cursos e dos métodos de ensino, e de ampliar o acesso à educação superior. Não se pode olvidar, as novas tecnologias e informações não tornam os docentes dispensáveis, mas sim modificam o papel deles em relação ao processo de aprendizagem; o diálogo permanente, que transforma a informação em conhecimento e compreensão, exige o professor como intermediário-mediador desse desenho.

A FCHPE aproveita as vantagens e o potencial das novas tecnologias de informação e comunicação (TIC), cuidando da qualidade e mantendo níveis elevados nas práticas e resultados da educação, com espírito de abertura, igualdade e cooperação internacional. Assim, a instituição participa da constituição de redes, da transferência de tecnologia, da ampliação de capacidade, do desenvolvimento de materiais pedagógicos e de intercâmbio de experiências de sua aplicação ao ensino, à formação e à pesquisa. A instituição considera o uso pleno das novas tecnologias de informação e comunicação para propósitos educacionais, e as novas possibilidades abertas pelo uso das tecnologias de informação e comunicação, além de perceber que são as instituições de educação superior as que utilizam essas tecnologias para modernizar seu trabalho, e não as novas



tecnologias que se utilizam de instituições educacionais reais para transformá-las em entidades virtuais.

### 1.7 Estágio Curricular Supervisionado.

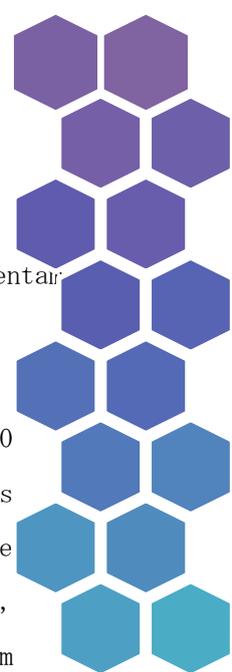
O curso projetado contempla o Estágio Supervisionado na formação profissional, contemplado em quatro disciplinas curriculares denominadas de “Orientação de Estágio” que se segregam em I, II, III e IV. Cada disciplina guarda relação com uma área do direito oferecida como Estágio, a saber:

| Denominação               | Área   |
|---------------------------|--|
| Orientação de Estágio I   | Direito Civil (Fatos, Bens, Pessoas, Contratos e Direitos das Coisas), além de Processo Civil. |
| Orientação de Estágio II  | Direito Penal e Processo Penal   |
| Orientação de Estágio III | Direito e Processo do Trabalho   |
| Orientação de Estágio IV  | Direito Empresarial, Administrativo e  |

93

A Orientação de Estágio se encontra regulamentada internamente com o “Manual do Estágio”, norma que disciplina o funcionamento do estágio, critérios de avaliação (conteúdo e de frequência) e entidades conveniadas. São destinadas cargas horárias para que os estudantes possam experimentar atividades de estágio, em uma oportunidade de praticar atividades inerentes à formação, ao lado de orientadores.

A Coordenação de Curso controla as atividades estágio, o que garante qualidade na prestação de informação ao estudante, além de classificar e arquivar as atividades auxiliado pela Secretaria Acadêmica. Através de profissionais qualificados, o estudante tem a oportunidade clara e evidente de ser supervisionado na sua atividade de estágio. O NPJ conta com equipe específica para conferir suporte aos estudantes e a os professores orientadores das atividades de estágio. Cumpre ao NPJ encaminhar o estudante ao estágio, acompanhá-lo e analisar as avaliações que lhes são entregues pelas diversas instituições



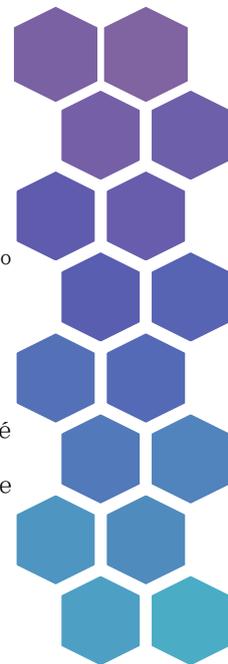
externas. O NPJ é responsável pela criação de insumos que orientam e reorientam as atividades do curso de direito relacionado com o estágio.

Atualmente se encontram vinculadas ao setor de estágio mais de 100 empresas e instituições, além da Faculdade manter convênio celebrado com órgãos de estágio (CIEE e IEL) que permitem ao estudante uma excelente perspectiva de ingresso no mercado de trabalho. Destarte, em consonância com a Lei 11.788/09, que altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis Trabalhistas e com base na Diretriz Curricular, o Curso de Bacharelado em Direito oportuniza duas modalidades de estágio supervisionado no curso proposto: o Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório e o Estágio Extracurricular (não obrigatório). Ambas as modalidades são entendidas como atividades de aprendizagem acadêmica, social, profissional e cultural, proporcionada ao estudante pela participação em situações reais de vida, pesquisa e de trabalho.

Dessa forma, o Estágio pressupõe elaboração, desenvolvimento e aplicação de um projeto acadêmico, de vida pessoal ou profissional. No Curso de Direito, o estágio curricular supervisionado obrigatório possui seus dispositivos e duração estipulados neste PPC, em conformidade com as diretrizes nacionais e regulamentos institucionais, prevendo um total de 400h (quatrocentas) horas para integralização. As supervisões são controladas pela coordenação de curso, que possui prerrogativa para nomear professor ou professores que auxiliem no acompanhamento das atividades realizadas pelos estudantes. Há diretriz de que as orientações se limitem a 01 professor para cada 15 estudantes em cada área do estágio. Assim, o estágio é realizado nos seguintes setores: empresas privadas, Instituições públicas e Instituições sem fins lucrativos (terceiro setor).

9

O Curso de Bacharelado em Direito dedica 400h para realização do Estágio, divididas em quatro disciplinas de 100h cada, alocadas do 7º ao 10º período. Os alunos que se vinculam aos locais de estágio são assegurados conforme Contrato de Seguro, salvo se o local de estágio conceder a respectiva apólice de seguro.



A orientação do estágio segue o disposto na Lei Federal do Estágio (Lei nº 11.788/2008) e a Lei nº 8.904/94.

Os campos de estágios, na medida em que a atividade de estágio é realizada, avaliam o processo de sorte a gerar insumos para a constante reavaliação interna.

### **1.8 Atividades Complementares.**

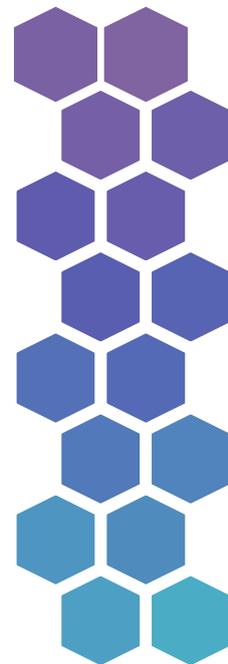
As atividades complementares são componentes curriculares que possibilitam o reconhecimento, por avaliação, de habilidades, de conhecimentos e de competências do aluno, inclusive adquiridas fora do ambiente escolar, abrangendo a prática de estudos e atividades independentes, transversais, opcionais, de interdisciplinaridade.

No Curso de Bacharelado em Direito foram reservadas 100h (cem horas) para as atividades complementares.

Essas atividades se constituem em componentes curriculares enriquecedores e implementadores do próprio perfil do formando, sem que se confundam com estágio curricular supervisionado ou com o trabalho de curso.

Aqui na FCHPE/SOPECE, as atividades complementares são gerenciadas pelas coordenações dos cursos de graduação e tratadas juntamente com a Direção Acadêmica. Uma das diretrizes é que elas observam o limite máximo de até 10% (dez por cento) da carga horária total do curso.

As atividades se encontram institucionalizadas mediante o “Regulamento de Atividades Complementares e de Atividades de Extensão”, aprovado internamente segundo as regras regimentais. A construção do regulamento observou a carga horária de cada curso, promoveu diversificação de atividades moduladas em atividades de ensino, atividades de pesquisa e atividades de extensão, indicando a forma de aproveitamento, a aderência à formação geral e específica do discente, sem se confundir com a prática extensionista.



Com isso, as atividades complementares podem ser: cursos de idiomas realizados em estabelecimentos oficialmente reconhecidos; participação em programa institucional de bolsas de iniciação científica; publicação individual ou coautoria de livros; publicação de artigo acadêmico em revista especializada da área; assistência a atividades práticas que envolvam a profissão, inclusive nos núcleos internos da Instituição. Estas atividades são obrigatórias para todo o Corpo Discente, não sendo permitido o cômputo de mais de 50% da carga horária exigida em uma única atividade.

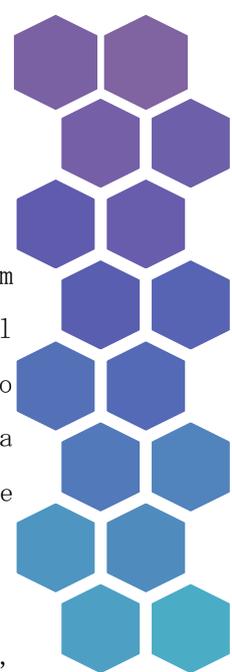
Cada uma dessas atividades possui carga horária específica, previamente fixada. As atividades complementares obrigatórias obedecem a oferta regular, programadas antes de cada ano letivo pelos Coordenadores de Curso com auxílio e recomendação dos respectivos Núcleos Docentes Estruturantes. O Coordenador e os Professores incentivam a realização de atividades complementares fora da IES, como ainda, em práticas extensionistas cujo objetivo é a inserção da IES na(s) comunidade(s) sob as diversas formas ou programas. Também é possível viabilizar novos projetos de extensão, inclusive mediante convênio com a IES. Dentro das atividades complementares, o corpo discente escolhe como as totalizará, mas deve comprovar junto à Secretaria Acadêmica 80 (oitenta) horas para fins de conclusão do curso. A Secretaria faz os registros das atividades após análise do Coordenador do Curso, obedecendo aos rituais internos.

9

Outro regramento importante é que cinquenta por cento das atividades complementares devem ser realizadas em atividades ligadas à formação geral (atreladas às disciplinas do eixo comum) e o restante ligadas às atividades específicas (atreladas às disciplinas do eixo específico do curso).

### **1.9 Trabalho de Conclusão de Curso.**

Os cursos ofertados pela Faculdade de Ciências Humanas de Pernambuco são construídos e planejados com base no Projeto Pedagógico Institucional. Entre as regras defendidas no PPI está a de que os cursos ofertados tenham carga horária disponível para realização de trabalho de curso. O Curso de Bacharelado em Direito tem sua matriz curricular distribuída de tal modo que 60h se encontram destinadas à realização da disciplina denominada Trabalho de Curso.



O Trabalho de Curso (TC) deverá trazer em seu conteúdo uma abordagem técnico-científica de todo o aprendizado obtido durante o curso, o qual fornecerá ao aluno uma formação especializada. A disciplina de Trabalho de Curso é ofertada no nono período. Tal disciplina consta no currículo como obrigatória para que o aluno integralize a carga horária necessária à obtenção do título de bacharel em direito.

O desenvolvimento do TC é realizado por um professor orientador, escolhido dentre as opções disponíveis pelas Coordenações de Curso, consoante Manual de Trabalho de Curso (2021). Os temas, dentro das áreas e as linhas, são definidos previamente e os estudantes se adequam a essas temáticas, desenvolvendo os trabalhos de curso. A formatação do trabalho deve seguir as regras da Associação Brasileira de Regras Técnicas (ABNT). Há a apresentação pública com defesa dos trabalhos, o que estimula a participação da sociedade e dos demais alunos, já que a entrada é livre. Ao final de cada apresentação, é lavrada ata específica que segue para lançamento da nota pela secretaria acadêmica, com o necessário arquivamento e disponibilização no repositório institucional, consoante as regras internas. Os trabalhos que obtiveram nota igual ou superior a nove (9,0) poderão ser encaminhados para publicação na Revista da Faculdade.

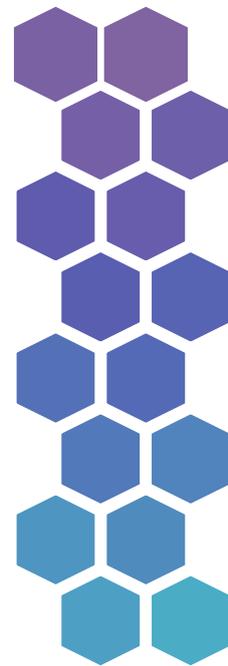
9

O Trabalho de Curso serve para que o estudante possa debater com o orientador, dentro das linhas de pesquisa pré-definidas, e daí possam formular o texto final na forma de artigo científico, apresentando e defendido perante banca especialmente constituída para esse fim, com arguição pública. Os trabalhos são arquivados em repositório institucional, acessíveis pela rede mundial.

As linhas de pesquisa do Curso de Bacharelado em Direito englobam o tripé de formação do egresso: a) Direito, Ciências Afins e Teoria Geral, b) Dogmática do Direito e Relações Privadas e c) Dogmática do Direito Público.

### **1.10 Apoio ao discente.**

A Faculdade de Ciências Humanas de Pernambuco garante o funcionamento do curso com a Coordenação, cujas atribuições são orientar o discente com problemas



psicopedagógicos que dificultem a sua aprendizagem e orientar o Corpo Docente na realização do seu trabalho pedagógico. Neste contexto, os Coordenadores procuram oferecer aos alunos com dificuldades subsídios para uma melhora no seu desempenho acadêmico, com serviços de aconselhamento, encaminhamento profissional, realização de palestras de motivação, com o objetivo de produzir uma maior interação entre aluno e professor e entre aluno e aluno para a elaboração de simulados diagnósticos para identificar possíveis deficiências no ensino-aprendizagem do Curso e promover a qualidade da aprendizagem, inclusive solicitando a realização de aulas de nivelamento, além de possuir salas específicas para atendimento.

Quanto aos programas de apoio financeiro (bolsas), a Instituição dispõe de:

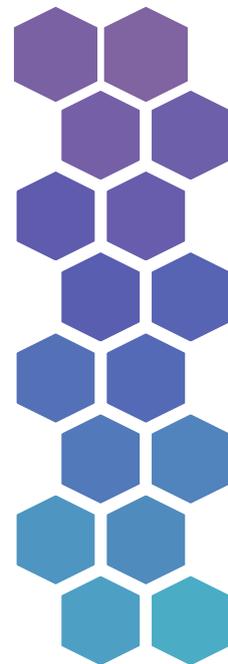
I - Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES)  
- com até 100% de financiamento na anuidade do curso selecionado;

II- Programa Universidade para Todos (PROUNI/Federal) - com bolsas de 50% a 100% e Programa Universidade para Todos (PROUNI/RECIFE), com bolsas de 100%;

III - Os cursos da IES disponibilizam bolsas acadêmicas para a monitoria, a iniciação científica e, eventualmente, a pesquisa.

Os alunos aprovados nos Concursos de Monitoria recebem bolsas que variam de acordo com o Edital, tanto quanto ao tempo quanto ao valor da bolsa, podendo ocorrer a vinculação voluntária, a depender da decisão da Mantenedora. Ao final, o estudante recebe certificado de que participou do Programa para fins de atividades complementares.

Já no programa de iniciação científica e a pesquisa, o aluno participante de projeto de iniciação científica e da pesquisa aprovado pela Coordenação de Pesquisa, Produção Científica e Extensão faz jus a Bolsa de Estudo da Instituição, na forma de



desconto no valor da mensalidade do curso, cujo valor ou percentual será estipulado conforme Edital.

Não é possível a acumulação de bolsa de pesquisa em iniciação científica com qualquer outra concedida pela Instituição.

Convém salientar que a IES também concede outras bolsas de estudo, além das existentes para a monitoria e iniciação científica e a pesquisa, em forma de descontos nas mensalidades escolares para aqueles discentes, que efetivamente comprovem suas necessidades financeiras.

Outras formas de apoio financeiro:

I - Descontos nas mensalidades escolares mediante requerimento e comprovação da situação financeira do discente, que oscilam entre 0,95% (zero vírgula noventa e cinco por cento) a 100,00% (cem por cento);

II- O apoio à participação, em eventos solicitados pelo Corpo Discente, com o auxílio em promoções de Seminários, Feiras de Empreendedores, solicitação de equipamentos, solicitação do Auditório, confecção de Certificados e eventualmente, participação em competições esportivas, com apoio financeiro para material esportivo;

III - O Programa de atendimento aos ingressantes (PAI) - tem por objetivo atender aos estudantes ingressantes no primeiro ano, regularmente matriculados nos cursos de graduação presencial da Faculdade de Ciências Humanas de Pernambuco - FCHPE, que apresentem comprovadamente situações de vulnerabilidade econômica. O Edital indicando datas da seleção e o número de vagas será aberto no início de cada ano letivo em data a ser divulgado na página eletrônica da IES (o Edital é disponibilizado durante o período de inscrições).

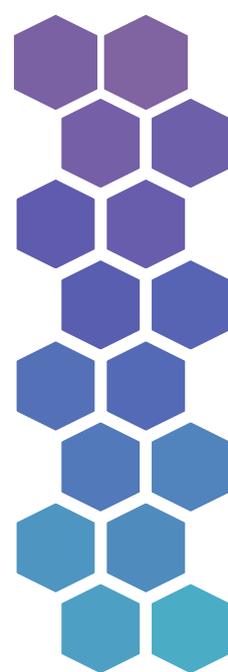
Em caso de aprovação os alunos ingressantes receberão bolsas de iniciação científica no valor de 30% de descontos nas mensalidades, durante 12 meses, bem como haverá acompanhamento, supervisão e orientação aos alunos ingressantes durante o transcorrer do ano, por meio de docente selecionado pela IES.

A Instituição conta ainda com o **programa de nivelamento**, realizado da seguinte forma: as Coordenações se articulam com os seus corpos docentes para a elaboração de “Avaliações Diagnósticas” contendo questões de Exames Nacionais, objetivando identificar possíveis deficiências no ensino-aprendizagem dos Cursos e, assim, promover a qualidade da aprendizagem. Verificada a necessidade de suprir deficiências no ensino-aprendizagem dos discentes, as Coordenações constroem planos de ação específicos para sanar as dificuldades encontradas.

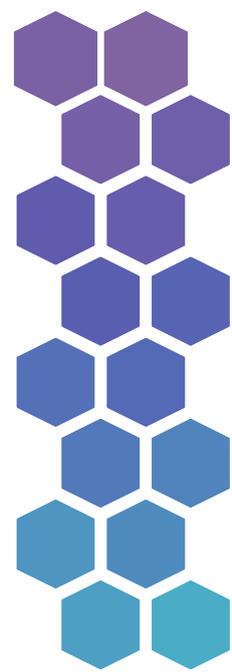
Há na IES um **Setor de Apoio Psicopedagógico – SAP**, no qual os estudantes que necessitam de atendimento especial participam de programa de apoio discente, tanto quanto os demais estudantes.

O **Núcleo de Acessibilidade, Inclusão e Direitos Humanos (NAID)** responde pela organização de ações institucionais que garantam a inclusão de pessoas com deficiência à vida acadêmica, eliminando barreiras pedagógicas, arquitetônicas e na comunicação e informação, promovendo o cumprimento dos requisitos legais de acessibilidade e políticas de Direitos Humanos contribuindo para a organização da política Inclusiva da IES, em todas as ações/atividades institucionais (sejam elas de ensino, pesquisa ou extensão) referentes a pessoas com deficiência ou acessibilidade e políticas de Direitos Humanos, incluindo também a extensão e a pós-graduação, onde todas as informações relativas a pessoas com deficiência devem ser mapeadas e informadas ao NAID, constituindo um acervo de informações.

A Entidade Educacional tem como mecanismo de relacionamento com os seus egressos um Questionário de Acompanhamento de Egressos disponibilizado na sua página eletrônica, onde na medida em que os egressos vão respondendo o referido



10  
0



questionário há formação de arquivo com as respostas apuradas. No Questionário de Acompanhamento de Egressos se procura averiguar se a formação acadêmica que recebeu na IES foi adequada para o mercado de trabalho, sugestões para aperfeiçoamento do processo de formação, qual o tipo de seminário, evento, curso de curta duração ou de especialização que os egressos gostariam que a IES realizasse, além de sugestões do empregador do egresso para aperfeiçoamento dos conteúdos programáticos do Curso. Nas respostas quanto à formação acadêmica recebida na IES e sua adequação ao mercado de trabalho, as sugestões para aperfeiçoamento do processo de formação e as sugestões do empregador do egresso para aperfeiçoamento dos conteúdos programáticos do curso são apuradas pelo Centro de Processamento de Dados (CPD) e encaminhadas ao Coordenador de Orientação Administrativa, Pedagógica e Profissional do curso, em que o egresso estava vinculado na graduação, que as analisa e encaminha ao Coordenador do respectivo Curso para verificar a possibilidade de aperfeiçoamento do processo de formação e de adequação do currículo, ad referendum do Conselho Superior.

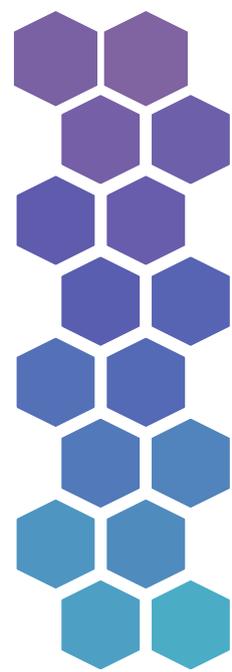
Com base nestas informações, as Coordenações de Cursos realizam a programação de educação continuada voltados para o egresso.

10  
1

### **1.11 Gestão do curso e os processos de avaliação interna e externa.**

A Instituição possui institucionalizada a Comissão Própria de Avaliação que possui como objetivos cumprir a legislação em vigor e promover um processo contínuo de autoavaliação da IES. A CPA atua com autonomia com relação aos Conselhos e aos demais órgãos colegiados existentes na Instituição de Ensino Superior, observando as diretrizes previstas na legislação pertinente.

A CPA é composta por representantes de todos os segmentos da comunidade acadêmica (docente, técnico-administrativo e discente) e da sociedade civil organizada, através de ato do Diretor da Faculdade de Ciências Humanas de Pernambuco, sendo vedada a composição que privilegie a maioria absoluta de um dos segmentos.



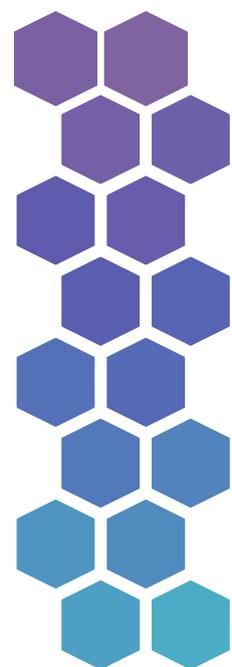
A CPA é regida por Regimento próprio de acordo com os termos da legislação vigente, aprovado pelo Conselho Superior e tem como atribuições: coordenar e articular o processo de auto avaliação institucional, acompanhar o processo de Avaliação Interna dos Cursos, elaborar os relatórios dos processos de Avaliação, divulgar os resultados consolidados da avaliação institucional, anualmente, por diversos meios e obrigatoriamente na página eletrônica da IES, conhecer os relatórios da Comissão Externa de Avaliação dos Cursos, examinar os resultados de desempenho dos alunos nas avaliações externas, avaliar a implantação do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) extrair indicativos para tomada de decisão nas diversas instâncias da Faculdade, apresentar Plano de ação de melhoria, em decorrência dos resultados da avaliação institucional, e acompanhar sua implementação pelos segmentos envolvidos e divulgar as ações implantadas de melhorias institucionais decorrentes da avaliação, pelo menos uma vez por ano, aos diversos públicos envolvidos.

A CPA produz relatório anual que é enviado ao Ministério da Educação dentro do prazo legal. Os resultados da Comissão são disponibilizados ao Corpo Docente, Técnico Administrativo e Discente, bem como é traçado plano de ação anual para atendimento das necessidades detectadas.

No processo de avaliação externa, as Comissões emitem relatórios que subsidiam reuniões internas, incluída a participação da CPA responsável por traçar o plano de ação. Os relatórios do ENADE também servem de base para as orientações institucionais. Dessa forma, o processo de avaliação interna e externa segue os passos de: 1. Construção do Relatório ou Recebimento do Relatório; 2. Discussão interna; 3. Construção de Planos de Ação; 4. Acompanhamento e Fiscalização.

### **1.12 Tecnologia de informação e comunicação no processo ensino e de aprendizagem.**

Todos os setores da IES encontram-se informatizados, em rede e com acesso à Internet, sendo construídos em torno de duas (02) redes operacionais.



a) Rede 1: Windows, no Laboratório Básico de Informática e nos terminais de consulta da Biblioteca.

b) Rede 2: Windows Server, na Biblioteca e Setores Administrativos.

Os computadores existentes nos Laboratórios de Informática servem também como terminais de consulta ao Corpo Discente, possibilitando informar a sua situação acadêmica nos respectivos Cursos e ao acervo de livros constante na Biblioteca.

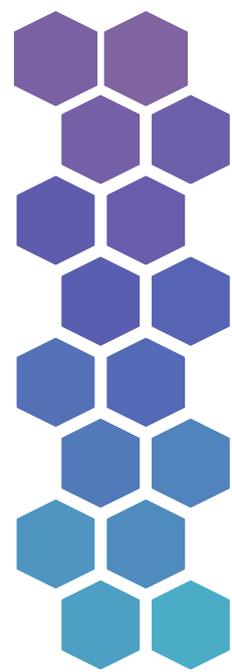
O Laboratório Básico tem uma relação de 2 alunos por estação, ou seja, 2 alunos para mais de 30 computadores. Além dos laboratórios gerais, a Instituição mantém laboratórios específicos para os cursos de tecnologia adaptados às necessidades dos Cursos Superiores Tecnológicos.

Normalmente, a Coordenação do Curso ou os docente(s) da(s) disciplina(s) justifica(m) e solicita(m) a aquisição de programa(s) indicados, expondo a sua necessidade ou a atualização ao mercado de trabalho, sendo incorporado, então, ao acervo da IES.

Já o plano de expansão e atualização dos equipamentos está condicionado ao prazo mínimo de substituição ou reposição dos equipamentos, sendo observado na Instituição, o prazo de 03 anos para cada estação. Quando não é possível a atualização de sua configuração ou não recuperável pela manutenção bem como pelas necessidades pedagógicas das disciplinas dos Cursos, pelas necessidades dos seus padrões de Qualidade e pela atualização do hardware no mercado, em conformidade com o plano de atualização tecnológica, o equipamento ou software é substituído.

A Instituição conta com Laboratórios de Informática em rede, com acesso à Internet, através de link, bem como com computadores localizados na Biblioteca em rede e com acesso à Internet. Os docentes possuem equipamentos próprios, além de outros computadores nos setores administrativos que estão em rede e com acesso à Internet, totalizando mais de 100 estações de trabalho (microcomputadores) para uso da

10  
3



Comunidade Acadêmica. Todos os computadores da IES estão com os seus softwares licenciados.

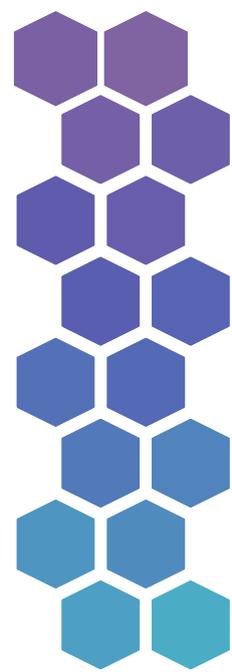
A Instituição possui Sistema Acadêmico que garante acesso ininterrupto aos estudantes e aos professores, com capacidade para gestão acadêmica, financeira e administrativa. Através de login e senha próprios, os estudantes conseguem ter acesso as informações pedagógicas como notas, aproveitamento de estudos, frequências, notícias apresentados pelos professores, compartilhamento de documentos eletrônicos e cronograma das avaliações, além do calendário acadêmico. O Portal se encontra vinculado ao site institucional em que as notícias gerais são postas diariamente e se encontram os principais documentos institucionais.

Além do Sistema Acadêmico (Qualinfo), a Instituição é conveniada ao Microsoft Team, o que lhe garante várias ferramentas para aula, como as salas virtuais, facilidade de compartilhamento de dados, bate papos, chats, nuvem eletrônica ilimitada de dados, gravação dos encontros, agendamento de atividades, dentre outras funcionalidades. A Instituição também possui convênio com a Google for Education e com a Microsoft, permitindo que docentes e discentes possam utilizar ferramentas interativas para a educação. Os espaços construídos pelas ferramentas permitem que o perfil do egresso seja construído paulatinamente e com eficiência suficiente para suprir as necessidades do mercado. A Instituição fomenta utilização de outras ferramentas, como o Kahoot, o Simple Mind, o Socrative, dentre outras que auxiliam no processo de formação do estudante.

10  
4

### **1.13 Procedimentos de acompanhamento e de avaliação dos processos de ensino e de aprendizagem.**

No sistema de avaliação dos Cursos de Graduação da IES, os exercícios escolares são em número mínimo de 2 (dois), por semestre letivo, conforme a carga horária da disciplina, constando de provas escritas ou orais, em suas diversas formas. Independentemente dos demais resultados obtidos, é considerado reprovado na disciplina o aluno que não obtenha frequência de no mínimo 75% (setenta e cinco por



cento) das aulas e demais atividades programadas. Na hipótese de obter nota de aproveitamento inferior a 7,0 (sete) nas notas dos exercícios escolares, o aluno realizará exame final, no fim do semestre letivo, de acordo com a carga horária da disciplina e das normas regimentais.

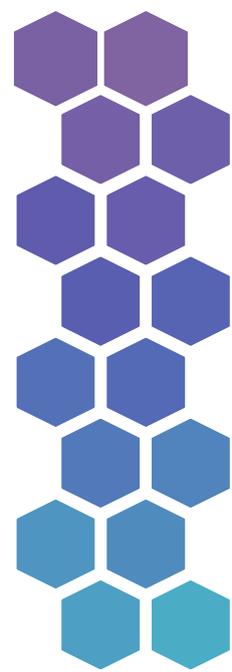
É promovido à série seguinte o aluno aprovado em todas as matérias/disciplinas da série cursada, admitindo-se ainda a promoção com dependência em até 2 (duas) matérias ou disciplinas dessa série. Em cada semestre letivo, não pode, o aluno, beneficiar-se do regime de dependência em mais de 2 (duas) matérias ou disciplinas, facultando-lhe, se for o caso, a escolha daquelas em que o fará e tendo-se por definitiva a reprovação nas demais.

Não se admite nova promoção, com dependência de matérias ou disciplinas da série não imediatamente anterior, ressalvada a hipótese do não oferecimento da matéria ou disciplina. É permitida uma única segunda chamada de cada matéria ou disciplina, da série do curso, por semestre letivo, desde que requerida por atestado médico ou força maior a Coordenação do Curso, no prazo de 2 (dois) dias úteis, da realização do exercício escolar, cuja efetivação ocorrerá conforme Calendário Acadêmico.

É vedada a revisão de provas, uma vez que, após a correção e antes da publicação das notas, a prova é comentada e apresentada ao aluno pelo professor em sala de aula.

A avaliação final em cada disciplina é a prova escrita; entretanto, admitem-se outras formas de avaliação do ensino e da aprendizagem, quando previstas nos Campos de Estudos e nos Eixos de Formação e desde que estabelecidas nos Projetos Pedagógicos dos Cursos da IES. Nos procedimentos de avaliação dos processos de ensino e aprendizagem, o docente deve-se atentar nas diferentes necessidades que demandem atendimento especial, a flexibilidade no tempo, por exemplo, se aplica em situações de deficiência que, por sua especificidade, provocam um desenvolvimento mais lento que aquele considerado normal e fazem com que o estudante necessite de um tempo diferenciado para realizar a mesma atividade que os demais.

10  
5



É fundamental que os processos avaliativos, tanto quanto os procedimentos metodológicos estejam em consonância com situações de deficiência, por sua especificidade, para que se tenha a efetividade pedagógica. Na hipótese da previsão de outras formas de avaliação final de ensino estabelecido nos campos de Estudos/Eixos de Formação dos Projetos Pedagógicos dos Cursos, além das provas escritas, serão realizadas, desde que não ultrapassem a 20% (vinte por cento) do valor da prova escrita.

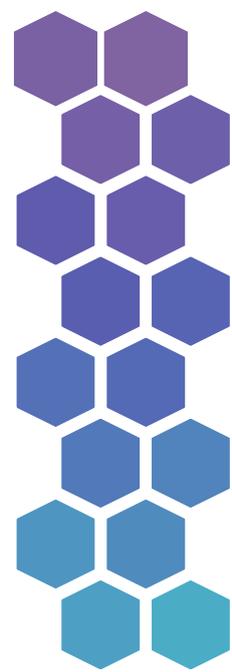
No curso proposto, os docentes podem realizar atividades como trabalhos, individuais ou em equipe, para substituir provas, nas mais diversas formas e condições. Para tanto, basta que o método de avaliação esteja previsto no planejamento acadêmico do docente e apresentado antecipadamente aos estudantes.

As informações das avaliações são debatidas pelo Núcleo Docente Estruturante que aproveita esses insumos para decisões estratégicas a respeito do método de avaliação. As avaliações são eminentemente diagnóstica e formativa, devendo ser sistematicamente problematizadas e melhoradas.

#### **1. 14 Número de vagas.**

O Curso de Bacharelado em Direito se encontra projetado para oferta de 100 (cem) vagas anuais para o turno noturno e no turno diurno, com entradas semestrais. Essas vagas permitiriam entradas com 50 alunos por semestre. Esse quantitativo permite que a relação ensino-aprendizagem se torne eficiente, sem que isso inviabilize financeiramente a Instituição. O número de vagas foi definido a partir da observação e verificação quanto ao funcionamento de outras instituições, bem como da análise da infraestrutura da FCHPE.

Em pesquisa realizada pela comunidade acadêmica, ficou evidenciada a necessidade de expansão de cursos na FCHPE. A Instituição passou muitos anos ofertando vagas nos cursos de direito, ciências contábeis e administração. Nas reuniões com setores estratégicos da Instituição (2020/2021), foi possível observar a necessidade latente de ampliação das opções de oferta de cursos na área de Tecnologia, estando em destaque os



cursos de Segurança da Informação, Análise e Desenvolvimento de Sistemas e Sistemas para Internet.

O número de acessos aos ambientes de bibliotecas virtuais, as aquisições de livros físicos e o acervo de revistas especializadas, o número de computadores na biblioteca e nos laboratórios de informática, a área destinada ao estudo em grupo e individual na biblioteca e nos espaços de convivência, as salas de aula, e a projeção de laboratórios específicos de tecnologia garante que o número de discentes seja suficiente e adequado frente a estrutura ofertada pela Instituição. A FCHPE entende que o número de vagas previstas corresponde à dimensão do corpo docente e às condições de infraestrutura da Instituição.

## Capítulo 2 - Corpo Docente e Tutorial.

### 2.1 Núcleo Docente Estruturante - NDE.

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) do Curso de Bacharelado em Direito funciona segundo regras Regimentais e observando o Parecer CONAES nº 04, de 17 de junho de 2010, convertido na Resolução CONAES nº 01/2010.

Os Núcleos Docentes Estruturantes dos cursos da FCHPE são compostos por cinco professores, caracterizados pela liderança exercida entre os demais, percebida na produção do conhecimento na área e no desenvolvimento do ensino. Compete a cada NDE, no âmbito do respectivo curso, zelar pelo cumprimento da Diretriz Curricular Nacional, opinar pelo processo de interdisciplinaridade, propor a concepção do Projeto Político Pedagógico, acompanhar-lhe a execução, consolidação e revisão sempre que entender necessário, expedindo recomendações, as quais, embora não tenham força vinculante, auxiliam a gestão pedagógica do Curso. Com isso, o Núcleo desempenha a função de análise sistemática e global de modo a acompanhar a conclusão do curso em benefício do perfil do egresso, bem como uma função ativa no envio das recomendações acima mencionadas.

O acompanhamento do NDE é realizado por cada membro e as reuniões ocorrem conforme previsto nas regras regimentais,

Seção III  
Do Núcleo Docente Estruturante - NDE

Art. 15. O Núcleo Docente Estruturante - NDE constitui-se de um grupo de docentes do curso, com atribuições acadêmicas de acompanhar o processo de concepção, consolidação e contínua atualização do Projeto Pedagógico do Curso em colaboração com o Colegiado de Curso.

Art. 16. A Faculdade de Ciências Humanas de Pernambuco, por meio do seu órgão colegiado superior, normatizou o funcionamento do NDE, definindo suas atribuições e os critérios de constituição, atendidos, no mínimo, os seguintes:

I- ser constituído por um mínimo de 05 (cinco) professores pertencentes ao corpo docente do curso;

II - ter, pelo menos, 60% de seus membros com titulação acadêmica obtida em programas de pós-graduação stricto sensu;

III - ter todos os membros em regime de trabalho de tempo parcial ou integral, sendo pelo menos 20% em tempo integral;

IV- assegurar estratégia de renovação parcial dos integrantes do NDE de modo a assegurar continuidade no processo de acompanhamento do curso.

Art. 17. São atribuições do NDE:

I- contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso dos Cursos de Graduação;

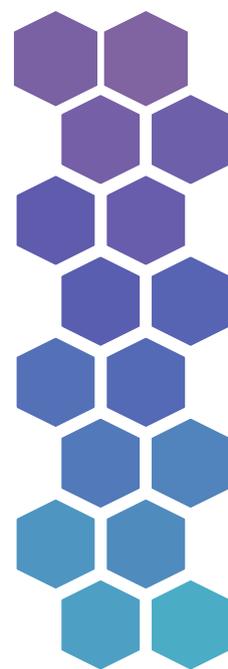
II - zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes na estrutura curricular;

III - indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de Investigação científica e extensão, oriundas das necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento dos cursos;

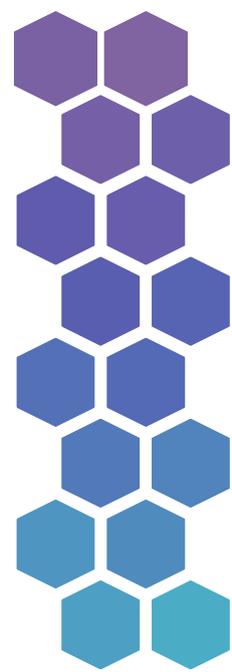
IV- zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais.

Art. 18. Os Núcleos Docentes Estruturantes - NDEs dos Cursos se reunirão ordinariamente, no mínimo duas vezes por semestre e, extraordinariamente, sempre que convocados pelo Presidente.

Parágrafo único. A convocação de todos os membros é feita pelo Coordenador de Curso, mediante convocação, com pelo menos 48 (quarenta e oito) horas antes da hora marcada para o início da reunião.



10  
8



As reuniões do NDE ocorrem em sala própria, a qual dispõe de infraestrutura adequada (mesa de reunião, arquivo, computador, ar-condicionado, impressora e acesso à internet). Essas reuniões são agendadas à tarde, em período em que não existem aulas designadas, de sorte que as instalações de toda instituição ficam à disposição do Núcleo.

A Instituição reconhece a importância do NDE no processo de avaliação do PPC. O Núcleo analisa frequentemente o Projeto Pedagógico do Curso e acompanha o desenvolvimento dos estudantes, principalmente durante os estágios supervisionados e nos processos de avaliação, inclusive propondo mudanças se necessárias a fim de consolidar o perfil do egresso desejado, considerando as exigências do mercado e as regras estabelecidas nas Diretrizes Curriculares Nacionais. Apesar de o Coordenador possuir uma função executiva, o NDE cumpre o papel de acompanhamento e sugestão/recomendação de mudança caso entenda necessária.

Os cinco professores indicados para fazerem parte do NDE e que devem permanecer até o próximo ato regulatório pela política de permanência de docentes adotada pela Instituição são: Profa. Alexa Côrrea Soares (Esp, TI), Prof. José Osvaldo Onofre Pinheiro (Esp, TP), Marfisa Cysneiro de Barros (Dra, TP), Profa. Ubiracy Neves Monteiro (Dra, TP), Prof. Silvio de Albuquerque Santos (Me, TP).

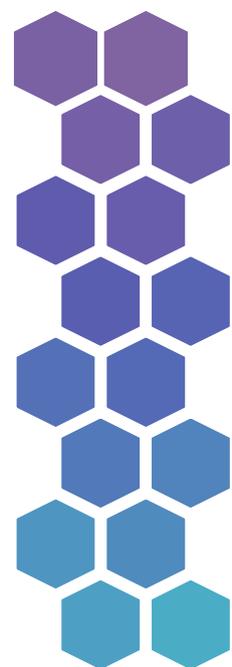
10  
9

## 2.2 Atuação da coordenadora.



A Coordenação do Curso está confiada à Profa. Alexa Côrrea Soares. A Coordenadora do Curso possui função estratégica dentro da Faculdade de Ciências Humanas de Pernambuco, seja pelo aspecto executivo, seja pelo aspecto pedagógico. Naturalmente, o(a) Professor(a) escalado para atuar como Coordenador(a) do Curso exerce liderança entre os demais docentes, mantendo contato direto com a Direção e atuando como mediador de problemas junto aos estudantes.

Segundo consta no Regimento:



Art. 28. A Coordenação de curso é integrada por 01 (um) coordenador de curso, específico para cada curso oferecido pela IES, e, ainda, por coordenações de apoio, previstas nos Projetos Pedagógicos dos Cursos oferecidos pela IES.

§ 1o O Coordenador de curso e as coordenações de apoio serão exercidas por professores do próprio curso oferecido pela IES, sendo escolhidos e designados pelo Diretor da Faculdade, com mandato de 2 (dois) anos, podendo ser reconduzidos por mais de uma vez;

§ 2o Os Coordenadores de curso deverão ser portadores, de no mínimo, do título de especialista na área ou áreas afins e suas funções desempenhadas de 4 (quatro) horas, por dia.

Art. 29. A Coordenação de curso exercerá a função deliberativa e tarefas executivas, cabendo-lhe a responsabilidade das atribuições da Coordenação, distribuição das tarefas entre os membros das demais coordenações de apoio e supervisão de suas execuções, cabendo-lhe ainda, quando for o caso, a palavra final, submetendo sempre as decisões ao Diretor da IES.

Art. 30. A Coordenação reúne-se, por iniciativa própria, por solicitação do Diretor da IES ou a requerimento de um terço de seus membros, de forma ordinária semestralmente em datas fixadas no calendário escolar e, extraordinariamente, quando convocado pelo Coordenador do Curso.

Art. 31. Compete à Coordenação de Cursos:

I - manter articulação permanente com as coordenações de apoio corresponsáveis pelo curso;

II - distribuir encargos de ensino, pesquisa e extensão entre seus professores, respeitadas as especialidades e coordenar o desenvolvimento das atividades;

III - aprovar os programas e planos de ensino das suas disciplinas;

IV - emitir parecer sobre os projetos de ensino, de pesquisa e extensão que lhes forem apresentados, encaminhando-os para a decisão final do CEPE;

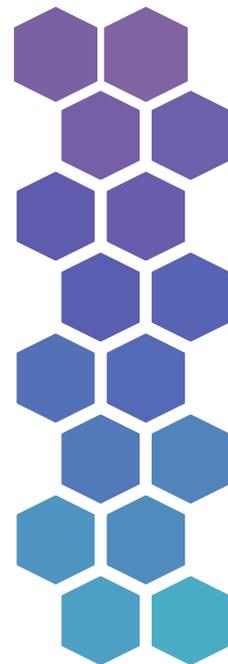
V - elaborar a estrutura curricular de cada curso de graduação, bem como suas modificações e fixar as matérias/disciplinas para vigência após observância das diretrizes curriculares nacionais emanadas do Poder Público e aprovação do Conselho Superior;

VI - ser responsável pela inscrição de alunos regulares e irregulares nas Avaliações Nacionais, como ENADE e outras aplicáveis pelo nível do programa, nos termos legais;

VII - pronunciar-se sobre aproveitamento de estudos de alunos transferidos e diplomados;

VIII - opinar sobre admissão, promoção e afastamento de seu pessoal docente.

Art. 32. São atribuições da Coordenação de Curso:



I - superintender todas as atividades da Coordenação de curso, representando-a junto às autoridades e órgãos da Faculdade;

II - convocar e presidir as reuniões da Coordenação de Curso;

III - atualizar o projeto pedagógico, sugerir e aprovar livros para a biblioteca;

IV - manter articulação permanente com as demais coordenações de apoio corresponsáveis pelo curso;

V - acompanhar e avaliar a execução curricular;

VI - encaminhar ao Conselho Superior propostas de alterações do currículo do curso;

VII - propor as demais coordenações de apoio alterações dos programas das matérias/disciplinas, objetivando compatibilizá-los;

VIII - elaborar, mediante entendimentos com as demais coordenações de apoio, a oferta de matéria/disciplina para cada ano letivo, submetendo-a ao Conselho Superior;

IX - exercer a coordenação de matrículas no âmbito do curso em articulação com a Secretaria;

X - acompanhar e avaliar a execução curricular, bem como o registro de aulas nas cadernetas;

XI - providenciar o lançamento de notas das avaliações nas fichas do Corpo Discente e no setor de informática;

XII - fiscalizar a frequência do Corpo Docente, exigindo a reposição

de aulas;

XIII - esclarecer e solucionar problemas entre o Corpo Docente e Discente;

XIV - providenciar e solicitar programas e bibliografia do Corpo Docente;

XV - relacionar os diplomados, dependentes, repetentes, com abandono, com trancamento e enviar ao setor de informática, mantendo cadastro atualizado;

XVI - dispensar o Corpo Discente das aulas, por ausência de professor;

XVII - analisar e providenciar os documentos necessários na pasta do Corpo Docente e Discente;

XVIII - acompanhar todas as fases do registro de diplomas;

XIX - supervisionar, através do acompanhamento, análise, execução, avaliação do calendário de aulas e provas do Corpo Docente, bem como transferências, trancamento, cancelamento de matrícula, matrícula de diplomados e dependência do Corpo Discente;

XX - presidir e compor os integrantes da Comissão de Processo Administrativo;

XXI - responsabilizar-se pelo planejamento pedagógico do curso e acompanhamento psicológico do Corpo Discente.

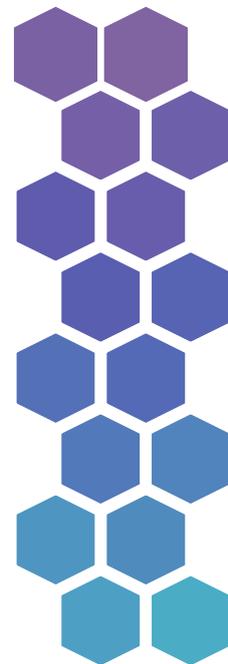
Os coordenadores participam de reuniões com a Direção, exercem a Presidência do Núcleo Docente Estruturante e do Colegiado de Curso, tendo garantido acesso no Conselho Superior (Regimento, Art. 4º, III). A atuação do Coordenador é pautada em plano de ação construído com a Direção com objetivos claros e específicos que permitem a verificação (indicadores de desempenho) conforme diretrizes institucionais. O documento contendo as atribuições dos coordenadores é compartilhado e publicado, permanecendo à disposição dos interessados.

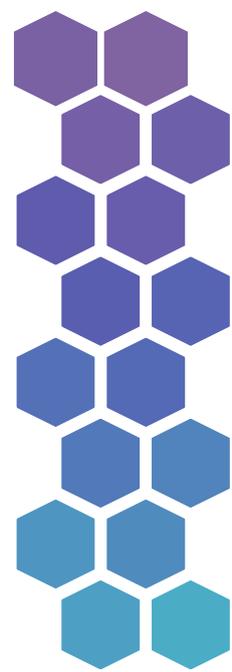
### **2.3 Regime de trabalho do coordenador de curso.**

A Coordenadora do Curso atua dentro das previsões regimentais, mencionadas no subcapítulo anterior (2.2), com funções executivas e outras pedagógicas.

Sob o ponto de vista executivo, a Coordenadora é responsável pelo desenvolvimento do curso, com atos como a expedição de editais, organização da semestralidade, dos horários do curso (horários de aula e de provas), dos cursos extracurriculares e das atividades complementares, dos cursos de férias, de cursos de nivelamento, encontros docentes, reuniões com os representantes discentes. A Coordenadora é responsável pela organização didático-pedagógica e controle da secretaria atinente ao seu curso, além de desempenhar a função de presidente do Colegiado e do NDE, situações em que convoca, conduz e redige as atas das reuniões, leva para discussão as deliberações sobre o projeto político pedagógico, as alterações de planos de ensino e de mudanças de matriz curricular.

A Coordenadora atua junto ao NDE e submete as recomendações do Núcleo Docente Estruturante ao Colegiado, que as aprova ou as rejeita. A Coordenadora participa das reuniões junto ao Conselho Superior (Regimento, Art. 4º, III) e do Conselho de Ensino,





Pesquisa e Extensão quando tiver assento (Regimento, Art. 8º, II). A Coordenadora possui a possibilidade de conduzir reivindicações, críticas e sugestões do corpo docente e discente ao Conselho Superior e ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão.

A Coordenadora do Curso também representa o curso fora da Instituição em encontros e reuniões específicas com órgãos de classe, conselhos regionais e nacionais.

Em relação aos discentes, a Coordenadora conduz o curso dentro das regras regimentais e da Diretriz Curricular Nacional, em respeito às resoluções e pareceres do Conselho de Educação Nacional e do MEC, bem como de acordo com as diretrizes do INEP. Suas decisões são formalizadas nos requerimentos dos alunos, com acesso ao Sistema Acadêmico da Qualinfo (AcadWeb).

Para realização de suas funções, o regime de trabalho da Coordenação é de tempo integral (40 h/s), para que possa se dedicar a organização do curso e suas demandas. Essa carga horária é distribuída entre disciplinas, orientações, participação nas reuniões do NDE e dedicação à Coordenação. As coordenações de curso funcionam mediante construção de plano de ação, o qual é estabelecido em conjunto com a Direção. O plano de ação possui atribuições e indicadores de desempenho.

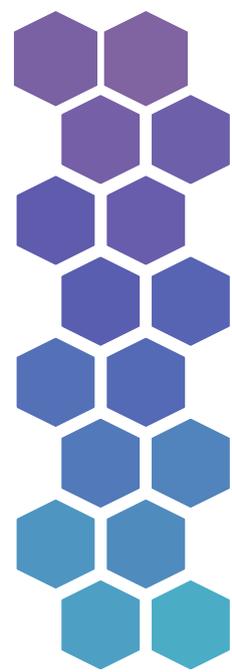
situações  
reais que  
agucem no  
estudante o  
conheciment  
o a ser

#### **2.4 Corpo docente: titulação.**

O perfil do egresso buscado pela Instituição se encontra pautado na Diretriz Curricular Nacional, nas exigências do mercado de trabalho local e na experiência de mais de três décadas formando pessoas. Neste sentido, a Instituição declarou seus objetivos para formação (1.2) e o perfil que o egresso deve possuir (1.3).

Para atingir os objetivos e se construir o perfil almejado, a Instituição sabe que a escolha dos melhores professores é o caminho mais adequado. Os docentes possuem perfil acadêmico que demonstre a possibilidade do pensar em abstrato, problematizar conceitos, definições, métodos e metodologias, aliando a experiência que permita trazer para sala de aula

113

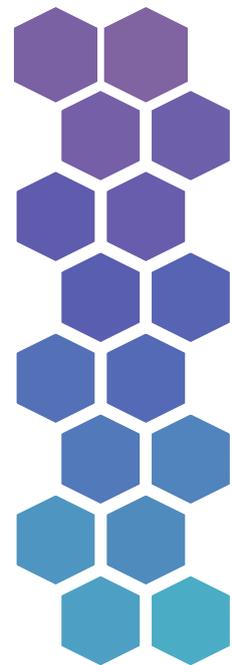


adquirido. Além disso, no perfil do docente se encontra a necessidade dele se encontrar no mercado de trabalho. O mercado de trabalho permite que os docentes possam testar o conhecimento através de situações-problema que poderão ser utilizadas no cotidiano acadêmico.

A Coordenação de Curso conhece essas diretrizes institucionais e possui a liberdade para dentro delas, escalar os docentes. A escolha dos professores observa o critério da especificidade, uma vez que o conhecimento em cada disciplina por mais que tenha relação com os demais conteúdos se afunila e precisa ser repassado por aquele que domine com exatidão. A titulação é algo relevante dentro da Instituição, pois a Faculdade acredita que profissionais que tenham obtido títulos de especialista, mestre e doutor por unidades brasileiras ou convalidados esses títulos segundo as normas brasileiras têm atestado habilidades e competências necessárias para lecionar determinados conteúdos. A titulação também valoriza o conhecimento de literaturas básicas, médias e avançadas que podem ser apontadas aos alunos para crescimento e amadurecimento crítico, importante desde a formação, além de indicar e conceder acesso às pesquisas de ponta, provendo grupos de pesquisa para publicação.

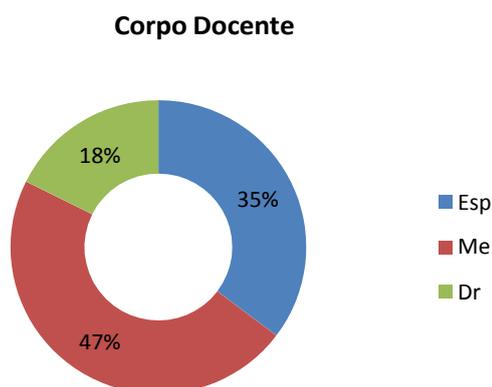
O corpo docente do curso é formado pelos seguintes professores:

| <b>Professor</b>                    | <b>Titulação</b> |
|-------------------------------------|------------------|
| ALEXA CORRÊA SOARES                 | Especialista     |
| ALISSON EMMANUEL DE OLIVEIRA LUCENA | Especialista     |
| ALYSSON SILVA DOS SANTOS            | Doutor           |
| ANDRÉ LUIZ ALBUQUERQUE SILVA        | Mestre           |
| DANILO GOMES DE MELO                | Mestre           |
| EMILIANE PRISCILLA ALENCASTRO NETO  | Especialista     |
| GILBERTO VALENÇA                    | Especialista     |
| HUGO VINICIUS CASTRO JIMENEZ        | Mestre           |
| JOSÉ OSVALDO ONOFRE PINHEIRO        | Especialista     |
| LEONARDO BRASIL MENDES              | Mestre           |
| LUIZ ANDRADE OLIVEIRA               | Especialista     |



|                               |         |
|-------------------------------|---------|
| MARCO AURÉLIO FARIAS DA SILVA | Mestre  |
| MARFISA CYSNEIRO BARROS       | Doutora |
| RODRIGO DUARTE DE MELO        | Mestre  |
| SILVIO DE ALBUQUERQUE SANTOS  | Mestre  |
| SYNARA VERAS DE ARAÚJO        | Mestra  |
| UBIRACY NEVES MONTEIRO        | Doutora |

Desses 17 (dezessete) docentes, 06 (seis) possuem o título de especialista (35,29%), 08 (oito) são mestre (42,06%) e 03 (três) são doutores (17,65%), não havendo professores graduados. A Instituição entende que o corpo docente proposto atende às expectativas acadêmicas e técnicas necessárias à construção das competências e das habilidades.

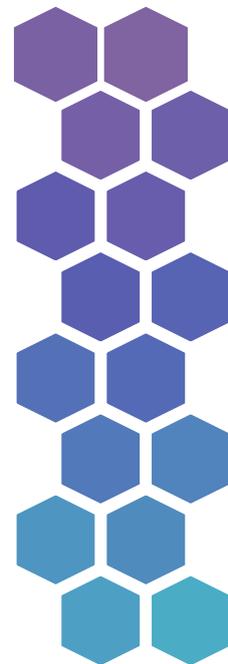


11  
5

## 2.5 Regime de trabalho do corpo docente do curso.

O regime de trabalho dos professores estará distribuído nas categorias de professor tempo integral, professor tempo parcial e professor horista, conforme consta no Plano de Cargos e Salários da Instituição, redigido com amparo no Regimento.

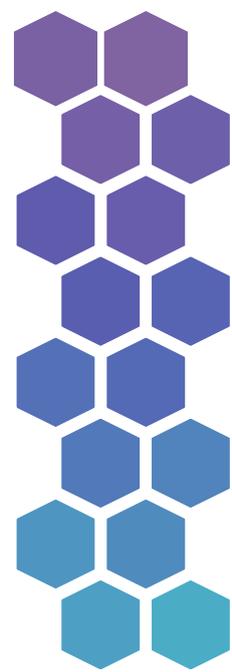
Os professores tempo integral serão aqueles contratados para se dedicarem com 40 horas semanais, das quais 20h serão exclusivas para o exercício em sala de aula e as demais (20h) dedicadas aos estudos, pesquisas, planejamentos, orientações que ocorrem



fora do ambiente da sala de aula, inclusive carga horária de gestão acadêmica como ocorre com as coordenações de curso e representações em órgãos superiores. Os professores tempo parcial serão vinculados a um contrato mínimo de 12h semanais, das quais 25% serão dedicadas para atividades extraclasse e 75% em atividades de sala de aula. Por sua vez, os professores horistas serão aqueles vinculados aos contratos cuja remuneração incide pelo número de horas aulas semanais realizadas em sala de aula.

Os docentes se encontram assim predefinidos quanto ao regime de trabalho da seguinte forma:

| Professor(a)                        | Regime de Trabalho (RT) |
|-------------------------------------|-------------------------|
| ALEXA CORRÊA SOARES                 | Tempo Integral          |
| ALISSON EMMANUEL DE OLIVEIRA LUCENA |                         |
| ALYSSON SILVA DOS SANTOS            |                         |
| ANDRÉ LUIZ ALBUQUERQUE SILVA        |                         |
| DANILO GOMES DE MELO                |                         |
| EMILIANE PRISCILLA ALENCASTRO NETO  |                         |
| GILBERTO VALENÇA                    |                         |
| HUGO VINICIUS CASTRO JIMENEZ        |                         |
| JOSÉ OSVALDO ONOFRE PINHEIRO        |                         |
| LEONARDO BRASIL MENDES              |                         |
| LUIZ ANDRADE OLIVEIRA               |                         |
| MARCO AURÉLIO FARIAS DA SILVA       |                         |
| MARFISA CYSNEIRO BARROS             |                         |
| RODRIGO DUARTE DE MELO              |                         |
| SILVIO DE ALBUQUERQUE SANTOS        |                         |
| SYNARA VERAS DE ARAÚJO              |                         |
| UBIRACY NEVES MONTEIRO              |                         |



O corpo docente do Curso de Bacharelado em Direito possui **xxxx** professores em tempo integral e **yyyyy** professores em tempo parcial, e **zzzzz** professores em regime horista. As horas dedicadas ao ensino (aulas ministradas) são consideradas para efeito da distribuição da carga horária que se compõe também com horas dedicadas ao atendimento do discente, participação do NDE, participação do colegiado, preparação e correção de avaliações. A distribuição da carga horária para cada discente é realizada pela coordenação de curso e utilizada no planejamento da gestão.

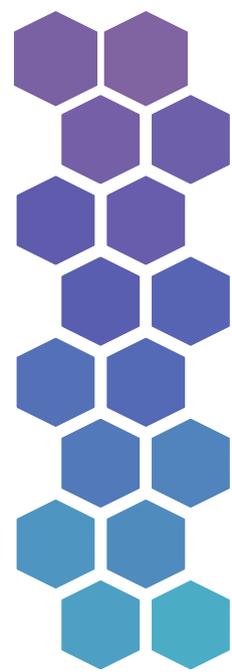
## **2.6 Experiência profissional do docente.**

O corpo docente possui larga experiência de mercado e acadêmica; a Instituição conseguiu reunir os melhores nomes para participarem do projeto aliando conhecimento teórico às experiências técnicas e reais retiradas do mundo do trabalho. Considerando o perfil do egresso almejado pela Instituição, os professores foram selecionados e escalados dentro de suas melhores adaptações, trazendo a experiência acadêmica (64,91% dos docentes possui formação com pós-graduação stricto sensu) e apenas 35,29% com especializações, embora essas tenham sido realizadas em proveito do mercado.

11  
7

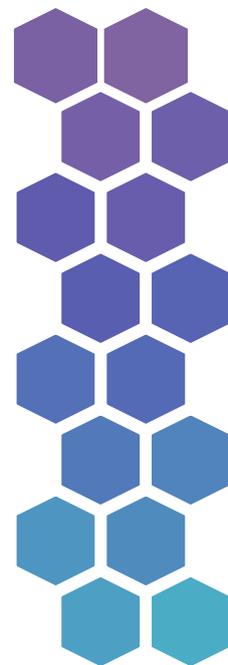
A experiência acadêmica termina por conceder ao docente a capacidade de problematizar métodos, metodologias, conceitos e definições; já a experiência prática permite ao docente trazer problemas do cotidiano; exemplos do dia-a-dia que enaltecem o conhecimento teórico na medida em que ratifica a ideia de que quanto mais se sabe, mais alternativas para problemas complexos podem ser apresentadas.

A compreensão de professores desse nível facilita o processo de transdisciplinarização e interdisciplinamento que os conteúdos precisam possuir; afinal, problemas existem e as soluções são obtidas de forma mais eficiente quanto maior for a capacidade para dividir os problemas e perceber as soluções.



Para que possa ser ratificada a experiência profissional dos docentes, excluída a experiência acadêmica, pode-se verificar no Currículo Lates uma pequena súmula com as principais informações de cada docente:

| N  | Professor(a)                        | Experiência Profissional  |
|----|-------------------------------------|---|
| 1  | ALEXA CORRÊA SOARES                 | Titular da Sociedade Individual de Advocacia - Alexa Corrêa Soares, exercendo a advocacia contenciosa e consultiva, nas áreas Trabalhista, Cível e Empresarial. É inscrita na OAB/PE sob o nº 18.801, desde abril de 2000   |
| 2  | ALISSON EMMANUEL DE OLIVEIRA LUCENA | Advogado no Walber Agra Advogados Associados (2018). Procurador Municipal Belo Jardim (PE) (2017-2018).   |
| 3  | ALYSSON SILVA DOS SANTOS            | É sócio fundador da Alysson Santos Sociedade Individual de Advocacia, foi Diretor Presidente do Instituto PONT DE 2005 a 2015 é membro fundador efetivo da ACADEMIA LUSO- BRASILEIRA DE CIÊNCIAS JURÍDICAS, fundador e consultor jurídico da ZERO ÁGUA INTERNACIONAL DO BRASIL, de 2005 a 2019. |
| 4  | ANDRÉ LUIZ ALBUQUERQUE SILVA        | Consultor Sênior da CONTROLE INTERNO GESTÃO PÚBLICA. Advogado (2006).   |
| 5  | DANILO GOMES DE MELO                | Advogado regularmente inscrito na OAB/PE sob o número 25.192-D (2006).  |
| 6  | EMILIANE PRISCILLA ALENCASTRO NETO  | Advogada e Consultora Jurídica no Walber Agrada Advogados Associados (OAB/PE40.723).  |
| 7  | GILBERTO VALENÇA                    | Técnico Judiciário do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desde 1990   |
| 8  | HUGO VINICIUS CASTRO JIMENEZ        | Juiz de Direito na Comarca de Vitória de Santo Antão (PE) (desde 2005)  |
| 9  | JOSÉ OSVALDO ONOFRE PINHEIRO        | Advogado (UNICAP, 1992-2017), Advogado (Banco do Brasil, 1986-1997). Advogado Autônomo.   |
| 10 | LEONARDO BRASIL MENDES              | ADVOGADO AUTÔNOMO (desde 2005); Vice-Presidente da Comissão de direito urbanístico, da paisagem e do patrimônio cultural da OAB/PE - Olinda; e Secretário da Comissão de Sustentabilidade da ABCCRIM  |



|    |                               |  |
|----|-------------------------------|--|
| 12 | MARCO AURÉLIO FARIAS DA SILVA | Procurador de Justiça (desde 1994).                                |
| 13 | MARFISA CYSNEIRO BARROS       | -  |
| 14 | RODRIGO DUARTE DE MELO        | Servidor Público no Tribunal de Justiça de Pernambuco (desde 2011) |
| 15 | SILVIO DE ALBUQUERQUE SANTOS  | Servidor Público no Tribunal de Justiça de Pernambuco (desde 1988) |
| 16 | SYNARA VERAS DE ARAÚJO        | Advocacia Geral (UNICID, 2014)                                     |
| 17 | UBIRACY NEVES MONTEIRO        | -  |

A vivência no mundo do mercado permite que esses docentes, estrategicamente selecionados, possam conjugar conhecimento teórico com conhecimento empírico, provendo a aplicação da interdisciplinariedade de maneira natural. Os docentes, considerando a larga experiência no mercado de trabalho, conseguem entender o contexto laborativo, compreender e analisar as competências previstas neste Projeto Pedagógico de Curso, problematizá-las e construí-las nos estudantes.

11  
9

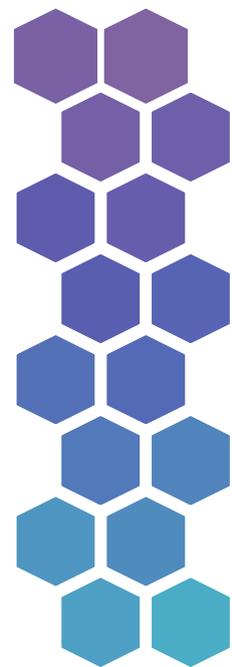
## **2.7 Experiência no exercício da docência superior.**

O corpo docente possui experiência comprovada no exercício da docência superior, já que maioria possui vários anos de experiência em sala de aula como professores, alguns como gestores acadêmicos e de outras instituições de ensino superior. Uma pesquisa simples no Currículo disponibilizado na Plataforma Lattes evidencia esse importante requisito para docência na Faculdade de Ciências Humanas de Pernambuco (FCHPE).

Um pequeno resumo da atuação do corpo docente:



| N  | Professor(a)                        | Experiência Acadêmica             | Lattes  |
|----|-------------------------------------|-----------------------------------|---|
| 1  | ALEXA CORRÊA SOARES                 | SOPECE, 2008                      | <a href="http://lattes.cnpq.br/0216827387588643">http://lattes.cnpq.br/0216827387588643</a> |
| 2  | ALISSON EMMANUEL DE OLIVEIRA LUCENA | SOPECE, 2019                      | <a href="http://lattes.cnpq.br/1323783424113475">http://lattes.cnpq.br/1323783424113475</a> |
| 3  | ALYSSON SILVA DOS SANTOS            | UNIVERSO, 2002                    | <a href="http://lattes.cnpq.br/0866925906894004">http://lattes.cnpq.br/0866925906894004</a> |
| 4  | ANDRÉ LUIZ ALBUQUERQUE SILVA        | Faculdade Joaquim Nabuco, 2011    | <a href="http://lattes.cnpq.br/2965151768281810">http://lattes.cnpq.br/2965151768281810</a> |
| 5  | DANILO GOMES DE MELO                | Faculdade Joaquim Nabuco, 2011    | <a href="http://lattes.cnpq.br/4615892577363237">http://lattes.cnpq.br/4615892577363237</a> |
| 6  | EMILIANE PRISCILLA ALENCASTRO NETO  | SOPECE, 2020                      | <a href="http://lattes.cnpq.br/2366056850409194">http://lattes.cnpq.br/2366056850409194</a> |
| 7  | GILBERTO VALENÇA                    | SOPECE, 2017                      | <a href="http://lattes.cnpq.br/2329264976649489">http://lattes.cnpq.br/2329264976649489</a> |
| 8  | HUGO VINICIUS CASTRO JIMENEZ        | UNIFACOL, 2005                    | <a href="http://lattes.cnpq.br/7132411874642628">http://lattes.cnpq.br/7132411874642628</a> |
| 9  | JOSÉ OSVALDO ONOFRE PINHEIRO        | UNICAP, 1992                      | <a href="http://lattes.cnpq.br/3130359912752776">http://lattes.cnpq.br/3130359912752776</a> |
| 10 | LEONARDO BRASIL MENDES              | FACESF, 2012                      | <a href="http://lattes.cnpq.br/2570261353572394">http://lattes.cnpq.br/2570261353572394</a> |
| 11 | LUIZ ANDRADE OLIVEIRA               | SOPECE, 1998                      | <a href="http://lattes.cnpq.br/3306641134485466">http://lattes.cnpq.br/3306641134485466</a> |
| 12 | MARCO AURÉLIO FARIAS DA SILVA       | SOPECE, 1998                      | <a href="http://lattes.cnpq.br/2635887888805842">http://lattes.cnpq.br/2635887888805842</a> |
| 13 | MARFISA CYSNEIRO BARROS             | -                                 | -   |
| 14 | RODRIGO DUARTE DE MELO              | Faculdade Estácio do Recife, 2012 | <a href="http://lattes.cnpq.br/5305962093244433">http://lattes.cnpq.br/5305962093244433</a> |



|    |                              |              |   |
|----|------------------------------|--------------|---|
| 15 | SILVIO DE ALBUQUERQUE SANTOS | SOPECE, 2006 | <a href="http://lattes.cnpq.br/9562741864151757">http://lattes.cnpq.br/9562741864151757</a> |
| 16 | SYNARA VERAS DE ARAÚJO       | UPE, 2009    | <a href="http://lattes.cnpq.br/5104006940932005">http://lattes.cnpq.br/5104006940932005</a> |
| 17 | UBIRACY NEVES MONTEIRO       | FAFIRE, 1999 | <a href="http://lattes.cnpq.br/5325783383159169">http://lattes.cnpq.br/5325783383159169</a> |

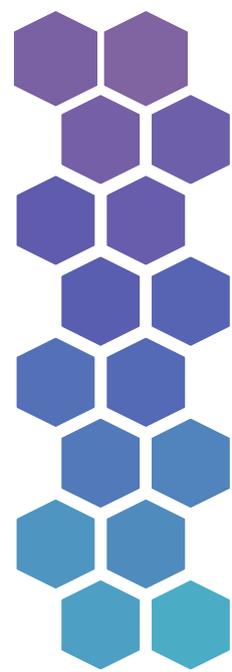
Como mencionado, o perfil do egresso (1.3) será construído com auxílio dos docentes, principais atores dessa ação. A experiência acadêmica e de mercado do corpo docentes garante que o perfil projetado possa ser alcançado durante a formação, uma vez que os professores possuem capacidade para promover medidas que permitem o diagnóstico dos problemas dos estudantes (a Instituição possui Programa de Nivelamento a partir de análise diagnóstica) e a construção de planos de ações que permite mais eficiência quanto à adequação das competências e das habilidades na comunicação, nos exemplos contextualizados dentro dos componentes curriculares, na elaboração de atividades específicas (formativas e somativas). O resultado das avaliações é analisado para que se possa fiscalizar se os planos de ações foram eficazes, devendo ser alterado caso não atinjam os níveis de qualidade desejados.

12  
1

## **2.9 Atuação do colegiado de curso ou equivalente.**

O funcionamento do Colegiado de Curso de Graduação se encontra institucionalizada por meio de regra regimental (Regimento, Art. 19 e seguintes).

O Colegiado de Curso, presidido pelo Coordenador, é órgão de caráter deliberativo e técnico-consultivo, no âmbito do respectivo curso de graduação dos cursos superiores, em matérias técnico-científicas e didático-pedagógicas, sendo constituído pelos professores que estejam no exercício do magistério no respectivo curso de graduação e das disciplinas afins dos cursos sequenciais e por um representante discente, eleito pelos pares, nos termos da legislação vigente, com mandato de 02 (dois) anos, quando não houver definição diversa neste Regimento, podendo ser reconduzidos (Regimento, Art. 19).



As atribuições do Colegiado de Curso são: fixar o perfil do curso e as diretrizes gerais das disciplinas, com suas ementas e respectivos programas, elaborar o currículo do curso e suas alterações com a indicação das disciplinas e respectiva carga horária, de acordo com as diretrizes curriculares emanadas do poder Público, promover a avaliação do curso, decidir sobre aproveitamento de estudos e de adaptações, mediante requerimento dos interessados, colaborar com os demais órgãos acadêmicos no âmbito de sua atuação, exercer outras atribuições de sua competência ou que lhe forem delegadas pelos demais órgãos colegiados (Art. 20).

O Colegiado de Curso reúne-se, ordinariamente, no mínimo duas vezes por semestre e extraordinariamente, sempre que convocado por seu Coordenador ou por 1/3 (um terço) de seus membros (Art. 21). De cada reunião é lavrada ata que é publicada e apresentada a comunidade acadêmica, salvo, neste último caso, quando tratar de assuntos e decisões ad referendum do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão e/ou do Conselho Superior.

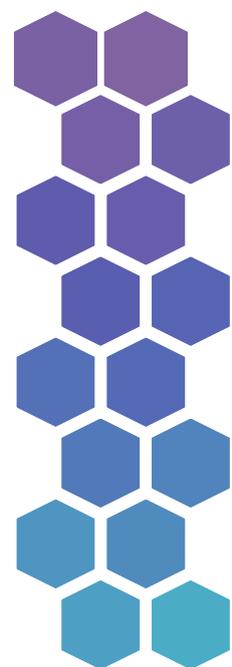
Os docentes têm garantida participação em órgãos superiores (CONSU e CEPE), conforme regra regimental.

**Art. 4º** O Conselho Superior, órgão máximo de natureza deliberativa, normativa e consultiva é constituído:

- I- pelo Diretor da Faculdade, seu Presidente;
- II - pelo Vice-Diretor da Faculdade, seu Vice-Presidente;
- III - pelos Coordenadores de Cursos;
- IV - por um representante da CPA;
- V - por um professor dos cursos de graduação, representante de seus pares;
- VI - por até 1/5 da representação estudantil;
- VII - por um representante da comunidade convidado pelo Diretor da Faculdade.

E,

**Art. 8º** O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, órgão técnico de coordenação e assessoramento em matéria de ensino, pesquisa e extensão, é constituído:



- I- pelo Diretor da Faculdade, seu presidente nato;
- II - por um (01) Coordenador de Curso, indicado pela Diretoria; III - por dois (02) professores, indicados pelos seus pares;
- IV - por um (01) representante do corpo discente, indicado pelo órgão de representante estudantil, que esteja regularmente matriculado;

Destarte, os docentes tem acento no Colegiado e seu representante tem acento no Conselho Superior e no Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. Contudo, os docentes tem acentos no Conselho Superior (Art. 5º, V) e no CEPE (Art. 8º, III). Dentro das competências estatuídas para cada um dos órgãos, os órgãos superiores funcionam revisando decisões tomadas dentro do Colegiado ou atuando nas demandas originárias, com fluxo determinado pelo Regimento Geral. As deliberações são tomadas nas reuniões, cuja lavratura de ata é requisito indispensável para fim de publicação, registro e avaliação de desempenho.

## **2.10 Produção científica, cultural, artística ou tecnológica.**

A produção científica, cultural, artística e tecnológica dos docentes é uma preocupação constante da Faculdade de Ciências Humanas de Pernambuco. A instituição incentiva essa produção concedendo bolsas, fomentando projetos de pesquisa (iniciação científica) e financiando participações dos docentes em eventos culturais.

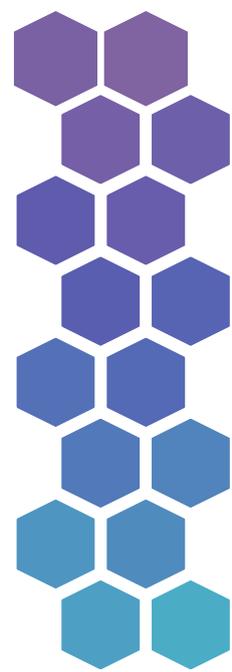
Além de incentivar a realização de pesquisas e participações artísticas, a instituição mantém canais para publicação, como as revistas acadêmicas dos cursos.

Considerando o total de docentes do curso, observa-se que mais de 50% possui nove ou mais produções nos últimos três anos.

## **Capítulo 3 - Infraestrutura**

### **3.1 Espaço de trabalho para docentes em tempo integral.**

A Infraestrutura da Instituição é composta de uma área segura, com acesso garantido por avenidas de grande fluxo e abastecida por transporte urbano em seu



entorno. A Instituição adota protocolo de biossegurança para garantir segurança biológica aos estudantes, professores, técnicos administrativos e terceiros, além de possuir garantia de acessos eficiente graças ao sistema de segurança contratado.

Dentro dessa estrutura, a qual comporta subdivisões internas, o espaço é contemplado por salas de aula, pátio, estacionamento, cantina, área de serviços de terceirizados, banheiros, escadas, elevadores, biblioteca física, secretaria, salas de coordenadores e de setores específicos, alameda de serviços internos, núcleo de prática jurídica, fotocópias, e laboratórios dentre vários outros setores.

A Faculdade disponibiliza salas específicas para os Professores contratados em Tempo Integral.

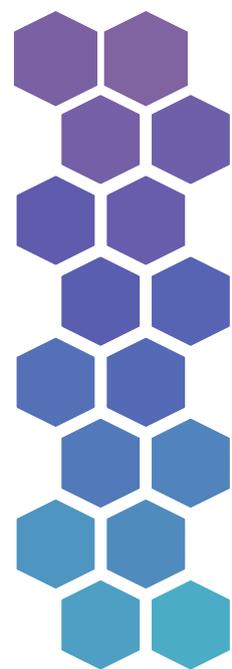
Os Coordenadores vinculados à Instituição possuem salas específicas da coordenação com infraestrutura adequada, contando com ar condicionado, máquina de computador ligada à rede, impressoras e equipamentos que permitem uma excelente experiência de gestão acadêmica. Os professores vinculados em tempo integral possuem suas salas de aula para uso pessoal e profissional; todas elas ligadas a recursos de tecnologia da informação e de comunicação, com privacidade de utilização para discentes que os procurem ou orientandos, possibilitando a guarda do material pessoal com segurança.

12  
4

### **3.2 Espaço de trabalho para o coordenador.**

O Coordenador do Curso, também porque se encontra na condição de Professor Tempo Integral, possui sala exclusiva, mobiliada com ar condicionado, máquina de computador ligada à rede, impressora e equipamentos que permitem uma excelente experiência de gestão acadêmica.

O Coordenador tem acesso ao Sistema Qualinfo mediante login e senha, o que lhe permite o gerenciamento do curso mediante a busca de informações diretamente



conseguida pelo acesso ao banco de dados da Instituição. O Coordenador possui senha para alteração de status acadêmico, que se utilizada para essa finalidade, permite avaliação e fiscalização posterior.

O acesso a plataforma Qualinfo (Acadweb) faz com que o Coordenador possa se comunicar com alunos específicos ou toda turma, além dele conseguir disparar mensagens para pequenos ou grandes grupos promovendo informações on line. A atuação do Coordenador quanto ao seu espaço é ampla e variada, mesmo porque ele consegue atuar fisicamente a partir da Instituição ou mediante trabalho remoto sem intercorrências.

### **3.3 Sala coletiva de professores.**

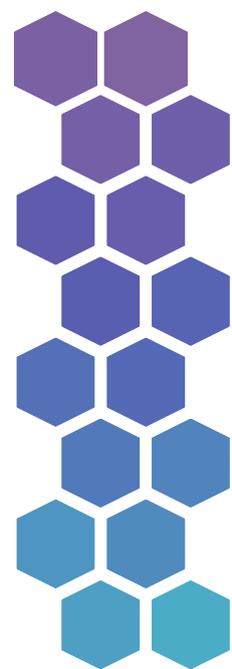
A Instituição dispõe de Sala Coletiva de Professores e de acesso proibido aos alunos; um ambiente especial em que os docentes podem realizar as suas atividades administrativas associadas ao Curso, contando com computadores ligados à rede mundial, impressora profissional, armários para guarda de bens com segurança, espaço para descanso e estudo. A sala dos professores é ideal para acomodar toda a equipe de professores.

A sala coletiva é precedida pelo setor de apoio que conta com secretária que auxilia os docentes em suas atividades.

### **3.4 Salas de aula.**

A Instituição dispõe de salas de aula físicas e virtuais.

As salas de aula física se encontram distribuídas em três andares do prédio principal, contando com acesso por escadas e elevador em perfeito funcionamento, garantindo acessibilidade contínua e ininterrupta. Esses ambientes são climatizados, a maioria conta com janela, isolamento acústico adequado, quadros, cadeiras, apoio para o docente, equipamentos de data show individualizados, computadores permitem que as



aulas sejam transmitidas on line com qualidade, bastando a utilização das câmeras individuais e microfones especiais instalados a pedido do docente.

A limpeza é diária (uma vez por turno) e a manutenção ocorre de forma frequente. O local é confortável e possui recursos de tecnologia. Há rede de wi-fi em todo campus, cuja utilização depende de acesso com login e senha, conforme as normas de segurança de rede da Instituição. As salas de aulas são flexíveis a depender do tamanho e da necessidade, certo que a Instituição possui outros ambientes que funcionam como sala de aula, como o auditório, a sala de vídeo, a biblioteca e o pátio.

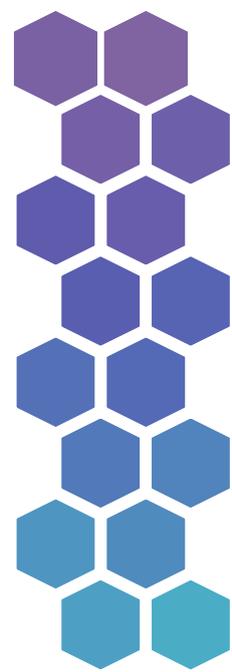
As salas de aula virtuais são alocadas dentro do Classroom, uma vez que a Instituição possui parceria com a Google, através do plano de assinatura do Google for Education. Há ainda semelhante parceria com a Microsoft, nos mesmos termos e moldes.

### **3.5 Acesso dos alunos aos equipamentos de informática.**

A incorporação de avanços tecnológicos está condicionada às necessidades pedagógicas das disciplinas dos cursos, dos seus padrões de qualidade e da atualização do programa no mercado. Para tanto, a Coordenação do Curso ou o(s) docente(s) da(s) disciplina(s) justifica(m) e solicita(m) a aquisição do(s) acervo, do programa(s) e do equipamento indicado, expondo a sua necessidade ou atualização ao mercado de trabalho, sendo incorporado ao patrimônio da IES.

Todos os equipamentos dos Laboratórios de Informática existentes estão em rede, com acesso à Internet. A IES atualiza os seus equipamentos de informática de forma frequente e sistemática, com análise semestral e plano de ação trienal, podendo ser realizada atualização em tempo menor no caso de urgência e de necessidade.

De forma geral, os computadores (hardwares) são novos e passam por plano de manutenção, limpeza (interna e externa) e controle de segurança frequentes. Os softwares são atualizados conforme a demanda venha das Coordenações de Curso, notadamente quanto aquisição e atualização.



### **3.6 Bibliografia por Unidade Curricular (UC): básica e complementar.**

As referências fazem parte do Plano de Ensino de cada disciplina, o qual contempla as bibliografias por unidade curricular. A divisão seguida é de referências básicas e de referências complementares. As referências básicas são lançadas em número de duas (CST) ou três (Bacharelado). As referências complementares são lançadas no plano de ensino na forma de duas indicações (CST) ou de três (Bacharelado), embora possa variar a depender da orientação específica por disciplina indicada pelo Núcleo Docente Estruturante.

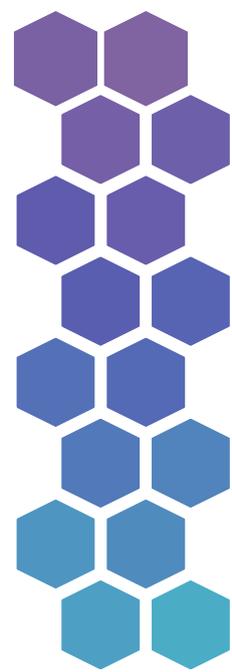
O acervo para o Curso é físico e informatizado; o físico se encontra tombado e o virtual é garantido pelo acesso ininterrupto pelos usuários dentro ou fora do campus, bastando que exista acesso à rede mundial pelo usuário. O acervo é construído mediante indicação do Corpo Docente, vinculado ao PPC do Curso. As indicações dos professores dependem de aprovação do Núcleo Docente Estruturante que subscreve, em ata, relatório de adequação em relação ao número de vagas e a quantidade de exemplares/acesso.

Os estudantes que desejarem podem ter acesso ao acervo mediante utilização dos laboratórios básicos ou locais de estudos individuais na Biblioteca. Na hipótese de o estudante apresentar dificuldades de leitura, a Instituição disponibiliza de leitor de livro (audiobook) que permite o acesso ao conteúdo. A Instituição possui plano de contingência em caso de perda de acesso à rede, alocado no campus, devido ao tipo de rede de informativa adotado pela Instituição.

Por fim, quanto às referências complementares, precisam ser registradas as várias possibilidades existentes na atualidade, considerando que uma vez existindo acesso à rede mundial, revistas especializadas são acessadas e consultadas, independentemente do país, local ou região.

### **3.7 Laboratórios didáticos de formação básica.**

A Entidade Educacional disponibiliza Laboratório de Informática para os Cursos de Graduação. Atualmente, existem espaços com computadores que podem ser utilizados



pelos estudantes (Laboratório, Biblioteca e Núcleo de Práticas Jurídicas). Os Laboratórios Didáticos de Formação Básica consistem em ambientes informatizados que permitam ao estudante acesso à rede mundial e às ferramentas (instrumentos) da educação.

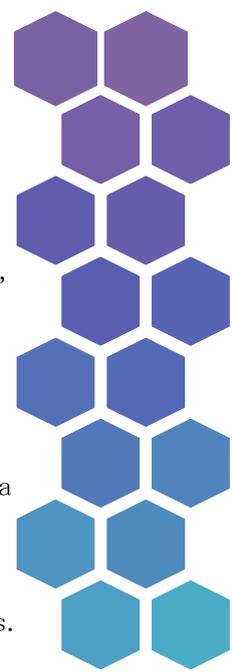
O Laboratório Didático de Formação Básica possui amplo espaço em que as máquinas se encontram ligadas através de rede física. A Instituição possui rede de wi-fi que cobre o campus e permite que os smartphones se conectem através de ambiente seguro com rede privativa. Esse Laboratório possui espaço para 31 computadores, permitindo ser utilizado por mais de 60 pessoas ao mesmo tempo. O Laboratório possui “Norma de Funcionamento e de Segurança”, da qual se extrai os direitos e deveres dos usuários, o plano de contingência, as especificações técnicas das máquinas, o plano de manutenção periódica, os quadros de manutenção extraordinária, qualidade e quantidade dos insumos. O Setor de Tecnologia e Informação (STI) se apropria desses dados para traçar planos de melhoria que são implantados após aprovação da Direção.

### **3.8 Núcleo de Práticas Jurídicas.**

A Prática Jurídica é componente curricular obrigatório, indispensável à consolidação dos desempenhos profissionais desejados, inerentes ao perfil generalista do formando, sob a égide do Regimento do Estágio Supervisionado de Orientação do Estágio (2021), aprovado pelo Conselho Superior desta Instituição de Ensino, contemplando diferentes modalidades de operacionalização.

Associado ao Curso de Bacharelado em Direito existe o Núcleo de Práticas Jurídicas (NPJ), o qual se constitui como ambiente em que se desenvolvem e são coordenadas as atividades de prática jurídica do curso.

A Faculdade de Ciências Humanas de Pernambuco, através de seu curso de graduação em Direito oferece atividades de prática jurídica na própria instituição, por meio de atividades de formação profissional e serviços de assistência jurídica sob sua responsabilidade, por ela organizados, desenvolvidos e implantados, estruturados e operacionalizados de acordo com regulamentação própria.



A Prática Jurídica é coordenada pelo Núcleo de Práticas Jurídicas (NPJ), embora também possa ser realizada em:

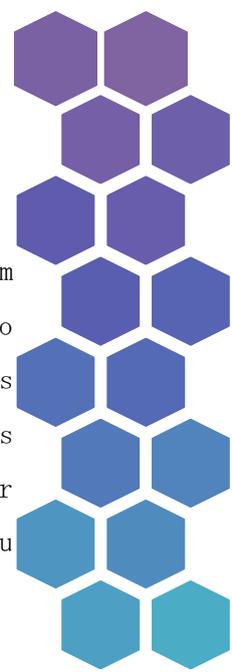
- I- em departamentos jurídicos de empresas públicas e privadas;
- II- nos órgãos do Poder Judiciário, do Ministério Público, da Defensoria Pública e das Procuradorias e demais departamentos jurídicos oficiais; e
- III - em escritórios e serviços de advocacia e consultorias jurídicas.

O planejamento das atividades de práticas jurídicas incluem exercícios de resolução consensual de conflitos e de tutela coletiva, bem como a atividades no processo judicial eletrônico, podendo incluir atividades simuladas e reais, e estágios supervisionados, nos termos definidos por este Projeto Pedagógico de Curso.

As atividades de Prática Jurídica poderão ser reprogramadas e reorientadas em função do aprendizado teórico-prático gradualmente demonstrado pelo aluno, na forma definida na regulamentação do Núcleo de Práticas Jurídicas, até que se possa considerá-lo concluído, resguardando, como padrão de qualidade, os domínios indispensáveis ao exercício das diversas carreiras contempladas pela formação jurídica.

O Estágio de Práticas Jurídicas supervisionado pela Instituição é obrigatório para os alunos a partir do 7º período e faz parte do currículo pleno, com um total de 400 horas/aula de atividades práticas simuladas e reais desenvolvidas pelo aluno, para treinamento das atividades de advocacia, Ministério Público, Magistratura e demais profissões jurídicas, bem como para o atendimento ao público sob controle e orientação do Coordenação e dos professores que ministram acompanhamento seguindo os planos de aula. Faz-se necessário que o estudante apresente a Caderneta de Estágio na qual constam o controle da atuação em audiências e sessões reais, objetivando informar as atividades organizacionais desempenhadas pelo estagiário no período de execução do Estágio.

O estágio poderá ser realizado na forma não-obrigatório para os alunos dos demais períodos, desenvolvidas como atividades que serão interpretadas como atividades complementares, desde que observados os requisitos normativos estabelecidos. As Instituições de Ensino Superior e as partes cedentes de estágio podem recorrer a serviços



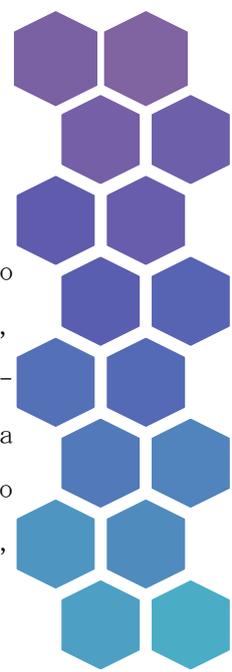
de agentes de integração públicos e privados, mediante condições acordadas em instrumento jurídico apropriado, devendo ser observada, no caso de contratação com recursos públicos, a legislação que estabelece as normas de licitação. Os agentes de integração serão responsabilizados civilmente se indicarem estagiários para a realização de atividades não compatíveis com a programação curricular estabelecida para cada curso, assim como estagiários matriculados em cursos ou instituições para as quais não há previsão de estágio curricular.

É obrigação da instituição de ensino, em relação aos seus estagiários: I - celebrar termo de compromisso com o educando ou com seu representante ou assistente legal, quando ele for absoluta ou relativamente incapaz, e com a parte concedente, indicando as condições de adequação do estágio à proposta pedagógica do curso, à etapa e modalidade da formação escolar do estudante e ao horário e calendário escolar; II - avaliar as instalações da parte concedente do estágio e sua adequação à formação cultural e profissional do educando; III - indicar professor orientador, da área a ser desenvolvida no estágio, como responsável pelo acompanhamento e avaliação das atividades do estagiário; IV - exigir do educando a apresentação periódica, em prazo não superior a 6 (seis) meses, de relatório das atividades; V - zelar pelo cumprimento do termo de compromisso, reorientando o estagiário para outro local em caso de descumprimento de suas normas; VI - elaborar normas complementares e instrumentos de avaliação dos estágios de seus educandos; VII - comunicar à parte concedente do estágio, no início do período letivo, as datas de realização de avaliações escolares ou acadêmicas.

13  
0

A jornada de atividade em estágio será definida de comum acordo entre a instituição de ensino, a parte concedente e o aluno estagiário ou seu representante legal, devendo constar do termo de compromisso ser compatível com as atividades escolares e não ultrapassar 6 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais. A duração do estágio, na mesma parte concedente, não poderá exceder 2 (dois) anos, exceto quando se tratar de estagiário portador de deficiência.

Para concretização desta atividade do Estágio de Práticas Jurídicas, o Curso de Bacharelado em Direito dispõe de uma estrutura apropriada, através do seu Núcleo de



Práticas Jurídicas (NPJ), contando com uma secretaria, fichário individualizado dos alunos, biblioteca, Laboratório de Informática em rede com estabilizadores, impressora, switches, wi-fi, projetor, cadeiras de digitador, pessoal técnico-administrativo e de apoio, além de sala para audiência simulada e sala para atividades relacionadas ao Estágio, com TV e Vídeo, área para atendimento ao pessoal da Assistência Jurídica, arquivo de autos findos, nuvem eletrônica, espaço reservado aos professores orientadores.

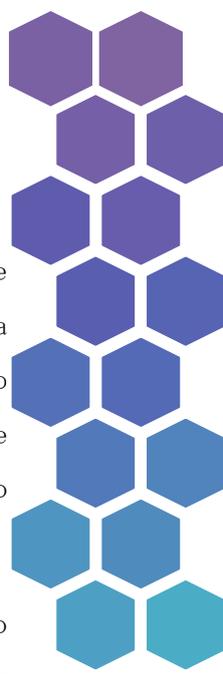
O Professor de Estágio deverá planejar (agendando previamente esta programação no início de cada ano letivo) e promover a integração do Estágio com os docentes das disciplinas teóricas do Curso, quando ministrarem seus conteúdos teóricos, possibilitando viabilizar a realização de atividades simuladas e práticas na estrutura do Núcleo de Práticas Jurídicas. Para esta integração e organização das atividades simuladas e práticas na estrutura do Núcleo de Práticas Jurídicas é indispensável à interação com os docentes das disciplinas teóricas do Curso, no sentido de inserir, tanto no planejamento dos seus Programas de Cursos e seus respectivos cronogramas, como de quantificar a carga horária destas atividades a serem realizadas na estrutura do Núcleo de Práticas Jurídicas, para adequá-las, inclusive para o uso dos equipamentos disponíveis do Laboratório de Informática com as disciplinas que possuem prioridade de utilização dos equipamentos do Núcleo de Práticas Jurídicas.

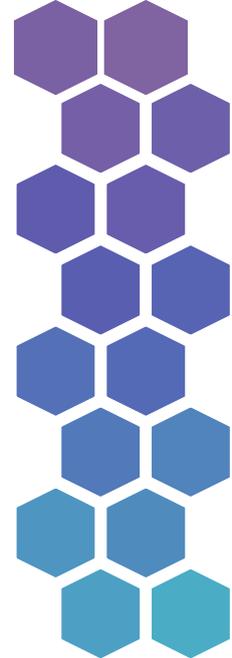
Neste contexto, a Instituição indica aos docentes que os planos de aulas das disciplinas, tanto as teóricas, como práticas e seus respectivos cronogramas prevejam atividades simuladas, práticas, visitas orientadas, técnicas de conciliação, mediação e arbitragem, prática de tutela coletiva, prática de resolução consensual de conflitos, prática do processo judicial eletrônico, participação em atividades reais de assistência jurídica e análise de autos findos.

Dentro da estrutura do NPJ há uma sala para atendimento da Defensoria Pública, utilizada para atendimento e orientação do corpo discente e os usuários, em virtude do Convênio celebrado com a Defensoria Pública do Estado de Pernambuco e a IES para atendimento a Comunidade. Convém salientar que a orientação da Comunidade na unidade da Defensoria Pública do NPJ é realizada pelos discentes, sob a supervisão de professores do Corpo Docente do Curso de Direito.

O NPJ abriga ainda, em razão de Convênio com a Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos - SEDSDH tendo como órgão executor a Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor, uma unidade do PROCON/PE para atendimento a Comunidade. A orientação a Comunidade na unidade do PROCON/PE da IES é realizada pelos discentes, sob a supervisão de advogado contratado pela Instituição.

O Núcleo de Práticas Jurídicas e seus serviços passam por avaliação periódica capaz de detectar pontos fortes e pontos fracos, fazendo surgir planos de ações específicas para melhoria contínua, bem como para direcionamento das atividades.





## REFERÊNCIAS

- FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS DE PERNAMBUCO. **Normas de Atividades Complementares e de Extensão**. Recife: FCHPE, 2010;
- FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS DE PERNAMBUCO. **Plano de desenvolvimento institucional**. Recife: FCHPE, 2021;
- FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS DE PERNAMBUCO. **Regimento Geral**. Recife: FCHPE, 2021;
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Informações dos estados**.  
Disponível em [<http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=pe>].
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse estatística da educação superior 2018**. Brasília: Inep, 2019.  
Disponível em [[www.inep.gov.br](http://www.inep.gov.br)].
- SOCIEDADE PERNAMBUCANA DE EDUCAÇÃO E CULTURA - SOPECE. **Estatuto da Mantenedora**. Recife: SOPECE, 1988.

| Discipli                             | Código | Carga Horári |
|--------------------------------------|--------|--------------|
| <b>Gerenciamento da Aprendizagem</b> |        | a            |

|  |   |
|--|---|
| Ementa   | Gestão da Aprendizagem. Inteligência: Conceito e Habilidade. Aprendizagem baseada em Projetos. Metodologias Ativas na Aprendizagem. Métodos de Estudos. Técnicas de Estudo e Aprendizagem. O Uso de Ferramentas Tecnológicas no processo de Ensino-Aprendizagem.  |
| Objetivos  | Compreender e aplicar métodos de gestão de aprendizagem. Assim como diferenciar o uso de Ferramentas Tecnológicas.  |
| Metodologia de Ensino                              | As aulas serão ministradas pelo(a) docente que apresentará o conteúdo ao Corpo Discente, seguindo uma lógica estabelecida no Plano de Aula, no qual constará os assuntos, suas subdivisões e a sequência que será seguida. As intervenções dos estudantes durante as explicações podem ser realizadas, conforme mediação do(a) docente. O processo de ensino e aprendizagem pode lançar mão de estratégias como o Storytelling, Estudo baseado em problemas, Estudo por Times de estudantes, Peer Struction, dentre outras opções metodológicas.  |
| Procedimento de Avaliação                          | Os processos de avaliação constam de duas avaliações por semestre e a avaliação final, conforme regras contidas no Regimento. Nas notas de unidade, os professores podem lançar mão de estratégias diversificadas, desde a avaliação formal e processual, conjuntamente com a avaliação observacional e por trabalhos, com regras estabelecidas pelo(a) docente mediante registro acadêmico. Ao final de cada unidade curricular, uma nota será lançada.  |
| Mecanismos de Tecnologia, Informação e Comunicação | A Instituição disponibiliza ferramentas que auxiliam no processo de ensino e de aprendizagem, além de manter laboratórios com instalações adequadas a utilização daqueles que precisam de ferramentas específicas, notadamente os instrumentos de tecnologia e de comunicação, como o G Suite e o Microsoft Teams.  |
| Referências Básicas                                | RIBEIRO, Marco Aurélio de Patrício. Técnicas de Aprender: Conteúdos e Habilidades. Editora Vozes: Petrópolis, 2012.<br>PIAZZI, Pierluigi. Aprendendo Inteligência: Manual de Instruções do cérebro para estudantes em geral. Editora Aleph: São Paulo, 2015. BENDER, William. Aprendizagem Baseada em Projetos: Educação Diferenciada para o Século XXI. Editora Penso: Santana, 2014.  |
| Referências Complementares                         | Diesel, A., Santos Baldez, A. L., & Neumann Martins, S. (2017). Os princípios das metodologias ativas de ensino: uma abordagem teórica. Revista Thema, 14(1), 268-288. Disponível em <a href="https://periodicos.ifsul.edu.br/index.php/thema/article/view/404/295">https://periodicos.ifsul.edu.br/index.php/thema/article/view/404/295</a> .<br>PIAZZI, Pierluigi. INTELIGÊNCIA: Como o cérebro aprende. Youtube (Palestra). Disponível em <a href="https://www.youtube.com/watch?v=ai4VPDdOHUo">https://www.youtube.com/watch?v=ai4VPDdOHUo</a> .<br>TABILE, Ariete Frohlich, JACOMETO, Marisa Claudia Durante.Fatores Influenciadores no processo de aprendizagem: Um estudo de caso. São Paulo. Rev. Psicopedag. Vol. 34 no. 103, 2017.Disponível em <a href="http://pepsic.bvsalud.org/pdf/psicoped/v34n103/08.pdf">http://pepsic.bvsalud.org/pdf/psicoped/v34n103/08.pdf</a> .<br>PEREIRA, Débora Silva de Castro. O ato de aprender e o sujeito que aprende. São Paulo. Constr. Psicopedag. V. 18 n.16, 2010. Disponível em <a href="http://pepsic.bvsalud.org/pdf/cp/v18n16/v18n16a10.pdf">http://pepsic.bvsalud.org/pdf/cp/v18n16/v18n16a10.pdf</a> .<br>BACICH, Lilliam. Metodologias Ativas. Youtube(Palestra), 2018. Disponível em <a href="https://www.youtube.com/watch?v=fgghapiilk">https://www.youtube.com/watch?v=fgghapiilk</a> . |

| Discipli                    | Código | Carga Horári |
|-----------------------------|--------|--------------|
| <b>Ser Humano e Cultura</b> |        | a            |

|   |   |
|---|---|
| <b>Ementa</b>   | Os filósofos pré-socráticos. Os grandes legisladores gregos. Sócrates e os sofistas. Platão. Aristóteles. O Helenismo. A Filosofia e Filosofia do Direito Romana. A Filosofia Escolástica. O Humanismo. O Racionalismo e o Empirismo. O Liberalismo e o Contratualismo. O Anti-Iluminismo e o Idealismo Alemão. O Positivismo e o Marxismo. A Fenomenologia e o Existencialismo. A Filosofia Analítica. O Jusnaturalismo x Juspositivismo O Realismo Jurídico. O Pós-positivismo Jurídico. Abordagens antropológicas. O conceito de cultura. Cultura e diversidade. Etnocentrismo. Preconceito. Racismo. Relações étnico-raciais. Aspectos da cultura afro-brasileira. Características da sociedade multirracial brasileira. Desigualdades raciais e Educação Étnico-racial. As sociedades indígenas no cenário político-jurídico brasileiro. Cultura brasileira. |
| <b>Objetivos</b>  | Compreender as principais escolas filosóficas e antropológicas; Diferenciar jusnaturalismo de juspositivismo, e entender os aspectos da cultura afro-brasileira.  |
| <b>Metodologia de Ensino</b>                              | As aulas serão ministradas pelo(a) docente que apresentará o conteúdo ao Corpo Discente, seguindo uma lógica estabelecida no Plano de Aula, no qual constará os assuntos, suas subdivisões e a sequência que será seguida. As intervenções dos estudantes durante as explicações podem ser realizadas, conforme mediação do(a) docente. O processo de ensino e aprendizagem pode lançar mão de estratégias como o Storytelling, Estudo baseado em problemas, Estudo por Times de estudantes, Peer Struction, dentre outras opções metodológicas.  |
| <b>Procedimento de Avaliação</b>                          | Os processos de avaliação constam de duas avaliações por semestre e a avaliação final, conforme regras contidas no Regimento. Nas notas de unidade, os professores podem lançar mão de estratégias diversificadas, desde a avaliação formal e processual, conjuntamente com a avaliação observacional e por trabalhos, com regras estabelecidas pelo(a) docente mediante registro acadêmico. Ao final de cada unidade curricular, uma nota será lançada.  |
| <b>Mecanismos de Tecnologia, Informação e Comunicação</b> | A Instituição disponibiliza ferramentas que auxiliam no processo de ensino e de aprendizagem, além de manter laboratórios com instalações adequadas a utilização daqueles que precisam de ferramentas específicas, notadamente os instrumentos de tecnologia e de comunicação, como o G Suite e o Microsoft Teams.  |
| <b>Referências Básicas</b>                                | DAMATTA, R. O que faz o Brasil, Brasil? 3. ed. Rio de Janeiro: Rocco, c1984. LAPLATINE, F. Aprender antropologia. São Paulo: Brasiliense, 2012.<br>LARAIA, R. de B. Cultura: um conceito antropológico. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004. BITTAR, E. C. B. ; ALMEIDA, G. A. de. Curso de Filosofia do Direito. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2011. CHAUI, M. Convite à filosofia. 13. ed. São Paulo: Ática, 2012.<br>REALE, M. Filosofia do direito. 20. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.  |
| <b>Referências Complementares</b>                         | MARCONI, M. de A. ; PRESOTTO, Z. M. N. Antropologia: uma introdução. São Paulo: Atlas, 2011. MUNANGA, Kabengele. O Negro no Brasil de Hoje. : Para entender. São Paulo: Global, 2006. WIEVIORKA, MICHEL. O racismo, uma introdução. São Paulo: Perspectiva, 2007. GUSMÃO, P. D. de. Filosofia do direito. 11. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2015.<br>MARCONDES, Danilo. Iniciação à história da filosofia: dos pré-socráticos a Wittgenstein. São Paulo: Zahar, 2012.<br>NADER, P. Filosofia do direito. 23.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2015.   |

| Discipli                           | Código | Carga Horári |
|------------------------------------|--------|--------------|
| <b>Interpretação e Produção de</b> |        | a            |

|  |   |
|--|---|
| Ementa   | Língua Portuguesa como fonte de comunicação oral e escrita. A linguagem falada e escrita, em seus diversos níveis de linguagem, proporcionando habilidades linguísticas de produção textual oral e escrita. A utilização dos gêneros textuais/discursivos no ensino e aprendizagem da leitura e da produção escrita. A prática de elaboração de textos argumentativos, com base em parâmetros da linguagem técnico-científica, considerando os aspectos linguístico-gramaticais aplicados ao texto em seus diversos gêneros objetivando-se desenvolver habilidades para a leitura, compreensão e elaboração de textos.  |
| Objetivos  | Esquematizar a linguagem falada e escrita, em seus diversos níveis de linguagem, proporcionando habilidades linguísticas de produção textual oral e escrita. Experimentar a elaboração de textos argumentativos, com base em parâmetros da linguagem técnico-científica. E analisar aspectos linguístico-gramaticais aplicados ao texto em seus diversos gêneros  |
| Metodologia de Ensino                              | As aulas serão ministradas pelo(a) docente que apresentará o conteúdo ao Corpo Discente, seguindo uma lógica estabelecida no Plano de Aula, no qual constará os assuntos, suas subdivisões e a sequência que será seguida. As intervenções dos estudantes durante as explicações podem ser realizadas, conforme mediação do(a) docente. O processo de ensino e aprendizagem pode lançar mão de estratégias como o Storytelling, Estudo baseado em problemas, Estudo por Times de estudantes, Peer Struction, dentre outras opções metodológicas.  |
| Procedimento de Avaliação                          | Os processos de avaliação constam de duas avaliações por semestre e a avaliação final, conforme regras contidas no Regimento. Nas notas de unidade, os professores podem lançar mão de estratégias diversificadas, desde a avaliação formal e processual, conjuntamente com a avaliação observacional e por trabalhos, com regras estabelecidas pelo(a) docente mediante registro acadêmico. Ao final de cada unidade curricular, uma nota será lançada.  |
| Mecanismos de Tecnologia, Informação e Comunicação | A Instituição disponibiliza ferramentas que auxiliam no processo de ensino e de aprendizagem, além de manter laboratórios com instalações adequadas a utilização daqueles que precisam de ferramentas específicas, notadamente os instrumentos de tecnologia e de comunicação, como o G Suite e o Microsoft Teams.  |
| Referências Básicas                                | DAMIÃO, R. T. Curso de português jurídico. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2010.<br>FETZNER, N. Lições de gramática aplicadas ao texto jurídico. 4.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2015. MARTINS, D.S. Português instrumental. 29. ed. Porto Alegre: Ática, 2010   |
| Referências Complementares                         | ANDRADE, M. M. de; HENRIQUES, A. Língua Portuguesa: Noções básicas para cursos superiores. 9.ed São Paulo: Atlas, 2010.<br>KILIAN, Carina. FLÔRES, Onici Claro. Leitura, Interpretação e Compreensão: Uma visão pragmática. Linguagens & Cidadania - Portal de Periódicos UFSM, 2012. Disponível em <a href="https://periodicos.ufsm.br/LeC/article/view/k1/14004">https://periodicos.ufsm.br/LeC/article/view/k1/14004</a> .<br>TREASURE, Julian. TED - Como falar de um jeito que as pessoas queiram ouvir. Youtube (Palestra). Disponível em <a href="https://www.youtube.com/watch?v=D236cCikGmA&amp;t=22s">https://www.youtube.com/watch?v=D236cCikGmA&amp;t=22s</a> .<br>GONÇALVES, Susana. Aprender a ler e compreensão do texto: Processos Cognitivos e Estratégias de ensino. Revista Iberoamericana de Educación, 2008. Disponível em <a href="https://rieoei.org/historico/documentos/rie46a07.pdf">https://rieoei.org/historico/documentos/rie46a07.pdf</a> . |

| Discipli                      | Código | Carga Horári |
|-------------------------------|--------|--------------|
| <b>Fundamentos do Direito</b> |        | a            |

|  |  |
|--|--|
| Ementa   | Direito: Conceito de Direito. O “Direito” como expressão polissêmica. Direito e Justiça e Direito como Lei. Fontes do Direito. Direito Objetivo e Direito Subjetivo. Atributos da Norma Jurídica. Direito e Moral. Vigência, validade e eficácia. Processo Legislativo. Codificação. Direito como interpretação: principais escolas de interpretação. Direito como decisão: decisionismo.  |
| Objetivos  | Diferenciar as várias concepções do termo “Direito”. Relacionar direito com justiça e com lei. Estudar as fontes do direito e os atributos da norma jurídica. Compreender as etapas do processo legislativo.   |
| Metodologia de Ensino                              | As aulas serão ministradas pelo(a) docente que apresentará o conteúdo ao Corpo Discente, seguindo uma lógica estabelecida no Plano de Aula, no qual constará os assuntos, suas subdivisões e a sequência que será seguida. As intervenções dos estudantes durante as explicações podem ser realizadas, conforme mediação do(a) docente. O processo de ensino e aprendizagem pode lançar mão de estratégias como o Storytelling, Estudo baseado em problemas, Estudo por Times de estudantes, Peer Struction, dentre outras opções metodológicas. |
| Procedimento de Avaliação                          | Os processos de avaliação constam de duas avaliações por semestre e a avaliação final, conforme regras contidas no Regimento. Nas notas de unidade, os professores podem lançar mão de estratégias diversificadas, desde a avaliação formal e processual, conjuntamente com a avaliação observacional e por trabalhos, com regras estabelecidas pelo(a) docente mediante registro acadêmico. Ao final de cada unidade curricular, uma nota será lançada.   |
| Mecanismos de Tecnologia, Informação e Comunicação | A Instituição disponibiliza ferramentas que auxiliam no processo de ensino e de aprendizagem, além de manter laboratórios com instalações adequadas a utilização daqueles que precisam de ferramentas específicas, notadamente os instrumentos de tecnologia e de comunicação, como o G Suite e o Microsoft Teams.   |
| Referências Básicas                                | FERRAZ JÚNIOR, Tércio Sampaio. Introdução ao estudo do direito. 8.ed. São Paulo: Atlas, 2015. SGARBI, Adrian. Introdução à teoria do direito. São Paulo: Marcial Pons, 2013.<br>DIMOULIS, Dimitri. Manual de introdução ao estudo do direito. 4.ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.  |
| Referências Complementares                         | GUSMÃO, Paulo Dourado de. Introdução ao estudo do direito. 45.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2012. DINIZ, Maria Helena. Compêndio de introdução à ciência do direito. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2001. NADER, Paulo. Introdução ao estudo do direito. 33.ed. Rio de Janeiro: Forense: Gen, 2011.  |

| Discipli        | Código | Carga Horári |
|-----------------|--------|--------------|
| <b>Estado e</b> | EC001  | a            |

|  |  |
|--|--|
| Ementa   | Os fundamentos da Ciência Política. A organização política da sociedade e sua dinâmica. Formas, instrumentos e alcance da ação política. Direitos Humanos e Políticas de ações afirmativas.  |
| Objetivos  | Compreender os fundamentos da Ciência Política. Diferenciar as formas e os instrumentos e o alcance da ação política.  |
| Metodologia de Ensino                              | As aulas serão ministradas pelo(a) docente que apresentará o conteúdo ao Corpo Discente, seguindo uma lógica estabelecida no Plano de Aula, no qual constará os assuntos, suas subdivisões e a sequência que será seguida. As intervenções dos estudantes durante as explicações podem ser realizadas, conforme mediação do(a) docente. O processo de ensino e aprendizagem pode lançar mão de estratégias como o Storytelling, Estudo baseado em problemas, Estudo por Times de estudantes, Peer Struction, dentre outras opções metodológicas. |
| Procedimento de Avaliação                          | Os processos de avaliação constam de duas avaliações por semestre e a avaliação final, conforme regras contidas no Regimento. Nas notas de unidade, os professores podem lançar mão de estratégias diversificadas, desde a avaliação formal e processual, conjuntamente com a avaliação observacional e por trabalhos, com regras estabelecidas pelo(a) docente mediante registro acadêmico. Ao final de cada unidade curricular, uma nota será lançada.   |
| Mecanismos de Tecnologia, Informação e Comunicação | A Instituição disponibiliza ferramentas que auxiliam no processo de ensino e de aprendizagem, além de manter laboratórios com instalações adequadas a utilização daqueles que precisam de ferramentas específicas, notadamente os instrumentos de tecnologia e de comunicação, como o G Suite e o Microsoft Teams.   |
| Referências Básicas                                | AZAMBUJA, D. Introdução à ciência política. 14.ed. São Paulo: Globo, 2011. BONAVIDES, P. Ciência política. 18.ed. Rio de Janeiro: Malheiros, 2011.<br>FUKUYAMA, F. Ficando para trás. São Paulo: Rocco, 2010.  |
| Referências Complementares                         | LESSA, R. Brasil e Estados Unidos: o que faz a diferença. São Paulo: Civilização Brasileira, 2008. RAMOS, F. C. Manual de filosofia política. São Paulo: Saraiva, 2015.<br>REALE, Miguel. Política e Direito. São Paulo: Saraiva, 2015.  |

| Discipli                         | Código | Carga Horári  |
|----------------------------------|--------|---------------|
| <b>Comportamento e Liderança</b> |        | a<br>80 horas |

|  |   |
|--|---|
| Ementa   | Comportamento e Perfil Comportamental. Teoria DISC. Tipos Psicológicos. Liderança. As funções psíquicas. Linguagem Verbal e Não-Verbal (corporal). Métodos de persuasão. A diferença entre pessoas em suas relações com o mundo. Organizando equipe. Construção de metas coletivas. Lidando com o caos. Ferramentas tecnológicas como instrumentos de liderança.  |
| Objetivos  | Esquematizar o comportamento e perfil comportamental, com aplicação de liderança. Integrando métodos e conceitos. Além da aplicação prática de ferramentas tecnológicas como instrumentos de liderança..  |
| Metodologia de Ensino                              | As aulas serão ministradas pelo(a) docente que apresentará o conteúdo ao Corpo Discente, seguindo uma lógica estabelecida no Plano de Aula, no qual constará os assuntos, suas subdivisões e a sequencia que será seguida. As intervenções dos estudantes durante as explicações podem ser realizadas, conforme mediação do(a) docente. O processo de ensino e aprendizagem pode lançar mão de estratégias como o Storytelling, Estudo baseado em problemas, Estudo por Times de estudantes, Peer Struction, dentre outras opções metodológicas.  |
| Procedimento de Avaliação                          | Os processos de avaliação constam de duas avaliações por semestre e a avaliação final, conforme regras contidas no Regimento. Nas notas de unidade, os professores podem lançar mão de estratégias diversificadas, desde a avaliação formal e processual, conjuntamente com a avaliação observacional e por trabalhos, com regras estabelecidas pelo(a) docente mediante registro acadêmico. Ao final de cada unidade curricular, uma nota será lançada.  |
| Mecanismos de Tecnologia, Informação e Comunicação | A Instituição disponibiliza ferramentas que auxiliam no processo de ensino e de aprendizagem, além de manter laboratórios com instalações adequadas a utilização daqueles que precisam de ferramentas específicas, notadamente os instrumentos de tecnologia e de comunicação, como o G Suite e o Microsoft Teams.  |
| Referências Básicas                                | SUN TZU. A arte da guerra. Geração Editorial: São Paulo, 2009.<br>DWECK, Carol. Mindset: a nova psicologia do sucesso. São Paulo: Objetiva, 2017.<br>FERREIRA, Michelle Marques Fonsêca. A liderança e suas relações com o comprometimento organizacional. UFRN: Rio Grande do Norte (Dissertação de Pós-Graduação), 2006.<br>Disponível em <a href="https://repositorio.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/12244/1/LiderancaRelacoesComprometimento_Ferreira_2006.pdf">[https://repositorio.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/12244/1/LiderancaRelacoesComprometimento_Ferreira_2006.pdf]</a><br>KICH, Juliane Ines di Francesco. A influência da liderança, cultura, estrutura e comunicação organizacional no processo de implantação do planejamento estratégico. UFSC: Florianópolis (Dissertação de Pós-Graduação), 2010.<br>Disponível em <a href="https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/cadernosebape/article/view/5233/3967">[https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/cadernosebape/article/view/5233/3967]</a> |
| Referências Complementares                         | MUTARELI, Sandra Regina Kuka. Os quatro temperamentos na antroposofia de Rudolf Steiner. PUC: São Paulo (Dissertação de Mestrado), 2006. Disponível em <a href="http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cp013747.pdf">[http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cp013747.pdf]</a><br>PETERSON, Jordan. 12 regras para a vida (palestra). Disponível em <a href="https://www.youtube.com/watch?v=AvwgqT-nsqA&amp;t=424s">[https://www.youtube.com/watch?v=AvwgqT-nsqA&amp;t=424s]</a><br>KARNAL, Leandro. Liderança e gestão. Disponível em <a href="https://www.youtube.com/watch?v=NdnPGCX47wk&amp;t=572s">[https://www.youtube.com/watch?v=NdnPGCX47wk&amp;t=572s]</a>   |

| Disciplina                  | Código | Carga Horária   |
|-----------------------------|--------|-----------------|
| <b>Economia e Sociedade</b> |        | <b>80 horas</b> |

|  |   |
|--|---|
| Ementa   | A Ciência Econômica e sua Formação. Doutrinas Econômicas Fundamentais. O Sistema Econômico. Mercado. Comportamento do Consumidor. Macroeconomia. A Moeda. O Sistema Financeiro Nacional. Comércio Internacional. A Globalização Econômica. Subdesenvolvimento, Crescimento e Desenvolvimento Econômico. A linguagem sociológica. Objetividade e subjetividade na Sociologia. A dinâmica dos processos sociais. Processos básicos de associação e dissociação social. Processo de socialização. Controle social e mudança social. Estratificação social. Teoria da Ação. “Status” e Papel. A abordagem de Durkheim, Abordagem Marxista, abordagem weberiana e a Sociologia compreensiva. História e principais temáticas. Direito como fato social. Objeto da sociologia jurídica. Aspectos do pensamento sociológico jurídico contemporâneo. A sociologia jurídica no Brasil. |
| Objetivos  | Compreender a Economia e sua influência na sociedade. Entender o funcionamento do Sistema Financeiro Nacional. Diferenciar as escolas sociológicas. Analisar a influencia de uma sociologia do direito.   |
| Metodologia de Ensino                              | As aulas serão ministradas pelo(a) docente que apresentará o conteúdo ao Corpo Discente, seguindo uma lógica estabelecida no Plano de Aula, no qual constará os assuntos, suas subdivisões e a sequência que será seguida. As intervenções dos estudantes durante as explicações podem ser realizadas, conforme mediação do(a) docente. O processo de ensino e aprendizagem pode lançar mão de estratégias como o Storytelling, Estudo baseado em problemas, Estudo por Times de estudantes, Peer Struction, dentre outras opções metodológicas.  |
| Procedimento de Avaliação                          | Os processos de avaliação constam de duas avaliações por semestre e a avaliação final, conforme regras contidas no Regimento. Nas notas de unidade, os professores podem lançar mão de estratégias diversificadas, desde a avaliação formal e processual, conjuntamente com a avaliação observacional e por trabalhos, com regras estabelecidas pelo(a) docente mediante registro acadêmico. Ao final de cada unidade curricular, uma nota será lançada.  |
| Mecanismos de Tecnologia, Informação e Comunicação | A Instituição disponibiliza ferramentas que auxiliam no processo de ensino e de aprendizagem, além de manter laboratórios com instalações adequadas a utilização daqueles que precisam de ferramentas específicas, notadamente os instrumentos de tecnologia e de comunicação, como o G Suite e o Microsoft Teams.  |
| Referências Básicas                                | PINHO, D.B. (org). Manual de economia. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.<br>ROSSETTI, J.P. Introdução à economia. 20.ed. São Paulo: Atlas, 2014.<br>GIDDENS, A. Sociologia. Porto Alegre. Artmed, 2012.<br>SABADELLI, A. L. Manual de sociologia jurídica. 4. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.  |
| Referências Complementares                         | CARMO, E.C. do; MARIANO, J. Economia Internacional. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2010. REGO, J.M.; MARQUES, R.M. Economia brasileira. São Paulo: Saraiva, 2008.<br>CARDOSO, A. M. A Construção da sociedade do trabalho no Brasil. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010.<br>DIAS, R. Sociologia do direito: a abordagem do fenômeno jurídico como fato social. 2ed. São Paulo: Atlas, 2014.   |

| Discipli               | Código | Carga Horári |
|------------------------|--------|--------------|
| <b>Teoria do Crime</b> |        | a            |

|  |   |
|--|---|
| Ementa   | <p>Conceito de Direito Penal. As Escolas Penais. Direito Penal e Criminologia. A Norma Penal no espaço e no tempo. As Escolas Penais. O princípio da legalidade dos crimes e das penas. Classificação dos crimes. Concurso de Agentes. A Legítima Defesa. Projeto 236 do Novo Código Penal. Crimes contra: a pessoa, o patrimônio, a propriedade imaterial; a organização do trabalho; o sentimento religioso e respeito aos mortos; os costumes; a família; resultantes dos preconceitos de raça ou de cor; a incolumidade pública; a fé pública; a administração da justiça e disposições gerais.</p> |
| Objetivos  | <p>Compreender os conceitos de Direito e Norma Penal, suas Escolas, da Criminologia, da Legítima Defesa. Diferenciar as classificações dos crimes previstos no Código Penal vigente.</p>  |
| Metodologia de Ensino                              | <p>As aulas serão ministradas pelo(a) docente que apresentará o conteúdo ao Corpo Discente, seguindo uma lógica estabelecida no Plano de Aula, no qual constará os assuntos, suas subdivisões e a sequência que será seguida. As intervenções dos estudantes durante as explicações podem ser realizadas, conforme mediação do(a) docente. O processo de ensino e aprendizagem pode lançar mão de estratégias como o Storytelling, Estudo baseado em problemas, Estudo por Times de estudantes, Peer Struction, dentre outras opções metodológicas.</p>   |
| Procedimento de Avaliação                          | <p>Os processos de avaliação constam de duas avaliações por semestre e a avaliação final, conforme regras contidas no Regimento. Nas notas de unidade, os professores podem lançar mão de estratégias diversificadas, desde a avaliação formal e processual, conjuntamente com a avaliação observacional e por trabalhos, com regras estabelecidas pelo(a) docente mediante registro acadêmico. Ao final de cada unidade curricular, uma nota será lançada.</p>   |
| Mecanismos de Tecnologia, Informação e Comunicação | <p>A Instituição disponibiliza ferramentas que auxiliam no processo de ensino e de aprendizagem, além de manter laboratórios com instalações adequadas a utilização daqueles que precisam de ferramentas específicas, notadamente os instrumentos de tecnologia e de comunicação, como o G Suite e o Microsoft Teams.</p>   |
| Referências Básicas                                | <p>ALVES, R. de B. Direito penal: Parte Geral. Recife: 8. ed. Do Autor, 2016. MIRABETE, J.F. Manual de direito penal. 31. ed. São Paulo: Atlas, 2015. V.1. NUCCI, G. de S. Manual de direito penal. 12. ed. São Paulo: Gen: Forense, 2016.</p>  |
| Referências Complementares                         | <p>BITTENCOURT, C.R. Tratado de direito penal: parte geral. 22. ed. São Paulo: Saraiva, 2016. V.1. GRECO, R. Curso de direito penal. 16. ed. São Paulo: Impetus, 2014. V.1 JESUS, D. de. Direito penal: parte geral. 36. ed. São Paulo: Saraiva, 2011. V.1.</p>   |

| Disciplina                      | Código | Carga Horária |
|---------------------------------|--------|---------------|
| <b>Pessoas, Bens e Fatos no</b> |        | a             |

|  |  |
|--|--|
| Ementa   | Estudo da Lei de Introdução ao Código Civil (arts. 1º ao 6º); Das Pessoas Naturais; Das Pessoas Jurídicas; Dos Domicílios das Pessoas Naturais e das Pessoas Jurídicas; Das diferentes classes de Bens; Do Negócio Jurídico; Das Modalidades dos Atos Jurídicos; A Condição, O Termo e O Encargo; Dos Defeitos dos Atos Jurídicos; Das Provas dos Atos Jurídicos; Dos Atos Jurídicos Lícitos e Atos Ilícitos;  |
| Objetivos  | Compreender conceitos de pessoas naturais e jurídicas, bem como seus domicílios e responsabilidade civil; Diferenciar classes de bens; negócio jurídico; atos jurídicos e suas modalidades, provas, defeitos, como também suas subdivisões entre lícitos e ilícitos;   |
| Metodologia de Ensino                              | As aulas serão ministradas pelo(a) docente que apresentará o conteúdo ao Corpo Discente, seguindo uma lógica estabelecida no Plano de Aula, no qual constará os assuntos, suas subdivisões e a sequência que será seguida. As intervenções dos estudantes durante as explicações podem ser realizadas, conforme mediação do(a) docente. O processo de ensino e aprendizagem pode lançar mão de estratégias como o Storytelling, Estudo baseado em problemas, Estudo por Times de estudantes, Peer Struction, dentre outras opções metodológicas. |
| Procedimento de Avaliação                          | Os processos de avaliação constam de duas avaliações por semestre e a avaliação final, conforme regras contidas no Regimento. Nas notas de unidade, os professores podem lançar mão de estratégias diversificadas, desde a avaliação formal e processual, conjuntamente com a avaliação observacional e por trabalhos, com regras estabelecidas pelo(a) docente mediante registro acadêmico. Ao final de cada unidade curricular, uma nota será lançada.   |
| Mecanismos de Tecnologia, Informação e Comunicação | A Instituição disponibiliza ferramentas que auxiliam no processo de ensino e de aprendizagem, além de manter laboratórios com instalações adequadas a utilização daqueles que precisam de ferramentas específicas, notadamente os instrumentos de tecnologia e de comunicação, como o G Suite e o Microsoft Teams.   |
| Referências Básicas                                | GAGLIANO, P. S. ; PAMPLONA FILHO, R. Novo curso de direito civil. Parte geral. 16. ed. São Paulo: Saraiva, 2014. V.1.<br>GONÇALVES, C. R. Direito civil brasileiro: parte geral. 12.ed. São Paulo: Saraiva, 2014. V.1.   |
| Referências Complementares                         | CASSETARI, Christiano. Elementos de direito civil. 2.ed. São Paulo: Saraiva, 2013. NADER, P. Curso de direito civil: Responsabilidade civil. 4.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2013. V. 7.<br>TARTUCE, F. Direito Civil: Lei de Introdução e Parte Geral. São Paulo: Método, 2011.  |

|  | Discipli   | Código | Carga Horári |
|--|--|--------|--------------|
|  | <b>Teoria da Constituição e Direitos</b>   |        | a            |
| Ementa   | <p>Conceito de Direito Constitucional. O Direito Constitucional Brasileiro. As histórias das constituições no mundo e no Brasil. Dos Direitos Humanos. Princípios Fundamentais. Direitos e Garantias Fundamentais. Emendas Constitucionais. Sistema jurídico, ordenamento jurídico e Constituição. Conceito e classificação das Constituições. Normas constitucionais: regras e princípios, espécies e aplicação. Hermenêutica constitucional: métodos e princípios da interpretação constitucional. Mutação constitucional. Dos direitos fundamentais: características e funções dos direitos fundamentais. Titularidade dos direitos fundamentais. Limitações dos direitos fundamentais. Colisão de direitos fundamentais. Direitos e garantias constitucionais do processo na Constituição da República. Do controle judicial de constitucionalidade. Formas de controle e tipos de inconstitucionalidade. O controle de constitucionalidade na Constituição da República. ADI, ADC, ADPF ADIO ou ADO, mandado de injunção e reclamação constitucional: pressupostos de admissibilidade, legitimidade, objeto da ação, procedimento e decisão. Amicus curiae.</p> |        |              |
| Objetivos  | <p>Inserir conceitos acerca Direito Constitucional brasileiro e geral, como deu-se o desenvolvimento das constituições através do tempo no Brasil e no mundo, dos direitos humanos, princípios, direitos e garantias fundamentais, tributação e orçamento, ordem econômica, financeira e social e como emendas constitucionais são e serão introduzidas dentro das disposições constitucionais transitórias. Saber discriminar características, funções, atribuições dos direitos fundamentais e quem os possui, além de classificar constituições dentro do que lhes é caro.</p>  |        |              |
| Metodologia de Ensino                              | <p>As aulas serão ministradas pelo(a) docente que apresentará o conteúdo ao Corpo Discente, seguindo uma lógica estabelecida no Plano de Aula, no qual constará os assuntos, suas subdivisões e a sequência que será seguida. As intervenções dos estudantes durante as explicações podem ser realizadas, conforme mediação do(a) docente. O processo de ensino e aprendizagem pode lançar mão de estratégias como o Storytelling, Estudo baseado em problemas, Estudo por Times de estudantes, Peer Struction, dentre outras opções metodológicas.</p>  |        |              |
| Procedimento de Avaliação                          | <p>Os processos de avaliação constam de duas avaliações por semestre e a avaliação final, conforme regras contidas no Regimento. Nas notas de unidade, os professores podem lançar mão de estratégias diversificadas, desde a avaliação formal e processual, conjuntamente com a avaliação observacional e por trabalhos, com regras estabelecidas pelo(a) docente mediante registro acadêmico. Ao final de cada unidade curricular, uma nota será lançada.</p>  |        |              |
| Mecanismos de Tecnologia, Informação e Comunicação | <p>A Instituição disponibiliza ferramentas que auxiliam no processo de ensino e de aprendizagem, além de manter laboratórios com instalações adequadas a utilização daqueles que precisam de ferramentas específicas, notadamente os instrumentos de tecnologia e de comunicação, como o G Suite e o Microsoft Teams.</p>  |        |              |
| Referências Básicas                                | <p>BONAVIDES, P. Curso de direito constitucional. 26. ed. São Paulo: Malheiros, 2013.<br/> SILVA, J. A. da. Curso de direito constitucional positivo. 37. ed. São Paulo: Malheiros, 2014. TAVARES, A. R. Curso de direito constitucional. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.</p>  |        |              |
| Referências Complementares                         | <p>AGRA, W. de M. Curso de direito constitucional. 6. ed Rio de Janeiro: Forense, 2011. MENDES, G. F. Curso de direito constitucional. 11.ed. São Paulo: Saraiva, 2016.<br/> MORAES, A. de. Direito constitucional. 27. ed. São Paulo: Atlas, 2013.</p>  |        |              |

| Discipli                                | Código | Carga Horári |
|---|--------|--------------|
| <b>Letramento Digital e Ferramentas</b> |        | a            |

|  |   |
|--|---|
| Ementa   | Estruturação das ferramentas e software utilizado no cotidiano acadêmico; Conceitos, modelos, padrões e técnicas usadas na construção do conhecimento técnico. Uso orientado das ferramentas de apoio.  |
| Objetivos  | Relacionar Estruturação das ferramentas e software utilizados no cotidiano acadêmico; Compreender conceitos, modelos e técnicas usadas na construção de conhecimento técnico. Utilizando ferramentas de apoio   |
| Metodologia de Ensino                              | As aulas serão ministradas pelo(a) docente que apresentará o conteúdo ao Corpo Discente, seguindo uma lógica estabelecida no Plano de Aula, no qual constará os assuntos, suas subdivisões e a sequência que será seguida. As intervenções dos estudantes durante as explicações podem ser realizadas, conforme mediação do(a) docente. O processo de ensino e aprendizagem pode lançar mão de estratégias como o Storytelling, Estudo baseado em problemas, Estudo por Times de estudantes, Peer Struction, dentre outras opções metodológicas.  |
| Procedimento de Avaliação                          | Os processos de avaliação constam de duas avaliações por semestre e a avaliação final, conforme regras contidas no Regimento. Nas notas de unidade, os professores podem lançar mão de estratégias diversificadas, desde a avaliação formal e processual, conjuntamente com a avaliação observacional e por trabalhos, com regras estabelecidas pelo(a) docente mediante registro acadêmico. Ao final de cada unidade curricular, uma nota será lançada.  |
| Mecanismos de Tecnologia, Informação e Comunicação | A Instituição disponibiliza ferramentas que auxiliam no processo de ensino e de aprendizagem, além de manter laboratórios com instalações adequadas a utilização daqueles que precisam de ferramentas específicas, notadamente os instrumentos de tecnologia e de comunicação, como o G Suite e o Microsoft Teams.  |
| Referências Básicas                                | COSCARELLI, Carla Viana. (Org.). - Tecnologias para Aprender. São Paulo: Parábola Editorial, 2016. ROJO, Roxane. e MOURA, Eduardo. - Letramento, Mídias, Linguagens. São Paulo: Parábola Editorial, 2019.<br>RIBEIRO, Ana Elisa. - Escrever, Hoje. Palavra, Imagem e Tecnologias Digitais na Educação. São Paulo. Parábola Editorial, 2018.   |
| Referências Complementares                         | SOUZA S., EDVALTER. Desigualdade Social e Inclusão Digital no Brasil. 2006. Disponível: <a href="#">Microsoft Word – Tese Tudo Volta.doc (sapili.org)</a><br>COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL - Pesquisa sobre o uso das tecnologias da Informação e da comunicação no Brasil: TIC Domicílios e TIC Empresas 2005.<br>Disponível: <a href="https://media/docs/publicacoes/2/tic-edicao-especial-5anos.pdf">https://media/docs/publicacoes/2/tic-edicao-especial-5anos.pdf</a><br>DEMES DA CRUZ, GLENDA - A natureza do e-mail no espaço cibernético e suas peculiaridades discursivas: um confronto com a escrita convencional. 2006. Disponível: <a href="#">PDF 'A Natureza Do E-Mail No Espaço Cibernético E Suas Peculiaridades Discursivas: Um Confronto Com A Escrita Convencional - Glenda Demes Da Cruz' [Domínio Público] - Livraria Pública (livrariapublica.com.br)</a><br>BASSO T., TACIANA - Sujeitos de terceira idade: letramento, identidade e relações de poder. 2006. Disponível: <a href="#">PDF 'Sujeitos De Terceira Idade: Letramento, Identidade E Relações De Poder - Taciana Basso Tolazzi' [Domínio Público] - Livraria Pública (livrariapublica.com.br)</a><br>RIBEIRO, Ana Elisa. - Textos Multimodais. Leitura e Produção. São Paulo: Parábola Editorial, 2016. |

| Discipli         | Código | Carga Horári |
|------------------|--------|--------------|
| <b>Teoria do</b> |        | a            |

|  |  |
|--|--|
| Ementa   | Sociedade e Tutela Jurídica. Direito Processual. Princípios Gerais de Direito Processual. Jurisdição. Competência. Ação. Processo.   |
| Objetivos  | Compreender acerca de sociedade, tutela jurídica, sentença, coisa julgada e processo de conhecimento. Saber diferenciar os princípios gerais do direito processual, bem como as jurisdições e competências.  |
| Metodologia de Ensino                              | As aulas serão ministradas pelo(a) docente que apresentará o conteúdo ao Corpo Discente, seguindo uma lógica estabelecida no Plano de Aula, no qual constará os assuntos, suas subdivisões e a sequência que será seguida. As intervenções dos estudantes durante as explicações podem ser realizadas, conforme mediação do(a) docente. O processo de ensino e aprendizagem pode lançar mão de estratégias como o Storytelling, Estudo baseado em problemas, Estudo por Times de estudantes, Peer Struction, dentre outras opções metodológicas. |
| Procedimento de Avaliação                          | Os processos de avaliação constam de duas avaliações por semestre e a avaliação final, conforme regras contidas no Regimento. Nas notas de unidade, os professores podem lançar mão de estratégias diversificadas, desde a avaliação formal e processual, conjuntamente com a avaliação observacional e por trabalhos, com regras estabelecidas pelo(a) docente mediante registro acadêmico. Ao final de cada unidade curricular, uma nota será lançada.   |
| Mecanismos de Tecnologia, Informação e Comunicação | A Instituição disponibiliza ferramentas que auxiliam no processo de ensino e de aprendizagem, além de manter laboratórios com instalações adequadas a utilização daqueles que precisam de ferramentas específicas, notadamente os instrumentos de tecnologia e de comunicação, como o G Suite e o Microsoft Teams.   |
| Referências Básicas                                | DIDIER JÚNIOR, F. Curso de direito processual civil. 17. ed Salvador: Editora JusPODIVM, 2015. V.1. MONTENEGRO FILHO, M. Curso de direito processual Civil. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2015. V. 1.<br>THEODORO JÚNIOR, H. Curso de direito processual civil. 54. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2015. V. 1.   |
| Referências Complementares                         | GONÇALVES, M. V. R. Novo curso de direito processual civil. 12.ed. São Paulo: Saraiva, 2015. V.1. DONIZETI, E. Novo código de processo civil comparado. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2015.<br>WAMBIER, L. R. ; TALAMINI, Eduardo. Curso avançado de direito processual civil. 15.ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015. V.1.   |

| Discipli          | Código | Carga Horári |
|-------------------|--------|--------------|
| <b>Teoria das</b> |        | a            |

|  |  |
|--|--|
| Ementa   | A Pena na Legislação Brasileira. A Suspensão Condicional da Pena. Causas Legais da Extinção da Pena. Causas legais da Extinção de Punibilidade. A Decadência. A Perempção e a Prescrição. Da Ação Penal.   |
| Objetivos  | Introduzir conceitos de pena no cenário brasileiro, bem como sua suspensão condicional entendendo em quais casos legais a pena e a própria punibilidade podem ser extintas. Discernir as diferenças entre decadência, prescrição e perempção e sob quais circunstâncias devem se dar o estabelecimento de uma ação penal.  |
| Metodologia de Ensino                              | As aulas serão ministradas pelo(a) docente que apresentará o conteúdo ao Corpo Discente, seguindo uma lógica estabelecida no Plano de Aula, no qual constará os assuntos, suas subdivisões e a sequencia que será seguida. As intervenções dos estudantes durante as explicações podem ser realizadas, conforme mediação do(a) docente. O processo de ensino e aprendizagem pode lançar mão de estratégias como o Storytelling, Estudo baseado em problemas, Estudo por Times de estudantes, Peer Struction, dentre outras opções metodológicas. |
| Procedimento de Avaliação                          | Os processos de avaliação constam de duas avaliações por semestre e a avaliação final, conforme regras contidas no Regimento. Nas notas de unidade, os professores podem lançar mão de estratégias diversificadas, desde a avaliação formal e processual, conjuntamente com a avaliação observacional e por trabalhos, com regras estabelecidas pelo(a) docente mediante registro acadêmico. Ao final de cada unidade curricular, uma nota será lançada.   |
| Mecanismos de Tecnologia, Informação e Comunicação | A Instituição disponibiliza ferramentas que auxiliam no processo de ensino e de aprendizagem, além de manter laboratórios com instalações adequadas a utilização daqueles que precisam de ferramentas específicas, notadamente os instrumentos de tecnologia e de comunicação, como o G Suite e o Microsoft Teams.   |
| Referências Básicas                                | BITENCOURT, C. R. Tratado de direito penal. 16. ed. São Paulo: Saraiva, 2016. V.2. CAPEZ, F. Curso de direito penal. 16.ed. São Paulo: Saraiva, 2016. V.2.<br>GRECO, R. Curso de direito penal. 10.ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2013. V.2.   |
| Referências Complementares                         | BRASIL. Leis. Decretos. Código Penal. São Paulo: Saraiva, 2013.<br>MIRABETE, J. F. Manual de direito penal. 32.ed. São Paulo: Atlas, 2015. V.2. MIRABETE, J. F. Manual de direito penal. 29. ed. São Paulo: Atlas, 2011. V.3.  |

| Discipli          | Código | Carga Horári |
|-------------------|--------|--------------|
| <b>Obrigações</b> |        | a            |

|  |  |
|--|--|
| Ementa   | Das Modalidades das Obrigações; Da Transmissão das Obrigações; Do Adimplemento e do Inadimplemento das Obrigações; Da Responsabilidade Civil; Da Extinção das Obrigações. Da Prescrição e Da Decadência.   |
| Objetivos  | Adentrar nas modalidades, transmissão e extinção das obrigações e da responsabilidade civil. Diferenciar adimplemento e inadimplemento das obrigações, bem como da prescrição e decadência.  |
| Metodologia de Ensino                              | As aulas serão ministradas pelo(a) docente que apresentará o conteúdo ao Corpo Discente, seguindo uma lógica estabelecida no Plano de Aula, no qual constará os assuntos, suas subdivisões e a sequencia que será seguida. As intervenções dos estudantes durante as explicações podem ser realizadas, conforme mediação do(a) docente. O processo de ensino e aprendizagem pode lançar mão de estratégias como o Storytelling, Estudo baseado em problemas, Estudo por Times de estudantes, Peer Struction, dentre outras opções metodológicas. |
| Procedimento de Avaliação                          | Os processos de avaliação constam de duas avaliações por semestre e a avaliação final, conforme regras contidas no Regimento. Nas notas de unidade, os professores podem lançar mão de estratégias diversificadas, desde a avaliação formal e processual, conjuntamente com a avaliação observacional e por trabalhos, com regras estabelecidas pelo(a) docente mediante registro acadêmico. Ao final de cada unidade curricular, uma nota será lançada.   |
| Mecanismos de Tecnologia, Informação e Comunicação | A Instituição disponibiliza ferramentas que auxiliam no processo de ensino e de aprendizagem, além de manter laboratórios com instalações adequadas a utilização daqueles que precisam de ferramentas específicas, notadamente os instrumentos de tecnologia e de comunicação, como o G Suite e o Microsoft Teams.   |
| Referências Básicas                                | GONÇALVES, C. R. Direito civil brasileiro: teoria geral das obrigações. 11.ed. São Paulo: Saraiva, 2014. V.2<br>NADER, P. Curso de direito civil: obrigações. 7.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2014. V.2.<br>GAGLIANO, P.S. ; PAMPLONA FILHO, R. Novo curso de direito civil: obrigações. São Paulo: Saraiva, 2014. V.2.   |
| Referências Complementares                         | RIZZARDO, A. Direito das obrigações. Rio de Janeiro: Forense, 2013.<br>VENOSA, S. de S. Direito civil: parte geral. São Paulo: Atlas, 2002.  |

| Discipli                    | Código | Carga Horári |
|-----------------------------|--------|--------------|
| <b>Organização Política</b> |        | a            |

|  |  |
|--|--|
| Ementa   | Organização do Estado. Organização dos Poderes. Defesa do Estado e das Instituições Democráticas. Tributação e Orçamento. Ordem Econômica e Financeira. Ordem Social: Proteção do Estado. Do meio-ambiente às manifestações das Culturas Populares, Indígenas e Afro-brasileiras. Disposições Constitucionais Transitória. Estado federativo e a Federação Brasileira. Princípios constitucionais da administração pública e a responsabilidade civil do Estado. Poderes do Estado e suas funções constitucionais.                               |
| Objetivos  | Saber estratificar os Poderes e suas Instituições de acordo com seus princípios, suas responsabilidades e funções. Capacitar o discernimento entre Ordem Social, Econômica e financeira e a quem estas compete.  |
| Metodologia de Ensino                              | As aulas serão ministradas pelo(a) docente que apresentará o conteúdo ao Corpo Discente, seguindo uma lógica estabelecida no Plano de Aula, no qual constará os assuntos, suas subdivisões e a sequencia que será seguida. As intervenções dos estudantes durante as explicações podem ser realizadas, conforme mediação do(a) docente. O processo de ensino e aprendizagem pode lançar mão de estratégias como o Storytelling, Estudo baseado em problemas, Estudo por Times de estudantes, Peer Struction, dentre outras opções metodológicas. |
| Procedimento de Avaliação                          | Os processos de avaliação constam de duas avaliações por semestre e a avaliação final, conforme regras contidas no Regimento. Nas notas de unidade, os professores podem lançar mão de estratégias diversificadas, desde a avaliação formal e processual, conjuntamente com a avaliação observacional e por trabalhos, com regras estabelecidas pelo(a) docente mediante registro acadêmico. Ao final de cada unidade curricular, uma nota será lançada.   |
| Mecanismos de Tecnologia, Informação e Comunicação | A Instituição disponibiliza ferramentas que auxiliam no processo de ensino e de aprendizagem, além de manter laboratórios com instalações adequadas a utilização daqueles que precisam de ferramentas específicas, notadamente os instrumentos de tecnologia e de comunicação, como o G Suite e o Microsoft Teams.   |
| Referências Básicas                                | MENDES, G. F. Curso de direito constitucional. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2016. MORAES, A. de. Direito constitucional. 27. ed. São Paulo: Atlas, 2013.<br>SILVA, J. A. da. Curso de direito constitucional positivo. 36. ed. São Paulo: Malheiros, 2013.  |
| Referências Complementares                         | AGRA, W. de M.. Curso de direito constitucional. 6.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011. ÁVILA, H. Teoria dos princípios. São Paulo: Malheiros, 2013.<br>BONAVIDES, P. Cursos de direito constitucional. 26. ed. São Paulo: Malheiros, 2013.  |

| Discipli                               | Código | Carga Horári |
|--|--------|--------------|
| <b>Criatividade e Empreendedorismo</b> |        | a            |

|  |  |
|--|--|
| Ementa   | Fundamentos dos negócios inovadores e criativos. Desenvolvendo o ser empreendedor. Os Pilares da Criatividade e dos Empreendedores. Inovação e Gestão Empresarial. Processo Criativo: Conceito e Aplicação. Transformação de ideias antigas em conceitos inovadores. Desenvolvendo uma mente criativa.   |
| Objetivos  | Analisar os fundamentos dos negócios inovadores e criativos. Aplicando o desenvolvimento do ser empreendedor, seus pilares e Gestão Empresarial. Discernir sobre o conceito e aplicação do processo criativo.  |
| Metodologia de Ensino                              | As aulas serão ministradas pelo(a) docente que apresentará o conteúdo ao Corpo Discente, seguindo uma lógica estabelecida no Plano de Aula, no qual constará os assuntos, suas subdivisões e a sequencia que será seguida. As intervenções dos estudantes durante as explicações podem ser realizadas, conforme mediação do(a) docente. O processo de ensino e aprendizagem pode lançar mão de estratégias como o Storytelling, Estudo baseado em problemas, Estudo por Times de estudantes, Peer Struction, dentre outras opções metodológicas.   |
| Procedimento de Avaliação                          | Os processos de avaliação constam de duas avaliações por semestre e a avaliação final, conforme regras contidas no Regimento. Nas notas de unidade, os professores podem lançar mão de estratégias diversificadas, desde a avaliação formal e processual, conjuntamente com a avaliação observacional e por trabalhos, com regras estabelecidas pelo(a) docente mediante registro acadêmico. Ao final de cada unidade curricular, uma nota será lançada.   |
| Mecanismos de Tecnologia, Informação e Comunicação | A Instituição disponibiliza ferramentas que auxiliam no processo de ensino e de aprendizagem, além de manter laboratórios com instalações adequadas a utilização daqueles que precisam de ferramentas específicas, notadamente os instrumentos de tecnologia e de comunicação, como o G Suite e o Microsoft Teams.   |
| Referências Básicas                                | ROBINSON, Ken. Somos todos criativos. Editora Benvirá: São Paulo, 2019.<br>GERBER, Michel. O mito empreendedor. Editora Fundamentos: São Paulo, 2011.<br>CASTRO, Mariana. Empreendedorismo criativo. Editora Portfolio: São Paulo. 2014.   |
| Referências Complementares                         | VAZIN, Tarcísio. RIBAS, Vânia et al. Criatividade e inovação na educação. Editora: Pimenta Cultural. São Paulo. 2015.<br>SINEK, Simão. Comece pelo porquê. Editora: sextante. Rio de Janeiro. 2018.<br>DEWEK, Carol. Mindset: a nova psicologia do sucesso. Editora: objetiva. Rio de Janeiro. 2017.<br>GUN, Murilo. Pais matam as escolas. youtube (Palestra). 2020. Disponível em <a href="https://www.youtube.com/watch?v=26Dykdv8n0w">https://www.youtube.com/watch?v=26Dykdv8n0w</a><br>ROBINSOM, Kin. Como acabar com a educação do vale da morte. youtube (Palestra). 2013. Disponível em <a href="https://www.youtube.com/watch?v=wX78iKhInsc">https://www.youtube.com/watch?v=wX78iKhInsc</a> |

| Discipli                        | Código | Carga Horári |
|---------------------------------|--------|--------------|
| <b>Processo de Conhecimento</b> |        | a            |

|  |  |
|--|--|
| Ementa   | Fases do procedimento comum. Petição Inicial. Citação e intimação. Notificação. Procuradores. Honorários. Defesa do réu e reconvenção. Audiência de conciliação, mediação ou instrução. Provas. Sentença.  |
| Objetivos  | Compreender como funciona o mecanismo de tomada de ciência de um processo e como este deve ser produzido, quais tramites é preciso submetê-lo até que alcance seu destino. Aplicar tais conhecimentos na prática acadêmica de modo a simular a profissional e como deve ser administrado todo o mecanismo abordado.  |
| Metodologia de Ensino                              | As aulas serão ministradas pelo(a) docente que apresentará o conteúdo ao Corpo Discente, seguindo uma lógica estabelecida no Plano de Aula, no qual constará os assuntos, suas subdivisões e a sequencia que será seguida. As intervenções dos estudantes durante as explicações podem ser realizadas, conforme mediação do(a) docente. O processo de ensino e aprendizagem pode lançar mão de estratégias como o Storytelling, Estudo baseado em problemas, Estudo por Times de estudantes, Peer Struction, dentre outras opções metodológicas. |
| Procedimento de Avaliação                          | Os processos de avaliação constam de duas avaliações por semestre e a avaliação final, conforme regras contidas no Regimento. Nas notas de unidade, os professores podem lançar mão de estratégias diversificadas, desde a avaliação formal e processual, conjuntamente com a avaliação observacional e por trabalhos, com regras estabelecidas pelo(a) docente mediante registro acadêmico. Ao final de cada unidade curricular, uma nota será lançada.   |
| Mecanismos de Tecnologia, Informação e Comunicação | A Instituição disponibiliza ferramentas que auxiliam no processo de ensino e de aprendizagem, além de manter laboratórios com instalações adequadas a utilização daqueles que precisam de ferramentas específicas, notadamente os instrumentos de tecnologia e de comunicação, como o G Suite e o Microsoft Teams.   |
| Referências Básicas                                | ALVIM, Arruda. Manual de direito processual civil. 10. ed. v. 2. São Paulo: Ed. RT, 2006.<br>BARBOSA BARBOSA MOREIRA. O novo processo civil brasileiro. 27. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2008.<br>BONDIOLI, Luis Guilherme Aidar. Reconvenção no processo civil. São Paulo: Saraiva, 2009. GONÇALVES, M. V. R. Novo curso de direito processual civil. 12.ed. São Paulo: Saraiva, 2015. V.1.   |
| Referências Complementares                         | MOREIRA, José Carlos. A conexão de causas como pressuposto da reconvenção. São Paulo: Saraiva, 1979.<br>DONIZETI, E. Novo código de processo civil comparado. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2015.<br>WAMBIER, L. R. ; TALAMINI, Eduardo. Curso avançado de direito processual civil. 15.ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015. V.1.   |

| Discipli                 | Código | Carga Horári |
|--------------------------|--------|--------------|
| <b>Crimes em Espécie</b> |        | a            |

|  |  |
|--|--|
| Ementa   | Crimes em espécie. Estudo dos principais tipos penais (Código Penal e Leis Especiais). Generalidades, elementos e classificação. Discussão crítica. Relação entre dogmática penal, prática e jurisprudência. Análise de legitimidade jurídico-constitucional das condutas incriminadas e respectivas penas. Exame de proporcionalidade.  |
| Objetivos  | Ter uma ampla visão do que será observado nas fases subsequentes na dogmática penal. Desenvolver análise crítica e conhecimento básico bem amparado.   |
| Metodologia de Ensino                              | As aulas serão ministradas pelo(a) docente que apresentará o conteúdo ao Corpo Discente, seguindo uma lógica estabelecida no Plano de Aula, no qual constará os assuntos, suas subdivisões e a sequencia que será seguida. As intervenções dos estudantes durante as explicações podem ser realizadas, conforme mediação do(a) docente. O processo de ensino e aprendizagem pode lançar mão de estratégias como o Storytelling, Estudo baseado em problemas, Estudo por Times de estudantes, Peer Struction, dentre outras opções metodológicas. |
| Procedimento de Avaliação                          | Os processos de avaliação constam de duas avaliações por semestre e a avaliação final, conforme regras contidas no Regimento. Nas notas de unidade, os professores podem lançar mão de estratégias diversificadas, desde a avaliação formal e processual, conjuntamente com a avaliação observacional e por trabalhos, com regras estabelecidas pelo(a) docente mediante registro acadêmico. Ao final de cada unidade curricular, uma nota será lançada.   |
| Mecanismos de Tecnologia, Informação e Comunicação | A Instituição disponibiliza ferramentas que auxiliam no processo de ensino e de aprendizagem, além de manter laboratórios com instalações adequadas a utilização daqueles que precisam de ferramentas específicas, notadamente os instrumentos de tecnologia e de comunicação, como o G Suite e o Microsoft Teams.   |
| Referências Básicas                                | BITENCOURT, Cezar Roberto. Tratado de Direito Penal. São Paulo: Saraiva, 2012.<br>DELMANTO, Celso et alii. Código Penal Comentado. São Paulo: Saraiva, 2010.<br><br>PRADO, Luiz Régis. Curso de Direito Penal Brasileiro. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.  |
| Referências Complementares                         | CUNHA, Rogério Sanchez. Manual de Direito Penal: parte especial. Volume único. Salvador: JusPodium, 2014.<br>FRANCO, Alberto Silva et alii. Leis Penais Especiais e sua Interpretação Jurisprudencial. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001.<br>NUCCI, Guilherme de Souza. Código Penal Comentado (Anotado). São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.<br>REALE JR, Miguel. Direito Penal: debates jurisprudenciais. Rio de Janeiro: GZ Editora, 2013.   |

| Discipli         | Código | Carga Horári |
|------------------|--------|--------------|
| <b>Contratos</b> |        | a            |

|  |  |
|--|--|
| Ementa   | Dos Contratos em Geral. Das várias Espécies de Contrato. Dos Atos Unilaterais. Das Preferências e Privilégios Creditórios.   |
| Objetivos  | Compreender o mundo dos contratos abarcados pelo Código Civil brasileiro. Discernir os diferentes tipos de contratos que fazem parte do dia a dia da prática profissional.   |
| Metodologia de Ensino                              | As aulas serão ministradas pelo(a) docente que apresentará o conteúdo ao Corpo Discente, seguindo uma lógica estabelecida no Plano de Aula, no qual constará os assuntos, suas subdivisões e a sequencia que será seguida. As intervenções dos estudantes durante as explicações podem ser realizadas, conforme mediação do(a) docente. O processo de ensino e aprendizagem pode lançar mão de estratégias como o Storytelling, Estudo baseado em problemas, Estudo por Times de estudantes, Peer Struction, dentre outras opções metodológicas. |
| Procedimento de Avaliação                          | Os processos de avaliação constam de duas avaliações por semestre e a avaliação final, conforme regras contidas no Regimento. Nas notas de unidade, os professores podem lançar mão de estratégias diversificadas, desde a avaliação formal e processual, conjuntamente com a avaliação observacional e por trabalhos, com regras estabelecidas pelo(a) docente mediante registro acadêmico. Ao final de cada unidade curricular, uma nota será lançada.   |
| Mecanismos de Tecnologia, Informação e Comunicação | A Instituição disponibiliza ferramentas que auxiliam no processo de ensino e de aprendizagem, além de manter laboratórios com instalações adequadas a utilização daqueles que precisam de ferramentas específicas, notadamente os instrumentos de tecnologia e de comunicação, como o G Suite e o Microsoft Teams.   |
| Referências Básicas                                | GAGLIANO, P.S. ; PAMPLONA FILHO, R. Novo curso de direito civil: Contratos. . 12 ed. São Paulo: Saraiva, 2016. T.1, V, IV.<br>GAGLIANO, P.S. ; PAMPLONA FILHO, R. Novo curso de direito civil: Contratos. 20. ed. São Paulo: Saraiva, 2016. T.2, V. IV.<br>GONÇALVES, C.R. Direito civil brasileiro: Contratos. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2016. V.3. NADER, P. Curso de direito civil: Contratos. 8.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2016.   |
| Referências Complementares                         | COELHO, F. V. Curso de direito civil: contratos. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.<br>PEREIRA, C. M. da S. Instituições de direito civil: contratos. 17. ed. Rio de Janeiro: Forense. 2013. TARTUCE, F. Direito civil: teoria dos contratos e contratos em espécie. 6.ed. São Paulo: Método, 2011.  |

| Discipli                         | Código | Carga Horári |
|----------------------------------|--------|--------------|
| <b>Ordens Social e Econômica</b> |        | a            |

|  |  |
|--|--|
| Ementa   | Princípios Gerais. Política Urbana e Política Fundiária. Sistema Financeiro Nacional. Seguridade Social. Educação, Cultura e Desporto. Ciência, Tecnologia e Comunicação Social. Meio Ambiente. Família, Criança, Adolescente e Idoso. Índios.   |
| Objetivos  | Estabelecer conhecimento amplo de duas das principais áreas as quais são delegadas aos órgãos constitucionalmente competentes. Ampliar o repertório quanto assuntos de suma importância dentro do ordenamento jurídico social brasileiro.  |
| Metodologia de Ensino                              | As aulas serão ministradas pelo(a) docente que apresentará o conteúdo ao Corpo Discente, seguindo uma lógica estabelecida no Plano de Aula, no qual constará os assuntos, suas subdivisões e a sequencia que será seguida. As intervenções dos estudantes durante as explicações podem ser realizadas, conforme mediação do(a) docente. O processo de ensino e aprendizagem pode lançar mão de estratégias como o Storytelling, Estudo baseado em problemas, Estudo por Times de estudantes, Peer Struction, dentre outras opções metodológicas. |
| Procedimento de Avaliação                          | Os processos de avaliação constam de duas avaliações por semestre e a avaliação final, conforme regras contidas no Regimento. Nas notas de unidade, os professores podem lançar mão de estratégias diversificadas, desde a avaliação formal e processual, conjuntamente com a avaliação observacional e por trabalhos, com regras estabelecidas pelo(a) docente mediante registro acadêmico. Ao final de cada unidade curricular, uma nota será lançada.   |
| Mecanismos de Tecnologia, Informação e Comunicação | A Instituição disponibiliza ferramentas que auxiliam no processo de ensino e de aprendizagem, além de manter laboratórios com instalações adequadas a utilização daqueles que precisam de ferramentas específicas, notadamente os instrumentos de tecnologia e de comunicação, como o G Suite e o Microsoft Teams.   |
| Referências Básicas                                | MENDES, Gilmar Ferreira. Curso de Direito Constitucional. São Paulo: Saraiva, 2013. MORAES, Alexandre de. Direito Constitucional. São Paulo: Atlas, 2013.<br>SILVA, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo. São Paulo: Malheiros, 2013.  |
| Referências Complementares                         | ALMEIDA, Fernanda Dias Menezes de. Competências na Constituição de 1988. São Paulo: Atlas, 2010.<br>BULOS, Uadi Lammêgo. Constituição Federal Anotada. São Paulo: Saraiva, 2013. F<br>ERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. Do Processo Legislativo. São Paulo: Saraiva, 2002. LENZA, Pedro. Direito Constitucional Esquemático. São Paulo: Saraiva, 2013.<br>TAVARES, André Ramos. Curso de Direito Constitucional. São Paulo: Saraiva, 2012.  |

| Discipli                   | Código | Carga Horári |
|----------------------------|--------|--------------|
| <b>Prática de Extensão</b> |        | a            |

|  |  |
|--|--|
| Ementa   | Ações Extensionista com projeto articulado. Transdisciplinaridade. Curricularização da Extensão. Projeto, idealização e execução.  |
| Objetivos  | Idealizar ações específicas em prol da comunidade. Executar e encontrar insumos. Analisar e reaplicar.   |
| Metodologia de Ensino                              | As aulas são eminentemente práticas com ações de intervenção direta na Sociedade, elaborando produtos ou inprodutos específicos.   |
| Procedimento de Avaliação                          | Os processos de avaliação constam de duas avaliações por semestre e a avaliação final, conforme regras contidas no Regimento. Nas notas de unidade, os professores podem lançar mão de estratégias diversificadas, desde a avaliação formal e processual, conjuntamente com a avaliação observacional e por trabalhos, com regras estabelecidas pelo(a) docente mediante registro acadêmico. Ao final de cada unidade curricular, uma nota será lançada. |
| Mecanismos de Tecnologia, Informação e Comunicação | A Instituição disponibiliza ferramentas que auxiliam no processo de ensino e de aprendizagem, além de manter laboratórios com instalações adequadas a utilização daqueles que precisam de ferramentas específicas, notadamente os instrumentos de tecnologia e de comunicação, como o G Suite e o Microsoft Teams.   |
| Referências Básicas                                | NSA  |
| Referências Complementares                         | NSA  |

|  | Discipli   | Código | Carga Horári |
|--|--|--------|--------------|
|  | <b>Decisões Judiciais e</b>  |        | a            |
| Ementa   | Da Tutela Provisória. Do cumprimento de Sentença. Processo de execução forçada. Da impugnação do cumprimento de sentença. Dos embargos.  |        |              |
| Objetivos  | Implementar no repertório conteúdos de suma importância no âmbito processual. Compreender os trâmites e suas respectivas aplicações.   |        |              |
| Metodologia de Ensino                              | As aulas serão ministradas pelo(a) docente que apresentará o conteúdo ao Corpo Discente, seguindo uma lógica estabelecida no Plano de Aula, no qual constará os assuntos, suas subdivisões e a sequência que será seguida. As intervenções dos estudantes durante as explicações podem ser realizadas, conforme mediação do(a) docente. O processo de ensino e aprendizagem pode lançar mão de estratégias como o Storytelling, Estudo baseado em problemas, Estudo por Times de estudantes, Peer Struction, dentre outras opções metodológicas. |        |              |
| Procedimento de Avaliação                          | Os processos de avaliação constam de duas avaliações por semestre e a avaliação final, conforme regras contidas no Regimento. Nas notas de unidade, os professores podem lançar mão de estratégias diversificadas, desde a avaliação formal e processual, conjuntamente com a avaliação observacional e por trabalhos, com regras estabelecidas pelo(a) docente mediante registro acadêmico. Ao final de cada unidade curricular, uma nota será lançada.   |        |              |
| Mecanismos de Tecnologia, Informação e Comunicação | A Instituição disponibiliza ferramentas que auxiliam no processo de ensino e de aprendizagem, além de manter laboratórios com instalações adequadas a utilização daqueles que precisam de ferramentas específicas, notadamente os instrumentos de tecnologia e de comunicação, como o G Suite e o Microsoft Teams.   |        |              |
| Referências Básicas                                | BUENO, C. S. Manual de direito processual civil. Lei 13.105 de 16.03.2015. Volume único. São Paulo: Saraiva, 2015.<br>DIDIER JÚNIOR, F. BRAGA, P. S.; OLIVEIRA, R. Curso de direito processual civil. 10. ed. Salvador: Editora JusPODIVM, 2015. V.2.<br>MONTENEGRO FILHO, M. Curso de direito processual civil. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2015. V. 2.   |        |              |
| Referências Complementares                         | NEVES, D. A. Manual de direito processual civil. Volume único. 7. ed. São Paulo: Gen: Método, 2015. THEODORO JÚNIOR, H. Curso de direito processual civil. 46. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2013. V. 2 . WAMBIER, L. R. ; TALAMINI, Eduardo. Curso avançado de direito processual civil. 15.ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015. V.2..  |        |              |

| Discipli                 | Código | Carga Horári |
|--------------------------|--------|--------------|
| <b>Crimes em Espécie</b> |        | a            |

|  |  |
|--|--|
| Ementa   | A legislação especial ou extravagante. Aplicação dos conhecimentos já desenvolvidos às demais legislação penais pátria: a lei das contravenções penais; normas sobre a repressão ao tráfico ilícito de drogas; os crimes contra as relações de consumo; os crimes do colarinho branco; normas penais do Estatuto do desarmamento e do Código Brasileiro de Trânsito.   |
| Objetivos  | Compreender casos mais avançados das tipificações penais. Aplicar dentre os casos propostos as devidas soluções considerando as previsões presentes no Código Penal brasileiro.  |
| Metodologia de Ensino                              | As aulas serão ministradas pelo(a) docente que apresentará o conteúdo ao Corpo Discente, seguindo uma lógica estabelecida no Plano de Aula, no qual constará os assuntos, suas subdivisões e a sequencia que será seguida. As intervenções dos estudantes durante as explicações podem ser realizadas, conforme mediação do(a) docente. O processo de ensino e aprendizagem pode lançar mão de estratégias como o Storytelling, Estudo baseado em problemas, Estudo por Times de estudantes, Peer Struction, dentre outras opções metodológicas. |
| Procedimento de Avaliação                          | Os processos de avaliação constam de duas avaliações por semestre e a avaliação final, conforme regras contidas no Regimento. Nas notas de unidade, os professores podem lançar mão de estratégias diversificadas, desde a avaliação formal e processual, conjuntamente com a avaliação observacional e por trabalhos, com regras estabelecidas pelo(a) docente mediante registro acadêmico. Ao final de cada unidade curricular, uma nota será lançada.   |
| Mecanismos de Tecnologia, Informação e Comunicação | A Instituição disponibiliza ferramentas que auxiliam no processo de ensino e de aprendizagem, além de manter laboratórios com instalações adequadas a utilização daqueles que precisam de ferramentas específicas, notadamente os instrumentos de tecnologia e de comunicação, como o G Suite e o Microsoft Teams.   |
| Referências Básicas                                | CAPEZ, F. Curso de direito penal: legislação penal especial. 11.ed. São Paulo: Saraiva. 2016. V. 4. GRECO, R. Curso de direito penal: parte especial. 11.ed. Niterói, Rio de Janeiro: Impetus, 2015. V. 4. NUCCI, G. de S. Código penal comentado. 16 .ed. rev.atua.ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.  |
| Referências Complementares                         | NUCCI, G. de S. Manual de direito penal. 12.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2016.<br>NUCCI, G. de S. Leis penais e processuais penais comentadas. 9.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2016. V.1.<br>NUCCI, G. de S. Leis penais e processuais penais comentadas. 9.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2016. V.2.   |

| Discipli           | Código | Carga Horári |
|--------------------|--------|--------------|
| <b>Direito das</b> |        | a            |

|  |  |
|--|--|
| Ementa   | Da Posse. Dos Direitos Reais. Da Propriedade. Dos Direitos Reais Sobre Coisas Alheias. Da Superfície. Das Servidões. Do Usufruto. Do Uso. Da Habitação. Do Direito do Promitente Comprador. Do Penhor. Da Hipoteca. Da Anticrese.  |
| Objetivos  | Compreender as previsões acerca do direito relacionado a propriedade e seus tutores. Diferenciar as distinções compreendidas em lei.   |
| Metodologia de Ensino                              | As aulas serão ministradas pelo(a) docente que apresentará o conteúdo ao Corpo Discente, seguindo uma lógica estabelecida no Plano de Aula, no qual constará os assuntos, suas subdivisões e a sequencia que será seguida. As intervenções dos estudantes durante as explicações podem ser realizadas, conforme mediação do(a) docente. O processo de ensino e aprendizagem pode lançar mão de estratégias como o Storytelling, Estudo baseado em problemas, Estudo por Times de estudantes, Peer Struction, dentre outras opções metodológicas. |
| Procedimento de Avaliação                          | Os processos de avaliação constam de duas avaliações por semestre e a avaliação final, conforme regras contidas no Regimento. Nas notas de unidade, os professores podem lançar mão de estratégias diversificadas, desde a avaliação formal e processual, conjuntamente com a avaliação observacional e por trabalhos, com regras estabelecidas pelo(a) docente mediante registro acadêmico. Ao final de cada unidade curricular, uma nota será lançada.   |
| Mecanismos de Tecnologia, Informação e Comunicação | A Instituição disponibiliza ferramentas que auxiliam no processo de ensino e de aprendizagem, além de manter laboratórios com instalações adequadas a utilização daqueles que precisam de ferramentas específicas, notadamente os instrumentos de tecnologia e de comunicação, como o G Suite e o Microsoft Teams.   |
| Referências Básicas                                | DINIZ, M. H. Curso de direito civil brasileiro: direito das coisas. 30. ed. São Paulo: Saraiva, 2015. V.4. GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito das coisas.; São Paulo: Saraiva, 11. Ed. 2016. V.5<br>VENOSA, S. de S. Direito civil: reais. 16. ed. São Paulo: Atlas, 2016. V. 5.   |
| Referências Complementares                         | GOMES, O. Direitos reais. Rio de Janeiro: 26.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2010. VENOSA, S. de S. Código civil interpretado. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2011.<br>PEREIRA, C. M. da S. Instituições de Direito Civil: Direitos Reais. 20.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2013.   |

| Discipli                                    | Código | Carga Horári |
|---|--------|--------------|
| <b>Fundamentos da Administração Pública</b> |        | a            |

|  |   |
|--|---|
| Ementa   | Administração pública: princípios gerais e pessoas jurídicas que a realizam. A organização administrativa. Funcionários. As Faculdades da Administração. Os atos jurídicos no Direito Administrativo. A responsabilidade jurídica da Administração. Administração pública, conceito e fontes. Pessoas jurídicas de direito público. Atos administrativos: controle e extinção. Contratos administrativos. Sistemas administrativos brasileiros. O domínio público. Os serviços públicos e os servidores. Responsabilidade civil do Estado.      |
| Objetivos  | Compreender a formação e funcionamento da administração pública, bem como as competências das instituições de direito público e privado. Aplicar a estratificação estatal com vista no entendimento de tais mecanismos  |
| Metodologia de Ensino                              | As aulas serão ministradas pelo(a) docente que apresentará o conteúdo ao Corpo Discente, seguindo uma lógica estabelecida no Plano de Aula, no qual constará os assuntos, suas subdivisões e a sequencia que será seguida. As intervenções dos estudantes durante as explicações podem ser realizadas, conforme mediação do(a) docente. O processo de ensino e aprendizagem pode lançar mão de estratégias como o Storyteling, Estudo baseado em problemas, Estudo por Times de estudantes, Peer Struction, dentre outras opções metodológicas. |
| Procedimento de Avaliação                          | Os processos de avaliação constam de duas avaliações por semestre e a avaliação final, conforme regras contidas no Regimento. Nas notas de unidade, os professores podem lançar mão de estratégias diversificadas, desde a avaliação formal e processual, conjuntamente com a avaliação observacional e por trabalhos, com regras estabelecidas pelo(a) docente mediante registro acadêmico. Ao final de cada unidade curricular, uma nota será lançada.  |
| Mecanismos de Tecnologia, Informação e Comunicação | A Instituição disponibiliza ferramentas que auxiliam no processo de ensino e de aprendizagem, além de manter laboratórios com instalações adequadas a utilização daqueles que precisam de ferramentas específicas, notadamente os instrumentos de tecnologia e de comunicação, como o G Suite e o Microsoft Teams.  |
| Referências Básicas                                | DI PIETRO, M.S.Z. Direito administrativo. 29. ed. São Paulo: Atlas, 2016.<br>MEIRELES, H.L. Curso de direito administrativo. 40. ed. São Paulo: Malheiros, 2015. MELLO, C.A. B. De. Curso de direito administrativo. 31. ed. São Paulo: Malheiros, 2014.  |
| Referências Complementares                         | ALEXANDRINO, M.; PAULO, V. Direito administrativo descomplicado. 21.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2013.<br>COUTO, R. Curso de direito administrativo. São Paulo: Atlas, 2011.<br>ZIMMER JÚNIOR, A. Curso de direito administrativo. 3. ed. São Paulo: Método, 2009.  |

| Discipli                   | Código | Carga Horári |
|----------------------------|--------|--------------|
| <b>Prática de Extensão</b> |        | a            |

|  |  |
|--|--|
| Ementa   | Ações Extensionista com projeto articulado. Transdisciplinaridade. Curricularização da Extensão. Projeto, idealização e execução.  |
| Objetivos  | Idealizar ações específicas em prol da comunidade. Executar e encontrar insumos. Analisar e reaplicar.   |
| Metodologia de Ensino                              | As aulas são eminentemente práticas com ações de intervenção direta na Sociedade, elaborando produtos ou infoprodutos específicos.   |
| Procedimento de Avaliação                          | Os processos de avaliação constam de duas avaliações por semestre e a avaliação final, conforme regras contidas no Regimento. Nas notas de unidade, os professores podem lançar mão de estratégias diversificadas, desde a avaliação formal e processual, conjuntamente com a avaliação observacional e por trabalhos, com regras estabelecidas pelo(a) docente mediante registro acadêmico. Ao final de cada unidade curricular, uma nota será lançada. |
| Mecanismos de Tecnologia, Informação e Comunicação | A Instituição disponibiliza ferramentas que auxiliam no processo de ensino e de aprendizagem, além de manter laboratórios com instalações adequadas a utilização daqueles que precisam de ferramentas específicas, notadamente os instrumentos de tecnologia e de comunicação, como o G Suite e o Microsoft Teams.   |
| Referências Básicas                                | NSA  |
| Referências Complementares                         | NSA  |

| Discipli                                   | Código | Carga Horári |
|--|--------|--------------|
| <b>Cumprimento de Decisões e Execuções</b> |        | a            |

|  |  |
|--|--|
| Ementa   | Do Cumprimento de Sentença. Do Processo de Execução. Das diversas espécies de execução. Dos Embargos à Execução. Da Suspensão e da Extinção da Execução.   |
| Objetivos  | Compreender as diversas formas de dar cumprimento às decisões judiciais. Aplicar os conceitos de direito processual civil. Entender as formas de defesa do executado.  |
| Metodologia de Ensino                              | As aulas serão ministradas pelo(a) docente que apresentará o conteúdo ao Corpo Discente, seguindo uma lógica estabelecida no Plano de Aula, no qual constará os assuntos, suas subdivisões e a sequencia que será seguida. As intervenções dos estudantes durante as explicações podem ser realizadas, conforme mediação do(a) docente. O processo de ensino e aprendizagem pode lançar mão de estratégias como o Storytelling, Estudo baseado em problemas, Estudo por Times de estudantes, Peer Struction, dentre outras opções metodológicas. |
| Procedimento de Avaliação                          | Os processos de avaliação constam de duas avaliações por semestre e a avaliação final, conforme regras contidas no Regimento. Nas notas de unidade, os professores podem lançar mão de estratégias diversificadas, desde a avaliação formal e processual, conjuntamente com a avaliação observacional e por trabalhos, com regras estabelecidas pelo(a) docente mediante registro acadêmico. Ao final de cada unidade curricular, uma nota será lançada.   |
| Mecanismos de Tecnologia, Informação e Comunicação | A Instituição disponibiliza ferramentas que auxiliam no processo de ensino e de aprendizagem, além de manter laboratórios com instalações adequadas a utilização daqueles que precisam de ferramentas específicas, notadamente os instrumentos de tecnologia e de comunicação, como o G Suite e o Microsoft Teams.   |
| Referências Básicas                                | BUENO, C. S. Manual de direito processual civil. Lei 13.105 de 16.03.2015. Volume único. São Paulo: Saraiva, 2015.<br>DIDIER JÚNIOR, F. BRAGA, P. S.; OLIVEIRA, R. Curso de direito processual civil. 10. ed. Salvador: Editora JusPODIVM, 2015. V.2.<br>MONTENEGRO FILHO, M. Curso de direito processual civil. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2015. V. 2.   |
| Referências Complementares                         | NEVES, D. A. Manual de direito processual civil. Volume único. 7. ed. São Paulo: Gen: Método, 2015. THEODORO JÚNIOR, H. Curso de direito processual civil. 46. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2013. V. 2 .<br>WAMBIER, L. R. ; TALAMINI, Eduardo. Curso avançado de direito processual civil. 15.ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015. V.2.  |

| Discipli              | Código | Carga Horári |
|-----------------------|--------|--------------|
| <b>Processo Penal</b> |        | a            |

|  |  |
|--|--|
| Ementa   | Da Ação Penal. O Inquérito Policial. Da competência. A Insanidade Mental do acusado. Do Exame de Corpo de Delito. Da Perícia. Do Interrogatório do réu. Da Pronúncia e da Impronúncia. Absolvição Sumária. O Julgamento pelo Júri. Dos Crimes de Ação Pública. Dos Crimes de Ação Privada. Das Contravenções Penais. Da Prisão em Flagrante. Da Testemunha. O Interrogatório. Conceito e a Classificação das Nulidades.  |
| Objetivos  | Compreender os institutos do direito processual penal e diferenciar cada um deles. Entender o funcionamento do julgamento submetido à essa jurisdição.   |
| Metodologia de Ensino                              | As aulas serão ministradas pelo(a) docente que apresentará o conteúdo ao Corpo Discente, seguindo uma lógica estabelecida no Plano de Aula, no qual constará os assuntos, suas subdivisões e a sequência que será seguida. As intervenções dos estudantes durante as explicações podem ser realizadas, conforme mediação do(a) docente. O processo de ensino e aprendizagem pode lançar mão de estratégias como o Storytelling, Estudo baseado em problemas, Estudo por Times de estudantes, Peer Struction, dentre outras opções metodológicas. |
| Procedimento de Avaliação                          | Os processos de avaliação constam de duas avaliações por semestre e a avaliação final, conforme regras contidas no Regimento. Nas notas de unidade, os professores podem lançar mão de estratégias diversificadas, desde a avaliação formal e processual, conjuntamente com a avaliação observacional e por trabalhos, com regras estabelecidas pelo(a) docente mediante registro acadêmico. Ao final de cada unidade curricular, uma nota será lançada.   |
| Mecanismos de Tecnologia, Informação e Comunicação | A Instituição disponibiliza ferramentas que auxiliam no processo de ensino e de aprendizagem, além de manter laboratórios com instalações adequadas a utilização daqueles que precisam de ferramentas específicas, notadamente os instrumentos de tecnologia e de comunicação, como o G Suite e o Microsoft Teams.   |
| Referências Básicas                                | CAPEZ, F. Curso de processo penal. 23. ed. São Paulo: Saraiva, 2016. NUCCI, G. de S. Manual de processo penal e execução penal. 10 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.<br>OLIVEIRA, E. P. de. Curso de processo penal. 17.ed. São Paulo: Atlas, 2013.  |
| Referências Complementares                         | AVENA, N. Processo penal esquematizado. 3.ed. São Paulo: Método, 2011.<br>TÁVORA, Nestor . Curso de Direito Processual Penal. 8.ed. São Paulo: Juspodvim, 2013. TOURINHO FILHO, F. da C. Processo penal. 14.ed. São Paulo: Saraiva, 2011. V. 1.<br>TOURINHO FILHO, F. da C. Processo penal. 14.ed. São Paulo: Saraiva, 2011. V. 2.   |

| Discipli         | Código | Carga Horári |
|------------------|--------|--------------|
| <b>Família e</b> |        | a            |

|  |  |
|--|--|
| Ementa   | Do Direito Pessoal na Família. Do Direito Patrimonial na Família. Da União Estável. Da Tutela e da Curatela. Da Sucessão em Geral. Da Sucessão Legítima. Da Sucessão Testamentária. Do Inventário e Da Partilha.   |
| Objetivos  | Compreender acerca das posses devidas, compartilhadas ou não, entre indivíduos pertencentes a uma mesma célula familiar. Saber manejar e dominar, ainda, os trâmites para obtenção das intenções das partes levando em consideração o que determina o Código Civil brasileiro.   |
| Metodologia de Ensino                              | As aulas serão ministradas pelo(a) docente que apresentará o conteúdo ao Corpo Discente, seguindo uma lógica estabelecida no Plano de Aula, no qual constará os assuntos, suas subdivisões e a sequência que será seguida. As intervenções dos estudantes durante as explicações podem ser realizadas, conforme mediação do(a) docente. O processo de ensino e aprendizagem pode lançar mão de estratégias como o Storytelling, Estudo baseado em problemas, Estudo por Times de estudantes, Peer Struction, dentre outras opções metodológicas.   |
| Procedimento de Avaliação                          | Os processos de avaliação constam de duas avaliações por semestre e a avaliação final, conforme regras contidas no Regimento. Nas notas de unidade, os professores podem lançar mão de estratégias diversificadas, desde a avaliação formal e processual, conjuntamente com a avaliação observacional e por trabalhos, com regras estabelecidas pelo(a) docente mediante registro acadêmico. Ao final de cada unidade curricular, uma nota será lançada.   |
| Mecanismos de Tecnologia, Informação e Comunicação | A Instituição disponibiliza ferramentas que auxiliam no processo de ensino e de aprendizagem, além de manter laboratórios com instalações adequadas a utilização daqueles que precisam de ferramentas específicas, notadamente os instrumentos de tecnologia e de comunicação, como o G Suite e o Microsoft Teams.   |
| Referências Básicas                                | GAGLIANO, P. S. Novo curso de direito civil: família. Saraiva, 2013.<br>GONÇALVES, C. R. Direito civil brasileiro: família. 13.ed. São Paulo: Saraiva, 2015. GONÇALVES, C. R. Direito civil brasileiro: sucessões. 5.ed. São Paulo: Saraiva, 2013. NADER, P. Curso de direito civil: direito de família. 5.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2013. NADER, P. Curso de direito civil: sucessões. Rio de Janeiro: Forense, 2013.  |
| Referências Complementares                         | DIAS, M. B. Manual de direito das famílias. 10.ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015. LOBO, P. Direito civil: família. São Paulo: Saraiva, 2012.<br>RIZZARDO, A. Direito das sucessões. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2013. RIZZARDO, A. Direito das famílias. Rio de Janeiro: Forense, 2011.<br>RODRIGUES, S. Direito civil: direito de família. São Paulo: Saraiva, 2008. RODRIGUES, S. Direito civil: direito das sucessões. São Paulo: Saraiva, 2007. VENOSA, S. de S. Direito Civil: direito de família. São Paulo: Atlas, 2010.<br>TARTUCE, F. ; SIMÃO, J. F. Direito civil: direito das sucessões. 6.ed. São Paulo: Método, 2013. |

| Discipli                     | Código | Carga Horári |
|------------------------------|--------|--------------|
| <b>Contratação pública e</b> |        | a            |

|  |  |
|--|--|
| Ementa   | Bens Públicos atuação do Estado no domínio econômico. Intervenção do Estado na propriedade. Processo administrativo. Controle da Administração Pública. Intervenção do Estado na propriedade privada. Intervenção do Estado na Economia. Licitações Públicas. Contratos administrativos e Contratos da Administração Pública. Processo e Procedimento administrativo. Controle dos Atos da Administração. Responsabilidade extracontratual do Estado   |
| Objetivos  | Entender, de forma eficaz, acerca da supremacia do interesse público constitucionalmente garantida. Saber identificar, contudo, quando este interesse pode e deve, ou não, ser exercido e qual a importância de uma licitação e mais que isso, quando poderá ela ser dispensada.   |
| Metodologia de Ensino                              | As aulas serão ministradas pelo(a) docente que apresentará o conteúdo ao Corpo Discente, seguindo uma lógica estabelecida no Plano de Aula, no qual constará os assuntos, suas subdivisões e a sequência que será seguida. As intervenções dos estudantes durante as explicações podem ser realizadas, conforme mediação do(a) docente. O processo de ensino e aprendizagem pode lançar mão de estratégias como o Storytelling, Estudo baseado em problemas, Estudo por Times de estudantes, Peer Struction, dentre outras opções metodológicas. |
| Procedimento de Avaliação                          | Os processos de avaliação constam de duas avaliações por semestre e a avaliação final, conforme regras contidas no Regimento. Nas notas de unidade, os professores podem lançar mão de estratégias diversificadas, desde a avaliação formal e processual, conjuntamente com a avaliação observacional e por trabalhos, com regras estabelecidas pelo(a) docente mediante registro acadêmico. Ao final de cada unidade curricular, uma nota será lançada.   |
| Mecanismos de Tecnologia, Informação e Comunicação | A Instituição disponibiliza ferramentas que auxiliam no processo de ensino e de aprendizagem, além de manter laboratórios com instalações adequadas a utilização daqueles que precisam de ferramentas específicas, notadamente os instrumentos de tecnologia e de comunicação, como o G Suite e o Microsoft Teams.   |
| Referências Básicas                                | CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. São Paulo: Lúmen Júris, 2008.<br>DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. São Paulo: Atlas, 2008. MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. São Paulo: Malheiros, 2008.   |
| Referências Complementares                         | FREITAS, Juarez. Estudos de Direito Administrativo. São Paulo: Malheiros, 1997. GASPARINI, Diógenes. Direito Administrativo. São Paulo: Saraiva, 2005.<br>MEDAUAR, Odete. Direito Administrativo Moderno. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.  |

| Discipli                           | Código | Carga Horári |
|------------------------------------|--------|--------------|
| <b>Língua Brasileira de Sinais</b> |        | a            |

|   |  |
|---|--|
| <b>Ementa</b>   | A disciplina de Libras, na Sociedade Pernambucana de Cultura e Ensino, propõe-se a divulgar a cultura e o idioma do surdo. Para tal pretende trabalhar no decorrer da semestralidade com seus respectivos alunos no que diz respeito às línguas de sinais e minoria linguísticas; o status da língua de sinais no Brasil; a cultura surda; a organização linguística da LIBRAS para usos informais e cotidianos: vocabulário; morfologia, sintaxe e semântica; a expressão corporal como elemento linguístico.                                   |
| <b>Objetivos</b>  | Compreender a pluralidade e importância da Língua Brasileira de Sinais, além da história, contexto e riqueza cultural vinculada aos povos responsáveis por construir o Brasil tal qual ele é. Diferenciar, com senso crítico, as competências e diversidades culturais dos povos afrodescendentes e indígena como também da comunicação de pessoas com deficiência auditiva.   |
| <b>Metodologia de Ensino</b>                              | As aulas serão ministradas pelo(a) docente que apresentará o conteúdo ao Corpo Discente, seguindo uma lógica estabelecida no Plano de Aula, no qual constará os assuntos, suas subdivisões e a sequência que será seguida. As intervenções dos estudantes durante as explicações podem ser realizadas, conforme mediação do(a) docente. O processo de ensino e aprendizagem pode lançar mão de estratégias como o Storytelling, Estudo baseado em problemas, Estudo por Times de estudantes, Peer Struction, dentre outras opções metodológicas. |
| <b>Procedimento de Avaliação</b>                          | Os processos de avaliação constam de duas avaliações por semestre e a avaliação final, conforme regras contidas no Regimento. Nas notas de unidade, os professores podem lançar mão de estratégias diversificadas, desde a avaliação formal e processual, conjuntamente com a avaliação observacional e por trabalhos, com regras estabelecidas pelo(a) docente mediante registro acadêmico. Ao final de cada unidade curricular, uma nota será lançada.   |
| <b>Mecanismos de Tecnologia, Informação e Comunicação</b> | A Instituição disponibiliza ferramentas que auxiliam no processo de ensino e de aprendizagem, além de manter laboratórios com instalações adequadas a utilização daqueles que precisam de ferramentas específicas, notadamente os instrumentos de tecnologia e de comunicação, como o G Suite e o Microsoft Teams.   |
| <b>Referências Básicas</b>                                | STROBEL, Karin. As imagens do outro sobre a cultura surda. Florianópolis: Editora UFSC, 2008. CAPOVILLA, F.; RAPHAEL, Walkiria Duarte. Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngüe da Língua de Sinais. Imprensa Oficial. São Paulo: 2001.  |
| <b>Referências Complementares</b>                         | MARÇAL, J.A.;LIMA, SILVIA M. A. Educação escolar das relações étnico-raciais história e cultura afrobrasileira e indígena no Brasil. 1 ed. Intersaberes, 2012.<br><br>MATTOS, R. A. de. História e Cultura Afro-Brasileira. Contexto, 2007.<br><br>COUTO, Cleber. Aprendendo Língua de Sinais - Atividades Pedagógicas em Libras: Editora BOOKESS, 2015.   |

| Discipli                                    | Código | Carga Horári |
|---|--------|--------------|
| <b>História e Cultura Afrodescendente e</b> |        | a            |

|  |   |
|--|---|
| Ementa   | Reflexões sobre os aspetos caracterizadores da formação cultural brasileira: história e memória dos povos afro-brasileiros e indígenas. As diversidades culturais delineadas através das singularidades nas línguas, nas religiões, nos símbolos, nas artes e nas literaturas. O legado dos povos Quilombolas e Guarani.  |
| Objetivos  | Compreender a pluralidade, além da história, contexto e riqueza cultural vinculada aos povos responsáveis por construir o Brasil tal qual ele é. Diferenciar, com senso crítico, as competências e diversidades culturais dos povos afrodescendentes e indígena como também da comunicação de pessoas com deficiência auditiva.   |
| Metodologia de Ensino                              | As aulas serão ministradas pelo(a) docente que apresentará o conteúdo ao Corpo Discente, seguindo uma lógica estabelecida no Plano de Aula, no qual constará os assuntos, suas subdivisões e a sequência que será seguida. As intervenções dos estudantes durante as explicações podem ser realizadas, conforme mediação do(a) docente. O processo de ensino e aprendizagem pode lançar mão de estratégias como o Storyteling, Estudo baseado em problemas, Estudo por Times de estudantes, Peer Struction, dentre outras opções metodológicas.   |
| Procedimento de Avaliação                          | Os processos de avaliação constam de duas avaliações por semestre e a avaliação final, conforme regras contidas no Regimento. Nas notas de unidade, os professores podem lançar mão de estratégias diversificadas, desde a avaliação formal e processual, conjuntamente com a avaliação observacional e por trabalhos, com regras estabelecidas pelo(a) docente mediante registro acadêmico. Ao final de cada unidade curricular, uma nota será lançada.  |
| Mecanismos de Tecnologia, Informação e Comunicação | A Instituição disponibiliza ferramentas que auxiliam no processo de ensino e de aprendizagem, além de manter laboratórios com instalações adequadas a utilização daqueles que precisam de ferramentas específicas, notadamente os instrumentos de tecnologia e de comunicação, como o G Suite e o Microsoft Teams.  |
| Referências Básicas                                | KABENGELE, Munanga. Origens africanas do Brasil contemporâneo: histórias, línguas, cultura e civilizações. São Paulo: Global, 2009.<br>BETHENCOURT, Franciso. Racismos: das cruzadas ao século XX. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.<br>HILL, Lawrence. O Livro dos Negros. São Paulo, SP: Primavera Editorial, 2015.  |
| Referências Complementares                         | ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. Os índios na história do Brasil. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2010. GOMES, Flávio dos Santos. Histórias de Quilombolas: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro, século XIX. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.<br>SCHWARCZ, Lília Moritz. O espetáculo das Raças. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.<br>MCLAREN, Peter. Multiculturalismo crítico. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2000.<br>MARÇAL, J.A. ;LIMA, SILVIA M. A. Educação escolar das relações étnico-raciais história e cultura afrobrasileira e indígena no Brasil. 1 ed. Intersaberes, 2012.<br>MATTOS, R. A. de. História e Cultura Afro-Brasileira. Contexto, 2007. |

|  | Discipli  | Código | Carga Horári |
|--|---|--------|--------------|
|  | <b>Sistema Tributário</b>   |        | a            |
| Ementa   | <p>Direito Tributário: DT positivo (dogmática) e ciência do DT (zetética). Tributo: conceito e classificações. Competência tributária: classificação e limitações constitucionais. Fontes formais do Direito Tributário no Brasil: fontes primárias e secundárias. Vigência e aplicação da lei tributária: no tempo e espaço. Interpretação e integração da lei tributária. Norma jurídica tributária: estrutura endo-perinormativa do enunciado da norma jurídica tributária. Da relação jurídica obrigacional tributária: a obrigação tributária. Da incidência, não-incidência, isenção e imunidade tributária. Do crédito tributário: natureza e constituição (momento). Suspensão da exigibilidade da obrigação tributária: causas de suspensão. Extinção da obrigação tributária: causas de extinção (art. 156 do CTN). Garantias e privilégios do crédito tributário. A administração tributária. O processo judicial tributário</p> |        |              |
| Objetivos  | <p>Dominar o conhecimento acerca do sistema tributário brasileiro e como este se organiza, se estratifica, como se dá início a toda cadeia que será consequência do fato gerador. Compreender seus limites, competências, quando poderá ser dispensável a cobrança de tributo e a quais instituições.</p>   |        |              |
| Metodologia de Ensino                              | <p>As aulas serão ministradas pelo(a) docente que apresentará o conteúdo ao Corpo Discente, seguindo uma lógica estabelecida no Plano de Aula, no qual constará os assuntos, suas subdivisões e a sequência que será seguida. As intervenções dos estudantes durante as explicações podem ser realizadas, conforme mediação do(a) docente. O processo de ensino e aprendizagem pode lançar mão de estratégias como o Storytelling, Estudo baseado em problemas, Estudo por Times de estudantes, Peer Struction, dentre outras opções metodológicas.</p>   |        |              |
| Procedimento de Avaliação                          | <p>Os processos de avaliação constam de duas avaliações por semestre e a avaliação final, conforme regras contidas no Regimento. Nas notas de unidade, os professores podem lançar mão de estratégias diversificadas, desde a avaliação formal e processual, conjuntamente com a avaliação observacional e por trabalhos, com regras estabelecidas pelo(a) docente mediante registro acadêmico. Ao final de cada unidade curricular, uma nota será lançada.</p>   |        |              |
| Mecanismos de Tecnologia, Informação e Comunicação | <p>A Instituição disponibiliza ferramentas que auxiliam no processo de ensino e de aprendizagem, além de manter laboratórios com instalações adequadas a utilização daqueles que precisam de ferramentas específicas, notadamente os instrumentos de tecnologia e de comunicação, como o G Suite e o Microsoft Teams.</p>   |        |              |
| Referências Básicas                                | <p>AMARO, Luciano. Direito tributário brasileiro. 21. ed. rev. e atual., São Paulo: Saraiva, 2016.<br/> CARVALHO, Paulo de Barros. Curso de direito tributário. 19. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.<br/> MACHADO, Hugo de Brito. Curso de direito tributário. São Paulo: Malheiros, 2011..</p>  |        |              |
| Referências Complementares                         | <p>BALEEIRO, Aliomar. Direito tributário brasileiro. 12. ed. atual. por Misabel Abreu Machado Derzi. Rio de Janeiro: Forense, 2013.<br/> COÊLHO, Sacha Calmon Navarro. Curso de direito tributário brasileiro. 9. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011.<br/> SABBAG, Eduardo. Manual de direito tributário. São Paulo: Saraiva, 2009.</p>  |        |              |

| Discipli              | Código | Carga Horári |
|-----------------------|--------|--------------|
| <b>Processo Penal</b> |        | a            |

|  |   |
|--|---|
| Ementa   | <p>Conceito e classificação das nulidades. Dos recursos, sua definição e seus efeitos. Do recurso em sentido restrito. Da apelação. Do protesto por novo júri. Os embargos. A revisão. Recurso extraordinário. A carta testemunhável. O Habeas Corpus e seus processos.</p>   |
| Objetivos  | <p>Compreender acerca de quando um processo poderá ser nulo e de quais formas. Saber quando e como utilizar-se, de maneira oportuna, de instrumentos que sirvam para alcançar as finalidades devidas.</p>   |
| Metodologia de Ensino                              | <p>As aulas serão ministradas pelo(a) docente que apresentará o conteúdo ao Corpo Discente, seguindo uma lógica estabelecida no Plano de Aula, no qual constará os assuntos, suas subdivisões e a sequência que será seguida. As intervenções dos estudantes durante as explicações podem ser realizadas, conforme mediação do(a) docente. O processo de ensino e aprendizagem pode lançar mão de estratégias como o Storytelling, Estudo baseado em problemas, Estudo por Times de estudantes, Peer Struction, dentre outras opções metodológicas.</p> |
| Procedimento de Avaliação                          | <p>Os processos de avaliação constam de duas avaliações por semestre e a avaliação final, conforme regras contidas no Regimento. Nas notas de unidade, os professores podem lançar mão de estratégias diversificadas, desde a avaliação formal e processual, conjuntamente com a avaliação observacional e por trabalhos, com regras estabelecidas pelo(a) docente mediante registro acadêmico. Ao final de cada unidade curricular, uma nota será lançada.</p>   |
| Mecanismos de Tecnologia, Informação e Comunicação | <p>A Instituição disponibiliza ferramentas que auxiliam no processo de ensino e de aprendizagem, além de manter laboratórios com instalações adequadas a utilização daqueles que precisam de ferramentas específicas, notadamente os instrumentos de tecnologia e de comunicação, como o G Suite e o Microsoft Teams.</p>   |
| Referências Básicas                                | <p>CAPEZ, F. Curso de processo penal. 23. ed. São Paulo: Saraiva, 2016. OLIVEIRA, E. P. de. Curso de processo penal. 17. ed. São Paulo: Atlas, 2014.<br/>TÁVORA, Nestor; ALENCAR, R. R.. Curso de Direito Processual Penal. 9. ed. São Paulo: Juspodvim, 2014.</p>  |
| Referências Complementares                         | <p>AVENA, N. Processo penal esquematizado. 3. ed. São Paulo: Método, 2011.<br/>NUCCI, G. de S. Manual de processo penal e execução penal. 10 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.<br/>TOURINHO FILHO, F. da C. Processo penal. 33. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.<br/>TOURINHO FILHO, F. da C. Manual de processo penal. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.</p>  |

|  | Discipli  | Código | Carga Horári |
|--|---|--------|--------------|
|  | <b>Direito</b>  |        | a            |
| Ementa   | Evolução Histórica do comércio e do Direito Comercial. Comerciante e Atos de Comércio. Empresa e empresário. Registro da Empresa. Livros Empresariais. Estabelecimento Empresarial. Ponto Empresarial. Aviamento e Clientela. Propriedade Industrial: patentes, desenho industrial, marcas e indicações geográficas. Nome Empresarial. Sujeitos da Atividade Empresarial. Empresário Individual. EIRELI. Sociedades Empresariais e Sociedades Simples. Classificação das Sociedades. Sociedade em comum. Sociedade em conta de participação. Sociedade em nome coletivo. Sociedade em Comanditas Simples. Sociedades Limitadas. Sociedades Anônimas. Sociedade em Comanditas por Ações. Dissolução e Liquidação das Sociedades Empresariais. Reorganização Societária |        |              |
| Objetivos  | Compreender como funciona e se estrutura uma empresa, bem como seus componentes estruturais e societários. Estabelecer visão apurada e senso de discernir quais são os trâmites e protocolos a serem seguidos dentro de uma sociedade empresarial.  |        |              |
| Metodologia de Ensino                              | As aulas serão ministradas pelo(a) docente que apresentará o conteúdo ao Corpo Discente, seguindo uma lógica estabelecida no Plano de Aula, no qual constará os assuntos, suas subdivisões e a sequência que será seguida. As intervenções dos estudantes durante as explicações podem ser realizadas, conforme mediação do(a) docente. O processo de ensino e aprendizagem pode lançar mão de estratégias como o Storytelling, Estudo baseado em problemas, Estudo por Times de estudantes, Peer Struction, dentre outras opções metodológicas.  |        |              |
| Procedimento de Avaliação                          | Os processos de avaliação constam de duas avaliações por semestre e a avaliação final, conforme regras contidas no Regimento. Nas notas de unidade, os professores podem lançar mão de estratégias diversificadas, desde a avaliação formal e processual, conjuntamente com a avaliação observacional e por trabalhos, com regras estabelecidas pelo(a) docente mediante registro acadêmico. Ao final de cada unidade curricular, uma nota será lançada.  |        |              |
| Mecanismos de Tecnologia, Informação e Comunicação | A Instituição disponibiliza ferramentas que auxiliam no processo de ensino e de aprendizagem, além de manter laboratórios com instalações adequadas a utilização daqueles que precisam de ferramentas específicas, notadamente os instrumentos de tecnologia e de comunicação, como o G Suite e o Microsoft Teams.  |        |              |
| Referências Básicas                                | COELHO, F.U. Curso de direito comercial. 10. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016. V3.<br>MARTINS, F. Curso de direito comercial. 22. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2016.<br>NEGRÃO, R. Manual de direito comercial e de empresa: teoria geral da empresa e direito societário. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2015. VI.  |        |              |
| Referências Complementares                         | MAMEDE, G. Direito empresarial brasileiro: direito societário - sociedades simples e empresarias. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2015. V. 2.<br>REQUIÃO, R. Curso de direito comercial. 34. ed. São Paulo: Saraiva, 2015. V. 1. REQUIÃO, R. Curso de direito comercial. 32. ed. São Paulo: Saraiva, 2015. V. 2.<br>RAMOS, A. L. S. C. Direito empresarial esquematizado. 3. ed. São Paulo: Método, 2013. TOMAZETTE, M. Curso de direito empresarial. São Paulo: Atlas, 2012. V. 2.  |        |              |

|  | Discipli  | Código | Carga Horári |
|--|---|--------|--------------|
|  | <b>Orientação de Estágio</b>  |        | a            |
| Ementa   | Efetivação do Processo. Rotina Forense. Petição Inicial. Sentença. Recursos. Ações autônomas. Processo de Execução. Assistência de audiência. Formas de Citação. Resposta do réu: exceção, contestação e reconvenção. Declaratória incidental. Litisconsórcio. Intervenção de terceiros: assistência, oposição, nomeação à autoria, denúncia da lide, chamamento ao processo. Memoriais. Despacho. Decisão. Juizados Especiais Cíveis. Processo Cautelar. Processo de execução. Acórdão.  |        |              |
| Objetivos  | Compreender como funciona o Direito Judiciário no que tange suas exigências com relação a peças processuais e contratos. Diferenciar instâncias da prática profissional dentro dos processos. Aplicar conteúdo culminado na prática, através de produção ativa dos documentos que envolvem o início, meio e fim de um processo.   |        |              |
| Metodologia de Ensino                              | As aulas serão ministradas pelo(a) docente que apresentará o conteúdo ao Corpo Discente, seguindo uma lógica estabelecida no Plano de Aula, no qual constará os assuntos, suas subdivisões e a sequência que será seguida. As intervenções dos estudantes durante as explicações podem ser realizadas, conforme mediação do(a) docente. O processo de ensino e aprendizagem pode lançar mão de estratégias como o Storytelling, Estudo baseado em problemas, Estudo por Times de estudantes, Peer Struction, dentre outras opções metodológicas.                  |        |              |
| Procedimento de Avaliação                          | Os processos de avaliação constam de duas avaliações por semestre e a avaliação final, conforme regras contidas no Regimento. Nas notas de unidade, os professores podem lançar mão de estratégias diversificadas, desde a avaliação formal e processual, conjuntamente com a avaliação observacional e por trabalhos, com regras estabelecidas pelo(a) docente mediante registro acadêmico. Ao final de cada unidade curricular, uma nota será lançada.  |        |              |
| Mecanismos de Tecnologia, Informação e Comunicação | A Instituição disponibiliza ferramentas que auxiliam no processo de ensino e de aprendizagem, além de manter laboratórios com instalações adequadas a utilização daqueles que precisam de ferramentas específicas, notadamente os instrumentos de tecnologia e de comunicação, como o G Suite e o Microsoft Teams.  |        |              |
| Referências Básicas                                | MARINONI, Luiz Guilherme. Manual do Processo de Conhecimento. Revista dos Tribunais, 2006.<br>MOREIRA, José Carlos Barbosa. O Novo Processo Civil Brasileiro. Rio de Janeiro: Forense, 2008<br>THEODORO JR, Humberto. Curso de Direito Processual Civil. Rio de Janeiro: Forense, 2012.   |        |              |
| Referências Complementares                         | ASSIS, Araken de. Manual dos Recursos. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.<br>CINTRA, Antônio Carlos de Araújo. Comentários ao Código de Processo Civil. Rio De Janeiro: Forense, 2008.<br>MOREIRA, José Carlos Barbosa. Comentários ao Código de Processo Civil: Lei 5.869 de 11 de janeiro de 1973. Rio de Janeiro: Forense, 2005.<br>PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. Comentários ao Código de Processo Civil. Rio De Janeiro: Forense, 2002.<br>SANTOS, Moacyr Amaral dos. Prova Judiciária no Cível e no Comercial. São Paulo: Max Limonad, 1983 |        |              |

|  | Discipli   | Código | Carga           |
|--|--|--------|-----------------|
|  | <b>Relações Étnicas Raciais, Direito Ambiental e Direitos</b>  |        | <b>80 horas</b> |
| Ementa   | Tratar os conceitos de etnia, raça, racialização, identidade, diversidade, diferença. Compreender os grupos étnicos “minoritários” e processos de colonização e pós-colonização. Políticas afirmativas em educação. Diáspora. Racismo, discriminação e perspectiva didático-pedagógica de educação antirracista. Interseccionalidade entre etnia, raça e sexo/gênero. Movimentos Sociais e educação não formal. Direito Ambiental. Meio Ambiente como Bem Jurídico Autônomo. O Direito Ambiental e seu conteúdo Histórico. Direito Internacional do Meio Ambiente. Princípios Informadores do Direito Ambiental. Meio Ambiente na Constituição Federal. Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA. Analisar os Instrumentos de Política Nacional do Meio Ambiente e Regime Jurídico de Proteção de Recursos Ambientais. Responsabilidade em Matéria Ambiental. Tutela Preventiva e Reparatória de Danos Ambientais. Responsabilidade Civil Ambiental. Instrumentos Extraprocessuais. Ação Civil Pública, Ação Popular, Mandado de Segurança Coletivo. Estudo e Prática dos Institutos Jurídicos antigos e contemporâneos sobre a Dignidade da Pessoa Humana. |        |                 |
| Objetivos  | Compreender como os três conteúdos complementam-se entre si. Diferenciar quais as competências de cada um dos assuntos tratados, dentro do meio ambiente, etnias e garantias fundamentais protegidas pelos direitos humanos. .   |        |                 |
| Metodologia de Ensino                              | As aulas serão ministradas pelo(a) docente que apresentará o conteúdo ao Corpo Discente, seguindo uma lógica estabelecida no Plano de Aula, no qual constará os assuntos, suas subdivisões e a sequência que será seguida. As intervenções dos estudantes durante as explicações podem ser realizadas, conforme mediação do(a) docente. O processo de ensino e aprendizagem pode lançar mão de estratégias como o Storytelling, Estudo baseado em problemas, Estudo por Times de estudantes, Peer Struction, dentre outras opções metodológicas.   |        |                 |
| Procedimento de Avaliação                          | Os processos de avaliação constam de duas avaliações por semestre e a avaliação final, conforme regras contidas no Regimento. Nas notas de unidade, os professores podem lançar mão de estratégias diversificadas, desde a avaliação formal e processual, conjuntamente com a avaliação observacional e por trabalhos, com regras estabelecidas pelo(a) docente mediante registro acadêmico. Ao final de cada unidade curricular, uma nota será lançada.   |        |                 |
| Mecanismos de Tecnologia, Informação e Comunicação | A Instituição disponibiliza ferramentas que auxiliam no processo de ensino e de aprendizagem, além de manter laboratórios com instalações adequadas a utilização daqueles que precisam de ferramentas específicas, notadamente os instrumentos de tecnologia e de comunicação, como o G Suite e o Microsoft Teams.   |        |                 |
| Referências Básicas                                | <p>COMPARATO, Fábio Konder. Direitos humanos: A afirmação histórica dos direitos humanos. São Paulo: Saraiva, 2010.</p> <p>PIOVESAN, Flávia. Direitos humanos e o direito constitucional internacional. 11ed. São Paulo: Saraiva, 2013.</p> <p>SILVA, J. A. da. Curso de direito constitucional positivo. 34. ed. São Paulo: Malheiros, 2014.</p> <p>FERNANDES, F; BORGES, PEREIRA, J. B; NOGUEIRA, O. A questão racial vista por três professores. In: Revista USP, 68, 2005-2006, p.168-179.</p> <p>GRUPIONI, L. D. B. (org.). Índios no Brasil. Brasília: MEC, 1994. p.105-119.</p> <p>FIORILLO, G. A. P. Curso de direito ambiental brasileiro. São Paulo: 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.</p>   |        |                 |
| Referências Complementares                         | <p>ATALIBA, Geraldo. Hipótese de Incidência Tributária. São Paulo: Malheiros, 2006.</p> <p>ÁVILA, Humberto Bergman. Sistema Constitucional Tributário. São Paulo: Saraiva, 2012.</p> <p>CARRAZZA, Roque Antônio. Curso de Direito Constitucional Tributário. São Paulo: Malheiros, 2008.</p> <p>CARVALHO, Paulo de Barros. Curso de Direito Tributário. São Paulo: Saraiva, 2007.</p> <p>FERREIRA NETO, Arthur Maria. Natureza Jurídica das Contribuições na Constituição de 1988. São Paulo: MP, 2006.</p> <p>HALL, Stuart. Da diáspora: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: UFMG, 2008.</p> <p>MAYBURY-LEWIS, David. Vivendo Leviatã: grupos étnicos e o Estado. Anuário antropológico. UNB, Brasília, 1983. p.103-118</p> <p>MUNANGA, K. Negritude: usos e sentidos. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.</p> <p>NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (orgs), Escritos de Educação. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998, p.39-64.</p> <p>MACHADO, P. A. L. Direito ambiental brasileiro. 10. ed. São Paulo: Malheiros, 2013.</p>   |        |                 |

| Discipli           | Código | Carga Horári |
|--------------------|--------|--------------|
| <b>Tributos em</b> |        | a            |

|  |  |
|--|--|
| Ementa   | Do Direito Público, Relações jurídicas: entes competentes a arrecadação administrativa e contribuinte. Exigência de tributos. Fiscalização de tributos. Arrecadação de tributos. Impostos e suas classificações. Taxas. Contribuição de melhoria. Empréstimos compulsórios. Contribuições especiais. Ilícito tributário.   |
| Objetivos  | Compreender as diferentes formas de tributo e quais suas particularidades, além possuir o domínio do conhecimento acerca da relação jurídica Estado-contribuinte. Diferenciar as diferentes classes tributárias e quais são ilícitos tributários.  |
| Metodologia de Ensino                              | As aulas serão ministradas pelo(a) docente que apresentará o conteúdo ao Corpo Discente, seguindo uma lógica estabelecida no Plano de Aula, no qual constará os assuntos, suas subdivisões e a sequência que será seguida. As intervenções dos estudantes durante as explicações podem ser realizadas, conforme mediação do(a) docente. O processo de ensino e aprendizagem pode lançar mão de estratégias como o Storytelling, Estudo baseado em problemas, Estudo por Times de estudantes, Peer Struction, dentre outras opções metodológicas. |
| Procedimento de Avaliação                          | Os processos de avaliação constam de duas avaliações por semestre e a avaliação final, conforme regras contidas no Regimento. Nas notas de unidade, os professores podem lançar mão de estratégias diversificadas, desde a avaliação formal e processual, conjuntamente com a avaliação observacional e por trabalhos, com regras estabelecidas pelo(a) docente mediante registro acadêmico. Ao final de cada unidade curricular, uma nota será lançada.   |
| Mecanismos de Tecnologia, Informação e Comunicação | A Instituição disponibiliza ferramentas que auxiliam no processo de ensino e de aprendizagem, além de manter laboratórios com instalações adequadas a utilização daqueles que precisam de ferramentas específicas, notadamente os instrumentos de tecnologia e de comunicação, como o G Suite e o Microsoft Teams.   |
| Referências Básicas                                | AMARO, Luciano. Direito Tributário Brasileiro. São Paulo: Saraiva, 2006.<br>MACHADO, Hugo de Brito. Curso de Direito Tributário. São Paulo: Malheiros, 2008. PAULSEN, Leandro; SOARES DE MELO, Jose Eduardo. Impostos: Federais, Estaduais e Municipais. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2008.   |
| Referências Complementares                         | ATALIBA, Geraldo. Hipótese de Incidência Tributária. São Paulo: Malheiros, 2006.<br>ÁVILA, Humberto Bergman. Sistema Constitucional Tributário. São Paulo: Saraiva, 2012. CARRAZZA, Roque Antônio. Curso de Direito Constitucional Tributário. São Paulo: Malheiros, 2008.<br>CARVALHO, Paulo de Barros. Curso de Direito Tributário. São Paulo: Saraiva, 2007. FERREIRA NETO, Arthur Maria. Natureza Jurídica das Contribuições na Constituição de 1988. São Paulo: MP, 2006.   |

| Discipli           | Código | Carga Horári |
|--------------------|--------|--------------|
| <b>Relações do</b> |        | a            |

|  |   |
|--|---|
| Ementa   | Noções gerais. Contrato do trabalho. Empregador e empregado. Duração do trabalho. Intervalos para repouso. Remuneração. Tempo de serviço. Alteração e extinção do Contrato. Direito coletivo. Direito coletivo do trabalho. Organização da Justiça do trabalho. Direito Processual do trabalho. Noções básicas. Dissídios individuais e coletivos.  |
| Objetivos  | Compreender como se dão as relações de trabalho no âmbito jurídico brasileiro. Quais os direitos, obrigações e competências cabem aos empregados e empregadores. Conseguir conceituar de forma eficaz com o fito em atender satisfatoriamente às exigências da CLT e demais sistemas normativos que versem sobre tal relação.   |
| Metodologia de Ensino                              | As aulas serão ministradas pelo(a) docente que apresentará o conteúdo ao Corpo Discente, seguindo uma lógica estabelecida no Plano de Aula, no qual constará os assuntos, suas subdivisões e a sequência que será seguida. As intervenções dos estudantes durante as explicações podem ser realizadas, conforme mediação do(a) docente. O processo de ensino e aprendizagem pode lançar mão de estratégias como o Storyteling, Estudo baseado em problemas, Estudo por Times de estudantes, Peer Struction, dentre outras opções metodológicas. |
| Procedimento de Avaliação                          | Os processos de avaliação constam de duas avaliações por semestre e a avaliação final, conforme regras contidas no Regimento. Nas notas de unidade, os professores podem lançar mão de estratégias diversificadas, desde a avaliação formal e processual, conjuntamente com a avaliação observacional e por trabalhos, com regras estabelecidas pelo(a) docente mediante registro acadêmico. Ao final de cada unidade curricular, uma nota será lançada.  |
| Mecanismos de Tecnologia, Informação e Comunicação | A Instituição disponibiliza ferramentas que auxiliam no processo de ensino e de aprendizagem, além de manter laboratórios com instalações adequadas a utilização daqueles que precisam de ferramentas específicas, notadamente os instrumentos de tecnologia e de comunicação, como o G Suite e o Microsoft Teams.  |
| Referências Básicas                                | BARROS, A. M. de. Curso de direito do trabalho. 9. ed. São Paulo: LTr, 2013. MARTINS, S.P. Direito do trabalho. 30.ed. São Paulo: Atlas, 2014.<br>NASCIMENTO, A. M. Curso de direito do trabalho. 23. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.   |
| Referências Complementares                         | DELGADO, M. G. Curso de direito do trabalho. 12. ed. São Paulo: LTr, 2013. MARTINS FILHO, I. G. da S. Manual esquemático de direito e processo do trabalho. 20 ed. São Paulo: Saraiva, 2013.<br>SUSSEKIND, Arnaldo. Curso de Direito do Trabalho. 3.ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2010.  |

| Discipli                                | Código | Carga Horári |
|---|--------|--------------|
| <b>Títulos de crédito e recuperação</b> |        | a            |

|  |   |
|--|---|
| Ementa   | Teoria Geral dos Títulos de Crédito. Princípios Cambiais. Letra de Câmbio. Nota Promissória. Duplicata. Cheque. Teoria Geral dos Contratos Empresariais. Leasing ou Arrendamento Mercantil. Alienação Fiduciária em Garantia. Franquia. Factoring. Contratos Bancários. Know-How. Falência. Pressupostos da Falência. Pedido de Falência. Sentença declaratória da falência e seus efeitos. Auxiliares do juízo falimentar. Reabilitação do Falido. Processo Falimentar. Recuperação de Empresas. Pressupostos da Recuperação. Recuperação Judicial. Recuperação Extrajudicial. Recuperação Especial. |
| Objetivos  | Compreender as tipificações dos títulos de crédito, para além das suas definições. Esquematizar de forma eficaz todo o processo falimentar e sua possível, ou não, recuperação judicial de modo em que seja possível compreender toda a complexa cadeia que resulta em cada um destes processos.  |
| Metodologia de Ensino                              | As aulas serão ministradas pelo(a) docente que apresentará o conteúdo ao Corpo Discente, seguindo uma lógica estabelecida no Plano de Aula, no qual constará os assuntos, suas subdivisões e a sequência que será seguida. As intervenções dos estudantes durante as explicações podem ser realizadas, conforme mediação do(a) docente. O processo de ensino e aprendizagem pode lançar mão de estratégias como o Storytelling, Estudo baseado em problemas, Estudo por Times de estudantes, Peer Struction, dentre outras opções metodológicas.  |
| Procedimento de Avaliação                          | Os processos de avaliação constam de duas avaliações por semestre e a avaliação final, conforme regras contidas no Regimento. Nas notas de unidade, os professores podem lançar mão de estratégias diversificadas, desde a avaliação formal e processual, conjuntamente com a avaliação observacional e por trabalhos, com regras estabelecidas pelo(a) docente mediante registro acadêmico. Ao final de cada unidade curricular, uma nota será lançada.  |
| Mecanismos de Tecnologia, Informação e Comunicação | A Instituição disponibiliza ferramentas que auxiliam no processo de ensino e de aprendizagem, além de manter laboratórios com instalações adequadas a utilização daqueles que precisam de ferramentas específicas, notadamente os instrumentos de tecnologia e de comunicação, como o G Suite e o Microsoft Teams.  |
| Referências Básicas                                | COELHO, F.U. Curso de direito comercial. 10. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016. V3.<br>NEGRÃO, R. Manual de direito comercial e de empresa: títulos de crédito e contratos empresariais. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2011. V2.<br>NEGRÃO, R. Manual de direito comercial e de empresa: recuperação de empresas e falência. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2015. V. 3.   |
| Referências Complementares                         | REQUIÃO, R. Curso de direito comercial. 34. ed. São Paulo: Saraiva, 2015. V.1. REQUIÃO, R. Curso de direito comercial. 32. ed. São Paulo: Saraiva, 2015. V. 2.<br>TOMAZETTE, M. Curso de direito empresarial: falência e recuperação de empresas. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2012. V.3.<br>TOMAZETTE, M. Curso de direito empresarial. São Paulo: Atlas, 2012. V.2.   |

| Discipli                     | Código | Carga Horári |
|------------------------------|--------|--------------|
| <b>Orientação de Estágio</b> |        | a            |

|  |  |
|--|--|
| EMENTA   | Codificação e legislação ordinária. Persecução penal e seus momentos distintos. Sentença. Recursos. Nulidades. Ações autônomas Execução penal. Assistência de audiência. Inquérito policial. Ação penal. Procedimentos criminais. Ações autônomas de impugnação.   |
| OBJETIVOS  | Compreender teoricamente como funciona a prática da advocacia nos campos extrajudiciais, bem como o exercício da função em fóruns penais. Diferenciar os mais diversos artifícios garantidos no CPP dentro do exercício profissional. Praticar ativamente somatizando a teoria acumulada com a experiência in situ.  |
| METODOLOGIA DE ENSINO                              | As aulas serão ministradas pelo(a) docente que apresentará o conteúdo ao Corpo Discente, seguindo uma lógica estabelecida no Plano de Aula, no qual constará os assuntos, suas subdivisões e a sequência que será seguida. As intervenções dos estudantes durante as explicações podem ser realizadas, conforme mediação do(a) docente. O processo de ensino e aprendizagem pode lançar mão de estratégias como o Storytelling, Estudo baseado em problemas, Estudo por Times de estudantes, Peer Struction, dentre outras opções metodológicas. |
| PROCEDIMENTO DE AVALIAÇÃO                          | Os processos de avaliação constam de duas avaliações por semestre e a avaliação final, conforme regras contidas no Regimento. Nas notas de unidade, os professores podem lançar mão de estratégias diversificadas, desde a avaliação formal e processual, conjuntamente com a avaliação observacional e por trabalhos, com regras estabelecidas pelo(a) docente mediante registro acadêmico. Ao final de cada unidade curricular, uma nota será lançada.   |
| MECANISMOS DE TECNOLOGIA, INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO | A Instituição disponibiliza ferramentas que auxiliam no processo de ensino e de aprendizagem, além de manter laboratórios com instalações adequadas a utilização daqueles que precisam de ferramentas específicas, notadamente os instrumentos de tecnologia e de comunicação, como o G Suite e o Microsoft Teams.   |
| REFERÊNCIAS BÁSICAS                                | LOPES JR, Aury. Direito Processual Penal e sua Conformidade Constitucional. São Paulo: Saraiva, 2012<br>SILVA, Davi André; EBERHARDT, Marcos; GIULIANI, Ricardo Henrique. Manual de Prática Penal. Porto Alegre: Verbo Jurídico, 2012.<br>TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. Prática de Processo Penal. São Paulo: Saraiva, 2009   |
| REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES                         | OLIVEIRA, Eugênio Paccelli de. Curso de Processo Penal. São Paulo: Atlas, 2012.<br>CHOUKR, Fauzi. Código de Processo Penal: comentários consolidados e crítica jurisprudencial. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009.<br>RANGEL, Paulo. Direito Processual Penal. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.<br>SCARENCE FERNANDES, Antônio. Processo Penal Constitucional. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.   |

| Discipli                            | Código | Carga Horári |
|-------------------------------------|--------|--------------|
| <b>Tópicos especiais em direito</b> |        | a            |

|  |  |
|--|--|
| Ementa   | Temas atuais de Direito Público. Planejamento Tributário e Compliance. Normas Gerais do Processo Eleitoral e do Direito Eleitoral. Controle e Jurisdição Constitucional. Normas Processuais.   |
| Objetivos  | Trazer debates sobre temas atuais que envolvam a atuação do Estado nas relações jurídicas, buscando atualizar os estudantes para demandas contemporâneas em temáticas como tributação, direito eleitoral, gestão e meio ambiente, reformas na legislação processual.   |
| Metodologia de Ensino                              | As aulas serão ministradas pelo(a) docente que apresentará o conteúdo ao Corpo Discente, seguindo uma lógica estabelecida no Plano de Aula, no qual constará os assuntos, suas subdivisões e a sequência que será seguida. As intervenções dos estudantes durante as explicações podem ser realizadas, conforme mediação do(a) docente. O processo de ensino e aprendizagem pode lançar mão de estratégias como o Storytelling, Estudo baseado em problemas, Estudo por Times de estudantes, Peer Struction, dentre outras opções metodológicas. |
| Procedimento de Avaliação                          | Os processos de avaliação constam de duas avaliações por semestre e a avaliação final, conforme regras contidas no Regimento. Nas notas de unidade, os professores podem lançar mão de estratégias diversificadas, desde a avaliação formal e processual, conjuntamente com a avaliação observacional e por trabalhos, com regras estabelecidas pelo(a) docente mediante registro acadêmico. Ao final de cada unidade curricular, uma nota será lançada.   |
| Mecanismos de Tecnologia, Informação e Comunicação | A Instituição disponibiliza ferramentas que auxiliam no processo de ensino e de aprendizagem, além de manter laboratórios com instalações adequadas a utilização daqueles que precisam de ferramentas específicas, notadamente os instrumentos de tecnologia e de comunicação, como o G Suite e o Microsoft Teams.   |
| Referências Básicas                                | NSA  |
| Referências Complementares                         | NSA  |

|  | Discipli  | Código | Carga Horári |
|--|---|--------|--------------|
|  | <b>Processo do Trabalho</b>   |        | a            |
| Ementa   | <p>Conceito do Direito Processual do Trabalho. Os conflitos trabalhistas. O juiz do trabalho. História do Direito Processual do Trabalho no mundo e no Brasil. A eficácia da lei processual do trabalho no tempo e no espaço. Os princípios do Direito Processual do Trabalho. A Justiça do Trabalho. As ações trabalhistas e sua classificação. O dissídio individual. O advogado no processo trabalhista. As fases do processo. Os atos processuais. O prazo no processo do trabalho. A petição inicial. A sentença. Os recursos. A execução. A penhora. Dissídio coletivo. Meios impregnativos de competência originária dos tribunais. A Constituição de 1988 e o Processo trabalhista. Prescrição trabalhista.</p> |        |              |
| Objetivos  | <p>Compreender como funciona o trâmite necessário para galgar as respectivas intenções judiciais no âmbito do Direito do Trabalho. Cumprir os requisitos e suas fases a fim de obter um processo limpo, igualitário e que satisfaça o estabelecido em entidade normativa.</p>   |        |              |
| Metodologia de Ensino                              | <p>As aulas serão ministradas pelo(a) docente que apresentará o conteúdo ao Corpo Discente, seguindo uma lógica estabelecida no Plano de Aula, no qual constará os assuntos, suas subdivisões e a sequência que será seguida. As intervenções dos estudantes durante as explicações podem ser realizadas, conforme mediação do(a) docente. O processo de ensino e aprendizagem pode lançar mão de estratégias como o Storytelling, Estudo baseado em problemas, Estudo por Times de estudantes, Peer Struction, dentre outras opções metodológicas.</p>   |        |              |
| Procedimento de Avaliação                          | <p>Os processos de avaliação constam de duas avaliações por semestre e a avaliação final, conforme regras contidas no Regimento. Nas notas de unidade, os professores podem lançar mão de estratégias diversificadas, desde a avaliação formal e processual, conjuntamente com a avaliação observacional e por trabalhos, com regras estabelecidas pelo(a) docente mediante registro acadêmico. Ao final de cada unidade curricular, uma nota será lançada.</p>   |        |              |
| Mecanismos de Tecnologia, Informação e Comunicação | <p>A Instituição disponibiliza ferramentas que auxiliam no processo de ensino e de aprendizagem, além de manter laboratórios com instalações adequadas a utilização daqueles que precisam de ferramentas específicas, notadamente os instrumentos de tecnologia e de comunicação, como o G Suite e o Microsoft Teams.</p>   |        |              |
| Referências Básicas                                | <p>ALMEIDA, A. P. de Curso prático de processo do trabalho. 24. ed. São Paulo; Saraiva, 2015.<br/> MARTINS, S. P. Direito processual do trabalho: doutrina e prática forense, modelos de petições, recursos, sentenças e outros. 32.ed. São Paulo: Atlas, 2015.<br/> NASCIMENTO, A. M. Curso de direito processual do trabalho. 29. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.</p>   |        |              |
| Referências Complementares                         | <p>CARRION, V. Comentários à consolidação das leis do trabalho. 38.ed. São Paulo: Saraiva, 2013.<br/> MARTINS FILHO, I, G, da S. Manual esquemático de direito e processo do trabalho. 20.ed. São Paulo: Saraiva, 2013.<br/> OLIVEIRA, A. de. Manual de prática trabalhista. São Paulo: Atlas, 2013.</p>  |        |              |

| Discipli                 | Código | Carga Horári |
|--------------------------|--------|--------------|
| <b>Trabalho de Curso</b> |        | a            |

|   |   |
|---|---|
| <p>Ementa</p>   | <p>Conceitos básicos de monografia e estrutura metodológica para a elaboração de monografia, de acordo com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas. Orientação técnica para elaboração de projeto monográfico. Orientação técnica para planejamento, investigação e elaboração de trabalho monográfico na área jurídica.</p>  |
| <p>Objetivos</p>  | <p>Compreender os conceitos básicos de produção de monografia e manejá-los a fim de satisfazer as normas da Associação Brasileira de Normas e Técnicas. Aplicar o conhecimento teórico em produções utilizando-se de técnicas orientadas pela estrutura metodológica para a elaboração de monografia.</p>   |
| <p>Metodologia de Ensino</p>                              | <p>As aulas serão ministradas pelo(a) docente que apresentará o conteúdo ao Corpo Discente, seguindo uma lógica estabelecida no Plano de Aula, no qual constará os assuntos, suas subdivisões e a sequência que será seguida. As intervenções dos estudantes durante as explicações podem ser realizadas, conforme mediação do(a) docente. O processo de ensino e aprendizagem pode lançar mão de estratégias como o Storytelling, Estudo baseado em problemas, Estudo por Times de estudantes, Peer Struction, dentre outras opções metodológicas.</p> |
| <p>Procedimento de Avaliação</p>                          | <p>Os processos de avaliação constam de duas avaliações por semestre e a avaliação final, conforme regras contidas no Regimento. Nas notas de unidade, os professores podem lançar mão de estratégias diversificadas, desde a avaliação formal e processual, conjuntamente com a avaliação observacional e por trabalhos, com regras estabelecidas pelo(a) docente mediante registro acadêmico. Ao final de cada unidade curricular, uma nota será lançada.</p>   |
| <p>Mecanismos de Tecnologia, Informação e Comunicação</p> | <p>A Instituição disponibiliza ferramentas que auxiliam no processo de ensino e de aprendizagem, além de manter laboratórios com instalações adequadas a utilização daqueles que precisam de ferramentas específicas, notadamente os instrumentos de tecnologia e de comunicação, como o G Suite e o Microsoft Teams.</p>   |
| <p>Referências Básicas</p>                                | <p>HENRIQUES, A. Monografia no curso de direito. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010. NUNES, L. A. R. Manual da monografia jurídica. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2011. SEVERINO, A. J. Metodologia do trabalho científico. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2010.</p>  |
| <p>Referências Complementares</p>                         | <p>ECO, U. Como se faz uma tese. São Paulo: Perspectiva, 2010.<br/>RUIZ, J. A. Metodologia científica: guia para eficiência nos estudos. São Paulo: Atlas, 2011.<br/>VELOSO, W. de P. Metodologia do trabalho científico: normas técnicas para redação de trabalho científico. Curitiba: Juruá, 2011</p>  |

| Discipli<br>na                   | Código | Carga<br>Horári<br>a |
|----------------------------------|--------|----------------------|
| <b>Direito<br/>Internacional</b> |        | <del>60 horas</del>  |

|  |  |
|--|--|
| Ementa   | A Sociedade Internacional: fundamentos, fontes, histórico. Pessoas Internacionais. O Estado como pessoa internacional. As organizações Internacionais. O indivíduo. O território do Estado. Agentes do Estado nas relações Internacionais. Modos pacíficos de solução dos Litígios Internacionais. A Guerra.   |
| Objetivos  | Entender a sociedade para além do território nacional, bem como sua história, fontes e fundamentos. Definir o Estado como pessoa internacional, bem como surgem suas instituições e agentes.   |
| Metodologia de Ensino                              | As aulas serão ministradas pelo(a) docente que apresentará o conteúdo ao Corpo Discente, seguindo uma lógica estabelecida no Plano de Aula, no qual constará os assuntos, suas subdivisões e a sequência que será seguida. As intervenções dos estudantes durante as explicações podem ser realizadas, conforme mediação do(a) docente. O processo de ensino e aprendizagem pode lançar mão de estratégias como o Storytelling, Estudo baseado em problemas, Estudo por Times de estudantes, Peer Struction, dentre outras opções metodológicas. |
| Procedimento de Avaliação                          | Os processos de avaliação constam de duas avaliações por semestre e a avaliação final, conforme regras contidas no Regimento. Nas notas de unidade, os professores podem lançar mão de estratégias diversificadas, desde a avaliação formal e processual, conjuntamente com a avaliação observacional e por trabalhos, com regras estabelecidas pelo(a) docente mediante registro acadêmico. Ao final de cada unidade curricular, uma nota será lançada.   |
| Mecanismos de Tecnologia, Informação e Comunicação | A Instituição disponibiliza ferramentas que auxiliam no processo de ensino e de aprendizagem, além de manter laboratórios com instalações adequadas a utilização daqueles que precisam de ferramentas específicas, notadamente os instrumentos de tecnologia e de comunicação, como o G Suite e o Microsoft Teams.   |
| Referências Básicas                                | ACCIOLY, H. ; SILVA, G.E.do N. Manual de direito internacional público. 20. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.<br>MELLO, C. D. de A . Curso de direito internacional público. 14. ed. São Paulo: Renovar, 2002.<br>REZEK, J.F. Direito internacional público: curso elementar. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.  |
| Referências Complementares                         | GUERRA, S. Curso de direito internacional público. 7.ed. São Paulo: Saraiva, 2013. MAZZUOLI, V. de O. Curso de direito internacional público. 5.ed São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.<br>MAZZUOLI, V. De O. (Org.). Coletânea de direito internacional. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.   |

| Discipli                     | Código | Carga Horári |
|------------------------------|--------|--------------|
| <b>Orientação de Estágio</b> |        | a            |

|  |  |
|--|--|
| Ementa   | Da duração do trabalho. Salário. Remuneração. Gratificação natalina. Férias. Estabilidade e garantias. Extinção dos contratos de trabalho: aviso prévio e diferentes hipóteses. Dissolução do contrato e suas obrigações. FGTS. Medicina, higiene e segurança do empregado. Peças processuais trabalhistas. Trâmites e prazos trabalhistas.  |
| Objetivos  | Compreender o direito trabalhista partindo de uma ótica prática e usual. Diferenciar contratos e suas extinções conforme previsões normativas. Aplicar conhecimento teórico em prática presencial e supervisionada.  |
| Metodologia de Ensino                              | As aulas serão ministradas pelo(a) docente que apresentará o conteúdo ao Corpo Discente, seguindo uma lógica estabelecida no Plano de Aula, no qual constará os assuntos, suas subdivisões e a sequência que será seguida. As intervenções dos estudantes durante as explicações podem ser realizadas, conforme mediação do(a) docente. O processo de ensino e aprendizagem pode lançar mão de estratégias como o Storytelling, Estudo baseado em problemas, Estudo por Times de estudantes, Peer Struction, dentre outras opções metodológicas. |
| Procedimento de Avaliação                          | Os processos de avaliação constam de duas avaliações por semestre e a avaliação final, conforme regras contidas no Regimento. Nas notas de unidade, os professores podem lançar mão de estratégias diversificadas, desde a avaliação formal e processual, conjuntamente com a avaliação observacional e por trabalhos, com regras estabelecidas pelo(a) docente mediante registro acadêmico. Ao final de cada unidade curricular, uma nota será lançada.   |
| Mecanismos de Tecnologia, Informação e Comunicação | A Instituição disponibiliza ferramentas que auxiliam no processo de ensino e de aprendizagem, além de manter laboratórios com instalações adequadas a utilização daqueles que precisam de ferramentas específicas, notadamente os instrumentos de tecnologia e de comunicação, como o G Suite e o Microsoft Teams.   |
| Referências Básicas                                | MARTINS, Sergio Pinto. Direito do Trabalho. São Paulo: Atlas, 2012.<br>RUSSOMANO, Mozart Victor. Curso de Direito do Trabalho. Curitiba: Juruá, 2005. MARTINEZ, Luciano. Curso de Direito do Trabalho. São Paulo: Saraiva, 2012.   |
| Referências Complementares                         | NASCIMENTO, Amauri Mascaro. Curso de Direito do Trabalho. São Paulo: Saraiva, RODRIGUEZ, Américo Plá. Princípios de Direito do Trabalho. São Paulo: LTr, 2004.<br>SÜSSEKIND, Arnaldo. Curso de Direito do Trabalho. Rio de Janeiro: Renovar, 2010. SÜSSEKIND, Arnaldo et al. Instituições de Direito do Trabalho. São Paulo: LTr, 2005. DELGADO, Maurício Godinho. Curso de Direito do Trabalho. São Paulo: LTr, 2012  |

| Discipli                            | Código | Carga Horári |
|-------------------------------------|--------|--------------|
| <b>Tópicos especiais em direito</b> |        | a            |

|  |   |
|--|---|
| Ementa   | Inovações no mundo empresarial: Startups, meio ambiente digital, direito digital. Inovações legislativas nas relações cíveis (contratos, obrigações, família e sucessões)   |
| Objetivos  | Trazer temas contemporâneos para o debate, demonstrando aos alunos as mudanças decorrentes de mudanças hermenêuticas, inovações legislativas e nova doutrina nas relações jurídicas privadas e empresariais.  |
| Metodologia de Ensino                              | As aulas serão ministradas pelo(a) docente que apresentará o conteúdo ao Corpo Discente, seguindo uma lógica estabelecida no Plano de Aula, no qual constará os assuntos, suas subdivisões e a sequência que será seguida. As intervenções dos estudantes durante as explicações podem ser realizadas, conforme mediação do(a) docente. O processo de ensino e aprendizagem pode lançar mão de estratégias como o Storyteling, Estudo baseado em problemas, Estudo por Times de estudantes, Peer Struction, dentre outras opções metodológicas. |
| Procedimento de Avaliação                          | Os processos de avaliação constam de duas avaliações por semestre e a avaliação final, conforme regras contidas no Regimento. Nas notas de unidade, os professores podem lançar mão de estratégias diversificadas, desde a avaliação formal e processual, conjuntamente com a avaliação observacional e por trabalhos, com regras estabelecidas pelo(a) docente mediante registro acadêmico. Ao final de cada unidade curricular, uma nota será lançada.  |
| Mecanismos de Tecnologia, Informação e Comunicação | A Instituição disponibiliza ferramentas que auxiliam no processo de ensino e de aprendizagem, além de manter laboratórios com instalações adequadas a utilização daqueles que precisam de ferramentas específicas, notadamente os instrumentos de tecnologia e de comunicação, como o G Suite e o Microsoft Teams.  |
| Referências Básicas                                | NSA   |
| Referências Complementares                         | NSA   |

|  | Discipli  | Código | Carga Horári |
|--|---|--------|--------------|
|  | <b>Direito</b>  |        | a            |
| Ementa   | Direito Ambiental. Meio Ambiente como Bem Jurídico Autônomo. O Direito Ambiental e seu conteúdo Histórico. Direito Internacional do Meio Ambiente. Princípios Informadores do Direito Ambiental. Meio Ambiente na Constituição Federal. Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA. Analisar os Instrumentos de Política Nacional do Meio Ambiente e Regime Jurídico de Proteção de Recursos Ambientais. Responsabilidade em Matéria Ambiental. Tutela Preventiva e Reparatória de Danos Ambientais. Responsabilidade Civil Ambiental. Instrumentos Extraprocessuais. Ação Civil Pública, Ação Popular, Mandado de Segurança Coletivo. |        |              |
| Objetivos  | Compreender o direito ambiental brasileiro levando em consideração as normas nacionais e as classificações constitucionais de direitos fundamentais. Diferenciar quais são os órgãos competentes a níveis de preservação e proteção física e jurídica.  |        |              |
| Metodologia de Ensino                              | As aulas serão ministradas pelo(a) docente que apresentará o conteúdo ao Corpo Discente, seguindo uma lógica estabelecida no Plano de Aula, no qual constará os assuntos, suas subdivisões e a sequência que será seguida. As intervenções dos estudantes durante as explicações podem ser realizadas, conforme mediação do(a) docente. O processo de ensino e aprendizagem pode lançar mão de estratégias como o Storytelling, Estudo baseado em problemas, Estudo por Times de estudantes, Peer Struction, dentre outras opções metodológicas.  |        |              |
| Procedimento de Avaliação                          | Os processos de avaliação constam de duas avaliações por semestre e a avaliação final, conforme regras contidas no Regimento. Nas notas de unidade, os professores podem lançar mão de estratégias diversificadas, desde a avaliação formal e processual, conjuntamente com a avaliação observacional e por trabalhos, com regras estabelecidas pelo(a) docente mediante registro acadêmico. Ao final de cada unidade curricular, uma nota será lançada.  |        |              |
| Mecanismos de Tecnologia, Informação e Comunicação | A Instituição disponibiliza ferramentas que auxiliam no processo de ensino e de aprendizagem, além de manter laboratórios com instalações adequadas a utilização daqueles que precisam de ferramentas específicas, notadamente os instrumentos de tecnologia e de comunicação, como o G Suite e o Microsoft Teams.  |        |              |
| Referências Básicas                                | FIORILLO, G. A. P. Curso de direito ambiental brasileiro. São Paulo: 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.<br>MACHADO, P. A. L. Direito ambiental brasileiro. 10. ed. São Paulo: Malheiros, 2013. MUKAI, T. Direito ambiental sistematizado. 8. ed. São Paulo: Forense, 2014.   |        |              |
| Referências Complementares                         | ANTUNES, P. B. Direito ambiental. 14.ed. São Paulo: Atlas, 2012,<br>MILARÉ, Ê. Direito do ambiente: doutrina, prática, jurisprudência. 6. ed. São Paulo: Revist Tribunais, 2004.  |        |              |

| Discipli                         | Código | Carga Horári |
|----------------------------------|--------|--------------|
| <b>Processo Administrativo e</b> |        | a            |

|  |   |
|--|---|
| Ementa   | Noções de direito processual e a competência compartilhada para legislar. O Processo Administrativo Tributário para Lançamento de Tributo. Defesa ou Impugnação Administrativa. Instrução. Recursos. Instâncias. Modelos Estaduais e Municipais.  |
| Objetivos  | Demonstrar aos alunos como ocorre o PAT para lançamento de tributos e os meios de defesa disponíveis para o Contribuinte, com os meios e recursos necessários. Debater sobre modelos estaduais e municipais.  |
| Metodologia de Ensino                              | As aulas serão ministradas pelo(a) docente que apresentará o conteúdo ao Corpo Discente, seguindo uma lógica estabelecida no Plano de Aula, no qual constará os assuntos, suas subdivisões e a sequência que será seguida. As intervenções dos estudantes durante as explicações podem ser realizadas, conforme mediação do(a) docente. O processo de ensino e aprendizagem pode lançar mão de estratégias como o Storyteling, Estudo baseado em problemas, Estudo por Times de estudantes, Peer Struction, dentre outras opções metodológicas. |
| Procedimento de Avaliação                          | Os processos de avaliação constam de duas avaliações por semestre e a avaliação final, conforme regras contidas no Regimento. Nas notas de unidade, os professores podem lançar mão de estratégias diversificadas, desde a avaliação formal e processual, conjuntamente com a avaliação observacional e por trabalhos, com regras estabelecidas pelo(a) docente mediante registro acadêmico. Ao final de cada unidade curricular, uma nota será lançada.  |
| Mecanismos de Tecnologia, Informação e Comunicação | A Instituição disponibiliza ferramentas que auxiliam no processo de ensino e de aprendizagem, além de manter laboratórios com instalações adequadas a utilização daqueles que precisam de ferramentas específicas, notadamente os instrumentos de tecnologia e de comunicação, como o G Suite e o Microsoft Teams.  |
| Referências Básicas                                | MELO, Fábio Soares de. Processo Administrativo Tributário. Porto Alegre: Livraria do Advogado;<br><br>RODRIGUES, Marco Antonio. Curso de Processo Administrativo e Judicial Tributário. Salvador: Juspodium.  |
| Referências Complementares                         | ALVIM, Carreira. Processo Tributário: referente às áreas de direito tributário e direito processual civil. Disponível em [http://www.mprj.mp.br/documents/20184/2169923/Arruda_Alvim.pdf].<br><br>PRIA, Rodrigo Dalla. Teoria geral do processo tributário. Dissertação de Mestrado (PUC-SP), São Paulo, Disponível em [http://www.dominiopublico.gov.br/download/teste/arqs/cp135772.pdf]  |

| Discipli                  | Código | Carga Horári |
|---------------------------|--------|--------------|
| <b>Ética e legislação</b> |        | a            |

|  |   |
|--|---|
| Ementa   | Evolução histórica da ética ocidental, grega e romana; conceito de ética, ética cristã medieval, ética profissional do jurista. Os Direitos Humanos. A discriminação Social. A Acessibilidade. As necessidades Especiais. Inclusão social e nivelamento. Análise do Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil, Regulamento Geral, Código de Ética e Disciplina, Provimentos e Resoluções. Demonstração da constante preocupação que advogados, magistrados, promotores de justiça e demais profissionais do Direito devem ter com os valores éticos, morais e dos bons costumes. |
| Objetivos  | Compreender o que se define por ética e quais suas formas de aplicação na prática profissional de um jurista. Aplicar os conceitos básicos acerca dos bons costumes ao que determina o Estatuto da Advocacia e da OAB dentro de um contexto permeado por indivíduos cujo tratamento também deve ser regulamentado pela postura ética.   |
| Metodologia de Ensino                              | As aulas serão ministradas pelo(a) docente que apresentará o conteúdo ao Corpo Discente, seguindo uma lógica estabelecida no Plano de Aula, no qual constará os assuntos, suas subdivisões e a sequência que será seguida. As intervenções dos estudantes durante as explicações podem ser realizadas, conforme mediação do(a) docente. O processo de ensino e aprendizagem pode lançar mão de estratégias como o Storytelling, Estudo baseado em problemas, Estudo por Times de estudantes, Peer Struction, dentre outras opções metodológicas.  |
| Procedimento de Avaliação                          | Os processos de avaliação constam de duas avaliações por semestre e a avaliação final, conforme regras contidas no Regimento. Nas notas de unidade, os professores podem lançar mão de estratégias diversificadas, desde a avaliação formal e processual, conjuntamente com a avaliação observacional e por trabalhos, com regras estabelecidas pelo(a) docente mediante registro acadêmico. Ao final de cada unidade curricular, uma nota será lançada.  |
| Mecanismos de Tecnologia, Informação e Comunicação | A Instituição disponibiliza ferramentas que auxiliam no processo de ensino e de aprendizagem, além de manter laboratórios com instalações adequadas a utilização daqueles que precisam de ferramentas específicas, notadamente os instrumentos de tecnologia e de comunicação, como o G Suite e o Microsoft Teams.  |
| Referências Básicas                                | .BITTAR, E. C. B. Curso de ética jurídica: ética geral e profissional. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.<br>LOBO, P. Comentários ao estatuto da advocacia. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2013. NALINI, J. R. Ética geral e profissional. 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.   |
| Referências Complementares                         | SÁNCHEZ VAZQUEZ, A. Ética. 21. ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2002. SINGER, P.; CAMARGO, J. L. Ética prática. São Paulo: Martins Fontes, 2010.<br>SROUR, R. H. Ética empresarial: o ciclo virtuoso dos negócios. 3. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2008   |

| Discipli                     | Código | Carga Horári |
|------------------------------|--------|--------------|
| <b>Orientação de Estágio</b> |        | a            |

|  |  |
|--|--|
| Ementa   | Controle de constitucionalidade. Recursos. Mandado de segurança. Defesa em processo administrativo tributário. Licitação.  |
| Objetivos  | Compreender as problemáticas acerca do sistema tributário e empresarial brasileiro e como resolvê-las judicialmente ou extrajudicialmente. Diferenciar competências e finalidades. Aplicar na prática o visto em teoria a fim de ambientar-se com o que deve vir cobrado nas normalidades do exercício de futura função.   |
| Metodologia de Ensino                              | As aulas serão ministradas pelo(a) docente que apresentará o conteúdo ao Corpo Discente, seguindo uma lógica estabelecida no Plano de Aula, no qual constará os assuntos, suas subdivisões e a sequência que será seguida. As intervenções dos estudantes durante as explicações podem ser realizadas, conforme mediação do(a) docente. O processo de ensino e aprendizagem pode lançar mão de estratégias como o Storytelling, Estudo baseado em problemas, Estudo por Times de estudantes, Peer Struction, dentre outras opções metodológicas. |
| Procedimento de Avaliação                          | Os processos de avaliação constam de duas avaliações por semestre e a avaliação final, conforme regras contidas no Regimento. Nas notas de unidade, os professores podem lançar mão de estratégias diversificadas, desde a avaliação formal e processual, conjuntamente com a avaliação observacional e por trabalhos, com regras estabelecidas pelo(a) docente mediante registro acadêmico. Ao final de cada unidade curricular, uma nota será lançada.   |
| Mecanismos de Tecnologia, Informação e Comunicação | A Instituição disponibiliza ferramentas que auxiliam no processo de ensino e de aprendizagem, além de manter laboratórios com instalações adequadas a utilização daqueles que precisam de ferramentas específicas, notadamente os instrumentos de tecnologia e de comunicação, como o G Suite e o Microsoft Teams.   |
| Referências Básicas                                | BARROSO, Darlan; JUNIOR, Marco Antonio Araujo. Col. Prática Forense - Prática administrativa - Vol 1. São Paulo: Saraiva, 2019.<br>BARROSO, Darlan; JUNIOR, Marco Antonio Araujo. Col. Prática Forense - Prática constitucional - Vol 3. São Paulo: Saraiva, 2019.<br>BARROSO, Darlan; JUNIOR, Marco Antonio Araujo. Col. Prática Forense - Prática tributária - Vol 7. São Paulo: Saraiva, 2019.  |
| Referências Complementares                         | AMARO, Luciano. Direito Tributário Brasileiro. São Paulo: Saraiva, 2017.<br>ARAGÃO, Alexandre Santos de. Agências Reguladoras e a Evolução do Direito Administrativo Econômico. 3. edição. Rio de Janeiro: Forense, 2013.<br>BRITO, Edvaldo. Direito Tributário e Constituição - Estudos e Pareceres. Rio de Janeiro: Atlas, 2016.<br>PESTANA, Marcio. Direito Administrativo Brasileiro. 4. edição. São Paulo: Atlas, 2014.   |